

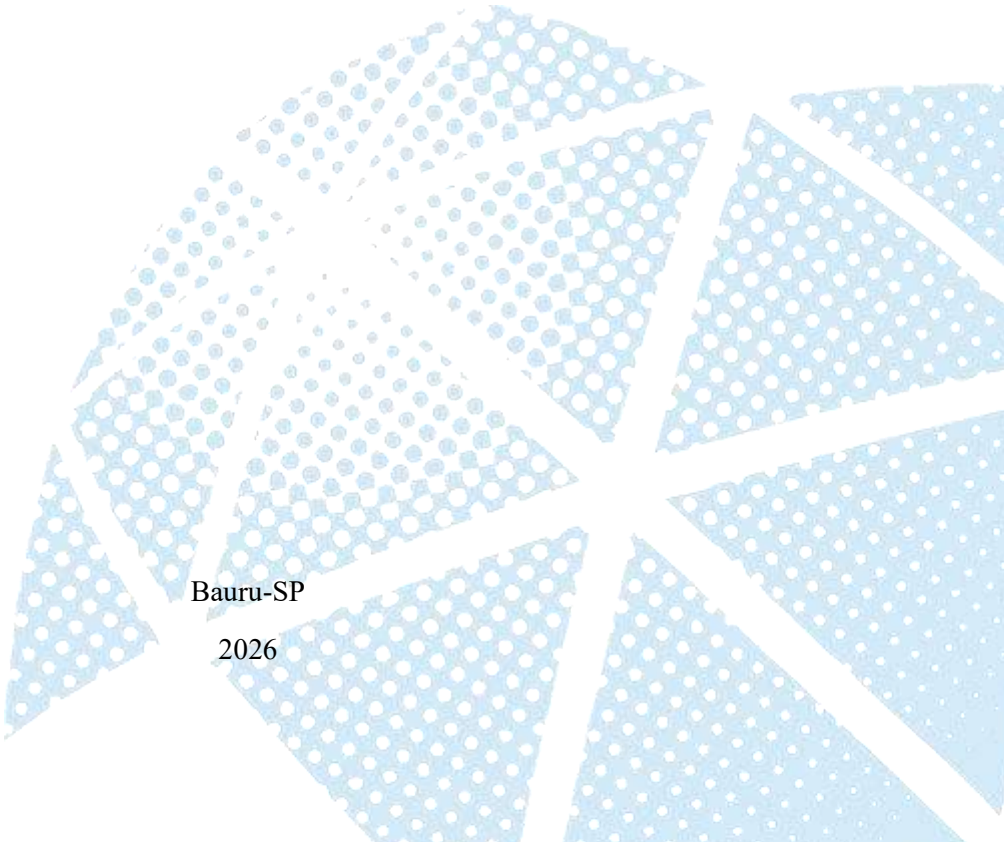
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) – Bauru/SP

DIUÂN DOS SANTOS FELTRIN

**FORMAÇÃO EM JORNALISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR
UM ODS PARA A COMUNICAÇÃO NA AGENDA 2030 DA ONU A PARTIR DE
UMA PERSPECTIVA SUL GLOBAL**

Bauru-SP

2026



DIUÂN DOS SANTOS FELTRIN

**FORMAÇÃO EM JORNALISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR
UM ODS PARA A COMUNICAÇÃO NA AGENDA 2030 DA ONU A PARTIR DE
UMA PERSPECTIVA SUL GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Orientadora: Prof. Dr.^a Raquel Cabral

Linha de pesquisa: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) sob número 2022/07502-0.

Bauru-SP

2026

F327f	Feltrin, Diuân dos Santos Formação em jornalismo no Brasil : contribuições para pensar um ODS para a comunicação na Agenda 2030 da ONU a partir de uma perspectiva Sul Global / Diuân dos Santos Feltrin. -- Bauru, 2026 280 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientador: Raquel Cabral 1. Agenda 2030. 2. Comunicação para a Paz. 3. Decolonialidade. 4. Jornalismo para a Paz. 5. ODS 19. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE DIUAN DOS SANTOS FELTRIN, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 26 de março de 2026, às 14h, no(a) Sala Coonecta e meet.google.com/mgk-tcnw-qkq, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de DIUAN DOS SANTOS FELTRIN, intitulada

"Formação em jornalismo no Brasil: contribuições para pensar um ODS para a comunicação na Agenda 2030 da ONU a partir de uma perspectiva Sul Global."

A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Doutora RAQUEL CABRAL (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Audiovisual e Relações Públicas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora Doutora MARIA APARECIDA FERRARI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências da Comunicação / UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Professora Doutora BETTINA ANDREA MARTINO (Participação Virtual) do(a) Facultad de Ciencias Políticas y Sociales / Universidad Nacional de Cuyo, Professor Doutor MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA (Participação Virtual) do(a) PPG em Ciência Política e Relações Internacionais e PPG em Gestão Pública e Cooperação Internacional / UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: Aprovada

_. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professora Doutora RAQUEL CABRAL

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Conforme estabelecido pela **Portaria Unesp 117/2022, de 21 de dezembro de 2022** e pela **Instrução AT/PROPG nº 02, de 22 de dezembro de 2022**, apresenta-se aqui o impacto esperado desta TESE DE DOUTORADO.

Ao analisar a prática jornalística na contemporaneidade e propor, como horizonte conceitual, perspectivas como o Jornalismo para a Paz e a decolonialidade aplicada ao jornalismo, a pesquisa aponta caminhos para a construção de um exercício profissional comprometido com a justiça social. Trata-se de uma atuação orientada ao enfrentamento de contextos atravessados por múltiplas formas de violência, em especial aquelas de caráter estrutural e cultural, que se naturalizam nas rotinas produtivas e nas narrativas dominantes.

Desse modo, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre a formação acadêmica em jornalismo, tensionando as perspectivas hegemônicas que ainda prevalecem nos cursos. Questiona-se uma formação orientada predominantemente por vieses colonialistas, centrada em dimensões técnicas e pragmáticas, que tende a preterir a dimensão ética, política e humana do fazer jornalístico. Ao desconsiderar esses aspectos, há o risco de reproduzir a naturalização de violências e de limitar o potencial do jornalismo como prática social comprometida com a transformação.

Nesse sentido, na dimensão empírica, a pesquisa busca delinear caminhos possíveis para a proposição de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030, que contemple explicitamente o campo comunicacional, com ênfase no jornalismo. A relevância de um ODS voltado à comunicação se articula à função social do jornalismo, compreendido como prática fundamental à consolidação de sociedades democráticas e éticas. Seu potencial reside não apenas na garantia do direito à informação, mas também na capacidade de enfrentar e desconstruir violências, especialmente aquelas que se naturalizam no plano discursivo, como os discursos de ódio, tensionando narrativas que legitimam desigualdades e exclusões.

No que se refere à Agenda 2030, esta pesquisa está alinhada ao ODS 4 (Educação de Qualidade), especialmente à meta 4.7, que propõe assegurar que todos/as os/as estudantes adquiram conhecimentos e habilidades necessários à promoção do desenvolvimento sustentável. A meta enfatiza os direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e não violência, a cidadania global e a valorização da diversidade cultural, dimensões convergentes com uma perspectiva de jornalismo orientado para a paz, cujo horizonte decolonial contribui para sua efetivação no âmbito formativo.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

As established by **Unesp Ordinance 117/2022, of December 21, 2022, and by AT/PROPG Instruction No. 02, of December 22, 2022**, the expected impact of this DOCTORAL THESIS is presented here.

By analyzing contemporary journalistic practice and proposing, as a conceptual horizon, perspectives such as Peace Journalism and decoloniality applied to journalism, this research points to ways of building a professional practice committed to social justice. This involves work oriented towards confronting contexts marked by multiple forms of violence, especially those of a structural and cultural nature, which become naturalized in productive routines and dominant narratives.

This study proposes a critical reflection on academic training in journalism, challenging the hegemonic perspectives that still prevail in these courses. It questions a training predominantly oriented towards colonialist biases, centered on technical and pragmatic dimensions, which tends to neglect the ethical, political, and human dimensions of journalistic practice. By disregarding these aspects, there is a risk of reproducing the naturalization of violence and limiting the potential of journalism as a social practice committed to transformation.

In this sense, from an empirical standpoint, the research seeks to outline possible paths for proposing a Sustainable Development Goal (SDG) within the 2030 Agenda that explicitly addresses the field of communication, with an emphasis on journalism. The relevance of an SDG focused on communication is linked to the social function of journalism, understood as a fundamental practice for the consolidation of democratic and ethical societies. Its potential lies not only in guaranteeing the right to information, but also in its capacity to confront and deconstruct violence, especially that which becomes naturalized in discourse, such as hate speech, challenging narratives that legitimize inequalities and exclusions.

With regard to the 2030 Agenda, this research is aligned with SDG 4 (Quality Education), especially target 4.7, which proposes ensuring that all students acquire the knowledge and skills necessary to promote sustainable development. This target emphasizes human rights, gender equality, the promotion of a culture of peace and non-violence, global citizenship, and the appreciation of cultural diversity - dimensions that converge with a perspective of peace-oriented journalism, whose decolonial horizon contributes to its effective implementation in the educational context.

DIUÂN DOS SANTOS FELTRIN

**FORMAÇÃO EM JORNALISMO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR
UM ODS PARA A COMUNICAÇÃO NA AGENDA 2030 DA ONU A PARTIR DE
UMA PERSPECTIVA SUL GLOBAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Raquel Cabral.

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Data da defesa: 26/03/2026

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Raquel Cabral (orientadora)

Departamento de Audiovisual e Relações Públicas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Departamento de Ciências Humanas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Ferrari

Departamento de Ciências da Comunicação – Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a Dr.^a Bettina Andrea Martino

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – Universidad Nacional de Cuyo (Argentina)

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

*Às pessoas que acreditam no jornalismo e na
educação como caminhos para a construção de
um novo mundo possível.*

AGRADECIMENTOS

Ao concluir a escrita desta tese, tenho consciência de que se trata de uma singela contribuição, pois, refletir sobre a paz e possíveis caminhos de ressignificação de estruturas historicamente marcadas por violências constitui um processo em permanente construção. O percurso exige continuidade, pois toda proposta de transformação encontra, inevitavelmente, resistências, principalmente quando tensiona narrativas e racionalidades consolidadas.

Por isso, tomo como inspiração as palavras do mártir da caminhada, Dom Pedro Casaldáliga, que evoca a ideia de “paz inquieta”, radicalmente distinta da paz passiva ou conciliatória. A paz inquieta pressupõe movimento e exige a coragem de lutar em prol da transformação, com a denúncia de toda e qualquer forma de injustiça praticada contra os grupos historicamente marginalizados pelas estruturas de opressão. É nesse horizonte que situo minha contribuição: a partir do chão que piso, a comunicação e o jornalismo, busco pensar caminhos possíveis para o enfrentamento crítico das violências diretas e indiretas, articulando perspectivas que apontem para a promoção da paz e da justiça social. Foi uma jornada marcada por intensos desafios, que me proporcionaram amadurecimento humano e intelectual. Ao concluir este percurso, registro minha gratidão.

Agradeço, antes de tudo, a Deus e à espiritualidade, por sustentarem meus propósitos ao longo do caminho e por me fortalecerem com uma força inefável que, embora invisível, se fez concreta em cada etapa desta trajetória.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelo financiamento desta pesquisa (processo nº 2022/07502-0), que possibilitou minha dedicação integral à tese, bem como a participação em congressos e eventos científicos. Manifesto, ainda, o desejo de que cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores no Brasil tenham acesso a políticas públicas de fomento e incentivo financeiro, condição imprescindível para o fortalecimento da ciência e da produção de conhecimento no país.

Meus agradecimentos à Universidade Estadual Paulista (Unesp), de modo especial ao corpo técnico e administrativo da Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (Faac), campus de Bauru-SP. Especialmente ao Silvio, sempre solícito e disponível para auxiliar no esclarecimento de dúvidas e na condução das diversas demandas burocráticas. Minha gratidão às professoras e aos professores com os quais tive contato durante este percurso: conhecimentos e inspirações que levarei por toda a vida. Oxalá cada vez mais pessoas tenham acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Agradeço também à minha família, especialmente aos meus pais, Maria Lucia dos Santos e Jose Alberto Feltrin, à minha tia Mara e à minha avó Inês, pelo apoio incondicional ao longo de toda esta trajetória. Ainda que, por vezes, não compreendessem a dimensão do que representa um doutorado, jamais deixaram de me encorajar em minhas escolhas, sustentando-me com afeto, confiança e presença constante.

À Raquel Cabral, orientadora e amiga, por sua presença e cuidado ao longo de todo este processo. Sua humanidade, empatia e coerência são luz e inspiração, que renovam a esperança e fortalecem a convicção de que o caminho acadêmico pode ser trilhado com serenidade. Obrigado pela confiança, pela parceria nas publicações, pela leitura atenta deste trabalho, bem como pelas provocações e indicações, fundamentais para me manter em permanente aprendizado.

Meus agradecimentos à professora Maria Aparecida Ferrari e ao professor Erick Rolando Torrico Villanueva, pelas generosas contribuições compartilhadas no exame geral de qualificação desta tese, fundamentais para a problematização e amadurecimento do estudo. À professora Maria Aparecida, registro ainda um agradecimento especial pelo apoio incondicional na intermediação de contato com as coordenações dos cursos de jornalismo, etapa essencial para a captação de entrevistados/as.

Às professoras Bettina Martino e Maria Aparecida Ferrari, e aos professores Marcos Alan Ferreira e Maximiliano Martín Vicente, por aceitarem integrar a banca de defesa desta tese de doutorado. São docentes e pesquisadores que admiro não apenas pela consistência de suas produções acadêmicas, mas também pela dimensão humanística de suas atuações, que contribuem para tensionar estruturas, repensar sistemas e atuar em prol da construção de um mundo mais justo.

Às professoras Daniela Osvald Ramos e Verônica Maria Alves Lima, e ao professor José Cristian Góes, pela disponibilidade e pelas primorosas contribuições compartilhadas no grupo de discussão que integra esta tese. Agradeço, igualmente, a cada uma das pessoas entrevistadas, pelo tempo generosamente dedicado a esta pesquisa. Suas subjetividades, experiências e reflexões constituem dimensões fundamentais no processo de construção de conhecimento.

Expresso meus agradecimentos à rede de afetos que construí ao longo deste percurso, muitas vezes atravessado por longas horas de isolamento e solidão. À amiga Érika Alfaro de Araújo, minha profunda gratidão pelas trocas diárias, não apenas sobre a pesquisa, mas sobre a vida. À Aline Lisboa, pela amizade e parceria na participação de congressos. Muito obrigado aos amigos e amigas que a Unesp me proporcionou: Andresa Lopes, Ana Paula Rodarte,

Monique Fogliatto, Deborah Teodoro, Alana Volpato, Fábio Modesto, Vinícius Lauriano, Rafael Silva e tantos/as outros/as.

Por fim, meus agradecimentos aos amigos e amigas de caminhada: Rafael Ribeiro, Fernanda Guilabel, Gustavo Signorello, Eleandro Garcia, Elissa Moreli, Lissa Polozi, Ricardo Duarte, Vinícius Agatiello, Uillians Eduardo e tantos/as outros/as. A compreensão e a presença de vocês foram fundamentais no decorrer deste processo. Muito obrigado!

[...]

*Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilima dangerousíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrimo em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Esta tese estabelece articulações teóricas entre o Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*), situado no campo dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*), e as contribuições do pensamento decolonial latino-americano para a comunicação e o jornalismo. Embora partam de contextos epistemológicos distintos, essas perspectivas convergem ao tensionar narrativas de opressão e propor transformações estruturais no modo de narrar conflitos. Parte-se da premissa de que o campo do jornalismo pode ser repensado a partir de caminhos epistemológicos decoloniais que o aproximem do Jornalismo para a Paz, contribuindo para a transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz. Busca-se compreender como a formação acadêmica e profissional em jornalismo nas instituições de ensino superior brasileiras contribui para a reprodução de práticas de violência colonial e quais são suas implicações no campo comunicacional e na sociedade. Orienta-se pela hipótese de que a formação acadêmica e profissional em jornalismo na atualidade está essencialmente focada em aspectos mercadológicos e pragmáticos, de modo que pode reproduzir violências colonialistas. O objetivo geral consiste em analisar aspectos da formação acadêmica e profissional em jornalismo e suas relações com a prática jornalística brasileira, identificando lógicas que reproduzem ou tensionam dinâmicas de violência colonial, especialmente em relação a grupos sociais historicamente minorizados e ao meio ambiente. O percurso metodológico fundamenta-se na hermenêutica de profundidade, articulada a procedimentos complementares. A etapa sócio-histórica contextualiza o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz, possibilitando refletir sobre o jornalismo como estratégia de enfrentamento às violências colonialistas. A análise formal/discursiva compreende a análise de conteúdo de Projetos Político-Pedagógicos de cursos de graduação em jornalismo, bem como entrevistas em profundidade com estudantes e egressos. Na fase de interpretação/reinterpretação, os achados são debatidos em grupo de discussão com pesquisadores da área, em coerência com uma perspectiva metodológica que reconhece os sujeitos como coautores na produção do conhecimento, valorizando suas historicidades e subjetividades. Os resultados apontam para a necessidade de reconfiguração das bases formativas do jornalismo, com a incorporação de abordagens críticas e humanizadoras sobre a ética. Sustenta-se que a articulação entre o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz oferece fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos capazes de tensionar estruturas consolidadas e propor diretrizes formativas concretas. A pesquisa contribui, assim, para o fortalecimento do debate em torno da inclusão de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável centrado na comunicação (ODS 19), a partir de um olhar situado nas realidades do Sul Global e direcionado ao campo do jornalismo.

Palavras-chave: Agenda 2030; Comunicação para a Paz; Decolonialidade; Jornalismo para a Paz; ODS 19.

ABSTRACT

This thesis establishes theoretical connections between Peace Journalism, situated within the field of Peace Studies, and the contributions of Latin American decolonial thought to communication and journalism. Although they stem from distinct epistemological contexts, these perspectives converge by challenging narratives of oppression and proposing structural transformations in the way conflicts are narrated. It starts from the premise that the field of journalism can be rethought from decolonial epistemological paths that bring it closer to Peace Journalism, contributing to the transition from a culture of violence to a culture of peace. It seeks to understand how academic and professional training in journalism in Brazilian higher education institutions contributes to the reproduction of colonial practices of violence and what their implications are in the field of communication and in society. This study is guided by the hypothesis that current academic and professional training in journalism is essentially focused on market-driven and pragmatic aspects, which may reproduce colonialist violence. The overall objective is to analyze aspects of academic and professional training in journalism and their relationship to Brazilian journalistic practice, identifying logics that reproduce or exacerbate dynamics of colonial violence, especially in relation to historically marginalized social groups and the environment. The methodological approach is based on depth hermeneutics, articulated with complementary procedures. The socio-historical stage contextualizes decolonial thought and Journalism for Peace, enabling reflection on journalism as a strategy for confronting colonialist violence. The formal/discursive analysis comprises the content analysis of Political-Pedagogical Projects of undergraduate journalism courses, as well as in-depth interviews with students and graduates. In the interpretation/reinterpretation phase, the findings are discussed in a focus group with researchers in the field, consistent with a methodological perspective that recognizes the subjects as co-authors in the production of knowledge, valuing their historicities and subjectivities. The results point to the need to reconfigure the formative foundations of journalism, incorporating critical and humanizing approaches to ethics. It is argued that the articulation between decolonial thought and Journalism for Peace offers theoretical, epistemological, and methodological foundations capable of challenging consolidated structures and proposing concrete formative guidelines. The research thus contributes to strengthening the debate surrounding the inclusion of a Sustainable Development Goal centered on communication (SDG 19), from a perspective situated in the realities of the Global South and directed towards the field of journalism.

Keywords: 2030 Agenda; Communication for Peace; Decoloniality; Peace Journalism; SDG 19.

RESUMEN

Esta tesis establece articulaciones teóricas entre el Periodismo para la Paz (*Peace Journalism*), situado en el campo de los Estudios para la Paz (*Peace Studies*), y las contribuciones del pensamiento decolonial latinoamericano a la comunicación y el periodismo. Aunque parten de contextos epistemológicos distintos, estas perspectivas convergen al cuestionar narrativas de opresión y proponer transformaciones estructurales en las formas de narrar los conflictos. El estudio se basa en la premisa de que el campo del periodismo puede ser replanteado a partir de enfoques epistemológicos decoloniales que lo acerquen al Periodismo para la Paz, contribuyendo así a la transición de una cultura de violencia hacia una cultura de paz. Se busca comprender cómo la formación académica y profesional en periodismo en las instituciones de educación superior brasileñas contribuye a la reproducción de prácticas de violencia colonial y cuáles son sus implicaciones en el campo comunicacional y en la sociedad. La investigación se orienta por la hipótesis de que la formación académica y profesional en periodismo en la actualidad está esencialmente centrada en aspectos mercadológicos y pragmáticos, lo que puede favorecer la reproducción de violencias colonialistas. El objetivo general consiste en analizar aspectos de la formación académica y profesional en periodismo y sus relaciones con la práctica periodística brasileña, identificando lógicas que reproducen o tensionan dinámicas de violencia colonial, especialmente en relación con grupos sociales históricamente minorizados y el medio ambiente. El enfoque metodológico se fundamenta en la hermenéutica de profundidad, articulada con procedimientos complementarios. La etapa sociohistórica contextualiza el pensamiento decolonial y el Periodismo para la Paz, posibilitando reflexionar sobre el periodismo como estrategia de enfrentamiento a las violencias colonialistas. El análisis formal/discursivo comprende el análisis de contenido de los Proyectos Político-Pedagógicos de los cursos de grado en periodismo, así como entrevistas en profundidad con estudiantes y egresados. En la fase de interpretación/reinterpretación, los hallazgos se discuten en un grupo de discusión con investigadores del área, en coherencia con una perspectiva metodológica que reconoce a los sujetos como coautores en la producción del conocimiento, valorando sus historicidades y subjetividades. Los resultados señalan la necesidad de reconfigurar las bases formativas del periodismo, incorporando enfoques críticos y humanizadores en torno a la ética. Se sostiene que la articulación entre el pensamiento decolonial y el Periodismo para la Paz ofrece fundamentos teóricos, epistemológicos y metodológicos capaces de tensionar estructuras consolidadas y proponer directrices formativas concretas. De este modo, la investigación contribuye al fortalecimiento del debate en torno a la inclusión de un Objetivo de Desarrollo Sostenible centrado en la comunicación (ODS 19), desde una perspectiva situada en las realidades del Sur Global y orientada al campo del periodismo.

Palabras clave: Agenda 2030; Comunicación para la Paz; Decolonialidad; Periodismo para la Paz; ODS 19.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Jornalismo para a Paz X Jornalismo de Guerra/Violência	119
Quadro 2. Síntese das metodologias e técnicas articuladas aos objetivos específicos.....	133
Quadro 3. Fases da análise de conteúdo aplicadas à pesquisa	141
Quadro 4. Categorias para a leitura dos Projetos Político-Pedagógicos	143
Quadro 5. Relação das entrevistas realizadas com estudantes do 4º ano de jornalismo	154
Quadro 6. Relação das entrevistas realizadas com egressos de jornalismo	155
Quadro 7. Categorias para a leitura dos Projetos Político-Pedagógicos	167
Quadro 8. Disciplinas com foco na Amazônia nas IES da região Norte	171
Quadro 9. Disciplinas em destaque na região Nordeste	182
Quadro 10. Disciplinas em destaque na região centro-oeste.....	187
Quadro 11. Disciplinas em destaque na região Sudeste	193
Quadro 12. Disciplinas em destaque na região Sul	200
Quadro 13. Proposta de metas para a dimensão comunicacional e jornalística do ODS 19.251	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Norte.....	170
Gráfico 2. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Nordeste.....	178
Gráfico 3. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Centro-oeste.....	186
Gráfico 4. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Sudeste.....	190
Gráfico 5. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Sul.....	198
Gráfico 6. Raça/etnia dos/as entrevistados/as.....	206

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
PARTE I - ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA	
2. NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DECOLONIAL	32
2.1 Pós-colonialismo: a gênese do enfrentamento à colonialidade	34
2.2 O Pensamento decolonial (Modernidade/Colonialidade).....	49
2.2.1 Colonialidade do poder, do saber e do ser: ideias centrais do pensamento decolonial ...	56
2.3 A comunicação decolonial e a necessidade de um jornalismo decolonizante.....	68
2.3.1 Algumas contribuições latino-americanas à comunicação	72
2.3.2 Outra comunicação possível.....	77
2.3.3 Uma mirada decolonial para o jornalismo.....	83
3. OS ESTUDOS PARA A PAZ APLICADOS À COMUNICAÇÃO E AO JORNALISMO	96
3.1 A consolidação dos Estudos para a Paz.....	97
3.1.1 Violência e paz: conceitos centrais dos EPP	102
3.1.2 Reflexões em torno dos Estudos para a Paz no Sul Global	107
3.2 Comunicação e Jornalismo para a Paz	114
3.2.1 Decolonialidade para um jornalismo orientado para a paz.....	123
PARTE II - ANÁLISE FORMAL/DISCURSIVA	
4. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA	131
4.1 Hermenêutica de profundidade.....	134
4.2 Análise de Conteúdo.....	138
4.3 Grupo de discussão	146
4.4 Entrevistas em profundidade	151
5. ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS.....	158

5.1 Reflexões sobre as diretrizes curriculares e a formação em jornalismo no Brasil	158
5.2 Análises dos PPPs.....	166

PARTE III - INTERPRETAÇÃO

6. A GRADUAÇÃO EM JORNALISMO NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES E EGRESSOS

206

6.1 Percepções de estudantes do 4º ano de graduação em Jornalismo	208
6.2 Percepções de egressos/as sobre a graduação em Jornalismo	222

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES À PROPOSTA DO ODS 19

236

7.1 Diretrizes para a consolidação do ODS 19 a partir do jornalismo: contribuições de uma perspectiva decolonial e orientada para a paz	248
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

253

REFERÊNCIAS.....

260

APÊNDICES

271

ANEXOS.....

276

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica social é atravessada pela violência. No contexto brasileiro, observamos uma superexposição de atos violentos, frequentemente explorados de forma estratégica pelos meios de comunicação. Compartilhamos da perspectiva do teórico chileno Alex Iván Arévalo Salinas, que, em texto de 2014, analisa os impactos da superexposição da violência na sociedade e destaca como ela reforça o medo e a desesperança, tornando inviável qualquer iniciativa de mudança. Nesse sentido, a difusão e naturalização da violência atua como instrumento de manutenção de dinâmicas de poder, de modo a dificultar a mobilização social por transformações concretas. Violência, vale destacar, é um conceito que extrapola as manifestações diretas, isto é, com vítimas e agressores identificáveis. Há dimensões mais profundas, presentes nas estruturas sociais, nas formas simbólicas e nos padrões normativos e comportamentais reproduzidos historicamente, conforme as concepções do sociólogo norueguês Johan Galtung (1969).

Enredada em normas, práticas sociais e produtos culturais (Cabral; Salhani, 2017), a violência é parte constitutiva da cultura, manifestada frequentemente de forma sutil e silenciosa. A naturalização da violência cultural faz com que atos violentos sejam assimilados e reproduzidos como parte do cotidiano. O processo de banalização contribui para a legitimação tanto da violência direta, caracterizada pela identificação de vítimas e agressores, quanto da violência estrutural (ou sistêmica), que se expressa em contextos de exclusão e nas profundas desigualdades entre grupos sociais (Galtung, 1969).

Compreendemos que a naturalização da violência resulta de um processo histórico atravessado por opressões sistemáticas, sobretudo contra determinados grupos sociais. Os movimentos de colonização empreendidos pela Europa em territórios como o Brasil impuseram, ao longo do tempo, uma forma autorizada de ser e de pensar, e ergueram fronteiras entre aqueles/as considerados/as legítimos/as e ilegítimos/as. Essa lógica excludente incidiu especialmente sobre a produção de saberes e cerceou toda e qualquer articulação intelectual oriunda de grupos classificados como “subalternos”, por meio de práticas violentas de silenciamento e deslegitimação, em um movimento que Spivak (2010) denomina como violência epistêmica. A colonialidade moldou diversos campos do conhecimento e legitimou modos de produção intelectual ancorados em lugares de enunciação marcadamente masculinos, brancos, cristãos e heterossexuais (Grosfoguel, 2012). Esses “fios de colonialidade” (Góes, 2017) permanecem entrelaçados na contemporaneidade e sustentam violências coloniais,

reforçando as fronteiras entre “nós” (os legitimados) e “os outros” (os excluídos), embora, em termos ontológicos, integremos a mesma humanidade (Góes, 2021).

Diante da complexidade de um contexto histórico demarcado por lógicas colonialistas, intencionamos refletir sobre a função da comunicação e do jornalismo diante de narrativas que determinam e normalizam violências. Partimos do argumento de que o processo comunicacional possui dimensão intrinsecamente educativa, de modo que as práticas comunicativas, em especial no jornalismo, podem ser orientadas para finalidades específicas e contribuir diretamente para a ruptura dessas lógicas. As múltiplas dinâmicas de violência presentes na sociedade atravessam o campo comunicacional e encontram na prática jornalística espaço privilegiado de expressão. Os marcos conceituais e pragmáticos do jornalismo, enraizados em uma tradição positivista e nos referenciais do Norte Global, impuseram modelos rígidos de atuação, sustentados pela incessante e ilusória busca por objetividade, neutralidade e imparcialidade. Analisar o jornalismo sob a ótica da colonialidade significa evidenciar como a prática privilegia perspectivas dominantes e contribui para a reprodução histórica de silenciamentos imputados a diferentes grupos sociais.

Com base nessas constatações iniciais, que serão exploradas ao longo desta tese, propomos uma articulação teórica entre duas perspectivas que, embora situadas em lugares de enunciação distintos e orientadas por interesses específicos, convergem no propósito de questionar estruturas opressoras e violências naturalizadas pelas lógicas de colonialidade enraizadas na sociedade. Referimo-nos ao Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*) (JP), situado no campo dos *Peace Studies*, e às contribuições do pensamento decolonial latino-americano aplicadas à comunicação e ao jornalismo.

Embora desenvolvidas em contextos diferentes e orientadas por interesses distintos, essas construções teóricas se interseccionam na medida em que tensionam narrativas de opressão e apontam para efetivas transformações. Com efeito, a pesquisa se sustenta na possibilidade de repensar o próprio campo do jornalismo, por meio de caminhos epistemológicos decoloniais, que o aproximem da perspectiva do Jornalismo para a Paz. Trata-se, portanto, de um jornalismo comprometido com a ressignificação dos contextos de violência e que busca contribuir com a transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz (Cabral; Salhani, 2017), assumindo-a como espaço de lutas de narrativas para a identificação e desnaturalização de violências de todos os tipos, entre elas, as herdadas do colonialismo. Por cultura de paz, entendemos um contexto perpassado pelo que Galtung (1969) denomina como paz positiva, caracterizado por ideais de equidade, cooperação e garantia de direitos, com o enfrentamento de toda e qualquer manifestação de violência cultural.

Olhar o campo¹ do jornalismo a partir das lentes do pensamento decolonial, elaborado por pensadores e pensadoras da América Latina (Ballestrin, 2013), é uma proposta teórica coerente com o objetivo de repensar modelos jornalísticos que reforçam violências. Trata-se do exercício de decolonizar o jornalismo, isto é, para além de sua dimensão técnica e pragmática, apresentando um itinerário capaz de ultrapassar a ênfase em abordagens violentas. Pretendemos conceder um olhar pormenorizado diante do fazer jornalístico a partir de uma perspectiva crítica e dialética, a fim de compreender as estratégias que permitam repensar a prática como meio de sensibilização da sociedade frente às diversas crises que incidem nos contextos socioeconômico, político e ambiental, marcados por violências diversas.

Defendemos que, como parte integrante da sociedade, o jornalismo, independente do meio em que seja praticado, deve ser orientado por responsabilidade social, pois atua como mediador entre a sociedade e os acontecimentos narrados, apresentando possibilidades de leitura e interpretação da realidade. A depender das escolhas narrativas e dos enquadramentos adotados, a prática jornalística pode tanto contribuir para o fortalecimento e legitimação de experiências de opressão como abrir caminhos para sua contestação. O Jornalismo para a Paz, somado à perspectiva decolonial, está impelido em desconstruir a violência presente no próprio exercício do jornalismo, que também é parte de um sistema enraizado na colonialidade, de modo que reproduz suas violências. Diante disso, inferimos que as discussões em torno de uma prática jornalística decolonial e voltada para a paz só fazem sentido se olharmos criticamente para o início do processo de formação profissional de jornalistas, isto é, a graduação. As matrizes curriculares contemplam somente aspectos pragmáticos da profissão? Ou incentivam debates que valorizam orientações comprometidas com a não-violência? São questões trabalhadas no decorrer desta tese.

Ao longo deste trabalho, utilizamos o conceito de jornalismo humanizado para expressar a compreensão de que pensar o Jornalismo para a Paz e a decolonialidade no jornalismo implica, necessariamente, a promoção de uma prática jornalística centrada no humano. Adotamos essa noção com base em Ijuim (2012), que define o jornalismo humanizado como aquele que constrói narrativas nas quais o ser humano ocupa a centralidade. Nessa perspectiva, as demandas e aspirações das pessoas se tornam prioridade da prática jornalística, assim como o

¹ O conceito de campo, mobilizado no decorrer do texto, considera a definição proposta por Pierre Bourdieu (2004). Segundo o pensador, as sociedades são estratificadas por uma série de campos, como o político, científico, artístico ou jurídico, que se dividem em subcampos. Trata-se de um espaço social estruturado de posições e disputas, no qual indivíduos e grupos (agentes) interagem, competem e lutam por diferentes tipos de poder ou recursos. O reconhecimento no campo está atrelado ao capital econômico e simbólico acumulado no decorrer de lutas anteriores. Aplicado ao jornalismo, por exemplo, não se trata de um espaço neutro de produção de informação, mas um campo social específico, estruturado por relações de força, disputas e interesses.

reconhecimento do papel do jornalismo no enfrentamento e na problematização das violências que afetam a humanidade, bem como o empenho na promoção da justiça social. Ademais, é estreita a relação entre cultura de paz e justiça social, pois, como argumentam Volpato e Luvizotto (2025), ambas visam a superação de desigualdades estruturais, tão presentes na contemporaneidade, de modo que o anseio por justiça social exorta os/as sujeitos/as para mobilizações voltadas ao bem comum.

O conceito de justiça social, no contexto desta tese, dialoga com a noção de paz positiva formulada por Johan Galtung (1969), que será discutida no capítulo 3. Esta perspectiva compreende a paz para além da mera ausência de violência, implicando a constituição de condições estruturais marcadas por equidade, cooperação, equilíbrio e garantia efetiva de direitos. Nesse horizonte, entendemos justiça social como a concretização dessas condições, orientada à superação das desigualdades e violências produzidas pelo colonialismo histórico. Trata-se de um processo que desestabiliza hierarquias e fronteiras entre os grupos sociais, que definem quem é reconhecido como legítimo, lógica que é naturalizada e reproduzida no campo jornalístico.

A partir dessas reflexões, nosso **problema de pesquisa** gira em torno da seguinte questão: **Como a formação acadêmica e profissional em jornalismo contribui para a reprodução de práticas de violência colonial e quais são suas implicações no campo comunicacional e na sociedade?**

Com isso, formulamos a **hipótese inicial desta pesquisa de doutorado**, que tem como ponto de partida o entendimento de que **a formação acadêmica e profissional em jornalismo na atualidade está essencialmente focada em aspectos mercadológicos e pragmáticos, de modo que pode reproduzir violências colonialistas**. Elaboramos esta hipótese com base no percurso teórico construído, que reflete sobre aspectos concernentes à colonialidade do poder, do saber e do ser, presentes na sociedade, apesar do fim do sistema colonialista. As violências desse processo, sobretudo violências de ordem cultural, permanecem enraizadas na dinâmica social, o que afeta não somente a prática jornalística, mas também a formação na área.

Nesse sentido, temos como **objetivo geral** analisar aspectos da formação acadêmica e profissional em jornalismo e suas relações com a prática jornalística brasileira, identificando lógicas que reproduzem ou tensionam dinâmicas de violência colonial, especialmente em relação a grupos sociais historicamente minorizados e ao meio ambiente.

Como **objetivos específicos** buscaremos: a) aplicar os fundamentos do Jornalismo para a Paz a partir de uma perspectiva Sul Global e relacioná-los com a perspectiva decolonial, como possibilidade de resignificação das abordagens jornalísticas; b) analisar as diretrizes

curriculares que compõem a formação de jornalistas em universidades públicas brasileiras; c) contribuir, a partir do jornalismo, com as discussões em torno da proposta do ODS 19 da Agenda 2030 da ONU voltado para Cultura, Arte e Comunicação.

Embasamos o estudo na metodologia da hermenêutica de profundidade e em uma combinação de técnicas de coleta e de análise. Por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), nos concentramos nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cursos de jornalismo de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, a fim de verificar como se dá a construção desse documento, que define as diretrizes da graduação. Com as entrevistas em profundidade, buscamos compreender percepções de estudantes do quarto ano da graduação em jornalismo em universidades públicas, bem como de egressos do curso, acerca de conceitos como Jornalismo para a Paz e decolonialidade, além de identificar se e como a Agenda 2030 foi abordada ao longo do processo formativo. Ressaltamos que a análise dos PPPs e as entrevistas não pretendem oferecer uma visão generalizada da formação em jornalismo no Brasil, mas refletir sobre essa temática a partir de um recorte específico. Uma análise de caráter nacional exigiria a inclusão de instituições privadas e a ampliação significativa do número de participantes, o que extrapola os objetivos desta tese, que se propõe a lançar um olhar situado e delimitado sobre o objeto de estudo, abrindo brechas para futuras investigações, de maior escopo, que possam refletir sobre as diferenças entre os direcionamentos curriculares assumidos por IES públicas e privadas.

A realização das entrevistas em profundidade com estudantes concluintes e egressos do curso de jornalismo aponta para algumas pistas sobre como a graduação na área vem se configurando no contexto brasileiro e quais sentidos têm sido atribuídos, na prática formativa, a temas como paz, decolonialidade, responsabilidade socioambiental, entre outros. Ao acessar as percepções desses sujeitos, buscamos não apenas mapear o cenário da formação acadêmica, mas também identificar limites, lacunas e potencialidades para o fortalecimento de uma prática jornalística compromissada com o enfrentamento e redução das violências. O passo posterior às análises dos PPPs e das entrevistas em profundidade corresponde à realização de um grupo de discussão com pesquisadores/as do campo do jornalismo, com o objetivo de debater os resultados observados nas etapas anteriores e pensar direcionamentos para a própria prática jornalística, a partir da formação na área.

Com base na metodologia da hermenêutica de profundidade, procedemos com a interpretação das entrevistas e dos documentos analisados, fundamentando-nos na articulação teórica construída ao longo da pesquisa. Essa abordagem possibilita a análise do contexto sócio-

histórico no qual o objeto de estudo se insere, marcado por permanências de colonialidade e por diferentes expressões de violência.

O percurso metodológico assumido tensiona abordagens centradas exclusivamente em dimensões quantificáveis, recorrentes em pesquisas de caráter amostral. Ao priorizar as subjetividades dos/as sujeitos/as investigados/as, evitamos reduzi-los/as a dados numéricos estáticos, articulando suas percepções ao percurso teórico construído ao longo da pesquisa. Esta escolha se revela coerente com as perspectivas latino-americanas de pesquisa em comunicação, que, conforme será discutido nesta tese, ultrapassam enfoques instrumentalistas orientados ao controle e à reprodução de lógicas mercadológicas, privilegiando análises críticas, situadas e contextualizadas dos fenômenos comunicacionais (Valdez-López; Romero-Rodríguez; Hernando Gómez, 2019).

Um dos objetivos específicos desta tese é contribuir com a proposta de articulação do ODS 19, apresentado no “Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade” (Cabral; Gehre, 2020), resultado de uma ação interinstitucional, coordenada por duas universidades públicas brasileiras: Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade de Brasília (UnB), cujo empenho está na territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir da realidade local, dado o viés aspiracional da Agenda 2030 (Finnemore; Jurkovich, 2020). Faz-se necessário contextualizar alguns pontos importantes acerca da agenda global da ONU (Organização das Nações Unidas), para situar a relevância de se pensar um ODS que abarque a comunicação.

Conforme informações do portal ODS Brasil², os primeiros passos para a adoção da agenda foram dados em setembro de 2015, em assembleia que reuniu representantes de 193 Estados membros da ONU. Sua efetiva implementação ocorreu em janeiro de 2016, como continuidade e ampliação do escopo da Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015). Em suma, trata-se de um processo global participativo coordenado pela ONU em conexão com governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa. Visa abranger aspectos como desenvolvimento econômico, erradicação da pobreza, da miséria e da fome, promover a inclusão social e fomentar a sustentabilidade ambiental (ODS Brasil, *web*).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 foram articulados tendo em vista as múltiplas demandas globais. De fato, os ODS são resultado do consenso dos países-membro da ONU, o que nos leva a entender que foram discutidos e negociados individualmente, tendo em vista os mais diversos interesses e realidades. Pensados conjuntamente, proporcionam

² <https://odsbrasil.gov.br/>

uma visão integral quanto aos avanços e limites das sociedades, tanto em aspectos socioeconômicos quanto ambientais. Todavia, podemos nos perguntar se os objetivos atendem plenamente às demandas de todos os territórios? É nesse sentido que o Guia Agenda 2030 justifica o exercício de reimaginar a agenda, trazendo para debate pautas condizentes com demandas urgentes observadas no contexto do Sul Global.

Pensando na possibilidade de territorialização da Agenda 2030, Cabral e Gehre Galvão (2022) apresentam discussões sobre como conectar instâncias como cultura, arte e comunicação no âmbito da agenda global, visto que são cruciais para fomentar a reflexão crítica da sociedade acerca de suas demandas. Os autores lançam os seguintes questionamentos: como o ODS em torno da cultura, arte e comunicação impacta nosso cotidiano? Se os ODS são aspiracionais, isto é, nos permite pensar o futuro, qual é a visão de futuro apresentada por um ODS cultural? Ademais, qual a ciência (teorias, metodologias e conceitos) evocada por este ODS? E, finalmente, em que base é construído tal ODS? (Cabral; Gehre Galvão, 2022). Inferimos que a territorialização da Agenda 2030, com a possibilidade de ressignificá-la com base em demandas locais é o mesmo que pensá-la a partir de um ponto de vista decolonial: assume-se seus princípios e metodologias com a finalidade de fomentar o desenvolvimento sustentável de determinado contexto, lançando mão de visões críticas quanto às realidades que cerceiam avanços. Quando Cabral e Gehre Galvão (2022) discorrem sobre o ODS que conecta cultura, arte e comunicação, eles consideram que os direitos culturais são parte dos direitos humanos, sendo que a promoção e proteção desses princípios aumentaria a capacidade de assegurar as diversas identidades culturais.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pinhabe, Cabral e Gehre Galvão (2022) discorrem sobre o caráter aspiracional da Agenda 2030, que se torna um referencial para agentes sociais que anseiam por um modelo de desenvolvimento sustentável justo e inclusivo. Os autores refletem sobre as violências presentes na contemporaneidade, que acentuam injustiças sociais e impulsionam assimetrias sociais, políticas e econômicas resultantes de processos históricos marcados por relações de poder e colonialidade. Assim, o cumprimento dos ODS é parte de uma estratégia de transformação dessas marcas de violência, especialmente de ordem estrutural e cultural. Os autores consideram fundamentais os campos da comunicação e da educação para romper o ciclo de naturalização de violências e, na perspectiva dos ODS, afirmam que é urgente encontrar soluções localizadas que promovam o enfrentamento dessas realidades.

O Guia Agenda 2030 foi elaborado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e pesquisadoras dessas universidades e apresenta uma leitura singular da Agenda 2030, tomando como perspectivas centrais a educação e a ciência, em diálogo com as comunidades. Prioriza

as experiências de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, desdobradas em ações concernentes aos ODS. O exercício crítico de reimaginar a Agenda e ressignificar sentidos, como propõe o Guia, culminou na elaboração de novos objetivos de extrema relevância para o Brasil e o mundo no que diz respeito às questões de desenvolvimento e sustentabilidade. Os novos ODS propostos são: Igualdade Racial (ODS 18)³; Arte, Cultura e Comunicação (ODS 19) e Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais (ODS 20).

Para justificar a relevância de se pensar em um ODS que articula arte, cultura e comunicação, Cabral e Gehre Galvão (2022) afirmam que se tratam de instâncias essenciais para estimular a ruptura e a superação dos sistemas e lógicas de violência e de polarizações. Os autores destacam o papel desempenhado pela cultura na disseminação e legitimação de ideias que orientam as ações sociais. A arte, por sua vez, se constitui como o local da criatividade humana. E a comunicação, dotada de um viés educativo, tem o potencial de disseminar e legitimar determinados valores e princípios. “Ao articular cultura, arte e comunicação, cria-se um instrumento para a reverberação de ideais que podem servir para a transformação social e a superação de desafios em tempos de crise” (Cabral; Gehre Galvão, 2022, p. 57, tradução nossa). Para os autores, as experiências do Sul Global, contempladas neste ODS, poderiam estimular um “ciclo virtuoso de transformação mútua”, partindo de experiências locais.

Figura 1. Iconografia do ODS 19 – Cultura, Arte e Comunicação



Fonte: www.guiaagenda2030.org

³ No Brasil, a proposta de criação de um ODS para a promoção da igualdade étnico-racial foi anunciada em 2023, em discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a abertura da 78ª Assembleia da ONU. Foi um importante marco para a institucionalização deste ODS, sugerido, a princípio, no Guia Agenda 2030, da Unesp e UnB. Mais informações sobre a oficialização do ODS 18 disponíveis em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18>.

O impacto deste ODS sobre a vida cotidiana é justificado pelos autores:

Cada sistema cultural engloba um complexo de conhecimentos, crenças, costumes, símbolos, significados e quaisquer capacidades adquiridas em sociedade e, portanto, age como o principal elemento na constituição do sujeito. Tanto a comunicação quanto a arte integram práticas culturais humanas, formas de compartilhar experiências e sentimentos com o coletivo de modo a impactarem e serem impactadas pelo meio cotidianamente. Além disso, a indústria cultural é cada vez mais decisiva para a renda e potencial inovador nos países e, no contexto de pandemia, as tecnologias de informação e comunicação passaram a ocupar um espaço ainda maior de privilégio nesse mercado (Cabral; Gehre, 2020, p. 173).

A iniciativa das universidades parte do entendimento de que o avanço em relação aos ODS vai além dos esforços institucionais, o que exige cooperação e mobilização de diversos setores da sociedade, ressaltando o lugar da educação e da comunicação nesse processo, como instâncias capazes de fomentar uma cultura dos ODS. Compreendemos que abordar a comunicação no contexto da Agenda 2030 é assumi-la a partir de uma perspectiva decolonial e voltada para a paz, de modo a promover o enfrentamento diante das narrativas hegemônicas, que produzem e reproduzem violências. Assim como Torrico Villanueva (2019), consideramos esse fazer comunicacional como um processo dialógico, plural e convivial; um processo de “com-saber”, entendido como um conhecimento construído na interação com o outro, no âmbito de uma estrutura de direitos.

Trujillo, Martín e Nos Aldás (2022) denominam como Comunicação Transgressora de Transformação Social (*Comunicación Transgresora de Cambio Social*) os processos comunicacionais voltados à promoção da paz e da justiça social e que seguem na contramão dos sistemas dominantes. Observamos algumas conexões com as perspectivas da comunicação decolonial e do Jornalismo para a Paz, embora sejam epistemologias orientadas por interesses distintos. Segundo os pesquisadores espanhóis, esse paradigma é assumido como compromisso e responsabilidade por todas as ações comunicativas que subvertem as lógicas hegemônicas, sustentadas pelas dinâmicas da guerra e do medo.

Ações comunicacionais direcionadas à transformação, segundo os autores, assumem discursos transgressores e alternativos como eficazes ferramentas de trabalho que detectam e transformam narrativas que naturalizam violências, especialmente de âmbito cultural. “Tudo isso com o propósito de comunicar de forma transversal e interseccional, apontando as causas profundas das situações de injustiça e desigualdade, mas, ao mesmo tempo, propondo e imaginando outras realidades em busca da justiça social global” (Trujillo; Martín; Nos Aldás, 2021, p. 48, tradução nossa). Os autores sinalizam que assumir a comunicação sob esta

perspectiva implica reconhecer que os processos de transformação e subversão das narrativas hegemônicas requerem estratégias de longo prazo:

uma Comunicação Transgressora para a Mudança Social, com objetivos educativos, de sensibilização e transformação, procura construir consensos acima das divergências, estabelecendo conexões com determinados valores, ideias e normas sociais das audiências, indo além de uma comunicação meramente contracultural (Trujillo; Martín; Nos Aldás, 2021, p. 48, tradução nossa).

Sob essa ótica, compreendemos que a proposta de um ODS voltado para Arte, Cultura e Comunicação, com especial destaque para a Comunicação, consiste em uma postura política que reconhece o caráter contra-hegemônico de sua prática. A elaboração de narrativas em torno da sustentabilidade e do desenvolvimento, no contexto das sociedades do Sul Global, exige necessariamente a consideração de desafios, problemáticas e cenários históricos, atuais e futuros dessa região, em contraste com as dinâmicas do Norte Global. Assim, a comunicação decolonial se apresenta como possibilidade, pois é caracterizada por sua essência crítica e política, na busca por romper com padrões dominantes (Cabral; Feltrin, 2023; 2025).

Nesse sentido, pretendemos apontar algumas diretrizes que, a partir de um olhar para o jornalismo, podem agregar a esta proposta de ODS. Vale ressaltar, no entanto, que uma agenda global de desenvolvimento pode ser apropriada por lógicas dominantes, a fim de reforçar o poder econômico e os privilégios de determinados grupos, uma noção que paira sobre o próprio conceito de desenvolvimento. Todavia, compreendemos que a agenda global possibilita um olhar sensível perante as múltiplas demandas da sociedade, podendo reforçar ações que visam combater desigualdades, arrefecer discursos de ódio contra grupos minorizados, enaltecer iniciativas de paz e, principalmente, conscientizar as pessoas quanto à urgência climática.

Pensamos o jornalismo como possibilidade diante das demandas globais e, por isso, assumimos a perspectiva orientada para a paz como contraponto à supervalorização da violência. Ademais, a perspectiva decolonial acentua o posicionamento crítico diante dos enquadramentos que tendem a legitimar violências. Desse modo, compreendemos que é essencial olhar o jornalismo a partir de sua base, que é a própria formação acadêmica na área, a fim de entender se a graduação está orientada por direcionamentos que reforçam estruturas de violência colonial.

Nossa tese se justifica pelo fato de assumirmos a decolonialidade como chave analítica para compreender o jornalismo, priorizando seus fundamentos éticos, políticos e epistemológicos, historicamente vinculados à democracia, à liberdade de expressão e à

produção social da verdade. O Jornalismo para a Paz, alinhado à perspectiva decolonial, nos ajuda a tensionar práticas e concepções que ainda predominam no campo, frutos de uma lógica ainda imersa na colonialidade do saber. Ao mesmo tempo, aponta caminhos para outros cenários possíveis, por meio de narrativas comprometidas com a pluralidade de vozes, o reconhecimento de saberes subalternizados e a visibilidade de grupos historicamente marginalizados (Lima, 2022).

Entendemos que essas perspectivas dialogam diretamente com os princípios da Agenda 2030, especialmente no que se refere à promoção de sociedades mais justas, inclusivas e pacíficas, nas quais o jornalismo desempenha papel estratégico. Assim, destaca-se também a incorporação do meio ambiente como sujeito de direitos e como protagonista das narrativas jornalísticas, em consonância com uma visão ampliada de desenvolvimento sustentável que abarca pessoas, territórios e o planeta. A problematização dessas dimensões exige o questionamento de práticas formativas ainda orientadas por lógicas pragmáticas e instrumentais, herdadas de estruturas de colonialidade que atravessam a organização dos cursos de formação profissional, entre eles o de jornalismo, e influenciam a atuação no mercado desde a graduação.

A primeira parte da tese é dedicada à análise sócio-histórica, sustentada por uma fundamentação teórica que articula os principais conceitos que atravessam o estudo. O Capítulo 1 integra esta introdução e apresenta os direcionamentos gerais da pesquisa, explicitando seus objetivos, justificativa e percurso metodológico. No Capítulo 2, desenvolvemos a discussão sobre o pensamento decolonial, abordando os elementos centrais que contribuíram para a consolidação dessa perspectiva teórica. Para tanto, retomamos o diálogo com os estudos pós-coloniais, considerados referências fundamentais para a formulação do pensamento decolonial. Ao tratar da colonialidade nas dimensões do poder, do saber e do ser, evidenciamos sua presença estruturante na sociedade contemporânea, manifestada como uma forma de violência de caráter cultural, inscrita em práticas, discursos e comportamentos historicamente naturalizados. Nesse mesmo movimento analítico, discutimos de que maneira a colonialidade conformou os campos da comunicação e do jornalismo, bem como as principais propostas e movimentos de decolonialidade aplicados a essas áreas.

Ainda no âmbito da articulação teórica, o Capítulo 3 é centrado na comunicação a partir da perspectiva dos Estudos para a Paz. Apresentamos uma breve contextualização dos *Peace Studies* e de seu caráter transdisciplinar, que dialoga com o campo da comunicação. Embora se trate de uma escola teórica situada no Norte Global, o capítulo evidencia a existência de movimentos e contribuições que buscam ressignificar esses estudos a partir das realidades e dos

desafios do Sul Global. Nesse itinerário, discorreremos sobre o Jornalismo para a Paz, destacando suas principais características e suas aproximações com o pensamento decolonial.

A segunda parte da tese corresponde à análise formal-discursiva. Nela, se insere o Capítulo 4, no qual é apresentada a construção metodológica da pesquisa, com a explicitação dos procedimentos, técnicas e critérios de análise adotados. O Capítulo 5 traz a análise de conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de jornalismo, com alguns apontamentos acerca das diretrizes nacionais que orientam, justificam e fundamentam a elaboração desses documentos. Já no Capítulo 6, são apresentadas e analisadas as entrevistas em profundidade realizadas com egressos do curso de jornalismo e com estudantes que, em 2025, cursavam o quarto ano da graduação na área.

A terceira e última parte da tese corresponde à etapa interpretativa e compreende o Capítulo 7, destinado também às considerações finais. Nesse capítulo, são debatidos os principais resultados obtidos ao longo da pesquisa e apresentados indicativos que visam contribuir para a articulação do ODS 19, à luz das análises dos PPPs, das entrevistas em profundidade e do grupo de discussão com especialistas. Com base nesse conjunto de evidências, são propostas diretrizes que possam colaborar com a consolidação desse ODS, com especial atenção ao campo do jornalismo.

Defendemos a tese de que a formação universitária em jornalismo permanece, em grande medida, estruturada por lógicas de colonialidade, reproduzidas e influenciadas pelas dinâmicas de mercado, que se expressam nos currículos, nos projetos pedagógicos e nas práticas formativas, o que dificulta a consolidação de um jornalismo comprometido com a paz, a justiça social e a sustentabilidade. Sustentamos que a articulação entre o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz, bem como o diálogo do campo com a Agenda 2030, oferece bases teóricas, epistemológicas e metodológicas capazes de tensionar essas estruturas, inclusive, o próprio mercado, à medida que a formação profissional o pressiona. Ademais, tal articulação nos possibilita propor diretrizes formativas capazes de contribuir concretamente para a construção de um ODS centrado na comunicação (ODS 19), a partir de um olhar situado nas realidades do Sul Global.

PARTE I: ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

2. NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DECOLONIAL

O efeito de uma bomba cultural é aniquilar a crença das pessoas nos seus nomes, nos seus idiomas, nos seus ambientes, nas suas tradições de luta, em sua unidade, em suas capacidades e, em última instância, nelas mesmas. Isso faz com que as pessoas vejam seus passados como uma terra devastada sem nenhuma realização, e faz com que elas queiram se distanciar dessa terra devastada (Ngugi wa Thiong'o).

A decolonialidade corresponde às lutas de diversos grupos sociais que compartilham a busca por legitimidade, autonomia e a ressignificação das estruturas opressivas herdadas do colonialismo, que cria cisões e impõe hierarquias (Ballestrin, 2013; Amaral, 2021). A dominação colonial não cessou no processo de independência dos países colonizados, mas permanece latente por meio de um sistema definidor de padrões e valores que constrói abismos entre grupos legitimados e não legitimados (Maia; Melo, 2020). Embora a administração colonial tenha sido formalmente superada, os resquícios da colonialidade permanecem na sociedade e se manifestam em estruturas que reforçam divisões baseadas no antagonismo entre *Nós* e os *Outros*.

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre o pensamento decolonial, conscientes de que a temática não se encerra no âmbito desta tese. Abordamos alguns marcos históricos e conceituais com o intuito de refletir sobre como se deu a construção desse caminho epistemológico, e também político, empenhado em legitimar os saberes denegados pela supremacia epistêmica eurocêntrica. Trata-se de uma perspectiva ampla, intrincada e composta por diversos direcionamentos; por isso, traçar uma linha do tempo linear sobre o campo se apresenta como um processo desafiador. Considerando nossa intenção de refletir sobre como a dinâmica do colonialismo afeta a prática e a formação jornalística, este capítulo apresenta as principais abordagens em torno da decolonialidade como projeto teórico. Pretendemos, na sequência, discorrer sobre as contribuições do pensamento decolonial à comunicação e ao jornalismo, e traçar interseções com a perspectiva do Jornalismo para a Paz.

Para discorrer sobre pensamento decolonial, nos embasamos nas formulações do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), articulado na América Latina ao final da década de 1990 (Ballestrin, 2013). O coletivo tem na crítica à Modernidade seu principal argumento para a compreensão da decolonialidade como fenômeno epistemológico. Como alerta Lima (2022, p.

74), “mesmo que seja possível questionar a ideia de ‘origem’ [...] é importante marcar essa conexão pela crítica, que assinala uma postura comum entre os autores expoentes dessa tradição”. Com essa articulação inicial, pretendemos, na sequência, apresentar alguns direcionamentos sobre a comunicação decolonial e sua relação com a comunicação e jornalismo para a paz.

Para fins conceituais, é válido compreender as diferenças entre a decolonialidade e a descolonização. Esta última alude ao período histórico de luta por independência das ex-colônias africanas e asiáticas que, no período da Guerra Fria, estavam sob a égide de países europeus; desse modo, descolonização se refere a um acontecimento histórico e geopolítico (Amaral, 2021; Rosevics, 2017). A decolonialidade, por sua vez, se concentra na questão do conhecimento, ou seja, no empenho de propor outras abordagens epistemológicas além das que são historicamente reconhecidas e legitimadas no meio acadêmico-científico e das formas de representação, especialmente oriundas do pensamento que considera o Norte Global como o berço do conhecimento (Amaral, 2021).

No decorrer do texto empregamos o conceito de Europa e, portanto, ressaltamos que se trata de uma metáfora, como sugere Aníbal Quijano (2009). Europa, no contexto dos estudos pós-coloniais e decoloniais, corresponde a tudo o que fora estabelecido como expressão racial, étnica e cultural proveniente da Europa, isto é, como um prolongamento dela. Ou, como afirma Quijano (2009, p. 75), “como um caráter distintivo da identidade não submetida à colonialidade do poder”, um conceito que será abordado posteriormente. Desse modo, os países colonizados pela Europa acabam por emular seus costumes, práticas e saberes. A crítica ao eurocentrismo será ampliada no decorrer do texto.

Compreendemos que a discussão sobre os impactos do colonialismo, tanto nas dinâmicas sociais quanto na formulação e legitimação do conhecimento, é fundamental para aprofundar a reflexão sobre as estratégias de colonização das comunidades e seus territórios. Além disso, evidencia como essa estrutura colonial continua a produzir efeitos, alcançando inclusive a natureza, que também sofre as consequências desse processo. Ademais, seus efeitos impactam a dinâmica comunicacional, especialmente no jornalismo, que tende a reproduzir suas violências, dado que estão naturalizadas nas dinâmicas sociais.

Ao longo do texto, ao utilizarmos a expressão “lógicas colonialistas”, nos referimos aos efeitos do colonialismo nos diversos âmbitos da sociedade. Tais efeitos, em nosso entendimento, possuem relações com o conceito de violência cultural, uma vez que se encontram profundamente imbricados e naturalizados nas dinâmicas sociais. Compreendemos

como lógica colonialista todo direcionamento, seja teórico ou prático, que produz a inferiorização de determinados grupos, gera desigualdades e legitima dinâmicas de violência.

O capítulo está organizado a partir do seguinte raciocínio: primeiramente, apresentaremos breves apontamentos sobre o pós-colonialismo, precursor do pensamento decolonial. Inferimos que o projeto pós-colonial fora articulado para demarcar os antagonismos entre colonizadores e colonizados e denunciar as opressões subjacentes a esta relação. O pós-colonialismo, enquanto escola de pensamento, se associa a trabalhos de teóricos e teóricas como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Stuart Hall, Edward Said, Gayatri Spivak, ao Grupo de Estudos Subalternos, entre outros/as (Rosevics, 2017). Na sequência, abordaremos a decolonialidade a partir do enfoque latino-americano, por meio da trajetória do coletivo M/C, cujos conceitos de giro decolonial e colonialidade do poder, do ser e do saber são cruciais para as reflexões em torno das lógicas de opressão colonialista que persistem nas dinâmicas da sociedade contemporânea e se fazem presentes, sobretudo, nos produtos culturais e comunicacionais. Em seguida, com base nas fundamentações acerca do pensamento decolonial, apresentamos alguns direcionamentos para pensar a comunicação decolonial como espaço de resistência e resiliência diante das manifestações de violência identificadas na sociedade e, assim, buscaremos estabelecer entrelaces teóricos entre a comunicação para a paz, o Jornalismo para a Paz e a comunicação decolonial, tendo em vista o pressuposto de que essas abordagens se estabelecem como transgressoras e direcionadas a promover transformações.

2.1 Pós-colonialismo: a gênese do enfrentamento à colonialidade

O pós-colonialismo é precursor para o desenvolvimento do argumento pós-colonial, que é radicalizado pelo M/C, afirma Luciana Ballestrin (2013). A autora traça a genealogia do pós-colonialismo e sugere que o termo evoca duas compreensões: a primeira diz respeito à metade do século XX, período histórico posterior à descolonização do chamado “terceiro mundo”, de modo que o conceito se refere à libertação, independência e emancipação de territórios explorados pelo imperialismo e neocolonialismo, sobretudo na África e na Ásia. A segunda compreensão do pós-colonialismo, e que mais nos interessa no âmbito desta tese, corresponde às contribuições teóricas provenientes dos estudos literários e culturais, que ganharam evidência em universidades dos Estados Unidos e Inglaterra (Ballestrin, 2013).

O século XX foi palco de plenas transformações de ordem política, econômica e social ao redor do mundo. Quanto à geopolítica, se ressalta o processo de descolonização da África e da Ásia, que desencadeou mudanças importantes no cenário internacional. Esse marcador

histórico estimulou reflexões sobre as consequências dos regimes coloniais, que ultrapassaram as fronteiras das administrações territoriais e atingiram outras dimensões. Nesse período, denominado pós-colonial, muitos estudos foram articulados com a intenção de compreender a conjuntura mundial que vinha sendo delineada e que resultou na formulação de uma nova corrente teórica enfatizada principalmente pelas ciências humanas e sociais: o pós-colonialismo. Sintetiza Ballestrin (2013, p. 91):

Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade.

Os estudos pós-coloniais não correspondem a uma matriz teórica isolada, mas a uma multiplicidade de contribuições impelidas pelo objetivo comum de proporem referenciais epistemológicos críticos diante das concepções dominantes da chamada Modernidade (Costa, 2006), a qual discorreremos posteriormente. O prefixo “pós” não corresponde à cronologia, isto é, no sentido de “depois⁴”, trata-se, porém, “de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado” (Costa, 2006, p. 118). Quanto ao conceito “colonial”, o significado extrapola o colonialismo, e aponta para as situações opressoras definidas pela colonização, com destaque para fronteiras de gênero, étnicas ou raciais, explica Costa (2006).

A Modernidade é um conceito fundamental para entendermos a colonialidade, de modo que essa indissociabilidade será abordada mais detalhadamente no decorrer deste capítulo. Como afirma Ramón Grosfoguel (2023), ao contrário do que muitos pensadores eurocêntricos apregoam, a Modernidade enquanto marco histórico não é sinônimo de emancipação. Na realidade, a Modernidade/Colonialidade é um projeto civilizatório, produzido e difundido a partir da violência da expansão colonial europeia. Segundo o autor,

não existe ‘civilização ocidental’ antes da expansão colonial europeia. A ‘modernidade’ é a civilização que se cria a partir da expansão colonial europeia em 1492 e que se produz na relação de dominação do ‘Ocidente’ sobre o ‘não Ocidente’. Como nos recordam continuamente os líderes indígenas do mundo, estamos diante de uma civilização de morte (Grosfoguel, 2023, p. 62).

⁴ Não se pode incorrer no equívoco de relacionar o prefixo “pós” à ideia de superação ou encerramento do colonialismo.

Ainda na perspectiva crítica do autor porto-riquenho, a retórica de embelezamento da Modernidade começou a ganhar forma no contexto da Guerra dos Trinta Anos, quando o centro do sistema-mundo⁵ se desloca da península ibérica para o noroeste europeu, mais precisamente na Holanda. Posteriormente, franceses, britânicos e estadunidenses continuaram a empregar à Modernidade uma narrativa de progresso e evolução para garantir à ascensão do Ocidente um *status* de democracia, liberdade, conhecimento científico, avanço tecnológico, entre outros atributos (Grosfoguel, 2023). O autor continua sua crítica ao denunciar a falácia inerente a tal narrativa, pois o construto de modernidade oculta e mascara sua relação direta com a colonialidade, e desvincula os privilégios e riquezas ocidentais de suas práticas invasoras.

Com efeito, a Modernidade criticada pelos estudos pós-coloniais e decoloniais corresponde a um projeto civilizatório edificado em uma sociedade perpassada por hierarquias e sustentada pelo capitalismo. Conforme elucida Grosfoguel (2023), se trata de um modelo produzido pelas lógicas de morte impostas pela modernidade que, em síntese, se retroalimenta das relações moderno/colonial, capital/patriarcal, cristão-cêntrico/ocidental-cêntrico. De maneira simplista, falar em modernidade remete ao progresso, seja ele social, científico, tecnológico, entre outros. Porém, se trata de um conceito originado a partir da expansão da Europa e que acarretou diversas opressões e desigualdades ao longo da história (Ávila, 2021). O projeto civilizatório da Modernidade, sustentado pelo capitalismo e pela noção de progresso, produziu profundas desigualdades sociais e impactos ambientais significativos, de modo que a crítica à Modernidade é comum aos estudos e resistências pós-coloniais e decoloniais.

Compreendemos os estudos pós-coloniais como uma perspectiva crítica surgida diante do declínio da Europa em manter o poder direto sobre suas colônias asiáticas e africanas após a Segunda Guerra Mundial (Rosevics, 2017). Esse horizonte se origina no arcabouço dos estudos culturais e literários dos anos 1970 e questiona a prevalência ocidental na construção do *Outro*. Como sintetizam Melo e Benzaquen (2022, p. 173), pensadores e pensadoras dessa escola se concentram na análise dos efeitos das construções de pensamento que impõem diferenciações culturais, que serviram e servem aos interesses coloniais, ainda que de forma sutil, mas presentes na estrutura social, a exemplo do racismo. Destarte, o pós-colonialismo critica as construções ideológicas que subalternizam determinados povos, grupos sociais e territórios em detrimento de grupos considerados superiores e desenvolvidos intelectual e culturalmente, em uma lógica amparada pelo colonialismo.

⁵ Segundo Grosfoguel (2023, p. 55), “o conceito do sistema-mundo é uma alternativa ao conceito de sociedade. É utilizado para romper com a ideia moderna que reduz sociedade às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um Estado-nação”.

Os estudos pós-coloniais se embasam na identificação de uma relação antagônica entre colonizador e colonizado (Ballestrin, 2013), o que Mignolo (2014) denomina como sendo a “diferença colonial”, que acentua as distinções entre *Nós* e os *Outros*. Nessa dicotomia, o conceito de *Nós* remete aos grupos legitimados, reconhecidos, detentores de poder e privilégios, ao passo que os *Outros* se referem aos grupos subjugados, silenciados, cuja identidade humana é denegada. Rosevics (2017) nos recorda que o projeto pós-colonial identifica a relação confrontante entre colonizador e colonizado e empreende na denúncia contra as diversas formas de dominação e opressão. Segundo a autora, boa parte das pesquisas pós-coloniais teve como referência a trajetória dos estudos literários e culturais, por meio da crítica à modernidade eurocentrada, que é justamente um dos fundamentos dessa contracorrente de pensamento. Ademais, nas décadas de 1970 e 1980, a ênfase dos estudos pós-coloniais esteve no entendimento de como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do ponto de vista do colonizador, o que interfere até mesmo na forma como o colonizado elabora e entende a sua própria existência (Rosevics, 2017).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) também discorre sobre a Modernidade eurocentrada e afirma que o processo tem início a partir da colonização da América pelos europeus⁶. A chegada ao continente americano trouxe consigo um novo padrão de poder mundial, impulsionado pelo capitalismo colonial. O eixo condutor e fundamental desse padrão de poder corresponde à classificação da população mundial a partir do critério de raça (Quijano, 2005). Essa raiz racista, que discutiremos de forma mais ampla adiante, foi naturalizada no decorrer dos tempos e enrijeceu as cisões entre colonizadores e colonizados, justificando toda e qualquer forma de dominação colonial; assim, as relações sociais fundadas na ideia de raça produziram novas identidades sociais na América, como índios, negros, mestiço, além de redefinir outras identidades.

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes [...] e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 107).

⁶ Toma-se como referência o ano de 1492 como o início do processo de colonização dos europeus. Enrique Dussel (2005) indica que este é o marco do processo de encobrimento do *Outro*, sobretudo no que tange à imagem construída da América, como o “novo mundo”.

Como explica Costa (2006), os estudos pós-coloniais exploram as fronteiras e produzem reflexões que expandem a teoria. O autor vincula a corrente à três escolas de pensamento contemporâneas: pós-estruturalismo, pós-modernismo e estudos culturais. No que diz respeito ao pós-estruturalismo, se destaca a influência de autores como Derrida e Foucault, com a tendência dos estudos pós-coloniais de reconhecerem o caráter discursivo que perpassa o social. A corrente pós-moderna, por sua vez, traz contribuições empíricas, pois “descreve o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos” (Costa, 2006, p. 118)⁷, no entanto, para o pós-colonialismo, a centralidade da investigação reside justamente na transformação social e no combate às opressões. No que tange aos estudos culturais, destacam-se as contribuições britânicas, especialmente oriundas da *Birmingham University's Centre for Contemporary Studies*. Costa (2006) salienta que a convergência entre os estudos culturais e os estudos pós-coloniais ganhou força a partir dos anos 1980 com o movimento articulado por Stuart Hall⁸, que deslocou sua atenção, outrora concentrada no marxismo e em questões de classe, para pautas pertinentes ao racismo, etnicidades, identidades culturais e gênero.

Abordar o pós-colonialismo como corrente de pensamento de teor crítico à Modernidade, com suas raízes racistas e centradas no modelo econômico capitalista requer discorrer sobre suas bases. O teórico palestino Edward Wadie Said é um nome recorrente na crítica pós colonial; sua ênfase é a crítica ao Imperialismo e ao Orientalismo com base nos estudos da cultura. O estudioso dirige críticas à sociologia hegemônica, destacando que as construções discursivas predominantes nas ciências sociais ainda reproduzem formulações de matriz colonial, desconsiderando as realidades subalternas e os saberes produzidos a partir da perspectiva dos povos colonizados, crítica que também está presente nos estudos decoloniais latino-americanos, como será discutido adiante. Por conseguinte, a abordagem pós-colonial alerta para que os discursos das ciências sociais não incorram no equívoco de trazerem à baila somente o ponto de vista ocidental e Norte global para se compreender as dinâmicas globais. “Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente” é considerada por grande parte dos estudiosos e estudiosas a obra inauguradora da corrente teórica pós-colonial (Elíbio Júnior; Almeida; Lima, 2013; Costa, 2006; Ballestrin, 2013).

⁷ Segundo Costa (2006, p. 118), no contexto pós-colonial, o pós-modernismo é recusado como programa teórico e político, justamente devido à preocupação central da agenda pós-colonial de se voltar para o enfrentamento às opressões.

⁸ Importante frisar que Stuart Hall é situado no contexto dos estudos culturais, contribuindo fortemente com as reflexões em torno das relações de poder, das identidades e da representação cultural no contexto pós-colonial. Todavia, o autor reconhece os limites do próprio conceito “pós-colonial”, visto que certas abordagens poderiam simplificar as complexas relações de poder do colonialismo. Na perspectiva de Hall, pós-colonialismo não deve ser um conceito universal; seria necessário reconhecer as múltiplas experiências pós-coloniais.

Para Said (2007)⁹, as relações de dominação por meio do saber-poder são as bases da relação entre Ocidente e Oriente. O autor denomina como Orientalismo a construção epistemológica e ontológica do Oriente a partir do Ocidente e, em vista disso, o Oriente nada mais é do que uma invenção cultural e política do Ocidente, sustentado pelos signos de exotismo e inferioridade. Ao Oriente, se aplicam as normas éticas, morais, econômicas, religiosas, institucionais, entre outras, impostas pela Europa às suas colônias. No horizonte do Orientalismo, o Ocidente impõe suas formas de vida ao “Leste”, em um movimento de total negação das experiências e conhecimentos dos povos do Oriente. O autor afirma, porém, que os termos Oriente e Ocidente não têm estabilidade ontológica, pois são construtos humanos cujo objetivo é a identificação do *Outro*.

A divisão entre Oriente e Ocidente, na visão de Said (2007), definiu o que é entendido como Europa, considerada não como um espaço geográfico, mas revestida por uma aura de dominação, legitimação, arrogância e supremacia perante as regiões e culturas colonizadas mundo afora. As visões orientalistas, aponta o teórico palestino, representam o Oriente, ao mesmo tempo em que delineiam o que é a Europa. Assim, são estabelecidas as distinções entre o oriental (o *outro*) e os europeus (*nós/eu*). É a partir da construção do “Outro” que a Europa edificou sua identidade, isto é, o “eu-europeu”. Enquanto cabe ao “eu” características como civilidade, branquitude e racionalidade, resta ao “Outro” as alcunhas de selvageria e incivilidade (Said, 2007).

O Orientalismo percorrido por Said estabelece uma distinção binária entre Ocidente e Oriente, sendo que cabe ao primeiro definir o que se entende por Oriente; como interpreta Costa (2006), se trata de uma forma de compreender o mundo e consolidar a produção de conhecimentos embasados na distinção binária inicial. Inferimos que a forma binária de ler o mundo é uma expressão do colonialismo para marcar diferenças. O Oriente remete a uma fronteira cultural definidora da existência de um *nós* e um *eles*: uma relação conflituosa e perpassada por tensões, que (re)produz o *outro* como inferior, ao passo que define o *nós* “em oposição a este *outro*, ora representado como caricatura, ora como estereótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o *nós* não é e nem quer ser” (Costa, 2006, p. 119, destaque nosso). Esses binarismos implicam na legitimação de violências diversas, com destaque para as de ordem cultural, visto que é forjada uma lógica de constante conflito entre as partes.

⁹ Obra publicada originalmente em 1978.

Embasado em Antonio Gramsci, Said vai dizer que em uma sociedade não totalitária algumas culturas e ideias se sobressaem em relação a outras. Essa forma de liderança cultural é identificada por Gramsci como hegemonia, considerado por Said um conceito crucial para qualquer compreensão acerca da vida cultural do Ocidente. Destarte, a noção de hegemonia auxilia no entendimento do autor sobre a “ideia de Europa”, classificada por ele como “uma noção coletiva que identifica a ‘nós’ europeus contra todos ‘aqueles’ não europeus” (Said, 2007, p. 34). O palestino discorre sobre a ideia que tornou hegemônica essa cultura, não apenas na Europa, mas também fora dela:

A ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus. [...] há a hegemonia das ideias europeias sobre o Oriente, elas próprias reiterando a superioridade europeia sobre o atraso oriental, anulando em geral a possibilidade de que um pensador mais independente, ou mais cético, pudesse ter visões diferentes sobre a questão (Said, 2007, p. 34).

Tendo em vista as críticas à dominação ocidental quanto à naturalização do domínio europeu, é compressível o entendimento de que a obra de Said inaugura o pensamento pós-colonial, pois, a partir dela, encontramos direcionamentos comuns aos estudiosos e estudiosas alocados nessa escola de pensamento. O Orientalismo, segundo o autor, tem como estratégia a manutenção da posição de superioridade ocidental. O Oriente do qual discorre Said alude a uma fronteira cultural, que segrega grupos a partir da noção de superioridade e inferioridade, de modo que o *Outro* é representado como caricatura ou de forma estereotipada (Costa, 2006).

Costa (2006), com base em Stuart Hall, aponta que a polaridade entre o Ocidente e o resto do mundo (*West/Rest*) se encontra na base de constituição das ciências sociais, impondo uma hierarquização entre as epistemologias do campo. Stuart Hall¹⁰ enumera os principais artifícios usados ao longo do processo de expansão colonial para fortalecer a dicotomia *West/Rest*: os conhecimentos clássicos, as fontes bíblicas/religiosas, as mitologias e os relatos de viajantes. Como explica Costa (2006), as polaridades são construídas a partir dessas fontes, que impõem lógicas que relegam ao Ocidente características como civilizado, desenvolvido e moderno, enquanto o “resto” recebe rótulos de selvageria, atraso e subdesenvolvimento. “Uma vez constituídos, tais binarismos tornam-se ferramentas para pensar e analisar a realidade” (Costa, 2006, p. 119), ou seja, se tornam naturalizados e são reproduzidos tanto na ciência quanto nos mais variados discursos, inclusive midiáticos. Ademais, esse discurso que impõe

¹⁰ Obra citada por Costa (2006): HALL, Stuart. The West and the rest: discourse and power. In. Hall et al. (orgs.), *Modernity: introduction to the modern societies*, Oxford, Blackwell, pp. 185-227, 1996.

diferenciações entre o Ocidente e o “resto do mundo” se constitui como um dos pilares da sociologia moderna, sendo que os valores das sociedades ocidentais se convertem no parâmetro universal para definir o que, de fato, são as sociedades modernas (Costa, 2006).

Outro importante pensador pós-colonial, que discute de forma crítica essas lógicas binárias, que impõem e fortalecem cisões, é o indiano Homi Kharshedji Bhabha. Na obra “O local da cultura”, o autor concentra a análise no deslocamento da diversidade cultural para a diferença cultural, que produz divisões relacionadas ao modo como a contemporaneidade é compreendida, introduzindo um espaço cultural híbrido. Bhabha (2013) argumenta sobre a construção do sujeito colonial e o poder colonial por meio do discurso; o autor aponta que essa argumentação demanda uma articulação das formas da diferença, com destaque para questões raciais e sexuais. Essa articulação, explica o teórico, é fundamental pelo fato de que o corpo está inscrito “tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder” (Bhabha, 2013, p. 119). Segundo Bhabha (2013), o discurso colonial como aparato de poder vai se apoiar na recusa às diferenças raciais, culturais e históricas, que transformam o sujeito colonial em algo indesejado; assim, são criados estereótipos, que nada mais são do que uma falsa representação da realidade do sujeito colonial.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução [...]. Portanto, apesar do “jogo” no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é ao mesmo tempo um “outro” e ainda assim inteiramente apreensível e visível (Bhabha, 2013, p. 123-124).

Na esteira desse argumento, o autor afirma que o discurso colonial emprega um sistema de representação similar ao realismo, o que vai encontro do Orientalismo, de Said, no sentido de criticar a forma como o discurso europeu constituiu o Oriente “como uma zona do mundo unificada em termos raciais, geográficos, políticos e culturais” (Bhabha, 2013, p. 124). Para justificar os sistemas de conquistas e administração coloniais, a lógica colonial produzia tipos degenerados, tendo como marcador a origem racial.

As formulações epistemológicas que distinguem grupos legítimos e ilegítimos são chaves para a compreensão dos pensamentos que perpassam os estudos pós-coloniais e, portanto, é válido tecer algumas articulações sobre essas fronteiras. Segundo José Cristian Góes (2017), antes mesmo de se lançar aos oceanos em busca do novo mundo, os europeus formularam sua identidade nacional tendo como base a construção de um *Outro* aparentemente

invisível. “Temos, assim, a fabulação do Outro, e o violento exercício de poder para impedir sua constituição como nós. Além disso, o Outro no mundo novo era destruído pelo trabalho escravo, por imposições étnicas e genocídios” (Góes, 2017, p. 66).

Em outro texto, Góes (2021) explica que a dicotomia “humanos *versus* não-humanos” desponta no período final do feudalismo, no século XV. Conforme o pesquisador, a origem da ideia de humanismo também fabricou o não-humano, que consiste em uma diferença do *Nós*, estabelecida por meio de categorias como raça, classe, gênero, religião, nacionalidade, entre outros. O autor tece críticas à expansão europeia para a exploração de terras, povos e recursos no denominado “Novo Mundo”, classificando-a como ações que impuseram uma lógica humanista calcada no cristianismo. Este “êxodo” culminou em saques, pilhagens, escravidão, estupros, genocídio de povos originários e diversas opressões revestidas sob o véu da *descoberta*, que se tratou, na verdade, de *invasões*. “Era uma ordem civilizatória humana vocacionada a salvar os selvagens” (Góes, 2021, p. 125). Destarte, reforça Góes (2021), o humanismo fabricou o inumano, como argumento justificador dos atos de opressão e escravidão dos corpos desses “outros”.

Também de acordo com Góes (2021), a definição de humanidade acompanhou as transformações políticas e sociais dos séculos XIX e XX, mas, não se tratou de um processo de evolução e tampouco de superação de ideais racistas e classistas, que continuaram a embasar a ideia sobre o *Outro*, provenientes das expansões coloniais que resistiram ao tempo. O autor reitera que, mesmo diante de acordos e expressões sobre os direitos humanos entre as nações, as relações sociais continuaram a segregar a condição humana ao *Nós* e o inumano ao *Outro*, a partir de critérios como raça, classe, religião, nacionalidade, entre outros marcadores sociais de diferença. “Nosso percurso humano experimenta uma contemporaneidade lastreada por marcas de *colonialidades*, medos, violências, falsas moralidades e que fazem erguer fronteiras entre o *nós* e os *Outros*, apesar de sermos, ontologicamente, o *Mesmo Ser*” (Góes, 2021, p. 126, destaques do original).

A abordagem da dicotomia “nós” *versus* “outros” nos impele a elaborar algumas reflexões em torno do conceito de identidades, pois, como discutimos, a dominação colonialista determinou e acentuou um modo de ser unívoco, embasado em critérios ocidentais. São vastos os estudos acerca das identidades, todavia, nos interessa lançar algumas luzes sobre como essas formulações incidem no silenciamento de determinados grupos e sujeitos, com insistentes tentativas de os tornarem invisíveis, especialmente na prática jornalística (Góes, 2017).

Na concepção de Stuart Hall (2006), as identidades jamais são unificadas e, no contexto da Modernidade, são cada vez mais fragmentadas e fraturadas. Nessa perspectiva, as

identidades estão constantemente em revisão e sob rasuras, pois são construções em frequente processo de mudança e transformação. Segundo Góes (2017), a palavra identidade tem raiz etimológica no grego *idem*, que na versão latina, é traduzida como *identitas*, que significa “o mesmo”, “a permanência em si”. Todavia, o autor afirma que a partir da Modernidade, “a identidade passa a ser utilizada para a intensa visibilização do Outro, para a fabulação sobre as diferenças que vão aparecer sempre como ameaçadoras, inimigas eternas do nós e que devem ser destruídas” (Góes, 2017, p. 59).

Conforme Hall (2006), as identidades são construídas dentro dos discursos e, portanto, é preciso compreendê-las como expressões de locais históricos e institucionais específicos, ou seja, a partir de práticas discursivas com estratégias e iniciativas específicas e bem definidas. Para o autor, “elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica”. Com isso, os discursos da Modernidade, sobretudo a partir das dinâmicas legitimadas nos processos de colonização, reforçaram as marcações da diferença e da exclusão. O autor assevera que as diferenças fundamentam a construção das identidades, de modo que toda e qualquer identidade tem a sua “margem” e seu “excesso”, isto é, o que pode ser excluído, ignorado. “As identidades podem funcionar como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade de excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto” (Hall, 2006, p. 110).

O pensamento pós-colonial segue no sentido de se contrapor a essas fronteiras. Segundo Patricia Hill Collins (2019, p. 151), “como os ‘Outros’ da sociedade, aqueles que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos ameaçam a ordem moral e social. Ao mesmo tempo, são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade”.

A leitura do mundo a partir das lentes europeias fabricou a ideia do outro/a como inumano e ilegítimo. A concepção de Modernidade guiou-se a partir do Humanismo, que determinava a cultura europeia como a única a ser considerada, além de estabelecer o que poderia ser ou não considerado como humano. Como explica Muniz Sodré (1999), essas definições serviam para justificar a subserviência e escravidão dos considerados não-humanos, o que seria um método para torná-los “civilizados” e facilmente manipulados em prol do projeto de modernidade.

Na obra “Memórias da Plantação”, Grada Kilomba (2019) discorre sobre as categorias “nós” e “outros” para abordar o racismo que persiste na estrutura social e que tem como uma de suas bases o colonialismo europeu alastrado mundo afora. A teórica feminista portuguesa,

voz de resistência diante do norte global, afirma que, no racismo, a negação é usada para a manutenção de estruturas violentas de exclusão social. O/a “outro/a” é sempre tratado/a como antagonista do “eu” (*self*). A explanação da autora nos ajuda a refletir sobre as lógicas de divisão que persistem nas estruturas sociais ainda embasadas no colonialismo, cuja retórica é a negação de quaisquer aspectos que possam destoar daquilo que é estabelecido como padrão.

Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego - a parte “boa”, acolhedora e benevolente - é vista e vivenciada como “eu” e o resto - a parte “má”, rejeitada e malévola - é projetada sobre a/o ‘*Outra/o*’ como algo externo (Kilomba, 2019, p. 36-37).

Mas, no decorrer da história, foram várias as vozes que se ergueram na intenção de serem ouvidas e legitimadas. Ballestrin (2013, p. 92) explica que na década de 1970, formava-se no sul asiático o Grupo de Estudos Subalternos (*subaltern studies*), liderado por Ranajit Guha, dissidente do marxismo indiano¹¹. O grupo reforçou o pós-colonialismo¹² como um movimento intelectual e político, afirma a autora. Spivak, Partha Chatterjee e Dipesh Chakrabarty, formavam a “tríade sagrada do pós-colonialismo” e, com suas formulações, expandiram os estudos subalternos para além da Índia. De acordo com Ballestrin (2013), o termo “subalterno” provém de Gramsci e é empregado em referência aos grupos e classes historicamente obliteradas pelas classes dominantes. “As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas” (Grosfoguel, 2008, p. 119).

No ensaio “Pode o subalterno falar?”, Spivak (2010)¹³ traz importantes contribuições para se pensar sobre a legitimidade dos saberes historicamente subalternizados e tece críticas ao modelo de supremacia intelectual ocidental, que embasa as construções epistemológicas ao redor do mundo. A indiana contesta o fato de a localização geográfica ser fator determinante

¹¹ Ranajit Guha é apontado por diversos teóricos como o fundador dos Estudos Subalternos, mas, como explica Pelúcio (2012, p. 400), as mesmas preocupações que inspiraram o grupo de intelectuais indianos liderado por Guha também instigavam intelectuais de outras periferias do planeta. Destaca-se, nesse sentido, as contribuições de Antonio Gramsci, que, por meio do texto “Nos confins da História”, parte dos Cadernos do Cárcere, inspirou intelectuais a olharem para a subalternidade. Em Gramsci, as análises sobre subalternidade não se concentram em classes sociais ou indivíduos, mas em processos de dominação presentes na sociedade, marcada por operações político-culturais de hegemonia que, por sua vez, marginalizam os subalternos (Pelúcio, 2012).

¹² No Brasil, os expoentes mais conhecidos do debate pós-colonial são o indiano Homi Bhabha, o jamaicano Stuart Hall e o inglês Paul Gilroy. As respectivas obras desses autores traduzidas para o português foram: “O local da cultura”, “Da diáspora” e “Atlântico negro”, amplamente repercutidas nas ciências sociais brasileiras (Ballestrin, 2013, p. 94).

¹³ Publicado originalmente em 1942.

para a validação de um conhecimento, de modo que as formulações teóricas ocidentais e do Norte global favorecem vieses hegemônicos e estabelecem fronteiras ao passo que impõem divisões entre grupos dominantes e subalternos. A pensadora denomina como “violência epistêmica” o projeto de construção do sujeito colonial como Outro/a, a quem é obliterada toda e qualquer forma de reconhecimento. A relação entre os grupos legítimos e não-legítimos é antagônica e marcada por tensões, com destaque para o incessante empreendimento para promover silenciamentos, exclusões e, conseqüentemente, o apagamento de saberes não pertencentes aos grupos dominantes. Ao concluir que o subalterno não pode falar, Spivak se refere ao fato de que a fala do subalterno sempre será intermediada pela voz de outrem, que se colocará em posição de superioridade para reivindicar algo em favor de outro/a.

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade (Spivak, 2010, p. 60).

Spivak (2010) critica os intelectuais do Ocidente, como Michel Foucault e Gilles Deleuze, pelo fato de não serem sensíveis à diversidade cultural e intelectual, o que cerceia a participação dos subalternos nos espaços de construção do saber, com evidente tendência eurocêntrica. Na perspectiva de Spivak, o sujeito subalterno é aquele cuja voz é abafada e não pode ser ouvida. Ela critica a intelectualidade que pretende falar *em nome* dos subalternos. Assim, “o subalterno permanece silenciado e aparece como constituição de mais um ‘outro’, uma classificação essencialista que acaba por incorporar a noção de *différance* ou hibridismo” (Ballestrin, 2013, p. 93). As marcas de um colonialismo branco, eurocêntrico e masculino são fortemente criticadas por Spivak, que afirma que, no contexto da obliteração do sujeito subalterno, as divisões sexuais reforçam ainda mais as dicotomias¹⁴.

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está mais profundamente na obscuridade (Spivak, 2010, p. 85).

¹⁴ Embora originalmente formulado na década de 1940, este argumento se mantém atual. Na sociedade brasileira, por exemplo, comportamentos machistas e misóginos fazem parte da estrutura social e reforçam ideias de superioridade dos homens em relação às mulheres, especialmente no mercado de trabalho, onde ainda são observadas diferenças salariais entre ambos, ainda que ocupem o mesmo cargo.

Os estudos pós-coloniais enfatizam problemáticas inerentes aos processos de colonização, principalmente quanto às diversas formas de dominação, econômica, social, cultural, ideológica, política, entre outras (Scherer-Warren, 2010). Com efeito, as teorias articuladas nessa escola de pensamento se aplicam efetivamente em contextos de análises que perpassam o território latino-americano, cujas marcas do colonialismo se fazem presentes em diversas esferas. A cientista social Ilse Scherer-Warren (2010) sugere conexões epistemológicas entre a atuação dos movimentos sociais e o pós-colonialismo na América Latina. A autora versa sobre a emergência de uma abordagem pós-colonial voltada ao estudo de grupos subalternos no continente. Ela explica que os estudos pós-coloniais incorporam legados das teorias de classe e, por conseguinte, das respectivas formas de opressão exercidas pelas elites hegemônicas. Essas opressões ocupam, inclusive, uma dimensão simbólica relacionada aos segmentos sociais colonizados, o que incide diretamente na exclusão destes no que tange à política e garantia de direitos.

Os estudos pós-coloniais na América Latina têm como principais referências pensadores como Frantz Fanon e Enrique Dussel, que teceram visões críticas sobre o projeto de Modernidade a partir do lugar do sujeito colonizado/subalternizado, e apresentaram novas possibilidades de leitura diante dos processos de colonização, não mais a partir da enunciação formulada pelos colonizadores, mas sim, a partir do olhar do colonizado (Scherer-Warren, 2010).

O psiquiatra e político martinicano Frantz Fanon (1925-1961)¹⁵ concentrou parte de sua trajetória intelectual nos estudos sobre os processos de subjetivação advindos do colonialismo e como essas lógicas foram introjetadas pelos colonizadores nos corpos e mentes dos colonizados, com ressaltados aspectos de desvalorização que têm o marcador raça como o principal ponto de cisão. Destarte, o argumento de Fanon gira em torno do fato de que o processo de libertação das mentes colonizadas só se dará mediante processos de desconstrução das formações discursivas, bem como a construção de novas subjetividades dos sujeitos oprimidos e discriminados (Scherer-Warren, 2010; Fanon, 2022).

¹⁵ Fanon foi militante da Frente de Libertação Nacional da Argélia e publicou obras clássicas como “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1983) e “Os condenados da Terra” (1968). O humanismo radical assumido pelo autor é referenciado pelos estudos culturais e da diáspora, além de primordial para intelectuais e militantes dos movimentos negros. No Brasil, Fanon foi referência para lutas em defesa dos direitos humanos a partir de uma consciência revolucionária; o pensamento do autor inspirou intelectuais como Abdias do Nascimento, Paulo Freire, Renato Ortiz, além do cineasta Glauber Rocha. Fanon também embasou os princípios ideológicos da Teologia da Libertação (Amaro, 2023).

Na perspectiva do autor, a violência praticada pelos colonizadores nos processos de exploração colonial possui raiz racista, colocando a população negra em posição de inumanidade. Fanon defende o humanismo radical para combater as arbitrariedades colonialistas. A questão de raça ocupa a centralidade da obra de Fanon, de forma que a cor é determinante para explicar as separações entre o que o Ocidente considera humano e inumano, estabelecendo discriminações entre o mundo colonial e o mundo metropolitano, além de forjar zonas de ser e de não ser (Amaro, 2023; Fanon, 2022).

No prefácio da edição brasileira de “Os condenados da terra” (Fanon, 2022¹⁶), encontramos algumas chaves de leitura propostas por Thula Rafaela de Oliveira Pires, Marcos Queiroz e Wanderson Flor do Nascimento. Os autores explicam algumas questões fundamentais que auxiliam na compreensão da teoria do filósofo martinicano, para quem o conceito de Estado se constrói a partir do entrelaçamento de práticas e normas sociais aprendidas no cotidiano da colônia. Na concepção fanoniana, o Estado-nação se mantém por meio da violência operada nas colônias sobre os colonizados, manifestada no controle, na punição e expropriação de “vidas matáveis”. Os autores explicam:

O empreendimento colonial fez nascer a ideia de humanidade, elaborada a partir dos alvos da violência total. A humanidade foi reduzida a um atributo exclusivo, a partir da experiência de quem é branco, de ascendência europeia, cisgênero, heterossexual, cristão, proprietário, sem deficiência, tudo no masculino. E é exatamente a partir do contingente que sobra, e que não pode ser, que Fanon se dedicou a pensar os efeitos da experiência colonial no continente africano e na diáspora (Pires; Queiroz; Nascimento, 2022, p. 12).

A obra de Fanon tece críticas ao patriarcado, ao cristianismo, ao capitalismo, ao racismo e outras opressões oriundas de um colonialismo histórico. Esses modelos do sistema-mundo ocidentocêntrico, impostos arbitrariamente de forma vertical, geram, segundo o autor, sofrimento psíquico e violência. Fanon (2022) propõe um novo humanismo no sentido de contemplar e valorizar as necessidades sociais e psíquicas dos povos oprimidos e recuperar a dignidade ontológica desses povos. O autor considera que não basta identificar o opressor, mas é necessário combater e extinguir não somente os processos de opressão, como também seus representantes, ainda que isso culmine na luta armada, considerando que “é preciso fazer frente a esse horror institucionalizado” (Amaro, 2023, p. 5). Como afirma o autor, “o colonizado descobre o real e o transforma no movimento de sua práxis, no exercício da violência, no seu projeto de libertação” (Fanon, 2022, p. 55).

¹⁶ Obra originalmente publicada em 1968.

Fanon inspirou as reflexões decoloniais, pós-coloniais e subalternas, principalmente porque formula análises críticas alinhadas com dimensões éticas e políticas, coerentes com as experiências concretas dos grupos silenciados pela violência colonial. Como explica Amaro (2023), o pensamento decolonial defende que, apesar de as colônias terem conquistado independência e o colonialismo ter terminado, as colonialidades do saber, do poder e do ser ainda permanecem nas subjetividades de quem experienciou os processos de violência colonial. Em relação aos estudos pós-coloniais, a autora comenta que o interesse se concentra nas reflexões acerca das relações de dominação e opressão dos colonizadores contra os colonizados. Nesse sentido, a obra de Fanon é uma referência fundamental para tecer análises críticas relacionadas a tais processos.

Com relação a Enrique Dussel, a contribuição para repensar o processo de colonização é apresentada a partir de uma nova epistemologia, intitulada Filosofia da Libertação. Para Dussel (2005), é preciso superar o mito da modernidade e revelar sua face oculta, isto é, o mundo colonial e suas vítimas (mulheres, culturas populares, negros, indígenas, entre outras); segundo o autor, modernidade e colonialidade se complementam, justamente pelo fato de que os “outros” se referem aos grupos oprimidos pela prática da Modernidade eurocêntrica.

Diante das reflexões apresentadas sobre alguns aspectos do pensamento pós-colonial, podemos compreender as bases para a formação da decolonialidade como perspectiva teórica, cientes, porém, de que se tratam de tradições teóricas e políticas distintas. Os estudos pós-coloniais tornaram-se insuficientes no que tange à compreensão e reconhecimento sobre a produção e formação de identidades de grupos e sujeitos sem a relação colonizadores *versus* colonizados, pois foram articulados com o objetivo de demonstrar como este antagonismo conforma um projeto de dominação e opressão (Amaral, 2021; Reis; Andrade, 2018). A proposta decolonial, por sua vez, contempla saberes e experiências de países e grupos dissociados do domínio eurocêntrico e Norte global, que também podem elaborar conhecimentos de forma desprendida da visão dos colonizadores, indo ao encontro da necessidade apontada por Grosfoguel (2008), de se descolonizar a proposta pós-colonial:

Acredito que a análise do sistema-mundo precisa de descolonizar a sua epistemologia, levando a sério o lado subalterno da diferença colonial: o lado da periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos anti-sistêmicos que participam no processo de produção de conhecimento. Isto significa que, embora o sistema-mundo tome o mundo como unidade de análise, ele pensa a partir de uma determinada perspectiva no mundo (Grosfoguel, 2008, p. 136).

A perspectiva decolonial enfatiza a crítica à dominação colonial na contemporaneidade, que afeta tanto a estrutura social quanto a dimensão epistemológica.

2.2 O Pensamento decolonial (Modernidade/Colonialidade)

Fundamentamos nossa abordagem acerca do pensamento decolonial a partir das articulações do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Formado majoritariamente por pesquisadores e pesquisadoras da América Latina, teve como fundamento apresentar propostas teóricas a partir da região, desprendidas da intelectualidade dominante do Norte global. Constituído nos anos 1990, o coletivo foi fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI, promovendo a radicalização do argumento pós-colonial no continente, por meio da noção de “giro decolonial” (Ballestrin, 2013).

Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” - epistêmica, teórica e política - para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013, p. 89).

Diante do que a autora aponta, compreendemos o impacto das construções epistemológicas do coletivo M/C para as ciências sociais na América Latina, como forma de resistência, contestação e subversão diante dos saberes oriundos de contextos dominantes, cuja proeminência tende a silenciar as epistemologias elaboradas a partir de outras bases. Nelson Maldonado-Torres, filósofo porto-riquenho, interpreta o “giro decolonial” como alusão às iniciativas de resistência epistemológica, mas também política, à lógica da modernidade/colonialidade.

Os princípios do giro decolonial e a ideia de descolonização se fundamentam sobre o “grito” de espanto do colonizado perante a transformação da guerra e da morte em elementos corriqueiros de seu mundo de vida, que vem a se transformar, em parte, em um mundo de morte, ou o mundo da vida apesar da morte. A ideia da colonização também expressa dúvida ou ceticismo a respeito do projeto colonial. A dúvida decolonial é parte fundamental da descolonização (Maldonado-Torres, 2007, p. 159, tradução nossa).

Em outro texto, Maldonado-Torres (2023) também traz explicações sobre o conceito de decolonialidade. O termo evoca dois lembretes: 1) a colonização se mantém, com suas várias dimensões, e não pode se perder do horizonte de luta; 2) a lógica e os legados do colonialismo

continuam a existir, mesmo após o fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política. “É por isso que o conceito de decolonialidade desempenha um importante papel em várias formas de trabalho intelectual, ativista e artístico atualmente” (Maldonado-Torres, 2023, p. 28).

O M/C teve como motivação subverter o pensamento pós-colonial, concentrado em teóricos do Norte global, e atualizar a crítica latino-americana ao trazer para o debate outras leituras referentes às relações de poder manifestadas no continente (Amaral, 2021). Apesar das conexões entre a decolonialidade e o pós-colonialismo, que visam combater as opressões do colonialismo, os teóricos decoloniais criticam a ênfase do Norte global nas perspectivas pós-coloniais e, desse modo, se empenham em expandir as epistemologias elaboradas a partir do ponto de vista e da localidade dos povos subalternizados.

Conforme Ballestrin (2013), a gênese do M/C remonta à década de 1990, nos Estados Unidos, mais precisamente em 1992, com a reimpressão de um clássico texto do sociólogo peruano Aníbal Quijano intitulado “Colonialidad y modernidad-racionalidad”; neste mesmo ano, intelectuais latino-americanos e americanos situados nos Estados Unidos fundaram o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, com evidente inspiração no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, articulado no contexto do pós-colonialismo. A fundação do grupo foi originalmente publicada na revista *Boundary 2*, editada pela *Duke University Press*, traduzido em 1998 por Santiago Castro-Gómez, com o título de “Manifiesto inaugural del Grupo Latino-americano de Estudios Subalternos”, sendo o marco da inserção da América Latina no debate pós-colonial (Ballestrin, 2013). O trecho a seguir, extraído do manifesto e traduzido por Ballestrin (2013, p. 94), aborda o comprometimento do grupo:

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, inspirou-nos a fundar um projeto semelhante dedicado ao estudo subalterno na América Latina [...]. A mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p. 70 *apud* Ballestrin, 2013, p. 94).

Divergências teóricas, contudo, contribuíram para a desagregação do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos em 1998; no mesmo ano, aconteceram as primeiras reuniões entre os membros que viriam a formar o coletivo Modernidade/Colonialidade (Ballestrin, 2013). Grosfoguel (2008) explica o contexto da dissolução do Grupo Latino-americano de

Estudos Subalternos, e afirma que os membros, em sua maioria, eram acadêmicos latino-americanos que viviam nos Estados Unidos e que, embora houvesse o esforço de se produzir conhecimentos alternativos e radicais, eles muitas vezes se limitavam a reproduzir os esquemas epistêmicos da realidade norte-americana.

Segundo a crítica de Grosfoguel (2008), esses teóricos limitavam suas produções a estudar a perspectiva subalterna, ao contrário de produzir com e a partir dessa perspectiva. Ademais, nenhum dos grupos de estudos subalternos na América Latina havia conseguido trazer críticas contundentes ao eurocentrismo e focaram seus estudos em pensadores do Norte global, sobretudo em teóricos pós-estruturalistas como Foucault e Derrida; a predileção por teorias ocidentais iria na contramão do objetivo de produzir conhecimentos a partir dos subalternos (Grosfoguel, 2008). Com isso, explica o sociólogo, a teoria permaneceu situada no Norte global, enquanto os sujeitos a estudá-la se localizavam no Sul; este imbróglio foi determinante para a dissolução do projeto, como o próprio autor comenta:

Sendo eu um latino a viver nos Estados Unidos, fiquei descontente com as consequências epistêmicas do conhecimento produzido por esse grupo latino-americanista. Os seus membros subestimaram, na sua obra, as perspectivas étnico-raciais oriundas da região, dando preferência sobretudo a pensadores ocidentais (Grosfoguel, 2008, p. 116).

O coletivo M/C se estruturou por meio de seminários, publicações e diálogos, tendo como um de seus fundadores o argentino Walter Mignolo. Em 1998 ocorreu um importante encontro na *Universidad Central de Venezuela*, com organização do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), que reuniu pensadores como Enrique Dussel, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, entre outros. O encontro resultou em uma obra coletiva do M/C, intitulada “La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales”, publicada em 2000, editada pelo CLACSO. Também nos anos 2000 aconteceram vários eventos e reuniões oficiais do coletivo, que agregou nomes como Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, Margarita Cervantes de Salazar, entre outros/as (Ballestrin, 2013). Segundo Ballestrin (2013), muitos dos integrantes já haviam desenvolvido articulações próprias desde os anos 1970, como Dussel, com a Filosofia da Libertação. Assim, a identidade do M/C herdou influências do pensamento crítico latino-americano do século XX (Ballestrin, 2013)¹⁷.

¹⁷ Vale frisar que, a despeito da intenção de promover rupturas com a supremacia intelectual europeia, branca e masculina, a maior parte dos autores citados nos estudos alocados no pensamento decolonial, sobretudo referentes ao coletivo Modernidade/Colonialidade, é formada por homens. É urgente, pois, valorizar a construção intelectual de pesquisadoras.

No texto de 1992, o sociólogo peruano Aníbal Quijano entende a colonialidade como um sistema de dominação, ainda que o colonialismo como ordem política tenha sido dissipado. Ademais, ao mesmo tempo em que se consolidava a dominação colonial europeia, também se estabeleceu um complexo cultural denominado como a racionalidade-modernidade europeia, que impunha um paradigma universal de conhecimento (Quijano, 1992; Mignolo, 2010), isto é, uma forma única de construção de saberes, que tinha a Europa como referencial. O autor tece críticas à dominação europeia, especialmente quanto à consequente subalternização e exclusão de outras culturas, em uma lógica na qual somente a cultura europeia é considerada racional: “Em consequência, as outras culturas são inferiores por natureza, de modo que só podem ser ‘objetos’ de conhecimento e/ou práticas de dominação. A relação entre a cultura europeia e as demais se manteve como uma relação de sujeito e objeto (Quijano, 1992, p. 16, tradução nossa).

Como discorre Escobar (2003), o trabalho desenvolvido pelo coletivo M/C constitui uma nova perspectiva não somente para a América Latina, mas para todo o universo abarcado pelas ciências humanas e sociais. O antropólogo colombiano considera o M/C um “programa de investigação” (Escobar, 2003, p. 53) e explica que as articulações do grupo visam uma discursividade própria das ciências modernas, a fim de configurar outro espaço de produção de conhecimento: “uma forma distinta de pensamento, um paradigma outro, a possibilidade de falar sobre mundos e conhecimento de outro modo” (Escobar, 2003, p. 53, tradução nossa)¹⁸.

A genealogia do pensamento do M/C contempla fatores bastante relevantes no contexto latino-americano, como elenca Escobar (2003, p. 53): A Teologia da Libertação; os debates acerca da Filosofia da Libertação como uma ciência social autônoma; a teoria da dependência; os debates sobre Modernidade e Pós-modernidade; discussões sobre hibridismo na antropologia; a comunicação nos estudos culturais; o grupo latino-americano de estudos subalternos. Desse modo,

O grupo Modernidade/Colonialidade encontrou inspiração em diversas fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade, até o grupo sul-asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; ainda assim, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, sem embargo, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (Escobar, 2003, p. 53, tradução nossa).

¹⁸ Na perspectiva apresentada por Imre Lakatos, um programa de investigação (ou programa de pesquisa) corresponde a uma estrutura dinâmica constituída por uma série de teorias interligadas, orientadas por diretrizes metodológicas comuns. Não se trata de uma teoria isolada, mas de uma sucessão de teorias conectadas por uma continuidade (Rodrigues, 1998).

Escobar (2003) argumenta que a Modernidade introduziu um projeto totalizante, promovendo separações fundamentais, como entre "nós" e "eles", natureza e cultura. Segundo o autor, a força da Modernidade reside em sua capacidade de se apresentar como um discurso universalizado, em que "todas as culturas e sociedades do mundo ficam reduzidas a serem a manifestação histórica e cultural da Europa" (Escobar, 2003, p. 57, tradução nossa). O antropólogo resume o programa de investigação M/C como um quadro construído na periferia latino-americana do sistema-mundo colonial moderno; destarte, o coletivo visa explicar as dinâmicas de poder eurocêntricas na produção da Modernidade e busca tentativas para transcendê-las.

Ainda segundo a argumentação de Escobar (2003) sobre o programa de investigação M/C, é salutar a vinculação entre áreas que muitas vezes são preteridas nos estudos sobre decolonialidade. Para o autor, o engajamento com epistemologias feministas, por exemplo, seria de grande valia para os estudos discursivos da ação social, principalmente diante da intersecção de questões centrais ao grupo M/C e à teoria feminista, como epistemologia, poder, identidade, subjetividade, agência e vida cotidiana (Escobar, 2003). O autor assume um *mea-culpa* sobre a escassa participação das mulheres no grupo, o que vai na contramão da proposta do pensamento decolonial de manter diálogo aberto com o feminismo latino (Ballestrin, 2013). Para Escobar (2003, p. 72-73, tradução nossa), “o fato de as mulheres serem outras em relação aos homens – e certamente tratadas como tal pelas ciências sociais e humanas falocêntricas – deve ter consequências para uma perspectiva centrada precisamente na exterioridade e na diferença”.

A crítica decolonial é construída, em grande parte, a partir da relação intrínseca entre Modernidade e colonialidade, expressada, sobretudo, na díade que dá nome ao coletivo (Modernidade/Colonialidade). A colonialidade é um dos elementos constituintes e indissociáveis do padrão mundial de poder do sistema capitalista, fundamentado a partir de uma classificação racial e étnica da população (Quijano, 2009). Na mesma direção, Mignolo (2009) considera a colonialidade como “parte da mesma moeda” da Modernidade, de modo que não há Modernidade sem colonialidade. Para o autor, a colonialidade se apresenta como o lado obscuro da Modernidade, pois ela atua na constância do sistema-mundo moderno/colonial capitalista, implantado com o colonialismo. Com efeito, não se pode criticar a Modernidade sem lançar reflexões sobre seu lado oculto, que é a própria colonialidade.

O estabelecimento da Modernidade como momento histórico tem como base o ano de 1492, com o início das expedições europeias rumo ao chamado “Novo Mundo”. Até então, o mundo era regionalizado por meio da cosmologia cristã, com a existência de três continentes:

Ásia, África e Europa, com referência aos três filhos de Noé (Maia; Farias, 2020). Por trás da ideia de América estava a noção de Ocidentalismo, confundido com a própria concepção de Europa, considerada como o centro de organização, progresso e desenvolvimento político e econômico. Sobre esse processo, vale reproduzir os dizeres de Maia e Farias (2020, p. 581):

O “descobrimento” foi o momento de conhecer o novo, saber que as terras encontradas não faziam parte da Ásia, mas eram uma quarta parte do mundo, que até então consistia em Europa, África e Ásia. É nesse momento que a Europa, ao encontrar o desconhecido, designa-o como Outro e reconhece sua própria identidade como centro. É o ponto em que acontece a formação da identidade europeia e o nascimento da modernidade. A Europa reconhece a si mesma como centro dos acontecimentos e secundariza o restante do mundo, ao passo que cria a subjetividade a ser espalhada como universal e identifica os “novos descobertos” como seres a serem civilizados.

Mas, qual a interpretação do coletivo M/C sobre o conceito de Modernidade? Conforme a crítica de Mignolo (2009), a Modernidade é uma narrativa europeia que tem uma obscura “face oculta” denominada colonialidade. Este argumento indica a indissociável relação entre os conceitos, principalmente se levarmos em consideração as dinâmicas do mundo capitalista. Como assevera o autor argentino, as modernidades globais implicam colonialidades globais, sustentadas pela matriz colonial de poder. O pensar e fazer decolonial emerge como resposta “às inclinações opressivas e imperialistas dos ideais europeus modernos projetados e aplicados ao mundo não-europeu” (Mignolo, 2009, p. 39, tradução nossa).

Mignolo (2009; 2010) reforça que o pensar moderno legitimou e naturalizou a colonização e a exploração das nações não-europeias, mas, para muito além dessas opressões, impôs uma racionalidade epistêmica eurocentrada, que estabeleceu como incontestável o modo europeu de pensar e construir conhecimento. Uma das principais críticas dos estudos decoloniais corresponde à noção de superioridade intelectual do Norte global em relação ao Sul global. Essa condição de superioridade da racionalidade epistêmica do Norte limita e condiciona as discussões quanto às pautas essenciais às sociedades. Frente a isso, Amaral (2021, p. 475) diz que “o pensamento decolonial atua na intenção de agenciar as várias formas de desprendimento pelo reconhecimento das particularidades de sujeitos e comunidades excluídos pela Modernidade”.

O pensamento decolonial, como interpretam Oliveira e Lucini (2021), pode ser apresentado com base em três significados: 1) Teoria - como um viés de pensamento que possui conceitos e categoria para pensar a experiência colonizadora; 2) Conceito histórico - apresentado como a antítese da colonialidade; 3) Posicionamento político - articulador de

denúncias e lutas. Desse modo, o conceito de decolonialidade é formulado a partir da existência da colonialidade, porém ambas são ocultadas pelo poder ilusório do sistema-mundo moderno capitalista. Segundo as autoras, a decolonialidade exerce enfrentamentos diante das colonialidades impostas aos grupos subalternos pelo exercício do padrão de poder moderno. A perspectiva decolonial propõe uma construção teórica alternativa à Modernidade eurocentrada, não só no que tange ao seu projeto civilizatório, mas, sobretudo, às suas propostas epistêmicas (Oliveira; Lucini, 2021).

Grosfoguel (2012) faz contundentes críticas quanto ao universalismo teórico, que relega às epistemologias eurocêtricas a unicidade para as soluções de todas as problemáticas do planeta. O autor considera a supremacia intelectual eurocêntrica como reprodutora dos desenhos globais imperiais e coloniais, um movimento realizado inclusive por intelectuais do campo progressista. Grosfoguel (2012) comenta que os intelectuais do Sul dialogam com os intelectuais do Norte, porém, o movimento contrário não acontece, salvo raras exceções. Destarte, são poucos os teóricos do Norte que assumem perspectivas críticas diante da descolonização do pensamento; isso explica a escassez de diálogos voltados à superação do eurocentrismo, com vistas para a abertura de um diálogo interepistêmico entre Norte e Sul. “A maioria dos intelectuais de esquerda europeus continua falando entre eles mesmos e são surdos frente a propostas e projetos políticos descoloniais que assumem perspectivas epistemológicas a partir do Sul Global” (Grosfoguel, 2012, p. 338).

Grosfoguel (2012, p. 339) alerta sobre a importância da descolonização do conhecimento e da universidade como requisito para a descolonização radical do mundo. A inferiorização das epistemologias do Sul resulta de um longo processo do “sistema-mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal”. Desde o século XVI existe a lógica produtora de uma hierarquia epistêmica global, inspirada no racismo/sexismo epistemológico e no fundamentalismo eurocêntrico, branco, burguês e cristão, reproduzido em todo o mundo por meio da globalização da universidade ocidentalizada (Grosfoguel, 2008; 2012). Para viabilizar o diálogo Norte-Sul, Grosfoguel (2012) indica que o primeiro passo é identificar as coordenadas do poder mundial, o que implica a identificação das relações excludentes envolvidas nos processos de poder, além da necessidade de especificar quem são os “outros”, excluídos e silenciados pela colonialidade do poder global (Quijano, 2005; Grosfoguel, 2012).

Promover o diálogo intercultural requer a ruptura com a ideia de horizontalidade de relações culturais; é preciso reconhecer que as relações entre as culturas se realizam de forma vertical, com a existência de colonizadores e colonizados (Grosfoguel, 2012). É premente

pensar sobre as estruturas de opressões, que constitui o núcleo da proposta decolonial. Existe uma estrutura de exploração e dominação da colonialidade global, que afeta a comunicação, a interculturalidade e o diálogo com o Sul, afirma o autor: “Antes de um diálogo é preciso começar reconhecendo as desigualdades de poder e as cumplicidades do Norte em relação à exploração do Sul” (Grosfoguel, 2012, p. 340). Com base nesta argumentação, entendemos que o lugar de enunciação incide nas experiências que possuem visibilidade e nas que são invisibilizadas, o que alude à importância da comunicação e, de modo mais específico, do jornalismo, na garantia de visibilidade de tais experiências, como discutiremos adiante.

O homem branco, capitalista, heterossexual, militar, cristão, europeu foi o que se expandiu pelo mundo levando consigo, e impondo simultaneamente, os privilégios de sua posição racial, militar, de classe, sexual, epistêmica, espiritual e de gênero. Estas diversas e entrelaçadas colonialidades, foram cruciais nas hierarquias e ideologias globais que, ainda no início do século XXI, experienciamos em escala planetária. A homofobia, o racismo, o sexismo, o heterossexismo, o classismo, o militarismo, o cristianocentrismo, o eurocentrismo são todas ideologias que nascem dos privilégios do novo poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado (Grosfoguel, 2012, p. 343).

2.2.1 Colonialidade do poder, do saber e do ser: ideias centrais do pensamento decolonial

Quijano (1992, p. 16, tradução nossa) considera o paradigma de conhecimento racional europeu como parte de uma estrutura de poder alinhavada com a dominação colonial europeia sobre o “resto” do mundo. Para ele, “esse paradigma seria a expressão da colonialidade dessa estrutura de poder”. Colonialidade do poder é um conceito amplamente debatido pelo grupo M/C, desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, em 1989. Em suma, diz respeito às relações de colonialidade situadas nas esferas política e econômica, que sobrevivem apesar do fim do sistema colonialista (Ballestrin, 2013).

A evolução da colonialidade do poder, explica Quijano (2009), configurou novas identidades sociais da colonialidade, tais como indígenas, negros, brancos, mestiços etc., bem como as identidades geoculturais do colonialismo, como: América, África, Oriente, Ocidente, Europa etc. Esse processo moldou “as relações intersubjetivas correspondentes, nas quais se fundiram as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo” (Quijano, 2009, p. 74). Consequentemente, foi sendo desenhada uma lógica intersubjetiva e epistêmica de dominação eurocêntrica, a Modernidade:

Desse universo intersubjetivo, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do

capitalismo: a mediação, a externalização (ou objetificação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controle das relações dos indivíduos com a *natureza* e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção. Dentro dessa mesma orientação foram também, já formalmente, *naturalizadas* as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial (Quijano, 2009, p. 74, destaques do autor).

O autor reitera que esse modo de conhecimento de caráter eurocêntrico foi assumido, imposto e admitido no contexto do mundo capitalista, como a única forma legítima e válida de racionalidade, construída como “o emblema da Modernidade”. Ao encontro dessa perspectiva, Grosfoguel (2008) reforça que a colonialidade do poder alude à estrutura do sistema-mundo moderno/colonial que impõe hierarquizações étnico-raciais e define os lugares periféricos. Conforme o autor, os povos não-europeus e os Estados-nação periféricos vivem sob o regime da “colonialidade global”, isto é, imposta pelas nações hegemônicas, de modo que “as zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que não estejam sujeitas a uma administração colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126).

A colonialidade do poder global, segundo Grosfoguel (2012, p. 342-343), tem intrínseca relação com o capitalismo histórico, principalmente quando se considera que a expansão colonial europeia promoveu a naturalização da supremacia de classe, raça, gênero, sexualidade, espiritualidade, além de uma epistemologia própria. Todo esse esforço de garantir soberania não pode ser dissociado da questão econômica, sempre voltada ao acúmulo de capital em escala global. O conceito de capitalismo, no contexto dos estudos decoloniais, não corresponde meramente ao sistema econômico; trata-se, porém, de uma lógica hegemônica que, para além da economia, molda as relações sociais, raciais, de gênero, “todas articuladas em uma matriz de poder colonial que estabelece a superioridade biológica e/ou cultural das populações de origem europeia construídas como ‘ocidentais’, sobre as populações não europeias construídas como ‘não ocidentais’” (Grosfoguel, 2012, p. 342).

Quijano (2005) também sugere que a colonialidade do poder é a expressão de uma ordem de poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrada, sustentada a partir da ideia de raça, imposta para naturalizar e justificar a inferioridade dos colonizados frente aos colonizadores a partir de traços fenotípicos. Configurou-se, pois, um sistema de dominação colonial que persiste mesmo após a descolonização (Maia; Melo, 2020).

Segundo Quijano (2005), o conceito de eurocentrismo teve sua gênese na Europa Ocidental no século XVII e se associa não somente aos modos de conhecer de todos os europeus, mas a uma forma de conhecimento que se torna hegemônica, colonizando e se

sobrepondo a todas as demais. Como mencionamos anteriormente, ao apresentar críticas referentes ao eurocentrismo, Quijano (2005, p. 122) atesta que a ideia de supremacia europeia desencadeou também a formulação da máxima de que aos europeus corresponderia toda a noção de modernidade, como o mais avançado da espécie humana. Por outro lado, o restante da espécie estaria relegada a uma categoria inferior, de modo que “os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas”. Desse modo, é notável que a questão da raça é fator determinante na visão colonialista. O autor traz como exemplo a América, na qual a raça foi assumida como critério para legitimar relações de dominação impostas pela conquista de território.

A constituição da Europa e a expansão do colonialismo europeu culminou no fortalecimento da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, que trouxe consigo a elaboração teórica da raça como a naturalização das relações de dominação colonial entre europeus e não-europeus (Quijano, 2005). Isso desencadeou uma nova forma de legitimação das ideais e práticas que, historicamente, já desenhavam relações de superioridade/inferioridade e dominantes/dominados. “A raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (Quijano, 2005, p. 108).

Para Grosfoguel (2008; 2023), o racismo é o princípio que sustenta todas as relações de dominação da Modernidade ao impor hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero e religiosas. Na visão do autor, a novidade da perspectiva da colonialidade do poder reside justamente no modo como raça e racismo se tornam os princípios que regem e estruturam as diversas hierarquias que compõem o sistema-mundo moderno colonial. O sociólogo versa, por exemplo, sobre as diferenças de trabalho e acúmulo de capital, distribuídos conforme a hierarquia racial. O trabalho realizado por pessoas situadas na periferia, em muitos casos, é análogo à escravidão, ao passo que o trabalhador assalariado livre se situa no centro. Em suma, a ideia de raça organiza a população mundial por meio da hierarquia que contrapõe grupos superiores e grupos inferiores (Grosfoguel, 2008).

Ademais, o autor também afirma que o patriarcado, a sexualidade, a epistemologia e a espiritualidade da Europa foram exportados para o resto do mundo por meio da expansão colonial, “transformadas assim nos critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar o restante da população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores” (Grosfoguel, 2008, p. 124). Nesse sentido, é possível observar a indissociabilidade

entre as estruturas de opressão cuja raiz é o colonialismo. Racismo, homofobia, sexismo, entre outras opressões, são integradas a partir de uma matriz de poder colonial que persiste mesmo com o fim das administrações coloniais (Grosfoguel, 2012).

Considerando o contexto ocidental, o marco colonial foi um momento de especial encontro, cujo catalisador foi a violência colonial que estabeleceu assimetrias profundas nas relações, opondo e confrontando forças e poderes que compuseram o cenário da modernidade ocidental. Essas assimetrias se estabeleceram a partir da diferença racial, que estabeleceu o racismo como um pilar do empreendimento colonial (Mbembe, 2018). Assim, a violência se voltou contra sujeitos, suas epistemes e formas de organização (Lima, 2023a, p. 98-99).

A Modernidade não aparece somente como marcador temporal frente a uma antiguidade ou Idade Média, mas como branca em oposição a uma zona não branca e parcialmente negra (Maldonado-Torres, 2016). “A pele negra permite que a linha ontológica colonial seja visível e apareça na forma de uma dicotomia hierárquica entre negro e branco” (Maldonado-Torres, 2016, p. 92). E ainda: “No mundo moderno antinegro, a cor da pele se converte na marca que servirá para localizar sujeitos e povos em diferentes zonas. Assim, a naturalização da morte, o conflito, a desumanização e a guerra são expressões primárias da colonialidade do ser” (idem).

No contexto da América Latina, no qual se concentram os estudos do pensamento decolonial a partir do coletivo M/C, é salutar o argumento de que a história do território possui fortes influências externas. O período de colonização do continente por parte dos europeus relegou a América a alcunha de “Outro” frente ao poderio hegemônico da Europa. Nesse processo, a identidade latino-americana foi historicamente acobertada, movimento que incide diretamente sobre o modo como o padrão de poder colonial marcou a região ao longo de toda sua história, sendo repercutido e assumido como norma. Na perspectiva da colonialidade do poder, conforme expressam pensadores como Grosfoguel (2008; 2023), Quijano (2005) e Mignolo (2009; 2010), essa naturalização da colonialidade está revestida por alguns eixos fundamentais, especialmente a classificação social da população a partir do critério raça, a noção da superioridade europeia sobre os demais, além do controle e apropriação do trabalho (Maia; Farias, 2020).

As reflexões de Maia e Farias (2020) versam sobre o processo de formação da identidade latino-americana, sempre ocultada pela colonialidade, que é um poder estrutural operante na região. Segundo os autores, a colonialidade se configurou como campo ontológico, criador de um novo padrão de racionalidade: o eurocentrismo. Assim, a dominação europeia atingiu todos os segmentos e instituições da América Latina, se consolidando como um poder

global hegemônico. A consequência desse processo foi o estabelecimento de diversos paradigmas inspirados na racionalidade europeia, que, segundo os autores, ainda estão presentes nos países latino-americanos (Maia; Farias, 2020).

O processo de colonização da região foi marcado por violências de diversas ordens, com destaque para o apagamento da subjetividade dos povos originários, expropriados de suas terras a partir da invasão europeia (Maia; Farias, 2020). Houve total cerceamento dos saberes e culturas outrora praticadas na região, o que incidiu na invisibilização e silenciamento de conhecimentos que não fossem os europeus. Os autores argumentam que a construção dos Estados latino-americanos se deu de forma a desconsiderar a grande massa populacional, composta por minorias étnicas, dando lugar a um perverso projeto civilizatório que pretendia homogeneizar, unificar e extirpar todas as formas de existência pré-colonização. Milton Santos (2001) afirma que esse processo dá origem à chamada “globalização perversa”, oriunda da globalização hegemônica, que traz consigo perspectivas universalizantes, que ignoram a diversidade cultural e racial, com a imposição do racionalismo europeu. A globalização seria um dos projetos da Modernidade; a concepção divide o mundo entre centro e periferia.

Na concepção de Catherine Walsh (2005), intelectual norte-americana radicada no Equador, o projeto da modernidade/colonialidade é a construção de um pensamento crítico com base nas histórias e experiências marcadas pela colonialidade e não pela modernidade, excluindo as diferentes formas de pensar, ser e agir. Destarte, a proposta de outras formas de racionalidade abre possibilidades críticas, analíticas e utópicas para o enfrentamento às estruturas de opressão colonialista, promovendo a decolonialidade da existência, do pensamento e do poder (Walsh, 2005). Para a autora, a decolonialidade pode ser compreendida como estratégia que ultrapassa o desejo transformador do “deixar de ser colonizado”. O pensamento decolonial encontra razão de ser nos esforços impelidos em combater a colonialidade a partir de outras lógicas que não sejam racistas e desumanizadoras e que não promovam a destruição de outras formas de conhecimento. Visa “a criação de condições radicalmente diferentes de existência, de conhecimento e de poder que possam contribuir para a criação de sociedades diferentes” (Walsh, 2005, p. 24, tradução nossa)¹⁹.

A autora argumenta que pensar a partir da diferença colonial demanda o olhar atento perante epistemologias e subjetividades subalternizadas. Trata-se de voltar a atenção para

¹⁹ Segundo Ballestrin (2013, p. 108), o conceito de decolonização foi proposto por Catherine Walsh para demarcar o posicionamento e a identidade do grupo Modernidade/Colonialidade. A supressão da letra “s” (descolonização) reforça a distinção entre o projeto decolonial e a ideia de descolonização no sentido histórico (a libertação nacional no contexto da Guerra Fria).

“produções outras”, isto é, de saberes que partam de perspectivas não pertencentes às estruturas de poder. Segundo Walsh (2005), a condição de “outro” ajuda a marcar as singularidades dessa produção de conhecimento. “É o que a modernidade ainda não conseguiu imaginar; o que se constrói a partir das experiências históricas e vividas do colonialismo e da colonialidade; um pensamento subversivo e insurgente com objetivos estratégicos bem definidos” (Walsh, 2005, p. 21, tradução nossa). A teórica sintetiza o conceito de decolonialidade:

A decolonialidade implica partir da desumanização – do sentido de inexistência presente na colonialidade (do poder, do conhecimento e do ser) – para considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados para existirem na vida quotidiana, mas também as suas lutas para construir diferentes modos de viver, e de poder, conhecer e ser. Portanto, falar em decolonialidade é tornar visíveis as lutas contra a colonialidade, pensando não só a partir do seu paradigma, mas a partir do povo e das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas, levando em conta a presença do que Maldonado-Torres chamou de “atitude decolonial” (Walsh, 2005, p. 23-24, tradução nossa).

A atitude decolonial, da qual discorre Maldonado-Torres (2016), versa sobre os projetos insurgentes de resistência que questionam estruturas de opressão colonial e sugerem alternativas frente aos padrões coloniais do ser, do saber e do poder. A título de exemplificação, o autor trata do conceito étnico, que pode ser assumido como instrumento para desafiar as especificidades e delimitações do sujeito moderno. Para ele, a consciência decolonial, orientada pela atitude decolonial, pode dismantelar disciplinas e métodos articulados com base na secularidade moderna e estimular movimentos para validar o que Frantz Fanon denominou como o mundo do Tu. Em suma, esta atitude conduz à apropriação crítica das diversas disciplinas e métodos, especialmente nas ciências humanas e sociais, para a construção de outras metodologias, práticas e políticas pedagógicas, formas discursivas e espaços institucionais que possam expandir as “possibilidades de libertação e descolonização do poder, do ser e do saber” (Maldonado-Torres, 2016, p. 78).

A perspectiva da colonialidade do poder é reforçada nesse imaginário que estabelece diferenças entre o colonizador e o colonizado. Castro-Gómez (2005a) assevera que as noções de raça e de cultura operam, nesse sentido, como um mecanismo de classificação (dispositivo taxonômico), ao separar grupos a partir de identidades opostas. “O colonizado aparece assim como ‘o outro da razão’, o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador” (Castro-Gómez, 2005a, p. 83). Esta oposição entre colonizador e colonizado é tocada por violências de diversas naturezas. O filósofo colombiano segue explicando que as marcas identitárias do colonizado são a barbárie, a maldade e a incontinência, ao passo que a

bondade, a civilização²⁰ e a racionalidade são características relegadas ao colonizador. Nesse sentido, continua Castro-Gómez (2005a), as duas identidades se excluem mutuamente, pois se encontram em relação de exterioridade; portanto, a comunicação entre colonizador e colonizado não pode se dar no âmbito da cultura, haja vista que seus códigos são impenetráveis. Assim, só será justa uma política que civilize o colonizado por meio da implementação de mecanismos jurídicos e disciplinares visando sua completa ocidentalização.

O conceito da “colonialidade do poder” amplia e corrige o conceito foucaultiano de “poder disciplinar”, ao mostrar que os dispositivos pan-óticos erigidos pelo Estado moderno inscrevem-se numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia. Deste ponto de vista podemos dizer o seguinte: a modernidade é um “projeto” na medida em que seus dispositivos disciplinares se vinculam a uma *dupla* governamentabilidade jurídica. De um lado, a exercida *para dentro* pelos estados nacionais, em sua tentativa de criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação; por outro lado, a governamentabilidade exercida *para fora* pelas potências hegemônicas do sistema-mundo moderno/colonial, em sua tentativa de assegurar o fluxo de matérias-primas da periferia em direção ao centro. Ambos os processos formam parte de uma única dinâmica estrutural (Castro-Gómez, 2005a, p. 83, destaques do autor).

Em outro texto, o autor explica que a colonialidade do poder pode ser entendida como uma categoria de análise que faz referência às estruturas de dominação colonial a partir de 1492. Para o autor, o estabelecimento dessa matriz de poder estabeleceu uma relação de superioridade étnica e cognitiva dos colonizadores sobre os colonizados, de modo que não se tratou somente de submeter os dominados por meio da força, mas também de promover o apagamento radical das formas tradicionais de se conhecer o mundo, adotando como referente o horizonte cognitivo do dominador (Castro-Gómez, 2005b).

Quanto à noção de raça, Maia e Melo (2020) afirmam que pode ter surgido em razão de marcas fenotípicas entre os povos, mas, no transcurso da história, foi assumida como categoria para demarcar a superioridade de um povo em relação a outro, e, assim, legitimar a subordinação dos povos considerados inferiores, isto é, os colonizados. Maldonado-Torres (2023, p. 46) caminha na mesma direção ao afirmar que: “a decolonialidade, portanto, tem a

²⁰ Muniz Sodré (1999, p. 18) explica que o conceito de civilização corresponde à forma mais elevada de agrupamento pela cultura. Inspirado em Samuel Huntington, Sodré afirma que se trata do fator mais amplo de que os povos dispõem para se distinguirem das outras espécies. “Língua, história, religião, costumes, instituições e o processo subjetivo de identificação são os elementos objetivos comuns que definem a civilização, permitindo aos sujeitos a tomada de consciência de sua identidade”.

ver com a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades que se juntem à luta pela descolonização como um projeto inacabado”.

Segundo Mignolo (2014), a Modernidade legitimou a racionalidade epistêmica eurocêntrica e chancelou a colonização dos povos não-europeus, trazendo consigo uma lógica de dominação branca, masculina, burguesa e cristã que determinou as práticas e discursos ao redor do mundo (Amaral, 2021). Os modelos advindos da Europa e da América do Norte são vistos como o suprasumo do desenvolvimento humano e relegam a uma condição subalterna as outras formas de organização da vida, consideradas equivocadas, pré-modernas e inferiores (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023). O pensamento decolonial, nesse sentido, pretende contemplar todas as múltiplas expressões de saberes constituídos por sujeitos e comunidades excluídos pela Modernidade (Amaral, 2021), o que, na visão de Mignolo (2014, p. 15), não seria a promoção de uma nova verdade universalizante, mas sim, um caminho voltado para descolonizar a pretensão teórica de totalidade.

Entendemos, desse modo, que o patriarcado, a branquitude e a heterossexualidade são resquícios de uma lógica colonialista historicamente legitimada e naturalizada, como expressões de uma violência de ordem cultural perpetuada através de gerações. Consciente de que o conceito de raça legitima todas as formas de opressão pela colonialidade sobre os povos colonizados (Maia; Melo, 2020), Quijano (2005) afirma que a expansão do colonialismo europeu pelo mundo conduziu a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, de modo que a elaboração teórica da ideia de raça passou a ser a superestrutura das relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Segundo Sodré (1999, p. 20), expressões como raça, etnia, tribo, cultura tradicional, entre outras, são criações do Ocidente que têm como objetivo “denegar a existência de outras formas de Estado e de economia política e depois impostas aos outros como se fossem instituições originais suas”.

A dominação europeia culminou no estabelecimento da subjetividade da Europa ocidental como central, conferindo ao eurocentrismo a expressão máxima de racionalidade. Segundo Maia e Farias (2020), a colonialidade do poder foi a lógica operante na América, iniciada no processo de colonização. Trouxe consigo violência, apagamentos e repressão, em um contexto de racismo e dominação. Daí provém o estabelecimento do eurocentrismo como o referencial epistemológico mundial, pois, como aponta Mignolo (2007, p. 36, tradução nossa), a colonialidade opera nos seguintes domínios da experiência humana:

- 1) econômico, com a apropriação territorial, exploração do trabalho e controle das finanças; 2) político: controle da autoridade; 3) social: controle do gênero

e da sexualidade; 4) epistêmico e subjetivo/pessoal: controle do conhecimento e da subjetividade.

Maia e Farias (2020) condensam o entendimento sobre eurocentrismo como um modelo epistemológico que tem a Europa como referente, de modo a estender o domínio europeu para além das fronteiras. A constituição do eurocentrismo “é anterior à América, porém foi por meio do continente americano que esse elemento se transformou em um padrão de poder mundial” (Maia; Farias, 2020, p. 586). A elaboração da modernidade/colonialidade, portanto, alia-se à invenção da América (Ballestrin, 2013). Nesse sentido, interpretamos que a colonialidade, tal como no processo de violência cultural, está enraizada e naturalizada nas práticas cotidianas, com seus discursos e ações, como sugere Góes (2017, p. 83) ao afirmar que “a colonialidade até parece não existir dada a naturalização autoritária de nossas relações sociais e, também, por ser encoberta por uma retórica sempre moderna e tecnológica”.

O impacto do colonialismo também gera influências de ordem epistemológica ao promover hierarquização de saberes a partir de uma máxima que estabelece que as teorias elaboradas no norte global são superiores quando comparadas às construções teóricas do sul global. Ao discorrer sobre esse processo de legitimação de alguns saberes em detrimento de outros, Castro-Gómez (2005a) afirma que as ciências sociais nos séculos XVII e XVIII nascem sustentadas por um imaginário colonial de caráter ideológico. Portanto, o imaginário de progresso provém justamente de um ideal construído a partir do dispositivo de poder moderno/colonial, no qual as ciências sociais operariam como aparelho ideológico direcionado a legitimar exclusões e disciplinar grupos e pessoas que não se ajustavam aos perfis de que necessitava o Estado para implementar políticas de modernização. Segundo o autor, a colonialidade do poder e a colonialidade do saber partem do mesmo princípio:

As ciências sociais funcionam estruturalmente como um "aparelho ideológico" que, das portas para dentro, legitimava a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização; das portas para fora, por outro lado, as ciências sociais legitimavam a divisão internacional do trabalho e a desigualdade dos termos de troca e de comércio entre o centro e a periferia, ou seja, os grandes benefícios sociais e econômicos que as potências europeias obtinham do domínio sobre suas colônias. A produção da alteridade para dentro e a produção da alteridade para fora formavam parte de um mesmo dispositivo de poder. A colonialidade do poder e a colonialidade do saber são localizadas numa mesma matriz genética (Castro-Gómez, 2005a, p. 84).

Ainda segundo Castro-Gómez (2005b), as ciências humanas e sociais acompanharam a dinâmica da Modernidade, de modo que as formulações teóricas desses campos foram erigidas a partir de pressupostos triunfalistas de progresso, um ideal eurocêntrico, que tinha como finalidade fortalecer o controle geopolítico de saber/poder e, assim, promover silenciamentos a partir da dominação epistemológica (Castro-Gómez, 2005b; Amaral, 2021).

Diante das explicações sobre a ênfase do pensamento decolonial, que tem como eixo a crítica às opressões advindas do poder eurocêntrico e Norte global, destacamos que a colonialidade é reproduzida não somente no âmbito do poder, mas também no saber e no ser (Ballestrin, 2013). A colonialidade do ser resulta do entrelaçamento do poder e do conhecimento, e diz respeito ao modo como a colonização impacta a subjetividade e a experiência de vida das pessoas, em uma dinâmica de anulação e inferiorização. Nesse sentido, compreendemos que o racismo gera influências nas práticas de diferenciação, de modo que a visão colonizadora é determinante para reconhecer quem é digno e quem não é, resgatando as articulações de Fanon, discutidas anteriormente. Trata-se, portanto, da materialização dos indivíduos, que afeta não somente seus corpos, mas também suas mentes e subjetividades (Oliveira, 2021); corresponde à inferiorização atribuída aos sujeitos que destoam das normatizações impostas pelo viés eurocêntrico e ocidental.

María Lugones (2014, p. 938) denomina a colonialidade do ser como “processo de desumanização”. Como exemplificação desse processo, ao discorrer sobre a decolonização do feminismo, a autora sugere que a expansão do cristianismo europeu é um importante marco para se compreender como a normatividade que conectava gênero e civilização se empenhou em promover o apagamento de todas as práticas consideradas dissidentes. Esse viés da colonialidade reforça as distinções de gênero, raça e classe a fim de promover a inferiorização de determinados grupos, tendo como finalidade justificar explorações. Com a colonialidade do ser, diversas formas de existência são fragilizadas, silenciadas e apagadas pelo não pertencimento (Ávila, 2021). O processo de desumanização (Lugones, 2014) corresponde, portanto, à negação da existência de determinados povos quando confrontados com o padrão legitimado pela colonialidade.

A colonialidade do saber, por sua vez, se refere ao modo como a hegemonia intelectual eurocêntrica e ocidental determina os conhecimentos que são legitimados mundo afora, tornando-se referência epistemológica. Um exemplo desse domínio intelectual pode ser o próprio campo da comunicação, cujas principais abordagens teóricas foram construídas no Norte global, como discutiremos posteriormente. Sodré (1999, p. 21) afirma: “É evidente que

permanece sempre a decisão de que só o ocidental é modelo de dever-ser. O não-ocidental pode apenas chegar ao “sub”, isto é, a cumpridor de normas, executor de modelos”.

Questões pertinentes ao conhecimento ocupam a centralidade dos trabalhos sobre descolonização e decolonialidade, isso porque, no âmbito do saber, a colonização resulta de um longo processo de colonialidade, com suas lógicas legitimadoras de opressões, que reproduzem pensamentos do período colonial, incidindo sobre a política, a economia, o meio ambiente, os corpos etc. (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023). O processo de colonização desencadeou a ideia de racionalidade e ciência como condições exclusivamente europeias, de modo que os saberes produzidos em outras regiões eram considerados não racionais, alocados no âmbito do misticismo. Destarte, os saberes europeus foram assumidos como universais, o que, na visão de Maia e Farias (2020, p. 590), limita a compreensão do mundo a partir das múltiplas vivências e epistemes que lhes são próprias. Esses saberes moldaram o campo comunicacional e também o jornalismo, como discutiremos adiante. A decolonialidade tem como um dos fundamentos conceder espaço para os saberes subalternos.

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (Pelúcio, 2012, p. 399).

O colonialismo na América dá início não somente à organização colonial do mundo, mas também à constituição colonial dos saberes (Lander, 2005). Esse processo organiza a totalidade do espaço e do tempo, determinando todas as culturas, povos e territórios a se submeterem a uma narrativa universal: a europeia. Assim, o eurocentrismo é a lógica que legitima a reprodução da colonialidade do saber (Ballestrin, 2013; Oliveira; Lucini, 2021). Como escreve Quijano (2005, p. 115), a constituição do eurocentrismo ocorreu associada à secularização burguesa do pensamento europeu aliada “às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América”.

Não se trata, em conseqüência, de uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda a Europa, nem na Europa Ocidental em particular. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 115).

Nesse sentido, a colonialidade do saber provém da lógica que determina o apagamento e a não existência de epistemologias que não sejam advindas dos colonizadores. Trata-se do controle da subjetividade e do conhecimento (Oliveira; Lucini, 2021). Frente a essas limitações, emergem as contra-racionalidades e racionalidades paralelas, que o poder dominante vai denominar como irracionalidades. Essas outras formas de racionalidade são produzidas e propagadas pelos que estão abaixo, nas margens, como alternativa ao totalitarismo da racionalidade dominante. Para Santos (2001, p. 121), esse movimento é esperançoso, pois “a realização cada vez mais densa do processo de globalização enseja o caldeamento, ainda que elementar, das filosofias produzidas nos diversos continentes, em detrimento do racionalismo europeu”.

A determinação da diferença colonial epistêmica se encontra na mesma base do universalismo, do sexismo e do racismo (Ballestrin, 2013). Na concepção apresentada por Castro-Gómez (2005b), os métodos de produção de conhecimento do mundo moderno no século XX resultam de um modelo de pensamento denominado por ele como “*hybris del punto cero*”, podendo ser traduzida como a “arrogância do ponto zero”. Essa perspectiva sugere que os pensadores modernos se colocaram em uma posição altiva, pareada à supremacia de Deus, e, portanto, estariam autorizados a elaborar e disseminar conhecimentos para todo o mundo.

O “ponto zero” seria como o ponto de partida da observação e, supostamente neutra e absoluta, seria assumida como a mais genuína de todas as linguagens humanas, refletindo a mais pura estrutura universal da razão (Castro-Gómez, 2005b). Como explica o pensador colombiano, se trata do ponto de partida absoluto, como uma espécie de lousa em branco na qual o observador anularia todo o conhecimento previamente aprendido. Nesse sentido, partir do “ponto zero” significa ter, pela primeira vez, o poder de nomear o mundo e de traçar limites entre os conhecimentos legítimos e ilegítimos, bem como o poder de distinguir comportamentos normais e anormais. “Estar no ponto zero equivale a ter o poder de instituir, de representar, de construir uma visão do mundo social e natural reconhecida como legítima e referendada pelo Estado” (Castro-Gómez, 2005b, p. 25, tradução nossa).

A teorização sustentada por Castro-Gómez aponta para os impactos da colonialidade do saber, pois, ao considerar o “ponto zero” como o *locus* absoluto de produção de conhecimento, somente são admitidos e legitimados os saberes que acompanham os cânones metodológicos e epistemológicos assumidos a partir do mesmo ponto zero. Em contrapartida, os conhecimentos edificadas anteriormente, isto é, antes dos processos de colonização, são considerados meras anedotas, superficiais e mitológicos. Na visão do autor, o colonialismo epistêmico assumido pela ciência ocidental não é absoluto. A “*hybris del punto cero*” ocorre a

partir da expansão territorial europeia, e acompanha, portanto, todo o argumento imperialista ocidentocêntrico. Desse modo, a ciência moderna auxiliou o colonialismo europeu (Castro-Gómez, 2005b; Amaral, 2021).

Embasado nos conceitos de Castro-Gómez, Amaral (2021) nos aponta que a anulação das opiniões (*doxa*) promovida pela “hybris del punto cero” é um processo científico que refuta nuances que possam contribuir para a compreensão de discursos de sociabilidade. Nesse sentido, o filósofo colombiano rejeita a afirmação cartesiana de Descartes, para quem os movimentos subjetivos devem se manter longe da pesquisa científica, cuja objetividade parece ser sinônimo de qualidade. “Anular a doxa pode ser uma manifestação de violência e silenciamento de grupos e sujeitos. Emudecer opiniões sem a possibilidade de diálogo deteriora o espaço público” (Amaral, 2021, p. 477).

Após as abordagens sobre o pensamento decolonial e alguns de seus principais conceitos, partimos para as reflexões sobre como este pensamento pode ser contemplado pelo campo da comunicação, ainda majoritariamente composto por formulações teóricas construídas no Norte global. Ademais, também refletiremos sobre como essas dinâmicas delinearão as teorias e práticas jornalísticas no decorrer da história. Vale ressaltar, no entanto, que a reconfiguração do conhecimento a partir de um ponto de vista decolonial não significa a anulação dos saberes construídos até então; trata-se, porém, de sinalizar outros caminhos possíveis, partindo de realidades e experiências vividas pelos grupos e sujeitos não contemplados pelo pensamento dominante (Amaral, 2021).

2.3 A comunicação decolonial e a necessidade de um jornalismo decolonizante

Diante das reflexões sobre os avanços do pensamento decolonial, entendemos que a comunicação é fundamental no processo de legitimação de estruturas amparadas em lógicas colonialistas, provenientes de uma matriz eurocêntrica, que reproduz e valida os cânones da Modernidade capitalista. Como discutimos anteriormente, a universalização da cultura europeia atravessou os diversos campos do saber, inclusive a comunicação. Embasados nas constatações sobre a colonialidade do poder e do saber, verificamos que grande parte das teorias e métodos do campo comunicacional advém de escolas de pensamento situadas no Norte global, que bebem de fontes europeias e norte-americanas. Em contrapartida, existem movimentos de resistência que apontam outras direções a partir de realidades e demandas subalternas, ou seja, uma comunicação que transcende os estudos que, ao longo da história, colonizaram o campo.

Isto posto, compreendemos que o pensamento decolonial se aplica à comunicação especialmente quando sugere a ampliação dos debates e reflexões em torno dos processos comunicacionais localizados nas diversas instâncias da sociedade. Desse modo, trazemos para discussão o pensamento comunicacional desenvolvido no âmbito dos estudos decoloniais que, como salienta Torrico Villanueva (2016b, p. 90), transformam a comunicação de maneira que possa prevalecer a justiça e a paz. Pretendemos debater uma prática comunicacional de enfrentamento diante dos discursos que (re)produzem lógicas colonialistas e que reforçam violências. Nesse sentido, encontramos, tanto na perspectiva da comunicação decolonial como da comunicação para paz (vinculada à perspectiva dos *Peace Studies*), com ênfase no Jornalismo para a Paz, o potencial de trazer novos olhares ao campo, tanto na dimensão epistemológica quanto deontológica.

Refletimos, a seguir, sobre a realocação da epistemologia comunicacional com base em perspectivas decoloniais de enfrentamento às teorizações hegemônicas prevalentes no campo. Concentramos as reflexões no contexto dos estudos em comunicação articulados na América Latina, que reivindicam novos esquemas para o campo, calcados nas bases e desprendidos dos esquemas do Norte Global. Os estudos do pesquisador boliviano Erick Torrico Villanueva trazem importantes projeções sobre a comunicação na perspectiva decolonial. Segundo o teórico, o campo da comunicação emergiu revestido pelo véu da colonialidade, de modo que, superar tal condição, não se trata somente de um movimento acadêmico/epistêmico, mas, principalmente, político (Torrico Villanueva, 2018).

A colonialidade, tal como discorrido anteriormente com base na perspectiva de Aníbal Quijano, instaurou a supremacia da então emergente modernidade europeia e universalizou o que se entendia por ciência, arte e cultura com base em um padrão incontestável: branco, cristão, heteronormativo e capitalista. Discutir a colonialidade é considerar o processo de “colonização do imaginário dos dominados” (Quijano, 1992, p. 92) tendo em vista a instauração da Modernidade europeia como parâmetro. É importante recapitular que a Modernidade, lida a partir do eixo da colonialidade, é colocada como um marco civilizatório que impõe classificações e hierarquizações dos povos, sendo que a questão do conhecimento é crucial para o exercício do controle e exclusão do “outro” (Quijano, 1992; Maldonado Rivera, 2016a).

Nessa direção, inferimos que a elaboração das narrativas comunicacionais, especialmente no jornalismo, pode reproduzir e legitimar essas hierarquizações; por outro lado, decolonizar a comunicação alude à ressignificação dessas lógicas de colonialidade do poder, que imperam nas dinâmicas comunicacionais. Esse processo de ressignificação se dá a partir da valorização das múltiplas vozes que fazem resistência aos grupos dominantes. A mirada crítica

que surge na década de 1990 na América Latina, a decolonialidade, traz contundentes reflexões para auxiliar na realocação das epistemologias que até então tinham a Europa como referencial.

É salutar traçar reflexões sobre como os processos da Modernidade eurocentrada impactaram o campo comunicacional. Múltiplas áreas do conhecimento se ajustaram aos cânones positivistas e pragmáticos da Modernidade e às suas narrativas de verdade absoluta. A comunicação, que começou a ser pensada ao final da década de 1920, acompanhou esse processo e fora caracterizada desde o princípio pelos traços de conhecimento positivo que, visto criticamente, servia aos interesses dos grupos dominantes (Torrco Villanueva, 2019; 2022). O paradigma moderno/colonial/positivista, proveniente de um sistema-mundo capitalista, ocidentocêntrico, racista, masculino, branco e heterossexual (Grosfoguel, 2012), estabeleceu uma epistemologia colonialista alocada neste lugar de enunciação, fazendo com que os saberes elaborados a partir dessas bases fossem entendidos como verdades absolutas e incontestáveis, como discutido anteriormente. Isso incidiu no campo da comunicação e no jornalismo, como veremos adiante, e resultou na construção de noções como objetividade, neutralidade, universalidade, que são os pilares do cientificismo e dos métodos que embasam a comunicação e, principalmente, o jornalismo (Moraes; Veiga da Silva, 2019; Medina, 2008).

Como explica Torrico Villanueva (2018, p. 75), o início da estruturação da comunicação como área de conhecimento priorizou linhas temáticas próprias de seu contexto de origem e, por isso, se embasou em conceitos teórico-metodológicos pré-existentes, o que justifica, segundo o autor, a necessidade de uma “intervenção decolonizadora” no campo. Isso explica a fundamentação de teorias clássicas, cuja ênfase está na função dos meios como os principais “sujeitos” da dinâmica comunicacional, condicionados à transmissão de conteúdos tecnologicamente mediados, com funções específicas para exercer o controle social e com notáveis objetivos de alcançar determinados efeitos em receptores considerados passivos e acríticos (Torrco Villanueva, 2018). Esse modo instrumentalista de entender a comunicação, porém, excluía a complexidade presente no entorno do processo e desconsiderava as mediações sociais e culturais, que são justamente os espaços perpassados por tensões. Com o passar dos tempos, dada a complexidade da sociedade, o viés transmissionista e mecanicista seria insuficiente para se compreender a comunicação como processo e prática social.

A corrente funcionalista, explica Araújo (2015), tem sua origem nos estudos do sociólogo estadunidense Harold Dwight Lasswell e possui como motivação de pesquisa as funções desempenhadas pela comunicação de massa na sociedade, isto é, as relações entre os indivíduos, a sociedade e os meios de comunicação massivos. Sustentada por uma linha sociopolítica, se preocupa com o equilíbrio da sociedade e com o funcionamento do sistema

social. Essa abordagem olha para todas as partes do processo, no qual cada uma cumpre seu papel. Laswell, nesse sentido, apresenta as seguintes funções ao processo comunicativo: de vigilância; de correlação das partes da sociedade; e de transmissão da herança cultural. O teórico propõe um modelo para descrever o processo, limitado a responder às seguintes questões: Quem? Diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeito? Este modelo perdurou por muito tempo como referência nas pesquisas em torno da comunicação (Araújo, 2015).

Tecendo críticas à perspectiva funcionalista e pragmática da comunicação, Torrico Villanueva (2016a; 2018; 2019; 2022) argumenta que descolonizar a comunicação demanda enxergá-la de forma afastada do “centro”, pois, nesse lugar, o fazer comunicacional é marcadamente mecânico, unilateral e verticalizado. Na perspectiva do autor, o espectro teórico da comunicação ocidental é amplamente difundido na literatura americana e europeia, que inspira, em grande parte, a comunicologia latino-americana. Esse modo de entender o campo limita a visão sobre os aspectos sociais, que é justamente o ambiente intrincado e multifacetado em que o ato comunicacional ocorre (Torrico Villanueva, 2019).

O boliviano também alerta sobre a reprodução colonial subjacente às funções que emissores e receptores ocupam nesse processo comunicativo: o sujeito que emite ocupa posição superior e distante dos sujeitos que recebem a informação; há a pressuposição da existência de um emissor, que sabe, e de um receptor, que pouco sabe (Torrico Villanueva, 2018). As correntes teóricas predominantes nos estudos em comunicação, com destaque para as teorias funcionalistas, estruturalistas, o modelo crítico-dialético marxista e a escola de Frankfurt, predominantes, sobretudo, nos estudos praticados no Brasil (Moraes; Veiga da Silva, 2019) são embasados em pontos de vista do Norte global e, nesse sentido, impõem ao campo um modo eurocêntrico de pensamento, de modo a instalar

[...] um padrão ordenador que, além de hierarquizar os saberes em sujeição às premissas da ciência positiva (colonialidade do saber) e em correspondência com a estratificação eurocêntrica dos povos (colonialidade do ser), definiu também um protótipo civilizatório (colonialidade do poder). Consequentemente, quando a Comunicação começou a se estruturar como área de conhecimento e espaço de teorização, adotou também essas fontes epistêmicas, selecionou suas linhas temáticas dando prioridade – como é óbvio – a questões próprias do seu contexto de origem e aplicou as concepções teórico-metodológicas preexistentes. Isso explica que o campo teórico comunicacional precise hoje de uma intervenção decolonizadora (Torrico Villanueva, 2018, p. 75, tradução nossa).

Em outro texto, o autor critica severamente a isolada preocupação sobre a teoria funcionalista, centrada nos efeitos da transmissão de mensagens. O estudioso considera que esta

abordagem ainda se faz presente em muitas universidades e inspira pesquisadores e estudantes. A corrente pragmática, para Torrico Villanueva (2016a; 2019) é a representação de cosmologia mercadológica, pois se volta exclusivamente para a geração de lucros aos emissores. Quanto à aplicação dessa concepção no contexto latino-americano, o autor comenta a relação entre o difusionismo comunicacional e o desenvolvimento: inspirada na ideia de que existe uma civilização desenvolvida, que determina o que deve ou não ser acessado pelas regiões não desenvolvidas. Destarte, o pragmatismo da comunicação ocidental tem sido trabalhado na América Latina e em outras regiões subalternas do mundo para fomentar a vinculação de processos de produção e intercâmbio com o desenvolvimento, articulados com vistas para o crescimento da economia (Torrico Villanueva, 2016a). Na perspectiva do autor,

A descolonização da comunicação envolve um duplo movimento: por um lado, liberá-la conceitualmente, já que a ideia predominante ainda a mantém reduzida ao acontecimento transmissivo, mediado por tecnologias e que só se justifica pela busca de benefícios para o transmissor; por outro, recuperar na prática e no sentido mais lato a sua dimensão *dialogica, democratizante e humanizadora*, pois [...] a sua realização concreta permanece cimentada em imposição e assimetrias (Torrico Villanueva, 2022, p. 105, tradução nossa, grifos nossos).

As ciências sociais foram construídas a partir de premissas e lugares de enunciação marcadamente masculinos e brancos, majoritariamente composto por pesquisadores do Norte global. Desse modo, explica Castro Lara, o conhecimento comunicacional segue nessa direção. “O conhecimento comunicacional foi rapidamente colonizado e colocado a serviço do padrão pragmático e positivista da modernidade/colonialidade” (Castro Lara, 2023, p. 74, tradução nossa). Todavia, Castro Lara (2023, p. 75) entende que o processo comunicacional jamais deveria ser restrito aos suportes tecnológicos e centrado nos meios, como sugere a institucionalização do campo no ocidente. Para a autora, a comunicação “deve responder a uma transformação ontológica-epistêmica-política-histórica-ética-territorial, a fim de explorar outra comunicação possível, sustentada em outras existências e repertórios” (tradução nossa).

2.3.1 Algumas contribuições latino-americanas à comunicação

Não é nosso objetivo nos aprofundarmos na dimensão histórica do pensamento comunicacional latino-americano, conscientes de que a amplitude da temática renderia estudos específicos. Todavia, reconhecemos o potencial da região na elaboração de uma perspectiva

comunicacional crítica e decolonial em relação às estruturas teórico-metodológicas estabelecidas no Norte global. Reconhecemos que o conceito de América Latina é amplo e diverso, englobando países com distintas culturas e níveis de autonomia, o que influencia diretamente as formas como os processos comunicacionais são interpretados e desenvolvidos em cada contexto. Ao tratarmos dos aspectos formativos do jornalismo no Brasil, torna-se necessário resgatar reflexões no campo mais amplo da comunicação, especialmente a partir das perspectivas construídas no território latino-americano.

Os estudos latino-americanos se destacam a partir do advento de iniciativas e centros de pesquisa de grande importância para a consolidação do pensamento comunicacional na região, tais como: o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal), em 1959; a Associação latino-americana de Pesquisadores em Comunicação (Alaic), em 1978; e a Federação Latino-americana de Faculdades de Comunicação Social (Felafacs), em 1981. Em suma, uma das características dos estudos no campo na América Latina é sua constituição a partir de redes intelectuais, o que na visão de Torrico Villanueva (2019, p. 92), reforça o caráter crítico e dialético para o enfrentamento da colonialidade tão presente no campo comunicacional.

O autor reforça que o diferencial do pensamento latino-americano, não somente na comunicação, mas em diversos campos do conhecimento, é o posicionamento crítico diante da “condição subordinada do subcontinente e, conseqüentemente, por uma quase necessária formulação de ideias e linhas de intervenção para se alcançar uma mudança possível” (Torrico Villanueva, 2022, p. 35, tradução nossa). Frente a um cenário marcado por violências e explorações, as teorias articuladas no território, especialmente nas ciências sociais, tornam possíveis outros horizontes de visibilidade e esperança, de modo que as abordagens da comunicação também operam nessas bases (Torrico Villanueva, 2022)²¹.

Na década de 1970, o comunicólogo Luis Ramiro Beltrán, juntamente a estudiosos da região, como Juan Díaz Bordenave, Antonio Pasquali, Mario Kaplún, Armand Mattelart, Jesús Martín Barbero, José Marques de Melo, entre outros, empreenderam diversas iniciativas críticas diante da imposição de modelos teóricos estadunidenses e europeus à comunicação na América Latina. A teoria crítica articulada na região foi um importante passo para pensar a decolonialidade comunicacional (Valdez-López; Romero-Rodríguez; Hernando Gómez, 2019).

²¹ Torrico Villanueva (2022, p. 35) explica que o termo “América Latina” começou a ser apropriado pelos intelectuais do campo entre os finais dos anos 1940 e início dos anos 1970, alcançando reconhecimento acadêmico e profissional. Assim, América Latina passou a ser o nome utilizado para unificar as regiões localizadas ao sul da América Anglo-Saxônica. No que tange ao plano ideológico, passou a designar o oposto da América Anglo-Saxônica.

Nesse contexto, Beltrán, em texto de 1985, escreve que a pesquisa em comunicação na América Latina tem sido, em grande medida, marcada por um distanciamento em relação à realidade concreta e às necessidades das populações da região. Embora existam experiências pontuais que configuram exceções, com abordagens genuinamente enraizadas no contexto latino-americano, prevalece uma lógica de reprodução de modelos teórico-metodológicos oriundos do Norte Global, frequentemente descolados da complexidade social e cultural local.

Nesse sentido, o autor critica a adoção acrítica de técnicas como a pesquisa amostral, que, sob uma perspectiva decolonial, pode ser interpretada como um verdadeiro "*people grinder*", isto é, um mecanismo de moer pessoas em dados, esvaziando-as de suas subjetividades. Tais métodos, ao privilegiarem abordagens quantitativas e positivistas, tendem a reduzir os sujeitos a números estáticos, porcentagens de consumo, reações a estímulos publicitários e índices de audiência, perpetuando uma visão instrumental da comunicação voltada ao controle e à reprodução de lógicas mercadológicas. A crítica revela não apenas a inadequação de determinadas ferramentas analíticas, mas sobretudo a dimensão desumanizadora de práticas científicas que ignoram o contexto, a cultura e a historicidade dos povos latino-americanos (Valdez-López; Romero-Rodríguez; Hernando Gómez, 2019).

Maria Cristina Gobbi (2024) reflete sobre a genealogia dos cenários comunicativos latino-americanos e aponta que, mais precisamente a partir da segunda metade do século XX, começam a proliferar empreendimentos teóricos e metodológicos motivados a debater o campo a partir das demandas e experiências da região. Havia o entendimento de que imperavam dicotomias entre teoria e prática; a qualificação dos comunicadores em detrimento da competência dos profissionais do jornalismo; e também entre os temas observados e as metodologias cognitivas. Para a autora, essas contradições, observadas tanto nos espaços de pesquisas quanto no mercado profissional, impulsionam os debates na América Latina.

Gobbi (2024) destaca a importância do Ciespal, sobretudo na década de 1970, quando pesquisadores e profissionais discutiam como o autoritarismo e a violação dos direitos humanos por parte dos governos autoritários afetavam suas práticas profissionais e acadêmicas. Havia a compreensão de que os modelos comunicacionais embasados no funcionalismo norte-americano e no estruturalismo europeu seriam insuficientes diante das demandas das regiões latino-americanas.

Assim, legitimaram-se atores reais, produtores e difusores de conhecimento, motivados pelas práticas investigativas na busca de uma mudança no cenário comunicacional em nosso continente. A produção bibliográfica de autores latino-americanos se expandiu, mesmo em um ambiente pouco propício,

período em que grande parte dos países latino-americanos viviam sob regime de exceção e de pobreza (Gobbi, 2024, p. 20)²².

Com efeito, o Pensamento Comunicacional Latino-americano (PCLA) parte da compreensão sobre a identidade da região, imersa em um cenário de lutas contra a dependência colonial (Gobbi, 2024). A construção dessa “identidade comunicativa latino-americana” considerou a importância de valorizar a diversidade cultural ao contemplar povos mestiços, indígenas e crioulos, afirma a autora. Por outro lado, “transformou-se em expressão de luta interna e externa contra a dependência sofrida em todo o continente” (Gobbi, 2024, p. 21). Foi somente a partir dos anos 1980 que as ciências da comunicação latino-americanas conquistaram identidade própria, tanto nas universidades quanto nas organizações de comunicação (Gobbi, 2024). Gobbi também explica que o desenvolvimento da pesquisa em comunicação na região é caracterizado por uma comunidade científica composta, sobretudo, por jovens pesquisadores, que atuam em consonância com as demandas locais e nacionais. Foi ao final do século XX que a produção em comunicação passou a priorizar o intercâmbio de experiências.

Acreditamos, porém, que há muito para conhecer, refletir, desenvolver, estudar, analisar e produzir. Um grande desafio tem sido a busca por modelos teórico-metodológicos capazes de fomentar o conhecimento sobre as especificidades do campo e de seus objetos de estudo, sem, contudo, abandonar a identidade cultural e a autonomia científica, do mesmo modo, respeitando a realidade comunicacional multifacetada e complexa da América Latina, sem o reducionismo à dimensão meramente instrumental (Gobbi, 2024, p. 34).

Torrico Villanueva (2018; 2019), ao discorrer sobre os estudos em comunicação na América Latina, localiza os movimentos de resistência que desde a década de 1960 propõem um pensamento crítico em torno da comunicação²³. Ademais, explica o autor (2018, p. 76), os estudos no campo desenvolvidos na região tiveram três diferenciais: o posicionamento crítico diante da dominação teórica e prática, a preocupação com o interesse público e a vinculação com o futuro democrático. Segundo o autor, até a década de 1980, as abordagens que surgiram na região no campo comunicacional não somente atuaram na denúncia sobre a dependência

²² A autora atesta que o auge dessas iniciativas aconteceu em 1980, durante a 32ª Conferência Geral da Unesco. Na ocasião, foi aprovado o relatório McBride, com 11 princípios acerca da situação dos meios de comunicação no contexto da Guerra Fria (Gobbi, 2024).

²³ O autor explica os questionamentos de Antonio Pasquali (1963) ao paradigma dominante, que impedia pensar o processo comunicacional a partir de uma dimensão humana e simétrica entre emissores e receptores. Posteriormente, Pasquali promoveu denúncias quanto à centralidade da dimensão técnica nos estudos da comunicação de massa (Torrico Villanueva, 2018, p. 76).

teórica do Norte global, mas, sobretudo, apresentaram propostas voltadas para o desenvolvimento e a democracia (Torrico Villanueva, 2019).

Em consonância com essa denúncia à centralidade teórica do Norte Global, Herrera Miller (2015, p. 129) sintetiza os apontamentos de Beltrán diante da dominação ideológica praticada pela indústria cultural e interesses hegemônicos do Norte global, cujos textos apontam para a existência de uma ordem comunicacional caracteriza por:

- A transnacionalização da comunicação e o estabelecimento de fluxos assimétricos de informação e comunicação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
- A concentração da propriedade multimídia em monopólios internacionais e o controle da informação global.
- A dependência latino-americana, manifestada na progressiva e crescente importação de produtos culturais, postos em circulação pelas indústrias culturais da região.
- A penetração ideológica em prol da manutenção do sistema e da dinâmica econômica gerada pela rede de interesses capitalistas.

Torrico Villanueva (2019) discorre sobre as três grandes correntes de pensamento que moldaram o pensamento comunicacional: pragmática, crítica e a crítica-utópica. A primeira foi desenvolvida nos Estados Unidos nos anos 1920 e enfatiza o aspecto utilitarista, no qual o emissor possui objetivos bem definidos. A segunda corrente surge nos anos 1940 em regiões como Alemanha, Inglaterra e França, tendo como ênfase a denúncia quanto ao emprego e consequências da comunicação, agindo em favor da desalienação. Nessa perspectiva, são demonstrados os interesses dos grupos que administram e controlam a comunicação.

A terceira corrente, por sua vez, advém das contribuições da América Latina na década de 1960, que criticam o pragmatismo e a alienação, mas vão além, no sentido de debater a urgência de promover a participação dos grupos marginalizados, com uma visão política diante da comunicação, ao passo que propõe a integração dos processos comunicacionais junto à ação coletiva, com vistas para o desenvolvimento e a democratização (Torrico Villanueva, 2019). Ainda com relação à corrente crítico-utópica, vale sinalizar as reflexões articuladas por estudiosos latino-americanos que desde a década de 1960 buscam inspiração em ideias construídas pela Escola de Frankfurt (Antonio Pasquali) e também no marxismo (Armand Mattelart, em seus primeiros anos). Ademais, a Pedagogia do Oprimido, a Filosofia da Libertação e a Teologia da Libertação também embasaram a formulação do pensamento comunicacional na região (Torrico Villanueva, 2016). Em suma,

a episteme crítica comunicacional latino-americana faz referências reconhecíveis à situação de subalternização, coerção epistêmica e violência cognitiva, isto é, à colonialidade. Além disso, sugere caminhos alternativos para a transformação dessa realidade (Torrico Villanueva, 2018, p. 77, tradução nossa).

Apresentadas as correntes que conduzem o campo comunicacional ao longo da história, o autor afirma que as abordagens, a despeito de suas particularidades e distinções, compartilham o viés epistemológico da Modernidade:

Apesar de suas particularidades e diferenças, essas correntes compartilham o mesmo substrato epistemológico, o da Modernidade, e têm como eixo de referência o “esquema persistente” [...], mesmo no caso da crítica-utópica, que também não conseguiu escapar dos limites que a modernização e sua linha de progresso impuseram ao pensamento. Dessa forma, afinal de contas, as três fazem parte da Comunicação “Ocidental” que serve como um “centro” teórico comum e, assim, confirmam que outra dimensão da lógica centralizadora do capital é a “acumulação de significados” (Pedro Gómez citado em Mignolo, 2015, p. 17) (Torrico Villanueva, 2019, p. 96).

Entendemos que a comunicação ocidental reproduz e naturaliza hierarquias coloniais: o emissor ocupa a posição do colonizador, enquanto o receptor é análogo ao colonizado. Trata-se de uma relação assimétrica, em que prevalecem imposições mecânicas, que perpetuam o colonialismo e reiteram a desumanização e a incomunicação dos povos não europeus. Centrada no tecnicismo, a comunicação difunde a racionalidade ocidental, genuinamente capitalista e, portanto, a serviço “do desempenho econômico, da eficiência produtiva, da lucratividade e, no limite, da colonialidade” (Silva; Aguiar, 2023, p. 97-98). Todavia, o horizonte da decolonialidade, aplicado à comunicação e ao jornalismo apresenta possibilidades e caminhos para ressignificar as estruturas de opressão presentes na prática.

2.3.2 Outra comunicação possível

Frente às perspectivas apresentadas, o comunicólogo chileno Claudio Maldonado Rivera (2016b) discorre sobre a urgência de se avançar na construção de “outra comunicologia possível”. Para o autor, não se trata de uma demanda exclusiva do campo da comunicação, mas de uma agenda que deve ser somada às lutas anticoloniais promulgadas pelos “miseráveis da terra”, conceito de Fanon, que realizam esforços políticos e epistêmicos em diversos campos do saber para firmar um compromisso ético com a descolonização do conhecimento. Segundo o autor, são diversos os danos provenientes da reprodução alienada das epistemologias ligadas

à racionalidade moderna colonial e seus dispositivos de conhecimento, verdade e poder, que ao longo da história silenciaram experiências e saberes considerados periféricos e dissidentes (Maldonado Rivera, 2016b).

O autor assevera que o pensamento comunicacional latino-americano tenta se desvencilhar das heranças de poder colonial que predominam nas articulações epistemológicas do campo. Há a consciência de que a configuração teórica da comunicação na região teve como referência as diretrizes do paradigma dominante da comunicação de massa estadunidense e, posteriormente, bebeu nas fontes das metodologias europeias. Porém, vários pensadores da região buscam desprendimento com os esquemas teóricos e metodológicos advindos do norte global (Maldonado Rivera, 2016b; Torrico Villanueva, 2016).

Maldonado Rivera (2016a) escreve sobre as contribuições e paradoxos do pensamento decolonial, com ênfase em como esta corrente de pensamento impacta os estudos em comunicação na América Latina. Para ele, é necessário refletir criticamente sobre as matrizes epistêmicas que embasam os estudos do campo, tendo em vista que são frutos de lógicas impostas pelo capitalismo cognitivo oriundo do colonialismo praticado pelo Norte global. Desse modo, é preciso reivindicar e recuperar a tradição e a criatividade do pensamento crítico, autônomo e libertador, que historicamente conduz os estudos no continente. O autor argumenta que no campo da comunicação latino-americano é possível encontrar insumos para a constituição de uma “comunicologia regional descolonizada, que deverá estar aberta ao diálogo com o conhecimento subalternizado” (Maldonado Rivera, 2016a, p. 146).

O pensamento crítico comunicacional latino-americano consegue se estabelecer como referência no campo na medida em que propõe outras formas de pensar as teorias comunicacionais, como alternativa aos modelos epistêmicos do Norte global. Ademais, estes estudos, em sua maioria, evidenciam práticas comunicativas articuladas como formas de luta e resistência diante dos modelos de modernização instaurados na região no século XX, propondo uma nova geopolítica do conhecimento (Maldonado Rivera, 2016a, p. 146). Como discutiremos anteriormente, as teorias comunicacionais desenvolvidas na região a partir da década de 1970 trouxeram contundentes críticas à dependência da teoria e prática funcionalista-positivista da comunicação.

Em entrevista concedida a Verônica Maria Alves Lima (2023b), Maldonado Rivera argumenta quanto à importância da articulação entre a perspectiva decolonial e os debates em torno da comunicação, cuja raiz é o modelo de pensamento ocidental. Na visão do teórico, falar em decolonialidade na comunicação pressupõe refletir sobre a pertinência dos lugares de enunciação, tendo em vista que o modo como elaboramos conhecimentos possui relação direta

com os lugares nos quais estamos inseridos. Todos os lugares são resultantes de processos históricos, políticos, sociais, intelectuais, que demarcam a maneira como as pessoas compreendem a realidade. O autor enxerga a intersecção entre o pensamento decolonial e a comunicação justamente na capacidade crítica de se promover uma construção teórica desenhada a partir do lugar de enunciação, considerando as demandas e os processos locais.

Segundo Maldonado Rivera, o primeiro elemento que congrega essas epistemologias é o reconhecimento e a valorização das variáveis geográficas, culturais, políticas e identitárias, que incidem diretamente no modo como os saberes são configurados, isto é, a partir dos lugares nos quais estão situados. O segundo elemento, segundo o pensador, incide no reconhecimento da diversidade e da alteridade, especialmente no que tange à possíveis transformações metodológicas. Ele afirma que,

Esta ideia está em sintonia com o que Luis Ramiro Beltrán vinha propondo sobre despedir-se do modelo aristotélico para começar a trabalhar numa comunicologia dialógica, uma comunicologia da libertação, que tenha a escuta como princípio fundamental para garantir horizontes de maior simetria entre aqueles que estabelecem o processo de comunicação (Lima, 2023b, p. 224, tradução nossa).

Nessa perspectiva apresentada por Maldonado Rivera, a proposta da comunicação decolonial promove mudanças no lugar do pesquisador, que não é mais visto como alguém que “denuncia” a partir de seu lugar, mas que o “enuncia” por meio de “um contrato ético e político sobre como deve se colocar à disposição do outro”. Isto é, “há uma questão relevante que se relaciona com a configuração de uma episteme fortemente ligada aos processos sociais, com um compromisso intelectual em relação a esses processos que se desenvolvem em contextos de elevado conflito” (Lima, 2023b, p. 224, tradução nossa).

Ainda nessa perspectiva, Torrico Villanueva (2016c) afirma que o pensamento comunicacional na região se contrapõe aos cânones ocidentais na medida em que nasce da subalternidade. O autor explica que a questão subalterna propôs um código crítico, ou seja, uma forma regionalizada de conhecer os processos comunicacionais a partir da história e do espaço latino-americano. A análise crítica em torno da comunicação pressupõe que a teoria deve estar vinculada ao anseio do continente pela emancipação. O teórico afirma que a corrente crítico-utópica latino-americana “convive com os euro-americanos na estruturação do campo da Comunicação, mas enfrenta cada vez mais o desafio de superar os constrangimentos a que as suas origens modernas a amarraram” (Torrico Villanueva, 2016c, p. 34, tradução nossa). Ou seja, são vastos os desafios diante das estruturas colonialistas rígidas que conformam o campo.

Pensar a comunicação para além dos centros, como sugere Torrico Villanueva (2019) é um importante caminho para a descolonização do campo. A “comunicação ex-cêntrica” é uma alegoria com o conceito de excentricidade, que alude ao diferente, fora de padrão, mas também é uma alusão ao que já não está situado nos “centros”. No ponto de vista do autor, a decolonialidade aponta para outros pontos de vista, para além do que é estabelecido como norma. Desse modo, na concepção dos pensadores latino-americanos, a comunicação preexiste aos meios que a transmitem; trata-se de um processo inteiramente dialógico, dialético e convivial, que supõe a construção de um “com-saber”, ou seja, um conhecimento estabelecido com o outro, dentro de uma estrutura de direitos (Torrico Villanueva, 2019). Na comunicação ex-cêntrica, não há, portanto, a cisão Nós x Outros, categoria excludente que prevalece em diversos campos do conhecimento desde o pós-colonialismo. Pensar a comunicação a partir da subalternidade significa promover a denúncia quanto à desumanização colonial, que estabeleceu a incomunicação como força legitimadora das desigualdades. Explica o autor, a incomunicação seria

a separação dos seres humanos em dois grupos: o dos (auto)considerados genuinamente humanos (e, portanto, “superiores”) e o dos qualificados como carentes de humanidade (os “sem alma” e “descartáveis”). A comunicação entre os dois não era possível e o emudecimento dos oprimidos era a norma (Torrico Villanueva, 2019, p. 102).

A proposta de pensar a comunicação e o jornalismo a partir da subalternidade, como propõe o pensamento decolonial, nos impele a estabelecer alguns vínculos conceituais com o pensamento de Paulo Freire, pensador mundialmente reconhecido e patrono da educação brasileira. Freire inspira algumas possibilidades que ajudam a repensar os processos comunicacionais a partir de uma lógica descentralizada, isto é, a comunicação como condição para o fomento a uma cultura de participação social, tomada de consciência e emancipação. Em suma, a emancipação, na visão de Freire (2020a; 2020b), corresponde à ação dos/as oprimidos/as (subalternos) diante das realidades de dissenso, a partir, sobretudo, da consciência acerca do potencial humano de transformar.

Com efeito, tanto a comunicação decolonial como a comunicação para a paz se distanciam da lógica educacional bancária, veementemente criticada por Paulo Freire (2020a). Entendemos que a passividade do interlocutor é comum tanto ao modelo de educação bancária quanto à prática comunicacional reproduzida por modelos dominantes, que tendem a priorizar a transmissão de informações. Freire refuta a condição difusionista do ato comunicacional ao defender que o ato comunicacional ocorre na reciprocidade. “Comunicação é diálogo na medida

em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1982, p. 69).

A educação bancária considera as pessoas como agentes passivos no processo de recepção de conteúdos, numa posição completamente acrítica. Todavia, com a crítica ao mecanicismo da comunicação, esta crença na posição passiva foi superada, sendo necessário considerar o potencial transformador dos indivíduos, como protagonistas do processo comunicacional. Assim como na proposta educacional libertadora freireana, a proposta da comunicação decolonial e para a paz é sustentada pela dialética e pela tensão, de modo que a transmissão de conteúdos privilegia o potencial crítico e transformador do público, como pressuposto para a emancipação.

Segundo Góes (2021), os pensamentos de Paulo Freire são pouco debatidos no território da comunicação, a despeito das grandes contribuições que as teorias do pensador brasileiro podem oferecer. Para Lima (2021), as abordagens de Freire se concentraram em problemas universais relacionados à comunicação humana, e traz novos conceitos para defini-la. Ademais, restringir Freire a uma única área seria como reduzir seu potencial e sua abrangência, o distanciando do que sua práxis representa, de fato (Lima, 2021, p. 31). Logo, as articulações freireanas fornecem possibilidades analíticas que ajudam a repensar os modelos comunicacionais dominantes²⁴.

Freire (1982) compreende que o processo comunicacional ocorre de forma dialogal, isto é, não como transmissão de *A para B*, mas como o encontro entre as partes; uma relação de troca. Na perspectiva paulofreireana, os sujeitos são pensantes, isto é, têm saberes próprios; assim, a comunicação se dará de *A com B* e de *B com A*, sem hierarquias, imposições ou ações autoritárias (Freire, 1982; Góes, 2021). Nesse horizonte, “Paulo Freire dará ao *diálogo* a condição de pedra angular na comunicação e, de fundamento para educação e cultura” (Góes, 2026, s/p).

A interseção entre comunicação decolonial e comunicação para a paz possibilita repensar as lógicas comunicacionais que sustentam a cultura do silêncio, criticada e combatida por Freire em suas obras. Lima (2021, p. 116) sintetiza o conceito:

A cultura do silêncio corresponde a um conjunto de representações e comportamentos ou “formas de ser, pensar e expressar” que constituem a

²⁴ Em texto de 1981, Venício Lima já criticava a escassez de referências a Paulo Freire nos estudos de comunicação. Segundo o autor, apesar de ser muito estudado em áreas afins, e muitos de seus textos trabalharem a relação entre comunicação e cultura, Freire não tem recebido a devida atenção dos teóricos da comunicação. Segundo Lima (1981, p. 10), “as poucas exceções a esta regra são encontradas em estudos realizados por especialistas que trabalham fora dos paradigmas dominantes”.

ambiência da opressão. Nela prevalece o tolhimento da voz, a ausência do direito à fala, a inexistência do diálogo, a incomunicabilidade. Ela corresponde à “consciência servil” que caracteriza a posição expectante diante da história, o alheamento à coisa pública, o afastamento a qualquer experiência de autogoverno, a tolerância passiva à dominação. Na cultura do silêncio “existir é apenas viver. Pensar é difícil. Dizer a palavra, proibido”.

Nessa dinâmica de comunicação a partir das bases, a comunicologia da libertação (*comuniocología de la Liberación*), proposta por Beltrán, também caminha no sentido de romper com a cultura do silenciamento, na medida em que compreende o processo comunicacional de forma integral, na qual todos os sujeitos são importantes e inseparáveis. Como afirmam Valdez-López; Romero-Rodríguez; Hernando Gómez, (2019, p. 298, tradução nossa), “para enfrentar os desafios teóricos decoloniais, é preciso mudar nossa perspectiva no estudo da comunicação. Os fenômenos ou necessidades comunicacionais devem ser observados de baixo para cima, a partir das multidões que fazem demandas ao poder colonial”.

Outra proposta articulada por Torrico Villanueva (2016c; 2019) corresponde à reconfiguração da comunicação alternativa, que faz resistência às opressões de um determinado contexto social e político. O teórico apresenta o conceito de comunicação *alter/n/ativa* e argumenta que a América Latina é situada como um local fundamental para este tipo de pensamento comunicacional, visto que aponta direções distintas das que provêm da tradição acadêmica ocidental e calcada na modernidade eurocentrada. O conceito de *altern/a/ativo*, explica o teórico, alude ao caráter local (nativo) no qual o pensamento comunicacional latino-americano está situado; é o ambiente onde se manifesta a força transformadora da outredade. Torrico Villanueva (2016c, p. 35) pontua a distinção com as formulações teóricas sobre comunicação alternativa da década de 1970, cuja centralidade estava na contestação perante a monopolização dos conglomerados midiáticos ligados aos poderes internos. A comunicação *alter/n/ativa* propõe a contemplação, visibilidade e reconhecimento dos grupos e sujeitos marginalizados social e politicamente.

A proposta latino-americana, reitera o autor, representa uma nova opção diante das teorias que prevalecem no campo, especialmente porque trazem outras vias para integrar as práticas comunicacionais e a convivência comunitária, promovendo inter-relações. Isso significa a resistência frente aos processos de colonização presentes na região, manifestados em diversos âmbitos, sobretudo nos canais midiáticos. Conforme argumenta o boliviano, a “latinoamericanidade” indica que a região é um lugar multideterminado, a partir de uma posição historicamente localizada, “a partir da qual a realidade pode ser apreendida de outra perspectiva,

fato que, claro, inclui a comunicação como objeto pensável” (Torrico Villanueva, 2016c, p. 26, tradução nossa).

As reflexões e tensionamentos expostos neste tópico tiveram como objetivo explicitar as vinculações entre a comunicação e a proposta decolonial. Conscientes de que os conceitos definidores do campo são genuinamente situados no Norte global, entendemos que repensar os cânones da comunicação é um processo gradual. Os esforços empreendidos no contexto da América Latina são legítimos, principalmente por não promoverem a negação das perspectivas que dão sustentação às abordagens do campo, mas por agregarem por meio de contribuições elaboradas a partir de outras perspectivas, amparadas em outras existências e repertórios (Castro Lara, 2023). Este movimento é fundamental para o processo de descolonização da comunicação e para o enfrentamento das violências diversas que imperam nas narrativas contemporâneas.

No próximo tópico, lançamos algumas luzes relacionados ao jornalismo, pois entendemos que é, por excelência, o ambiente da representação social da realidade. Inserido na lógica colonialista, o jornalismo contemporâneo também é profundamente marcado pelas dinâmicas da colonialidade, que influenciam, inclusive, o âmbito da formação na área. Do ponto de vista epistemológico e metodológico, o campo do jornalismo é estruturado em uma lógica de colonialidade do poder, fortemente influenciado por divisões de raça; em contrapartida, grupos que destoam dessas lógicas são silenciados pelos critérios que determinam o que é notícia. A abordagem decolonial indica caminhos para repensar esses processos, e é justamente o direcionamento que propomos relacionar ao Jornalismo para a Paz, como possibilidade de repensar o jornalismo não somente em sua dimensão teórica, mas, sobretudo, prática.

2.3.3 Uma mirada decolonial para o jornalismo

As abordagens em torno da relação entre a comunicação e o pensamento decolonial nos conduzem a refletir sobre até que ponto o jornalismo contribui para a reprodução e consolidação do pensamento moderno, se constituindo como um instrumento da colonialidade (Ijuim, 2023). A influência do modo de pensar do Norte Global está presente na dinâmica social, e é fruto do colonialismo histórico sobre o qual discorreremos anteriormente. Inserida neste contexto de colonização, “a imprensa é fatia do mesmo bolo social que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade. Assim, muitos de seus profissionais pensam e atuam por esse mesmo paradigma” (Ijuim, 2023, p. 78).

Para Silva e Aguiar (2023), as práticas jornalísticas são decisivas para a consolidação da colonialidade do poder, pois podem colaborar para a interiorização e naturalização da dominação colonial. Segundo os autores, os avanços tecnológicos exercem pressão para que o jornalismo contemporâneo reproduza o reducionismo funcional e, conseqüentemente, se limite à visão de mundo ocidental (colonial). Desse modo, promover o “giro decolonial no jornalismo” demanda uma profunda transformação do modelo dominante. Isso significa desafiar a visão instrumental da prática e propor a reconfiguração da relação entre tecnologia, comunicação e poder (Silva; Aguiar, 2023, p. 107). Destarte, é fundamental repensar a prática jornalística para além da simples reprodução de informações, que frequentemente ocorre por meio de uma dinâmica hierarquizada, em que as organizações de mídia têm o poder de decidir o que será noticiado, em detrimento do que será omitido.

O aprimoramento dos meios de comunicação de massa, e também do jornalismo, exerceu papel preponderante na interiorização da dominação colonial. Do ponto de vista da tecnologia, criticada por diversos teóricos da comunicação decolonial, como debatido anteriormente, a comunicação difunde a racionalidade ocidental. A partir dessas lentes, o processo comunicacional, inserido na lógica capitalista, se coloca em uma posição na qual a rentabilidade supera a preocupação com a qualidade dos conteúdos. A comunicação tecnologicamente mediada difunde exclusivamente a visão de mundo eurocêntrica (Silva; Aguiar, 2023). Os autores acrescentam:

Não é exatamente o conteúdo do jornalismo que é manipulador ou alienante, mas a racionalidade técnica imbuída em toda essa produção, que ratifica a lógica da dominação. Por isso, a ideologia, que é a própria colonialidade, não é apenas transmitida pelos meios de comunicação, mas está na engrenagem tecnológica e na sua práxis. O chamado receptor não escolhe ou deseja nada. O seu gosto já está programado pelo polo da produção, um gosto que é acima de tudo colonial e que intensifica a assimilação cultural. Daí o papel decisivo do jornalismo e dos meios de comunicação no controle do imaginário dos dominados (Silva; Aguiar, 2023, p. 98).

A ideia de um modo “ideal” de fazer jornalismo é, em si mesma, reflexo da lógica colonialista, que estabelece critérios rígidos para as coberturas e impõe valores que determinam se um acontecimento será ou não reconhecido como notícia. A noticiabilidade de um fato, no horizonte teórico do *newsmaking*²⁵, enfatiza a figura do emissor, isto é, o profissional que

²⁵ De acordo com Hohlfeldt (2015), trata-se de uma teoria ligada à sociologia das profissões, no caso, o jornalismo. É uma teoria específica do campo do jornalismo, que se concentra em compreender o potencial dos acontecimentos cotidianos para se converterem em notícia.

produz a informação, como um intermediário entre o acontecimento e a narrativa final, a notícia (Hohlfeldt, 2015). Entendemos, porém, que essa forma de conceber o que é notícia deriva de uma visão colonialista, que, com base em critérios de noticiabilidade, privilegia acontecimentos nas esferas dominantes e silencia aqueles considerados dissonantes.

Os critérios de noticiabilidade²⁶ evidentemente respondem a interesses específicos do modo de produção capitalista. Um exemplo disso é o critério substantivo que versa sobre o “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento” (Hohlfeldt, 2015, p. 209): quanto mais pessoas “relevantes” estiverem envolvidas no acontecimento, maior será a probabilidade de noticiá-lo. Considerando as violências colonialistas, essa ideia de “relevante” alude ao padrão masculino, branco, cristão e cisheteronormativo, colocado como parâmetro da sociedade. Esse modo de conceber o exercício do jornalismo o coloca em uma posição inatingível aos grupos historicamente negligenciados pelas dinâmicas de colonização em voga na sociedade. Daí a urgência de trazer a decolonialidade para discutir outras formas de pensar e de fazer jornalismo (Cabral; Feltrin, 2023; Feltrin *et al.*, 2022)). O itinerário proposto pelo Jornalismo para a Paz, como veremos adiante, é um dos caminhos para tornar as coberturas mais inclusivas, além do esforço de ressignificar a superexposição da violência, também ressaltada pelos critérios de noticiabilidade hegemônicos²⁷.

Compreendemos que a virada decolonial no jornalismo pressupõe o estímulo à resistência diante das complexidades que emanam da contemporaneidade, atravessada pelo avanço tecnológico²⁸ e pelo capitalismo. É preciso ultrapassar o olhar instrumental que definiu o jornalismo ao longo da história e o condicionou a reproduzir os esquemas do mundo colonial/moderno/ocidental (Silva; Aguiar, 2023), pois, “a própria estruturação do jornalismo - suas características técnicas, seus valores e suas finalidades - torna-se diretamente ligada à consolidação da colonialidade” (Lima, 2022, p. 78). Isto posto, é fato que o jornalismo possui

²⁶ Esses critérios atendem a cinco categorias: 1) substantivas; 2) relativas ao produto; 3) relativas aos meios de informação; 4) relativas ao público; 5) relativas à concorrência (Hohlfeldt, 2015). Cada uma delas conta com critérios específicos, que conferem ao acontecimento a condição de notícia. Nesta pesquisa, optamos por não aprofundar a descrição de cada uma das categorias, pois nossa ênfase está centrada na decolonialidade.

²⁷ Dentro das categorias substantivas dos critérios de noticiabilidade, há o interesse pela capacidade de entretenimento, que pode transformar o acontecimento em notícia; busca-se o inusitado e o surpreendente como forma de atrair a audiência (Hohlfeldt, 2015). Em nosso entendimento, isso abre brechas para o sensacionalismo e a consequente superexposição da violência.

²⁸ O aprimoramento das tecnologias de inteligência artificial, bem como a popularização da cultura das redes sociais digitais impactam profundamente o jornalismo profissional, escrevem Silva e Aguiar (2023, p. 99). Na visão dos autores, essas tecnologias operam na lógica do capitalismo, por meio do extrativismo de dados, atenção e força de trabalho. Trata-se de um padrão que, tal como a colonialidade do poder, opera por meio da apropriação colonial. “O processo é sempre o mesmo, extrair e despossuir recursos para o bem de poucos, seja no colonialismo histórico, seja nas diferentes fases da colonialidade”.

uma forte herança colonial, especialmente se considerarmos as dinâmicas de poder que envolvem a área, ainda amplamente dominada por grandes grupos empresariais.

Ao estudarem o jornalismo antirracista e decolonial, Blotta e Felix (2025) afirmam que o jornalismo hegemônico e empresarial, situado em uma lógica de produção estritamente capitalista, prioriza a ideia de objetividade e possui uma perspectiva generalista na cobertura dos fatos. Todavia, a quem interessa essa objetividade e em quais critérios ela está embasada? Certamente em lógicas dominantes e em discursos de grupos de poder historicamente legitimados. Por outro lado, a decolonialidade no jornalismo se ampara em conceitos como territorialidade, interseccionalidade e do conhecimento situado. Como exemplificação de uma prática jornalística decolonial, os autores discorrem sobre o jornalismo antirracista, que posiciona a prática em questões raciais e que busca “formar opiniões em prol da igualdade material ao dar maior destaque às posições marginalizadas e desvalorizadas pelas relações de poder” (Blotta; Felix, 2025, p. 451).

Na concepção apresentada pelos autores, o jornalismo e os meios de comunicação de massa influenciaram a formação da esfera pública a partir do referencial burguês, isto é, branco, comercial e etnocêntrico. Ainda que Habermas, nos anos 1990, tenha considerado os meios de comunicação de massa e a Internet como possibilidades de amplificar as demandas da sociedade e, por consequência, gerar responsividade do poder público, os autores consideram que “estamos diante de um espaço que inclui excluindo, e que, portanto, o jornalismo hegemônico daí derivado continua reproduzindo esses padrões” (Blotta; Felix, 2025, p. 453). Para os autores, um jornalismo decolonial e antirracista não revela somente déficits de igualdade de tratamento no jornalismo hegemônico, mas, principalmente, aponta que o modelo dominante da prática jornalística está sustentado em concepções de objetividade, de interesse público e de justiça genuinamente brancas, eurocêntricas e capitalistas (Blotta; Felix, 2025). Inferimos que esse modelo é o que embasa até mesmo as políticas curriculares que regem os cursos de graduação em jornalismo, que enfatizam objetividade e rigor técnico, como aponta nossa hipótese.

De acordo com Verônica Maria Alves Lima (2022), o jornalismo, como prática simbólica global, atuou como um instrumento de consolidação do poder nos territórios colonizados no contexto da Modernidade. Ao longo da história, as narrativas jornalísticas sustentaram e fortaleceram imaginários que conformaram a racionalidade ocidental. Ampliar o entendimento do conceito de jornalismo e assumir uma atitude epistêmica decolonial não significa, no entanto, recusar o pensamento ocidental. Trata-se, pois, de uma forma de ultrapassar as formulações hegemônicas estruturadas na Modernidade, que reproduzem modelos advindos do poder colonial estabelecido nas Américas, África e Ásia a partir do século

XVI, que se desenvolveram com a lógica da colonialidade e, por consequência, impuseram padrões de subjugação.

A decolonialidade é uma postura epistêmica que aponta caminhos para se pensar em iniciativas inovadoras frente aos desafios do jornalismo contemporâneo, com destaque para a crise de credibilidade (Lima, 2022), impulsionada, sobretudo, pelo avanço e aprimoramento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). De acordo com a autora, a perspectiva decolonial aplicada ao jornalismo permite observar práticas diferenciadas por meio de olhares plurais, que incluam as perspectivas de grupos sociais historicamente silenciados pelo paradigma moderno-capitalista. “Sendo assim, discutir possíveis inovações e insurgências na prática jornalística sob o viés decolonial também implica olhar e analisar a estruturação epistêmica do jornalismo” (Lima, 2022, p. 79).

A colonialidade do poder reflete no jornalismo hegemônico brasileiro dado que suas práticas reproduzem os padrões discriminatórios da sociedade (Blotta; Felix, 2025). Observamos, desse modo, segundo a perspectiva do Jornalismo para a Paz, a prevalência de aspectos concernentes ao jornalismo de guerra/violência, caracterizado pelo pragmatismo e desumanização das coberturas. Um dos eixos que fundamentam a colonialidade do poder, como discutido anteriormente, é a classificação da população conforme a ideia de raça, entendida como critério para a segregação e hierarquização das sociedades.

Importante resgatar que, quando abordamos a decolonialidade como horizonte epistemológico transgressor diante das opressivas lógicas oriundas da colonialidade, que afetam os âmbitos do poder, do saber e do ser, entendemos que se trata de uma máxima que não procura a negação da Modernidade, mas um modo de tensionar o que fora estabelecido como civilização a partir da colonização. Para Lima (2022), essa postura epistêmica caminha ao lado da própria lógica que pretende combater, isto é, a racionalidade ocidental racista. Assim, a postura decolonial empreende na transformação a partir do contexto em que se insere e preza pela coerência entre as teorias propostas e a ação prática. Este alinhamento entre teoria e ação é uma das contribuições do pensamento decolonial à pesquisa e prática do jornalismo e visa “instigar a potente atitude de buscar compreender as conjunturas de forma ampla e plural, que não reforce dualismos, e que considere as insurgências que emergem justamente no interior da própria lógica que se analisa” (Lima, 2022, p. 76).

Observar a teoria e a prática do jornalismo a partir das lentes da decolonialidade é resgatar os princípios que regem o campo, que possuem íntima relação com a democracia, a verdade e a liberdade. A perspectiva decolonial possibilita um olhar crítico sobre o jornalismo na sociedade contemporânea, ao mesmo tempo em que estimula outras formas de exercê-lo, por

meio de abordagens diversas, que ampliem vozes e garantam visibilidade a grupos sociais marginalizados (Lima, 2022), além do reconhecimento do meio ambiente como um ser de direitos e, portanto, protagonista das narrativas a favor de uma agenda que prioriza o desenvolvimento sustentável para pessoas e todo o planeta. Cabe, nesse sentido, questionar algumas máximas prevaletentes na teoria e na prática do jornalismo, provenientes de estruturas de colonialidade, que também colonizam a própria natureza. Inferimos que essas máximas acompanham o jornalismo desde a formação de novos profissionais, regendo a estrutura dos cursos de jornalismo, com orientação voltada ao pragmatismo.

Como já discutimos amplamente, a herança da racionalidade moderna influenciou fortemente os diversos campos do conhecimento, de modo a estabelecer a incontestável predominância de uma linha de pensamento sustentada pelo racismo/machismo epistêmico elaborado no processo de colonização do pensamento ocidental (Grosfoguel, 2012; 2023). O jornalismo como campo de conhecimento não ficou de fora dessa influência. Como expressam Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019, p. 3), “o jornalismo ainda opera simbolicamente nas tramas da colonialidade do poder”, sendo necessário promover uma virada epistemológica capaz de descolonizar os pensamentos definidores desse campo.

Os paradigmas dominantes que moldaram os estudos e práticas no campo do jornalismo provêm das dinâmicas de conhecimento oriundas da Modernidade eurocêntrica; esses processos impulsionam a contínua busca por neutralidade e objetividade, valores fundamentais para o campo (Moraes; Veiga da Silva, 2019). Cremilda Medina (2008) discute a influência da epistemologia positivista na produção de conhecimento pelo jornalismo. Segundo a autora, tanto a prática cotidiana do jornalismo quanto a formação universitária na área são fortemente influenciadas pelo positivismo de Auguste Comte. Essa argumentação se justifica pela busca incessante pela objetividade e pela realidade, pelo tom afirmativo das narrativas, pelo desejo de precisão, pela negação da subjetividade e pela seleção dos fatos a serem narrados, entre outros aspectos²⁹.

Das ordens imediatas nas editoriais dos meios de comunicação social às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Auguste Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem. Se visitarmos os manuais de imprensa, livros didáticos da ortodoxia comunicacional, lá

²⁹ Como interpreta Veiga da Silva (2015), a influência positivista nos modos de conceber e produzir conhecimento jornalístico possui relações com o método científico de Descartes, pensador do século XVII. Descartes inaugura o mito do sujeito que pensa desde o olho de Deus, um modo de pensar que influenciou a colonização do pensamento, tendo como centro o homem europeu branco, ocidental e heterossexual, em uma posição de “endeusamento”.

estarão fixados os cânones dessa filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista (Medina, 2008, p. 25).

O paradigma moderno/colonial/positivista, integrado a um sistema-mundo capitalista, ocidentalista, masculinista, heterossexista (Grosfoguel, 2012), definiu a epistemologia colonialista e estabeleceu os critérios para a validação dos saberes. Conforme Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 5), entre essas balizas “destacam-se a objetividade, a neutralidade e a universalidade, bases do cientificismo e também dos métodos norteadores do fazer jornalístico”. As autoras consideram que o jornalismo se situa em uma racionalidade que não complexifica os modos como a realidade é concebida, isto é, o conhecimento produzido pelo jornalismo é análogo aos modos de produção do conhecimento científico, de modo que, na busca pela objetividade, se torna essencialmente cartesiano, positivista e masculinista; consequentemente,

As construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística historicamente participam dos processos de transformação de diferenças em desigualdades, contribuindo para a manutenção e opacificação de ideologias como o machismo e o racismo (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 2).

O pensamento positivista avançou conjuntamente à revolução científica experienciada pela Europa desde o século XVII, na qual o saber seria sinônimo de razão científica a serviço do progresso. Os modelos jornalísticos incorporaram e reproduziram essa razão científica, com base em uma visão de mundo divisionista (Ijuim, 2020). O positivismo tende à universalização dos fenômenos e, portanto, preza pela objetividade, excluindo toda e qualquer subjetividade. Privilegia-se a razão e entende que somente o conhecimento científico é verdadeiro. Nesse sentido, classifica as culturas de forma linear, de modo que as sociedades europeias são colocadas no topo de uma escala evolutiva (Zanetti, 2024; Medina, 2008). Como observa Zanetti (2024, p. 112), o modelo positivista impera nas redações e nas universidades³⁰, pois é oriundo de uma colonialidade epistêmica que reproduz violências com o fim de manter o poder das elites dominantes: “Um jornalismo da branquitude, masculinista, heterocisnormativo, eurocêntrico, cristão que objetifica, exotifica e deslegitima saberes e conhecimentos de grupos sociais minoritários”.

³⁰ Veiga da Silva discorre sobre a racionalidade epistêmica que também incide sobre o âmbito universitário. Segundo a autora, “historicamente a Universidade vem servindo como um espaço mais dado à reprodução (de conhecimentos, de valores, de hierarquias, etc.) e menos às condições criativas e ao exercício da práxis” (Veiga da Silva, 2015, p. 263).

A relação sujeito/objeto é marca constitutiva da ciência moderna, o que implica no distanciamento entre o sujeito observador e o sujeito observado (Ijuim, 2023). Essa herança de Descarte sugere cessar possíveis interferências entre o pesquisador e o objeto. Ijuim (2023) relaciona essa lógica à objetividade aplicada ao jornalismo, como pressuposto para se alcançar a máxima neutralidade e imparcialidade possível. No entanto, o autor afirma:

Do acontecimento ao fato há caminhos complexos para se chegar a uma notícia. Há a participação de pessoas – as que são foco das ações, as entrevistadas, as que fazem declarações, as que fornecem dados e as que organizam informações. Há pessoas e organismos que fazem a mediação deste processo, com seus métodos, suas rotinas, seus pontos de vista (Ijuim, 2023, p. 84)

A ciência moderna, portanto, foi assumida como modelo único, com a finalidade de reduzir os fenômenos sociais às dimensões externas, observáveis e mensuráveis. O jornalismo, em sua teoria e prática, é definido a partir dessa lógica, que exige a determinação do que é real e útil, estabelecendo uma objetivação, isto é, o distanciamento entre o sujeito que observa e o objeto a ser conhecido e narrado (Moraes; Ijuim, 2023). O viés positivista impõe, ainda que de forma tácita, o exercício da objetividade. Mas, como critica Ijuim (2020, p. 100), as narrativas não devem estar limitadas ao mero relato de fatos e explicações de acontecimentos: “A compreensão exige contextualização – histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco”. Na mesma linha de raciocínio, Veiga da Silva (2015, p. 42) afirma que “as marcas da modernidade e da epistemologia positivista nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas formas como a realidade pode ser percebida e narrada como um conhecimento”.

A crença moderna reduz os fatos sociais às dimensões observáveis e mensuráveis (Maldonado-Torres, 2023). Esse método envolve o distanciamento entre o pesquisador e o sujeito observado, uma herança de Descartes (Ijuim, 2023). Prevalece o pressuposto positivista de que a realidade é objetiva (Veiga da Silva, 2015). Dessa perspectiva, surge a ideia de objetividade como método do pensamento moderno, que segrega o observador e o observado a partir de dois polos; daí provém a alcunha de “objeto” aos sujeitos e grupos observados. Como advoga Ijuim (2023), a objetividade jornalística se baseia nessa concepção, no anseio de

alcançar neutralidade, imparcialidade e verdade, atributos que, no Brasil e em muitos outros países, fazem parte dos princípios deontológicos da profissão³¹.

Segundo reflexões de Veiga da Silva (2015), a objetividade positivista determina o modo como o jornalismo vê e ensina a ver a realidade, influenciando seus marcos teóricos, metodológicos e técnicos, o que prevalece, sobretudo, no âmbito da formação acadêmica dos profissionais. “Há indicativos de ser o paradigma moderno-positivista que permeia a maior parte das estruturas curriculares, os métodos e as técnicas dominantes no ensino da prática constituindo uma racionalidade mais preeminente nas possibilidades de reflexão do e no próprio campo” (Veiga da Silva, 2015, p. 43).

O principal risco desse distanciamento entre os jornalistas e o fenômeno social, assumido como neutralidade e imparcialidade, afirmam Moraes e Ijuim (2023), tem conduzido a imprensa a elaborar critérios que valorizam somente o imediato e, conseqüentemente, ignoram a reflexão sobre a complexidade de questões inerentes aos valores humanos. “É possível pensar nesse dogma da objetividade sem racializá-lo? Sem considerar posições de classe? Para que pessoas e lugares, então, o jornalismo deve mirar? E que lugares e pessoas ficam de fora?” (Moraes; Ijuim, 2023, p. 85). Na perspectiva dos autores, o jornalismo é indissociável da dignidade humana, que é um conceito ético, e isso, no nosso entendimento, deveria guiar a atuação profissional desde a formação. Pelo fato de a ética ser a visão de mundo que determina nossas escolhas, a seleção das pautas e o modo como elas são conduzidas é um componente ético-epistemológico “inerente a cada um de nós – comunicadores –, precisa ser decolonizado de modo a reconhecer, perceber e incorporar as múltiplas dimensões dos Direitos Humanos” (Moraes; Ijuim, 2023, p. 87). Para os autores, humanizar o jornalismo pressupõe humanizar o jornalista. Entendemos que tanto a decolonialidade aplicada ao jornalismo, bem como a perspectiva do Jornalismo para a Paz propõem essa mudança de paradigma.

Ijuim (2023) também ressalta as complexidades presentes no intervalo entre o acontecimento e o fato narrado, antes de se chegar a notícia, sobretudo porque há a participação de pessoas: que são o foco das ações, que concedem entrevistas, que expõem pontos de vista. Desse modo, frisa o autor, a abordagem jornalística recorre aos enquadramentos e abordagens a partir de critérios de seleção assumidos pelo próprio jornalista a partir de sua visão de mundo.

O narrador explora intencionalmente recursos linguísticos e extralinguísticos para produzir efeitos de real. Portanto, como costuma ressaltar Luiz Gonzaga Motta, “quem narra tem sempre um propósito ao narrar: nenhuma narrativa é

³¹ Como consta no Código de ética dos jornalistas brasileiros. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros> Acesso em: 22 jul. 2024.

ingênua, muito menos a narrativa jornalística”. Por isso mesmo, podemos inferir que a objetividade, enquanto método, propicia sim a potência para a produção de relatos verazes, notícias como versões verossímeis da realidade, mas não necessariamente revelam a verdade. Por outro lado, se toda narrativa carrega propósitos e intenções, devemos ponderar que não é possível a neutralidade exortada e exaltada por várias empresas de comunicação (Ijuim, 2023, p. 84).

Patrício (2023) chama a atenção para a ausência de discussões sobre como a comunicação e o jornalismo se entrelaçam às lógicas colonialistas que afetam a sociedade latino-americana. O grupo Modernidade/Colonialidade, por exemplo, carece de comunicólogos/as, que poderiam trazer para a discussão a relevância do campo na reprodução e legitimação do pensamento moderno, especialmente pelo papel desempenhado pela comunicação e pelo jornalismo nos processos de mediação social. A lógica colonial se sustenta pelo tripé da hierarquia de saberes a partir da ciência positiva (colonialidade do saber), que culminou na determinação dos povos a partir dos padrões eurocêtricos (colonialidade do ser) e na definição de um padrão civilizatório (colonialidade do poder). Na concepção de Patrício (2023), a epistemologia da comunicação se define a partir desse tripé; o autor sugere um “jornalismo de olhar periférico” e, portanto, decolonial, que parta de outros territórios epistêmicos. Segundo o autor,

A dimensão de territorialidades no jornalismo se insere num contexto mais amplo. A oposição entre centros e periferias aloca o debate em perspectivas históricas que dão conta de uma discussão sobre como essas territorialidades periféricas foram silenciadas; como as realidades foram sendo homogeneizadas na perspectiva de determinados interesses, de um controle social. Na base do silenciamento, construções históricas relacionadas. Um exemplo que não podemos desconhecer é a identificação do jornalismo como atividade umbilicalmente atrelada ao capitalismo (Patrício, 2023, p. 95).

Raciocínio semelhante é apresentado por Albuquerque (2022). O autor traz tensionamentos quanto à atuação da lógica colonial ancorada nas instituições responsáveis pela produção e circulação de conhecimento. Dentre essas instituições está o jornalismo, cujas narrativas tendem a reproduzir os ditames colonialistas, que privilegiam os olhares do Norte Global. Consciente disso, o autor apresenta alguns caminhos para uma efetiva descolonização do jornalismo, sendo que o principal ponto é a identificação quanto aos modos pelos quais a colonialidade atua na prática e por meio dela. O autor ressalta que o jornalismo é sujeito e objeto do processo de colonização, de modo que essas duas dimensões se relacionam significativamente. Ele evoca os seguintes questionamentos: “quais agentes exercem um papel

determinante no processo de colonização de que o jornalismo faz parte? Quais estratégias são empregadas nesse processo?” (Albuquerque, 2022, p. 13). Em síntese,

Entender o jornalismo como sujeito de um processo de colonização é atribuir a ele um papel importante como agente de colonização interna. Ele cumpre esse papel quando se torna intermediário de um processo de importação de verdades originadas nos países centrais do processo de colonização global. Entender o jornalismo como objeto de um processo de colonização significa identificar os agentes externos e internos que levam a atividade jornalística de um determinado país a basear suas práticas, métodos, agendas e valores por referência às potências centrais. Para tal, é preciso cultivar um distanciamento crítico em relação às narrativas dominantes sobre o jornalismo (idem).

Pensado a partir de uma lógica decolonial, o jornalismo deve fazer resistência à legitimação das violências herdadas do colonialismo, tão presentes no conjunto de normas e nas narrativas da sociedade, tal como o racismo, o machismo e outras violências sustentadas em lógicas hegemônicas. Lançar novos olhares para a prática demanda a articulação de questões específicas, como indicam Lago, Gonçalves e Kazan (2023, p. 127):

como produzir um jornalismo capaz de dar conta da diversidade social, respeitando a alteridade, produzindo representações que não reforcem alijamentos, estereótipos e reducionismos de gênero, raça e classe, para pensar apenas em três dimensões (cruzáveis, interseccionáveis) dos marcadores sociais da diferença?

Essas reflexões convergem com as ideias que fundamentaram a formulação do ODS 19, proposto pelo *Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade* (Cabral; Gehre, 2020), como veremos adiante. A Agenda 2030 aborda questões sociais e econômicas, reconhecendo sua interdependência com a pauta ambiental. Ao integrar arte, comunicação e cultura, a proposta do ODS 19 enfatiza o papel dessas instâncias na valorização da diversidade e da pluralidade de vozes. Dessa forma, pode fortalecer o posicionamento crítico da sociedade diante de narrativas de opressão, que não se limitam ao âmbito social e econômico, mas também se estendem às questões ambientais. “Tanto a comunicação quanto a arte integram práticas culturais humanas, formas de compartilhar experiências e sentimentos com o coletivo de modo a impactarem e serem impactadas pelo meio cotidianamente” (Cabral; Gehre, 2020, p. 173). Entendemos que o jornalismo, pensado à luz da paz e da decolonialidade, pode oferecer possibilidades para a formulação deste ODS.

Como salientam Blotta e Felix (2025, p. 458), “a dimensão decolonial do jornalismo, além de retratar os fatos, sujeitos e suas relações a partir de sua complexidade e singularidade,

espera-se que haja um forte trabalho de contextualização e explicação das relações de poder existentes por trás dos fatos”. Entendemos que, tanto a decolonialidade como o Jornalismo para a Paz são potenciais alternativas de resistência diante dos traços de violência colonial predominantes nas narrativas jornalísticas. Ressignificar as marcas da colonialidade, tão presentes na área, é fundamental para se produzir um jornalismo diverso, que respeite a alteridade e que não reproduza estereótipos, sobretudo relacionados a marcadores sociais da diferença, como raça, gênero e classe (Lago; Gonçalves; Kazan, 2023).

Considerar o cruzamento desses marcadores, em uma perspectiva interseccional, por exemplo, pode ser um dos caminhos para construções jornalísticas decoloniais. Uma prática jornalística decolonial é aquela que inverte a lógica do valor-notícia, trazendo a narrativa de pretos, pardos, indígenas, pobres, mulheres cis e trans, entre outras, outros e outres, para o centro do debate (Silva; Aguiar, 2023, p. 107). Para que sejam valorizadas profissionalmente, consideramos que essas temáticas devem fazer parte das matrizes curriculares de cursos de jornalismo, para muito além das questões técnicas que ainda conduzem a prática, situada em um contexto marcadamente capitalista. O Jornalismo para a Paz e a decolonialidade podem contribuir no sentido de apresentarem outras possibilidades ao jornalismo, com um itinerário que valorize práticas mais diversas, éticas e com responsabilidade socioambiental.

Entendemos, portanto, que a reconfiguração das práticas jornalísticas tradicionais pode oferecer caminhos contrapostos ao sistema-mundo colonialista. Especialmente porque o conteúdo jornalístico não é alienante por si só, de modo que é a técnica aplicada à produção que legitima e ratifica as lógicas de dominação (Silva; Aguiar, 2023). “Estes princípios dão garantias aos operadores da informação jornalística visto que, ao se aproximar do fenômeno imediato, o Jornalismo expressaria uma forma de saber sobre a atualidade, a verdade simples e precisa” (Lago; Gonçalves; Kazan, 2023, p. 128).

As reflexões apresentadas neste capítulo nos ajudaram a compreender como as opressões colonialistas persistem em nossas narrativas e práticas socioculturais. As discussões em torno da decolonialidade são atuais e estão em constante evolução nas mais diversas áreas das ciências humanas, de modo que as contribuições aqui empreendidas sinalizam o potencial para ampliar a temática em perspectivas futuras, principalmente porque a violência colonial se atualiza constantemente e assume diversas formas para marcar seu lugar de poder.

Em suma, a colonialidade se expressa em violências naturalizadas sob o véu de aparente normalidade, o que possui intrínseca relação com o conceito de violência cultural, intensamente discutido no campo dos Estudos para a Paz, que será abordado no próximo capítulo.

Entendemos que esses traços colonialistas também estão presentes nas narrativas midiáticas, especialmente no jornalismo, que tende a reproduzir os discursos que imperam na sociedade; tal prática se mostra sobretudo no âmbito da formação, tendo em vista que os saberes que perpassam o campo da comunicação e do jornalismo ainda são embasados em perspectivas colonialistas, como verificaremos posteriormente na análise dos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de jornalismo.

O objetivo de lançar um olhar decolonial para a comunicação e jornalismo possui alguns pontos de intersecção com a perspectiva teórica da Comunicação para a Paz e do Jornalismo para a Paz, principalmente no que corresponde ao enfrentamento das violências presentes nos discursos midiáticos. Inferimos que a ênfase na violência no jornalismo pode ser uma estratégia que visa assegurar o poder de grupos dominantes. Desse modo, tanto a comunicação decolonial quanto a comunicação e o jornalismo para a paz são espaços de resistência.

As reflexões tiveram como objetivo evidenciar o impacto da colonialidade nas práticas sociais e nos discursos jornalísticos. Compreendemos que o jornalismo, como espaço de legitimação de discursos, pode tanto reforçar e naturalizar lógicas de opressão quanto contribuir para sua desconstrução. Assim, a prática desempenha papel fundamental na desconstrução de violências e opressões presentes em lógicas colonialistas, que frequentemente silenciam as vozes de grupos não dominantes.

3. OS ESTUDOS PARA A PAZ APLICADOS À COMUNICAÇÃO E AO JORNALISMO

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Chimamanda Ngozi Adichie).

Integrando a fundamentação teórica que embasa nosso estudo, este capítulo traz apontamentos em torno da comunicação e do jornalismo orientados para a paz. Para tanto, se faz necessário resgatar alguns marcos teóricos e conceituais sobre a grande área na qual essas perspectivas estão inseridas: os Estudos para a Paz (*Peace Studies*) (EPP). Trata-se de uma escola crítica cuja gênese se dá no Norte global, cujo principal objetivo é analisar e compreender as dinâmicas sociais e políticas subjacentes aos contextos de guerras entre nações. Nos EPP, os conflitos não são estudados isoladamente, sem considerar sua intrincada fisiologia e os impactos causados nos mais diversos contextos sociais. Por isso, é uma disciplina genuinamente transdisciplinar, pensada a partir de múltiplas abordagens, que se complementam para alcançar o objetivo de compreender o cerne dos conflitos. Nesse sentido, o conceito de paz é ampliado para além da compreensão do senso comum, que o considera como mera ausência de violência.

É justamente a transdisciplinaridade que diferencia os EPP das Relações Internacionais e da Ciência Política, pois investiga a paz em múltiplas dimensões, não se atendo somente ao fenômeno da guerra (Ferreira, 2019). A transdisciplinaridade dos EPP é uma necessidade epistemológica, uma vez que a disciplina visa à construção da paz a partir de múltiplos meios (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019). Neste caráter cuja contribuição multidisciplinar é fundamental, o campo da comunicação também contribui para o exercício de se compreender os conflitos e, especialmente, apontar caminhos para ressignificá-los.

A comunicação, como espaço de mediação e produção de sentidos, impacta sobremaneira o modo como se dá a percepção social em contextos de dissenso, sobretudo no jornalismo. Mas, que tipo de comunicação e abordagem jornalística podem contribuir para ressignificar lógicas de violência? Como a prática jornalística pode ser direcionada para estimular a crítica social perante a naturalização de violências e opressões, muitas delas resquícios de colonialidade? A Comunicação para a Paz e o Jornalismo para a Paz se apresentam como alternativas diante dos modelos predominantes no campo, além de se aproximarem da comunicação decolonial na intenção de se contraporem a lógicas hegemônicas.

O capítulo apresenta um breve histórico sobre a consolidação dos EPP como campo; posteriormente, propõe tensionamentos em torno da necessidade de descolonizar os EPP; em

seguida, traz apontamentos sobre a comunicação e o jornalismo orientados para a paz e, por fim, estabelece cruzamentos com a comunicação decolonial.

3.1 A consolidação dos Estudos para a Paz

Ao longo da história, diversos campos do saber se preocuparam em compreender o conceito de paz. Na Filosofia, por exemplo, há inúmeros escritos sobre caminhos para se alcançar a paz. No terreno da religiosidade e da espiritualidade, independentemente da denominação, também se observam esforços direcionados à paz e à não-violência. Também se destacam as ações desempenhadas por ativistas, empreendedores sociais e agentes políticos, como Gandhi, Paulo Freire, Martin Luther King, Madre Tereza de Calcutá, Nelson Mandela e tantos/as outros/as que, em diferentes momentos da história, trabalharam arduamente em vários campos e territórios para a consolidação de uma realidade pacífica. Marcos Alan S. V. Ferreira (2019), ao escrever sobre as origens dos EPP, traz uma citação do editor da obra seminal *The Oxford International Encyclopedia of Peace*, Nigel Young, que sublinha as tradições conceituais sobre a paz:

[...] graças a um século de desenvolvimentos na sociedade civil, o significado de paz tem se ampliado para incluir um amplo espectro de temas positivos. Em áreas como direitos humanos e civis, desarmamento, gênero, pobreza global, desenvolvimento e meio ambiente, a influência de vários movimentos tem sido imensa. Com estas influências vêm também um conceito mais amplo de paz, uma paz que envolve uma pacífica metodologia de ação (Young, 2014 *apud* Ferreira, 2019, p. 48).

É precisamente nesta metodologia de ação que os EPP se concentram. O campo expande a abordagem da polemologia (o estudo das guerras), acentuando o entendimento das origens, as causas e consequências dos fenômenos violência e paz, com ênfase na ressignificação dos conflitos. Quando tais conflitos são escalonados a dimensões que produzem dor, sofrimento e desigualdade, é fundamental que se contextualize e se compreenda suas origens e consequências, buscando a ruptura de tais processos opressores, ou seja, sua superação e/ou ressignificação.

Conforme Ferreira (2019, p. 49), a construção da ideia de paz não é linear, pois é impossível universalizar o conceito. No decorrer da história, nota-se a ligação da paz com valores espirituais, sendo que “muito do seu surgimento se deve a um entrelaçamento da ideia de paz que flutua entre crença e ação”. Essa relação é percebida em várias denominações religiosas e, segundo Ferreira (2019), religiões e filosofias orientais como Budismo, Taoismo e

Confucionismo enfatizam a indissociabilidade entre vida espiritual e justiça social. A despeito de suas inúmeras interpretações, nos interessa neste estudo a institucionalização da paz como perspectiva teórica e metodológica, a partir do advento dos EPP.

Como salienta Ferreira (2019), a cisão ideológica impulsionada pelas duas grandes Guerras Mundiais contribuiu para a politização da concepção de paz. Os espectros capitalista e socialista disputavam suas visões em torno do conceito, com a convicção de que seriam suficientes para que se promovesse uma mudança estrutural no mundo. Os processos políticos do século XX incidiram sobre a significativa diminuição das divisões ideológicas, todavia, “o mundo liberal não cumpriu a promessa de um mundo mais pacífico” (Ferreira, 2019, p. 57). Pelo contrário, guerras civis, abusos de direitos humanos, entre outros horrores, continuaram a afligir o mundo, acentuando desigualdades, injustiças e conflitos.

Maschietto, Nobre e Nogueira (2019) explicam, com base nos estudos de Wallensteen (2012)³², que, entre as décadas de 1920 e 1930 existiam alguns estudos estatísticos dedicados a mapear e a compreender as guerras. Prevalencia o paradigma da ciência normal, de modo que o trabalho consistia em traçar correlações e generalizações, a partir de um ponto de vista essencialmente positivista. Segundo os autores, isso influenciou os debates iniciais em torno dos EPP: de um lado, havia cientistas naturais que priorizavam a identificação dos “sintomas” como pressuposto para produzir a “cura” para a guerra. Em contrapartida, havia um grupo composto por religiosos de igrejas tradicionais, que percebia a complexidade dos conflitos violentos e demandava abordagens multidisciplinares. Este grupo influenciou o desenvolvimento da ideia em torno à Resolução de Conflitos (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019).

Entre os anos 1930 e 1940 houve uma crescente onda de estudos voltados à temática da paz nas ciências humanas. Todavia, foi nas décadas de 1950 e 1960 que essas abordagens foram impulsionadas sistematicamente (Ferreira, 2019). Isso porque a dinâmica da Guerra Fria e o temor por novas guerras mundiais e ataques nucleares levaram cientistas sociais a refletirem sobre a promoção da paz de forma contínua. Nomes como Lewis Fry Richardson e Quincy Wright se destacam neste contexto (Ferreira, 2019). A partir deste marcador surgem, nos Estados Unidos e na Europa, diversos departamentos e institutos de pesquisa intencionados a compreender a paz e os conflitos, com destaque para Johan Galtung na Noruega, Anatol Rapoport na Universidade de Michigan (EUA) e Kenneth Boulding na Stanford University

³² WALLENSTEEN, P. The origins of contemporary peace research. In: HÖGLUND, K.; ÖBERG, M. (Eds.). *Understanding peace research: methods and challenges*. London/New York: Routled, 2012, p. 14-32.

(EUA). É a partir desse engajamento de cientistas sociais europeus e norte-americanos que nascem os *Peace Studies* - Estudos para a Paz (Pureza; Cravo, 2005; Ferreira, 2019).

Como explicam José Manuel Pureza e Teresa Cravo (2005, p. 7), a criação do *Journal of Conflict Resolution*, em 1957, e, dois anos mais tarde, do *Center for Research on Conflict Resolution da Universidade de Michigan*, por Kenneth Boulding, Herbert Herman e Anatol Rapoport, “representou o primeiro desafio à predominância do paradigma realista como modelo de interpretação do fenômeno da paz e da guerra”. Na Noruega, o destaque é o *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO - Instituto de Oslo e Pesquisa sobre a Paz)³³, criado em 1959; com liderança do sociólogo Johan Galtung, seria a primeira instituição de pesquisa a assumir e utilizar o termo Investigação para a Paz (*Peace research*). Em 1964, o destaque é a criação do *Journal of Peace Research*, um dos principais periódicos da área, com a publicação de artigos em torno das temáticas da paz e resolução de conflitos. Pureza e Cravo assinalam a contribuição de Galtung para o campo dos EPP:

Ao caracterizar os Estudos para a Paz, Galtung *rompe drasticamente com a distinção positivista entre teoria e prática*. Superando a falsa noção de neutralidade da ciência (já que se reconhece que todos os saberes pressupõem inevitavelmente um olhar valorativo por parte de quem analisa), os Estudos para a Paz afirmam-se como uma disciplina “socialmente produtiva” – isto é, que produz reflexos na vida social, política, econômica e cultural das sociedades. Reflexos que se pretendem condizentes com os objectivos da promoção da cooperação, da resolução pacífica de disputas e das transformações sociais e políticas não-violentas (Pureza; Cravo, 2005, p. 7-8, grifos nossos).

Embora formulados no contexto do Norte Global, em um cenário marcado por intensas disputas de poder, observamos o caráter inovador desses estudos, que propuseram um enfoque investigativo afastado da rigidez acadêmica positivista, até então predominante nas ciências sociais, tal como demandam as teorias decoloniais, que discutimos anteriormente. Como explica Håkan Wiberg (2005, p. 26), há um consenso na Investigação para a Paz no que tange à “orientação em função de valores” e efetivação de políticas concretas, o que é observado, sobretudo, em editoriais publicados a partir de 1964 no *Journal of Peace Research*. Isso significa que as pesquisas empreendidas no campo dos EPP se concentram em dados, teoria e valores; os vértices desse triângulo devem, portanto, atuar de forma conjunta. Áreas como a Ética e a Teologia, como exemplifica Wiberg (2005), enfatizam unicamente os vértices das

³³ Além de Johan Galtung, o PRIO contava, em sua gênese, com mais 5 pesquisadores/as, de diferentes campos do saber: Otto Klinberg (psicólogo), Ingrid Eidie (socióloga), Mari Holmboe Ruge (cientista política), Arne Martin Klausen (antropólogo) e Silver Langholm (historiador) (Ferreira, 2019).

normas e dos valores; no modelo da Investigação para a Paz, os vértices se correlacionam. Galtung (1996, p. 9-10) explica essa triangulação, que confere amplitude epistemológica e sustentação ao campo:

Estudos empíricos de paz, baseados no empirismo: a comparação sistemática de teorias com a realidade empírica (dados), revisando as teorias se elas não concordarem com os dados — sendo os dados mais fortes do que a teoria;
Estudos críticos de paz, baseados na crítica: a comparação sistemática da realidade empírica (dados) com valores, tentando, em palavras e/ou ações, mudar a realidade se ela não concordar com os valores — sendo os valores mais fortes do que os dados.
Estudos construtivos de paz, baseados no construtivismo: a comparação sistemática de teorias com valores, tentando ajustar as teorias aos valores, produzindo visões de uma nova realidade — sendo os valores mais fortes do que a teoria (Galtung, 1996, p. 9-10, tradução nossa, grifos nossos).

Rompe-se, assim, a noção de distanciamento entre os pesquisadores e o objeto ou sujeito pesquisado, característica contumaz do caráter disruptivo dos EPP. No mesmo texto, Galtung explica que na lógica do empirismo, os dados prevalecem sobre a teoria; no âmbito da crítica, os valores prevalecem sobre os dados; e na lógica do construtivismo, os valores prevalecem sobre as teorias. Isso nos leva a compreender que, ao contrário da racionalidade epistêmica positivista, os EPP consideram os valores inerentes ao pesquisador, direcionando a construção de teorias assumidas para explicar dados da realidade. “Os estudos de paz, assim como qualquer outra ciência aplicada, baseiam-se na convicção de que o mundo é mutável, maleável, pelo menos até certo ponto” (Galtung, 1996, p. 10, tradução nossa).

Na visão de Martínez Guzmán (2000, p. 76, tradução nossa), “um consenso mínimo sobre os valores é necessário, mas a discrepância nas diferentes formas de entender as “pazes” é importante. Não se busca a objetividade, mas sim a intersubjetividade e a transparência”. Isso significa que é preciso uma adesão “emocional” a estes valores para que a investigação, de fato, tenha razão de ser (Pureza; Cravo, 2005); tal constatação já nos adianta que pensar o jornalismo inserido na perspectiva dos EPP é expandir os critérios de objetividade e pragmatismo que perpassam suas dimensões teóricas e práticas. Para corroborar o teor do campo dos EPP e combater possíveis críticas que o considerem “utopistas”, Johan Galtung (1996) faz uma analogia entre os EPP e a Medicina. Para o autor, os EPP são eticamente orientados para a paz, em oposição à guerra e à violência; isso não os torna menos rigorosos do que a investigação médica, cuja orientação está para a cura, em oposição à doença.

Com Galtung³⁴ e o advento do PRIO ocorre a institucionalização dos EPP, que se consolidam como disciplina crítica, assumindo proeminência e autonomia. Os estudos passam a se constituir como uma ciência aplicada, direcionada não somente a apresentar como as coisas são, mas também com a intenção de dizer como elas devem (ou deveriam) ser, o que explicita o caráter normativo do campo. Destarte, “entender um conflito violento requer a compreensão do que seriam suas causas mais profundas (*root causes*)” (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 545), e essa é a base dos EPP. Ainda conforme apontam Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 539), a disciplina é voltada para a ação, de modo que a dimensão normativa é importante e “informa as opções epistemológicas e metodológicas do/a pesquisador/a”. Os conceitos centrais do campo são as teorizações acerca da paz e da violência propostas por Johan Galtung, que alargam as possibilidades de entendimento sobre as múltiplas dimensões dos conflitos.

Como contextualizam Pureza e Cravo (2005), ao final dos anos 1980, os EPP já haviam se tornado uma escola plural e com impacto internacional. Um importante marco para os estudos é o fim da Guerra Fria, que fortaleceu a relevância das abordagens em torno da paz. Segundo os autores, a década de 1990 é caracterizada por uma profusão de conflitos de diversas ordens, sobretudo civis, que impunham desafios à estabilidade da nova ordem mundial. Neste ínterim, a comunidade internacional enxergou a urgência de fomentar um modelo de resposta aos conflitos que levasse em conta as fontes, os atores e as dinâmicas, além das consequências desses conflitos, cujos efeitos já eram visíveis desde a Segunda Guerra Mundial, mas que foram intensificados com o fim do sistema bipolar (Pureza; Cravo, 2005).

Nesse contexto, os autores portugueses destacam o papel da Organização das Nações Unidas (ONU), que, por meio de proposta do Secretário-Geral Boutros-Ghali, passou a se concentrar no crescimento de conflitos múltiplos, sobretudo nas denominadas “periferias do sistema internacional”. Isso demandou, da parte da Organização, o compromisso de apoiar e implementar processos de paz a partir de acordos (Pureza; Cravo, 2005). Conforme argumentam, o primeiro momento de aproximação entre o campo dos EPP e a ONU foi a Agenda para a Paz, de 1992, que tinha como estratégias de ação: diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*), restabelecimento da paz (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*) e consolidação da paz (*peacebuilding*)³⁵.

³⁴ Galtung reforça o viés crítico da disciplina, que é influenciada pela Teoria crítica e outras influências pós-marxistas (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019).

³⁵ Antes, em 1975, Galtung formulara o conceito de *peacebuilding*, que, posteriormente, seria absorvido politicamente nos processos de construção de paz pós-conflito.

Esta disciplina beneficiou, portanto, da nova ordem mundial, assumindo nas instâncias de decisão do sistema internacional um protagonismo que não tinha até então. Começando pelas Nações Unidas, a hegemonia da sua concepção foi acolhida pela comunidade científica, pelas organizações multilaterais, governos doadores, ONGs, e foi apropriada por estes mesmos actores para guiar políticas públicas de promoção da paz (Pureza; Cravo, 2005, p. 11).

A breve contextualização apresentada nos mostra a consolidação do campo, a partir de sólidas estruturas epistemológicas e metodológicas. Essencialmente, os estudos analisam contextos sociais perpassados por violências (diretas ou indiretas), o que pressupõe questionar o *status quo* e estruturas dominantes. Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 570) alertam sobre o risco do pesquisador se prender a binarismos como certo/errado. Por isso, é necessário, segundo os autores, que “o/a pesquisador/a esteja atento/a e engajado/a numa constante prática reflexiva”. Isso pode contribuir para revelar as dinâmicas de opressão, que também encontram lugar nas narrativas da mídia, considerando que a violência naturalizada pelos produtos culturais é foco de interesse dos EPP.

Para seguir com essas reflexões, no tópico apresentamos alguns dos principais conceitos teóricos dos EPP, que nos ajudam a compreender o fenômeno da paz e da violência como objetos de estudo, o que aportará à nossa pesquisa à medida que sua aproximação com a comunicação decolonial nos permite identificar estruturas narrativas opressoras, tal como vimos anteriormente.

3.1.1 Violência e paz: conceitos centrais dos EPP

Como apontamos, os EPP emergem da necessidade de compreender as estruturas de violência subjacentes aos contextos de conflitos. Trata-se de uma área fundamentada em estabelecer análises críticas em torno do fenômeno da violência, com vistas à redução ou ressignificação dessas realidades (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019). Dotados de epistemologia e metodologia próprias, assumem forma de disciplina impulsionados pelos direcionamentos teóricos defendidos por Johan Galtung e outros pensadores/as, cujas articulações em torno do conceito de violência e paz ampliaram a compreensão do fenômeno. No ensaio *Violence, Peace and Peace Research*, publicado em 1969, Galtung amplia esses conceitos, que são fundamentais ao campo dos EPP.

Para o sociólogo nórdico, o uso comum da palavra “paz” remete a uma imagem irreal do mundo quando compreendida como ausência de violência. Essa concepção, segundo o autor, seria incapaz de espelhar semanticamente um mundo envolto em conflitos. Todavia, os

investigadores da paz devem vislumbrar o potencial de estratégia científica do conceito, ou seja, a definição de paz “deve direcionar a atenção para os problemas que estão no plano político, intelectual e na agenda científica de hoje e de amanhã” (Galtung, 1969, p. 168, tradução nossa).

As formulações de Galtung ampliaram a compreensão dos conceitos de paz e violência, indo além da ênfase na violência direta ou na visão da paz como ausência de conflito **ou de guerra**. Ademais a visão de paz não se limita à dimensão interestatal, mas contempla diversas esferas da sociedade, o que viabiliza o potencial analítico diante dos fenômenos violentos. Na perspectiva crítica dos EPP, a paz é um conceito social, em que o pesquisador “não se engaja somente em compreender a guerra, mas também outros processos violentos e conflitos da sociedade” (Ferreira, 2019, p. 65). Isso reforça o caráter transdisciplinar do campo, uma vez que a manifestação das violências em múltiplas esferas demanda perspectivas mais amplas e diversas, capazes de abordar e analisar as complexidades inerentes a elas. Ademais, como a guerra é apenas um tipo de violência entre as diversas manifestações na sociedade, os EPP adotam uma visão holística.

É importante frisar o viés disruptivo que perpassa o campo, cujas abordagens se distinguem das epistemologias até então dominantes nas ciências, de genuína influência positivista. Conforme Maschietto, Nobre e Nogueira (2019), as abordagens de viés crítico trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento dos EPP, que desafiam o *status quo* em todos os níveis de análise, ou seja, do interpessoal ao internacional. Ademais, afirmam que existe uma ciência ortodoxa da paz, que possui proximidade com o realismo e o neoliberalismo das Relações Internacionais.

Uma vez que as guerras tradicionalmente ocorreram entre os Estados, essa ciência da paz *mainstream* também permanece muito mais centrada no Estado. Por outro lado, os pesquisadores de estudos de paz críticos não estudam apenas a guerra e a violência, mas concentram seus esforços mais notadamente na paz. Os estudiosos mais críticos também estabelecem conexões diretas entre a paz e a não violência, postulando que tanto os meios quanto os fins são importantes na promoção de uma paz sustentável após o fim de conflitos prolongados (Maschietto, Nobre e Nogueira, 2019, p. 543).

Destarte, os autores apontam que no processo de desenvolvimento dos EPP haveria a necessidade de reconstituí-los como uma teoria social crítica, de modo a preservar o caráter inicial da disciplina. Outrossim, o viés tradicional que acompanha a trajetória do campo tem como perspectiva de análise apenas as violências visíveis e quantificáveis (violência direta). Todavia, a orientação crítica estimulada por Galtung (1969; 1990) amplia as possibilidades

analíticas, pois os contextos de violência também são perpassados por elementos presentes na estrutura social e na cultura.

Com a noção de *paz positiva*, por exemplo, Galtung (1969) desconstrói o entendimento do senso comum sobre paz, considerada como ausência de violência (*paz negativa*). A *paz positiva* ressignifica o conceito ao sustentar que ideais de equilíbrio, cooperação e justiça social são requisitos para uma realidade pacífica. Uma chave essencial para entender o posicionamento crítico dos EPP é a concepção de violência manifestada nas estruturas sociais, na economia e na política, perpassadas por desigualdades e dinâmicas que limitam o atendimento das necessidades humanas. Além disso, é no campo da cultura que essas violências são naturalizadas e legitimadas, o que influencia a manifestação e normalização da violência em sua dimensão direta.

O sociólogo promove a ampliação do conceito a partir do triângulo da violência, no qual indica as seguintes tipologias: violência direta, violência estrutural (ou sistêmica) e violência cultural. Enquanto a violência direta é facilmente perceptível, a estrutural e a cultural se manifestam de forma indireta, como ilustra a figura 1. As três tipologias, em conjunto, formam um triângulo em que os vértices se conectam, se complementam e coexistem, pois, a violência estrutural culmina em violência direta e a violência cultural legitima as expressões estrutural e direta (Ferreira, 2019).

Figura 2. Triângulo da violência conforme Galtung



Fonte: elaborado pelo autor com base em Galtung (1969)

Na dimensão direta, vítimas e agressores são evidenciados, além de deixar à mostra a destruição e os danos causados pelo ato violento. Como exemplifica Ferreira (2019, p. 66), os meios da violência direta “vão desde o ataque pessoal com armas brancas até a destruição

coletiva com armas de guerra”. Trata-se de uma violência que pode ser quantificada, por exemplo, apresentando o número de mortos e feridos após um conflito. Ferreira (2019) também afirma que o cessar-fogo entre nações em guerra resultaria em *paz negativa*, entendida meramente como a ausência de violência direta.

Maschietto, Nobre e Nogueira (2019) escrevem que o viés tradicional da concepção dos EPP se concentra nas violências visíveis e quantificáveis, ou seja, considera que a violência direta é a única expressão possível. Galtung, porém, promove um giro epistemológico ao ampliar a concepção sobre a violência. O conceito de violência estrutural, por exemplo, se conecta com a direta na medida em que se concentra em investigar suas causas em profundidade. Isso reforça a dimensão normativa do campo, de modo que não apenas os Estados devem ser considerados em análises sobre violência e paz, mas todos os atores sociais envolvidos. “A construção da paz segundo abordagens que levam em consideração a sociedade envolvida pelo conflito - e sua cultura - identifica-se como a *paz justa*” (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 545).

Quanto à violência estrutural, nem sempre os agentes estão em evidência, pois se trata de uma manifestação que ocorre nas intrincadas tramas, estruturas e sistemas da sociedade, expressada em poderes desiguais e, conseqüentemente, em oportunidades de vida desiguais. Conforme Galtung (1969), a tipologia pode ser entendida como injustiça social. Como assevera Ferreira (2019, p. 67), a violência estrutural conflita com o conceito de *paz positiva*, que “pressupõe altos padrões de justiça social em uma dada sociedade”. Esse conceito de paz persiste no alcance de qualidade de vida, equidade econômica, solidariedade, autonomia, participação, entre outros aspectos, muitas vezes cerceados por sistemas envoltos em desigualdades e opressões. É fato que a expectativa de vida diminui em realidades em que predomina a violência estrutural. Os efeitos da violência estrutural saltam à vista no cotidiano, expressados, por exemplo, no subemprego, na dificuldade de acesso a um sistema de saúde de qualidade, nas exclusões de um modelo econômico capitalista, que privilegia alguns grupos em detrimento de outros. Como explica Ferreira (2019, p. 70):

Em um contexto de desigualdade, Galtung sugere que se questione: que fatores outros além da violência direta suportam uma condição de desigualdade? Desafiado com essa questão, o pesquisador deve saber os elementos das ciências sociais que explicam as estruturas sociais, da mesma maneira que a perspectiva militar e estatocêntrica avalia a violência direta.

A terceira tipologia proposta por Johan Galtung é a violência cultural, que tende a legitimar as expressões de violência direta e estrutural, pois se manifesta sutilmente no conjunto

de normas e comportamentos da sociedade (Pureza, 2000). Também entendida como violência simbólica, vítimas e agressores dificilmente são evidenciados, dado que a manifestação ocorre em camadas sutis, sobretudo em discursos e valores transmitidos de geração em geração. Nas palavras de Galtung (2003, p. 7), a violência cultural compreende a esfera simbólica³⁶ de nossa existência, que é exemplificado pela ideologia, com expressões na linguagem, na arte, na ciência empírica e na ciência formal. O conceito de violência cultural é fundamental para que compreendamos a sociedade atual (Cabral; Salhani, 2017), perpassada por discursos excludentes.

A naturalização da violência cultural exerce significativa influência sobre a produção midiática, que frequentemente replica nas suas narrativas as normas predominantes na sociedade. No jornalismo, na publicidade, nos filmes e nas telenovelas, por exemplo, observa-se a persistência de discursos hegemônicos, sobretudo aqueles enraizados em uma lógica colonialista, que historicamente impõe divisões entre grupos legítimos (*nós*) e ilegítimos (*outros*), como discurramos anteriormente. Essa reprodução reforça estereótipos e contribui para a marginalização e inferiorização de certos grupos sociais. Racismo, machismo e LGBTfobia são alguns exemplos da violência cultural presente nos discursos e nas práticas enraizadas socialmente.

Como veremos adiante, a comunicação e o jornalismo orientados para a paz tendem a ressignificar esses modelos comunicacionais predominantes, apontando caminhos narrativos para a ressignificação da violência cultural. Se a violência pode atingir níveis profundos e promover destruições de forma silenciosa, a paz também pode atuar de maneira semelhante, desde que haja um esforço contínuo de educação para integrá-la na cultura e consolidar suas raízes, como sugerem Raquel Cabral e Jorge Salhani (2017). A transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz é um processo desafiador, que demanda esforços de múltiplos campos do saber.

Os conceitos de Galtung, embora inovadores, não estão isentos de críticas. Ferreira (2019) cita o artigo de Kenneth Boulding, de 1977, publicado no *Journal of Peace Research*³⁷, que traz alguns apontamentos quanto ao construto teórico galtungiano acerca da violência. Para este teórico, há a dificuldade de operacionalizar o conceito de violência em um contexto de pesquisa, pois o considera demasiadamente amplo. Ademais, afirma que ainda que o tornasse

³⁶Cabral e Salhani (2017) argumentam que a violência cultural pode ser equiparada ao conceito de violência simbólica, proposto por Pierre Bourdieu. Para Bourdieu, a violência simbólica é tácita, sendo exercida e sofrida de maneira inconsciente por aqueles que a perpetuam e por suas vítimas.

³⁷ BOULDING, K. Twelve friendly quarrels with Johan Galtung. *Journal of Peace Research*, v. 14. n. 1, p. 76-86, 1977.

operacional, não seria válido por estar enraizado em valores, o que poderia afetar a objetividade científica. Boulding também faz críticas ao constante uso de metáforas por Galtung, argumentando que isso dispersa a atenção frente aos problemas reais das estruturas de violência. Por fim, também argumenta que as proposições de Galtung não expandem as teorias de estratificação social e suas bases (Ferreira, 2019).

Boulding, no entanto, reconhece o potencial dos conceitos de Johan Galtung e, no mesmo artigo de 1977, afirma que os conceitos de violência estrutural e paz positiva tiveram a intenção de expandir o conceito de pesquisa para a paz (*Peace research*) dentro de uma ciência normativa. Para o crítico, se trata de uma contribuição pertinente, de modo que os EPP não tratam somente da guerra ou da violência, mas de todas as mazelas que afligem a humanidade, o que demanda uma ciência normativa e ordenada, que dê conta de pensar estratégias de intervenção diante dos conflitos.

Muitos danos têm sido feitos com a motivação de se fazer o bem e está claro que uma boa ciência normativa é algo da mais alta prioridade. Dentro disto, o estudo da paz e da guerra no sistema internacional, e o problema mais amplo da violência pessoal e de grupo, formam importantes subsistemas (Boulding, 1977 *apud* Ferreira, 2019, p. 80).

Concordamos com este apontamento, visto que esses subsistemas devem ser amplamente tensionados pelas ciências, de modo geral, para que os conflitos não sejam vistos somente como responsabilidade dos Estados. Assumimos as concepções de Galtung acerca da violência e da paz, pois entendemos que se aplicam efetivamente às pesquisas no campo da comunicação, auxiliando a compreender os direcionamentos prevaletentes nos produtos midiáticos, como no jornalismo: reforçam violências ou apresentam caminhos para ressignificação? Como afirma Ferreira (2019, p. 80), é necessário “ampliar o escopo de análise e trazer a violência como objeto analítico”.

Embora a perspectiva dos EPP tenha sido originada em um contexto do Norte Global, suas reflexões críticas também se aplicam às demandas do Sul, embora com adaptações. Nesse sentido, antes de adentrarmos às discussões quanto à comunicação e o Jornalismo para a Paz, trataremos algumas reflexões sobre as contribuições decoloniais e do Sul Global para os EPP.

3.1.2 Reflexões em torno dos Estudos para a Paz no Sul Global

O percurso apresentado até o momento em torno dos avanços teóricos e metodológicos dos Estudos para a Paz aponta para uma disciplina constituída inteiramente no Norte Global,

especialmente em institutos de pesquisa europeus e norte-americanos. Em coerência com o direcionamento assumido nesta pesquisa, trazemos à baila algumas breves e incipientes reflexões quanto à aplicabilidade desses estudos no Sul Global, especialmente no Brasil.

Conscientes de que os EPP fornecem possibilidades analíticas aplicáveis a uma ampla gama de contextos de violência, para além das guerras entre nações, reconhecemos o potencial da disciplina para examinar os conflitos que permeiam a realidade brasileira. O percurso teórico que traçamos anteriormente revela uma América Latina afetada por conflitos das mais diversas ordens, muitos deles expressam resquícios de um pensamento colonial que sobreviveu ao longo da história, naturalizando violências. Ademais, temos assistido à fragilidade da democracia em diversos países da região, com a presença de grupos autoritários no cenário político. Analisando os conflitos que atingem a conjuntura brasileira, Roberta Holanda Maschietto e Marcos Alan Ferreira (2024) citam o aumento de feminicídios, das violências contra a população LGBTQIAPN+ e das destruições ambientais que, somados a um cenário político de crescente autoritarismo e ataques à democracia, expõe uma realidade sustentada por violências de diversas ordens, o que demanda um olhar analítico e direcionado às soluções.

Com base em pesquisas realizadas junto a acadêmicos, especialistas, profissionais que atuam em questões de paz e prevenção da violência, além de dados coletados em bases acadêmicas, Maschietto e Ferreira (2024) observam que nos últimos anos houve um aumento tanto na demanda quanto na produção científica no campo dos EPP no Brasil, embora com maior ênfase em temas como operações de paz, educação e cultura de paz. Os autores destacam a carência de pautas importantes no cenário brasileiro e de trabalhos empíricos com metodologias participativas e de intervenção. Observam também a escassez de recursos para viabilizar abordagens empíricas, bem como dificuldades para se estabelecer diálogos interdisciplinares e intersetoriais, como o diálogo entre acadêmicos e não-acadêmicos. “Superar estes desafios é fundamental não apenas para a expansão dos Estudos para a Paz enquanto campo de conhecimento, mas, principalmente, para a geração de impacto social positivo” (Maschietto; Ferreira, 2024, p. 32).

Os autores notaram a prevalência de publicações na área de Relações Internacionais, com discussões em torno de operações de paz. Apesar do aumento de publicações no Brasil que discutem a paz a partir da perspectiva dos EPP, faltam abordagens aprofundadas sobre temas que versam sobre o contexto brasileiro. Para os autores, é preciso esforços para aproximar os trabalhos acadêmicos e as ações práticas de quem lida com prevenção de violências e promoção da paz. Este alinhamento deve partir do diálogo com setores diversos, que envolvam a sociedade civil, os setores públicos e privados e, principalmente, com as populações que mais

sofrem com os efeitos da violência no país, como negros, indígenas, mulheres, jovens, população LGBTQIAPN+, dentre outros (Maschietto; Ferreira, 2024).

Importante assinalar a atuação da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança³⁸ (PCECS), criada em 2015, no Brasil, com o objetivo de promover debates multidisciplinares em torno das temáticas de paz, conflitos e segurança para além do viés estatocêntrico. A rede criou em 2016 o Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP), evento científico anual que reúne pesquisadores e ativistas da paz, a partir de temáticas amplas e multidisciplinares. Conforme Maschietto e Ferreira (2024, p. 52), para fortalecer os EPP no Brasil é necessário consolidar diálogos com parceiros latino-americanos, pois “em linhas com o debate decolonial, precisamos beber de outras fontes acadêmicas que não sejam necessariamente europeias ou norte-americanas, ainda que estas também sejam importantes”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Luan do Nascimento Silva e Catarina Bezerra (2024) refletem sobre a descolonização da paz a partir da América Latina. É um dos raros trabalhos que apresentam essa articulação, o que demonstra se tratar de uma necessidade epistemológica atual, em processo de construção. Os pesquisadores argumentam que o debate constitui uma literatura incipiente, sobretudo quando versa acerca da construção da paz decolonial. Eles observam lacunas nas contribuições brasileiras para o debate sobre a descolonização da paz.

Isso nos remete à discussão de Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 546), que criticam a própria ideia de resolução de conflitos e operações de paz aos moldes da ONU (Organização das Nações Unidas). Segundo os autores, essas iniciativas não apresentam soluções frente aos problemas profundos enfrentados pelas sociedades em situação de conflito violento, pois essas operações são, em grande parte, financiadas por países desenvolvidos e dominantes, como os EUA e alguns da Europa, e tendem a projetar poder e impor modelos hierárquicos. Assim, encontramos relação com a crítica decolonial, pois essa projeção da paz é influenciada por bases eurocêtricas, que desprezam aspectos identitários e culturais. “Não obstante seu interesse por abordagens não ocidentais sobre paz e a introdução, mais tarde, do conceito de violência cultural, Galtung não chegou a desenvolver uma teoria sólida para abarcar a complexidade da questão cultural dos EPP” (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 546).

Ideia semelhante é discutida por Vilela, Hoff e Blanco (2024), que criticam a prevalência do Norte Global nos debates em torno da paz. Eles assinalam, inclusive, a branquitude latente na disciplina, que muitas vezes ignora o fator “raça” como categoria estruturante das relações sociais. Segundo os autores, por estarem imersos na lógica da

³⁸ <https://redepcecs.wordpress.com/>

colonialidade do saber, os EPP, tal como as demais ciências, tendem a silenciar a influência dos sujeitos brancos na legitimação das desigualdades sociais, haja vista que contam com privilégios assegurados ao longo da história. “O silenciamento das responsabilidades da branquitude, tanto como identidade quanto ideologia e sistema de poder, torna-se requisito para, mesmo que inconscientemente, a manutenção de privilégios” (Vilela, Hoff, Blanco, 2024, p. 96). É urgente, portanto, que os EPP passem a contemplar a atuação de grupos historicamente subalternizados nos processos de construção de paz, tanto nas teorias quanto nas práticas.

Isto posto, entendemos que as abordagens decoloniais, com destaque para os conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, abordados no capítulo anterior, contribuem para repensarmos os próprios modelos teóricos e metodológicos que embasam os Estudos para a Paz, por meio dos questionamentos: de que paz estamos falando? Para quem? As próprias concepções de violência estrutural e violência cultural abrem brechas para análises de conjuntura social a partir de pontos de vista críticos quanto aos traços de colonialidade presentes na sociedade. Assim como a decolonialidade é considerada uma postura epistêmica de confronto aos cânones dominantes, os EPP promovem o enfrentamento a essas lógicas, na medida em que buscam a resignificação e a superação de violências. “A razão de ser dos EPP é a intenção pessoal e direta do pesquisador. Sua pesquisa só existe, de fato, se gerar uma ação transformadora concreta - sua natureza crítica -, aproximando teoria e prática” (Maschietto, Nobre; Nogueira, 2019, p. 547).

Como compromisso não apenas epistemológico, mas político, entendemos que tanto os EPP quanto a perspectiva da decolonialidade podem apresentar direções no sentido de problematizar, questionar e denunciar opressões, uma vez que indicam outras formas de racionalidade, diferentes das dominantes. Segundo Silva e Bezerra (2024, p. 56), discutir a relação entre os EPP e a perspectiva decolonial se constitui como um exercício crítico em face das abordagens convencionais do campo. Trata-se também de reforçar as “reivindicações por ontologias e práticas alternativas de paz, já que as produções desse campo refletiram e ainda refletem valores ocidentais, cujas raízes moderno-coloniais restringem os caminhos a serem seguidos no que diz respeito à estrutura política, econômica e social da paz”. É uma articulação coerente, pois a aspiração desses estudos é a promoção de “transformações profundas da realidade em vista da primazia da paz” (Pureza; Cravo, 2005, p. 5).

Como asseveram Silva e Bezerra (2024), o pensamento decolonial se difere do ocidental liberal na medida em que vai ao centro das causas da violência nas sociedades com o fim de rever as estruturas sociais injustas e violentas. Já não faz sentido, portanto, olhar para os conflitos de forma linear, por meio de acordos de paz ou outras ações no nível legal, que são,

segundo os autores, partes de um mesmo processo cujo enfoque está nos relacionamentos humanos. Eles criticam a prevalência dos modelos predominantes:

Por um longo tempo, as ideias ocidentais-coloniais-liberais serviram como base para o estudo da temática e para construção de modelos práticos. Por ser o paradigma vigente, apresentava-se como único caminho possível e criava parâmetros de sucesso ou insucesso a partir de seus próprios valores. Assim, serviu como base para boa parte daquilo que se denomina indústria da paz (Fontan, 2012). De maneira imperceptível, o seu *modus operandi* esteve presente de maneira dominante sobre boa parte das produções da área (Silva; Bezerra, 2024, p. 57-58).

No campo da produção de conhecimento, como discutido anteriormente, a perspectiva decolonial questiona a racionalidade epistêmica dominante, em particular a alegada neutralidade e objetividade dos métodos de pesquisa. A evolução dos EPP ilustra uma metodologia baseada na pesquisa-ação, amparada em valores do próprio pesquisador, visando a ressignificação de violências e desconsiderando o viés dos modelos científicos hegemônicos. Embora desenvolvidos em um contexto histórico e territorial marcado por fortes influências positivistas, os EPP expandiram as possibilidades analíticas e superaram a rigidez acadêmica, mas preservando o rigor necessário às investigações.

Silva e Bezerra (2024) resumem as quatro fases dos EPP, estruturadas por Jaime-Salas (2019): fundacional (1918-1945), expansão (1946-1970), especialização-fragmentação (1971-1989) e revisão-crítica (1990-atual). A primeira fase remete às mobilizações acadêmicas e de ativistas sociais após a Primeira Guerra Mundial, disseminadas nos EUA e que, posteriormente, embasaram as articulações europeias. A segunda fase alude ao contexto da Guerra Fria, com a institucionalização do campo, com o advento de institutos de pesquisa, com ênfase em um discurso tecnocrático positivista. A terceira fase, ainda no contexto da Guerra Fria, se destaca pela influência dos movimentos sociais, com desenvolvimentos práticos e formação especializada. A quarta fase, segundo os autores, corresponde à arquitetura internacional, articulada pela agenda de paz da ONU, e as rupturas epistemológicas contrapostas a este modelo (Silva; Bezerra, 2024).

Focalizando a quarta fase, os autores afirmam que essas rupturas epistêmicas introduziram perspectivas do Sul Global para a conformação de conhecimentos em torno das pazes e conflitos. Ademais, viabilizam a elaboração de direcionamentos críticos em torno da definição de paz, especialmente de viés pós-colonialista, com críticas à raiz ocidental. Para o pesquisador colombiano Oswaldo Plata Pineda (2022), as abordagens pós-coloniais são tributárias do Norte Global, uma crítica também assumida pelos teóricos decoloniais latino-

americanos, como discutido no capítulo anterior. A visão pós-colonialista investiga a raiz ocidental da paz liberal, e busca formas híbridas de paz (Pineda, 2022). Como interpretam Silva e Bezerra (2024, p. 69), essa concepção pós-colonial de pazes híbridas pode incorrer no equívoco de uma “possível relativização do vínculo material e intelectual entre colonialidade e a violência/paz no mundo contemporâneo”. Os estudos decoloniais, ao contrário, reconhecem tais vínculos e buscam saberes plurais, não eurocêtricos, para compreender, criticar e, principalmente, promover transformações na realidade.

Pineda (2022) discorre acerca de uma concepção alternativa de paz, que se distancie dos marcos epistemológicos do Norte e que deem conta de abarcar a autonomia dos povos em sua diversidade, promovendo uma revisão crítica do legado colonial, que moldou as cosmovisões atuais. O teórico sugere que “se existe uma concepção decolonial da política, deve, necessariamente, existir uma concepção decolonial da paz” (Pineda, 2022, p. 123, tradução nossa). O autor enfatiza a existência de duas concepções sobre os estudos de paz, que partem de pontos de vista e de interesses distintos: a concepção liberal e a concepção alternativa.

Conforme o autor, a primeira concepção remete aos acordos de paz implementados por agências internacionais, que muitas vezes não apontam soluções aos conflitos, pois se limitam a apresentar programas de intervenção política, econômica e cultural, desconsiderando as especificidades dos territórios (Pineda, 2022). Destarte, esse modelo trata a paz a partir de uma agenda ocidental, que não responde às demandas da sociedade. A promoção da paz liberal reproduz o padrão de poder colonial, visto que parte da ideia de que existem princípios universais para a promoção da paz, que caberiam a todos/as. “Assim, a paz se torna um modo de dominação das elites sobre comunidades locais, ou ainda do Norte sobre o Sul Global, minando as possibilidades de re-existência fundamentadas em saberes divergentes” (Silva; Bezerra, 2024, p. 70).

A paz alternativa, por sua vez, considera as experiências e demandas dos territórios, com teorias e práticas constituídas a partir do Sul Global. Isso porque a construção da paz, a partir de localidades específicas, garante protagonismo aos grupos oprimidos pela colonialidade e as comunidades passam a ser consideradas como “origem dos processos de transformação de conflitos” (Silva; Bezerra, 2024, p. 71). Em síntese, segundo o autor colombiano:

Tanto os princípios orientadores do processo de construção da paz quanto a agenda e a metodologia devem emanar do interior das comunidades e dos territórios afetados pelo conflito armado. Os termos em que a construção da paz deve ser realizada são definidos pelos agentes locais no âmbito de processos endógenos de construção da paz (Pineda, 2022, p. 136, tradução nossa).

Concordamos com Silva e Bezerra (2024, p. 71), que argumentam que pensar a paz a partir de uma perspectiva decolonial deve considerar as ações dos grupos sociais de base, com seus projetos multi e interculturais, para além das fronteiras coloniais do Estado-nação, que tendem a “desafiar e reverter o modelo dado”. Especificamente no Brasil, os autores afirmam que a paz deve ser correlacionada à justiça e ao processo de humanização diante das diversas violências. Para os autores, compreender o impacto colonizador do Norte Global, que sustenta sistemas de violência estrutural e cultural, é um importante passo para ressignificar esses contextos. Assim, a busca por soluções importadas do Norte Global é inviável frente à complexa gama de conflitos experienciados no Brasil. A paz ansiada pelos países do Sul é uma paz inquieta, que clama por direitos, afirmam Silva e Bezerra (2024). Assim, promover inclusão, enfrentar a desigualdade, garantir abertura para expressões estéticas distintas dos modelos europeus e norte-americanos, são caminhos cruciais para a decolonialidade da paz. Em síntese:

as experiências de produção teórica e as práticas vivenciadas nos países que um dia foram colônias podem ajudar a reformular aquilo que compreendemos como construção da paz. O ponto central, portanto, é o fomento à ideia de paz enquanto produto da justiça e do afeto, que possibilite a reconexão do tecido social rompido em séculos de opressão e eurocentrismo (Silva; Bezerra, 2024, p. 81-82)

A comunicação midiática e o jornalismo se apresentam como caminhos possíveis para ampliar esses modelos de paz afastados das lógicas hegemônicas. A prática jornalística pode oferecer caminhos viáveis para a consolidação de uma realidade de paz positiva, na medida em que divulga e apresenta críticas diante das violências manifestadas na sociedade, sobretudo, denunciando não somente as violências de ordem direta, mas também as indiretas, que muitas vezes são imperceptíveis, dada sua naturalização. Desse modo, no tópico a seguir apresentamos os fundamentos da comunicação para a paz e sua aplicabilidade no jornalismo, isto é, no Jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*). Defendemos o argumento de que essa perspectiva necessita revisar suas bases constitutivas para ser vinculada em sua teoria e prática ao pensamento decolonial, uma vez que se opõe essencialmente às narrativas de opressão e aos silenciamentos, que são resquícios de uma lógica colonialista predominante nos discursos sociais e midiáticos.

3.2 Comunicação e Jornalismo para a Paz

No texto *The Structure of Foreign News*, publicado em 1965, Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge se debruçam sobre os fatores que influenciam as coberturas noticiosas internacionais, tendo como finalidade compreender a razão pela qual determinados acontecimentos são noticiados em detrimento de outros. A partir da pergunta “como os eventos se transformam em notícias?” (Galtung; Ruge, 1965, p. 65, tradução nossa), o texto é precursor na sistematização do que mais tarde viria a ser denominado como critérios de noticiabilidade (Salhani, 2019). Os autores apontam oito fatores cruciais na determinação do que é ou não noticiável³⁹. Galtung e Ruge (1965, p. 68) salientam também a prevalência de alguns fatores culturais, cuja influência determina a seleção do que será noticiado: 1. ênfase nos países hegemônicos (elite); 2. referência às pessoas da elite; 3. personificação; e 4. negatividade. O quarto fator alerta para o fato de que a mídia tende a amplificar eventos com consequências negativas, como desastres, conflitos e violências diversas, pressupondo que eventos dramáticos impactam uma parcela maior da audiência.

Ademais, o texto indica que as coberturas jornalísticas enfatizam acontecimentos que envolvem países de “elite” (hegemônicos) ou figuras “relevantes”, o que indica a existência de figuras “não relevantes”, que costumam ser silenciadas pelas coberturas. Diante dessa constatação, os autores analisam como quatro jornais noruegueses conduziram suas coberturas acerca de crises em países como Cuba, Congo e Chipre, revelando como a seleção e as abordagens narrativas influenciaram a criação de uma imagem negativa do mundo, intensificando lógicas de subalternização de localidades periféricas. Com olhar analítico voltado para os conteúdos (positivos, negativos ou neutros) e para os enfoques das coberturas (social, político ou cultural), os autores observaram a prevalência de coberturas desumanizadoras e superficiais em contextos de dissenso (Salhani, 2019; Galtung; Ruge, 1965). O texto da década de 1960 ainda não aborda o jornalismo orientado para a paz, todavia, introduz essa discussão que, mais tarde, seria apresentada e ampliada por Galtung.

Importante trazer alguns apontamentos relacionados ao campo da comunicação no contexto dos EPP, para que, na sequência, possamos discorrer sobre o jornalismo. A relação entre os estudos da comunicação e a estrutura social começa a ganhar relevância no início do século XX, de modo que, diferentemente dos Estudos para a Paz, o campo da comunicação se

³⁹ Galtung e Ruge (1965) apresentam os seguintes fatores, determinantes para que um evento seja noticiado: 1. frequência; 2. amplitude; 3. ambiguidade; 4. significância; 5. consonância; 6. imprevisibilidade; 7. continuidade; 8. composição.

populariza rapidamente (Vicente, 2015). O potencial dos meios de comunicação de impactar os processos sociais se evidenciou no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando os meios foram utilizados para persuadir a audiência e reforçar determinadas ideologias. Isso, de acordo com Vicente (2015), serviu para que a comunicação fosse pensada como uma área estratégica de conhecimento, o que originou teorias e métodos para a interpretação de fenômenos sociais.

Em contextos predominantemente marcados por violências, é notório o papel desempenhado pela comunicação para a legitimação ou desnaturalização dessas lógicas. A prática comunicacional pode ser utilizada como artifício para reforçar o pessimismo, o medo e a descrença perante situações de conflito, reforçando a posição de inércia e a negação das possibilidades de engajamento social em prol das mudanças. Diante desses cenários, a mudança e a transformação social são vistas como improváveis (Arévalo Salinas, 2014). Esse conformismo frente às opressões pode ser estrategicamente assumido por grupos e organizações dominantes, de modo a fortalecer posicionamentos colonialistas. E é justamente neste ponto que a proposta da comunicação e do Jornalismo para a Paz se mostram como vias para ressignificar esquemas discursivos.

Como argumenta Arévalo Salinas (2014), não existe consenso sobre um conceito definidor de uma prática comunicacional ou jornalística comprometida com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, esses direcionamentos que se afastam das lógicas hegemônicas de produção normalmente aparecem nomeados como Comunicação para o desenvolvimento, Comunicação participativa, Comunicação para a mudança social, Jornalismo cidadão, Jornalismo público, entre outros. Todavia, nos interessa os vieses da comunicação e do jornalismo integrados ao arcabouço teórico e metodológico dos Estudos para a Paz. Esses modos de pensar a comunicação e o jornalismo têm em comum o fato de se contraporem às perspectivas dominantes e reivindicarem “novos esquemas, práticas e rotinas profissionais que substituam os atuais parâmetros de informação e comunicação” (Arévalo Salinas, 2014, p. 85, tradução nossa).

Conforme a definição apresentada por Nos Aldás, Seguí-Cosme e Rivas Machota (2008), a comunicação para a paz pode ser definida como todas as estratégias discursivas que contribuam para convivência pacífica por meio de uma prática embasada na responsabilidade e na assunção de uma cidadania global e intercultural. Compreendemos, desse modo, que esse direcionamento comunicacional visa à democratização das narrativas. Em síntese, se trata de

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos

sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro. De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (Nos Aldás, Seguí-Cosme e Rivas Machota, 2008. p. 14, tradução nossa).

Nesse sentido, Arévalo Salinas (2014, p. 63, tradução nossa) elenca características da comunicação voltada para a paz: 1. compreensão e reflexão sobre os problemas estruturais, com o entendimento sobre as diversas violências produzidas e propagadas em diferentes contextos; 2. debate sobre alternativas de mudança social, com vistas para transformar problemas estruturais; 3. reconhecimento das múltiplas opiniões, crenças, percepções e culturas, priorizando o diálogo; 4. fomento à cidadania ativa e indignada perante injustiças, de modo a incentivar a participação coletiva nos processos de enfrentamento às opressões.

É possível observar alguns pontos de convergência entre a comunicação para a paz e a comunicação decolonial, especialmente se levarmos em conta o caráter transgressor das abordagens que, diante das lógicas hegemônicas de comunicação, apresentam outros direcionamentos possíveis. Ademais, os dois modelos fazem resistência aos contextos marcados por violências, principalmente estruturais e culturais, provenientes de narrativas perpetradas ao longo de uma história de colonização. Tanto a comunicação para a paz quanto a comunicação decolonial reconhecem e amplificam a multiplicidade de vozes em uma narrativa, de modo a não incorrer no equívoco das histórias únicas, em analogia com Adichie (2019). Ao contrário dos processos de comunicação dominantes, que muitas vezes estão em posse de grandes organizações, essas perspectivas sinalizam a urgência de se combater as violências, utilizando como estratégia o engajamento da sociedade que, de forma crítica e indignada, pode articular caminhos de enfrentamento.

Inferimos que a comunicação para a paz e a comunicação decolonial se encontram na medida em que visam alcançar o que Vicente (2015, p. 287) denomina como paz ativa, isto é, que considere as estruturas determinantes à organização social, econômica e política da sociedade. O autor salienta as desigualdades, injustiças e exclusões provenientes de estruturas criadas ao longo do tempo, que afetam a vida humana em todas as suas dimensões. Sugere também que a comunicação, visando a paz negativa, se concentrou unicamente em cessar a guerra como tentativa de alcançar a paz, ignorando as estruturas subjacentes aos conflitos, geradoras de injustiças abissais.

A comunicação exercida a partir das bases (receptores) contribuiria para garantir transparência e visibilidade às ações pensadas no bem comum, e não mais mascarando interesses ou acobertando possíveis benefícios a uma

minoria. A Comunicação e a Paz Ativa se transformariam, assim, em estratégias e ferramentas que apostam em ações cada vez mais horizontais, em que o fluxo de informações e a razão de ser da sociedade venham desde as bases, desde a sociedade civil, para alcançar uma transformação sustentável (Vicente, 2015, p. 288, tradução nossa).

Os debates sobre comunicação e Jornalismo para a Paz são escassos no Brasil. Em uma busca rápida no catálogo de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)⁴⁰, utilizando o termo comunicação para a paz, encontramos 73 trabalhos, sendo que nem todos são específicos do campo da comunicação. Quando a busca se dá a partir do termo Jornalismo para a Paz, são encontrados 33 trabalhos, também de diversos campos do saber. Tal limitação aponta para a necessidade de se discutir e divulgar esses horizontes teóricos no campo da comunicação e do jornalismo no Brasil. Além disso, sinaliza que se trata de uma abordagem preterida pelos currículos dos cursos de graduação em jornalismo no país, o que discutiremos posteriormente a partir da análise dos Projetos político-pedagógicos (PPPs) dos cursos de jornalismo de universidades públicas.

Em 2021, defendemos a dissertação de mestrado intitulada “O Jornalismo para a Paz como estratégia na cobertura de conflitos sociais: a homofobia nas páginas da *Folha de S. Paulo* (2018-2019)⁴¹”; na ocasião, utilizamos a perspectiva do JP para analisar coberturas desenvolvidas por um jornal de grande circulação em torno de uma violência latente na sociedade brasileira, isto é, a homofobia, que interpretamos como sendo uma violência de ordem cultural, que legitima a expressão direta. Embora concebido para analisar coberturas em contextos de guerra, inferimos na dissertação que a teoria e a metodologia do JP também são aplicáveis em realidades de violência social, pois, tal como nas guerras tradicionais, também dissipam parcelas consideráveis da sociedade, especialmente quando se trata de minorias (ou majorias minorizadas), argumento também sustentado e aprofundado no âmbito desta tese.

Diante da superexposição da violência e da superficialidade das narrativas jornalísticas em contextos de conflitos, a proposta do Jornalismo para a Paz (JP) - *Peace Journalism* - se apresenta como um caminho para que as coberturas sejam mais aprofundadas e críticas. Essa perspectiva deve privilegiar a multiplicidade de vozes presentes na situação narrada, e não somente as vozes hegemônicas. E, principalmente, deve ser direcionada para a identificação das violências em sua complexidade, para muito além das manifestações diretas. Imbuído de responsabilidade social e potencialmente transformador, o jornalismo deve atuar na denúncia

⁴⁰ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁴¹ Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/26a4a2a6-85d4-4bd5-9c46-1af8f3237fbb>

das situações de violência e opressão, estimulando o posicionamento crítico da sociedade para que se mobilize em prol de efetivas transformações (Cabral; Salhani, 2017).

O Jornalismo para a Paz nasce no contexto dos Estudos para a Paz com o objetivo de (re)orientar o fazer jornalístico em coberturas de conflitos e atos de violência. A criação da perspectiva, na década de 1970, é atribuída a Johan Galtung e tem como fundamento ressignificar o modo como os jornais tradicionais enfatizam a violência direta em suas coberturas. Porém, é durante os anos 1990 que a temática se populariza entre jornalistas e acadêmicos em todo o mundo (Lynch; McGoldrick, 2007). O JP prioriza a identificação dos níveis menos superficiais da violência, ou seja, a violência estrutural e cultural (Salhani; Santos; Cabral, 2020). Trata-se de um direcionamento jornalístico que preza pela profundidade nas coberturas, considerando todas as vertentes. A cobertura em profundidade deveria ser um dos pilares da prática jornalística, todavia, muitas vezes o foco está nos grupos dominantes, especialmente nas grandes mídias.

Como explicam Cabral e Salhani (2017), a relação entre a paz e o jornalismo se dá pelo fato de a prática estar amplamente permeada por violências de todos os níveis. Para os autores, a história reforçou a associação entre a mídia e a cultura de violência, de modo que a comunicação e o jornalismo, a partir de critérios de noticiabilidade, podem atuar como propagandistas da guerra. Basta observar as abordagens sensacionalistas que ainda tentam alcançar audiência, especialmente no jornalismo televisivo brasileiro. Em contrapartida, iniciativas de paz nem sempre contam com o mesmo enfoque. Nessa mesma linha de raciocínio, Ferreira (2022) sugere que a própria mídia tende a reproduzir e a legitimar discursos de violência e de pessimismo, o que afeta fortemente a opinião pública e o comportamento das pessoas: quanto mais a sociedade consome violência, mais reativa e violenta será.

Xavier Giró (2022) considera o conflito como matéria-prima do jornalismo, na medida em que a prática denuncia o que não funciona na sociedade. Para o autor, grande parte dos conflitos acontece devido às desigualdades sociais (violência estrutural), que colocam determinados grupos em condição de subalternidade, enquanto outros se mantêm assegurados em posições de poder. Segundo ele, o jornalismo tem como obrigação moral direcionar esforços para ressignificar realidades de dissenso. Um dos caminhos propostos é a oferta de espaços de discussão acerca das problemáticas coletivas, para que não haja uma escalada de violência (Giró, 2022). Nesse sentido, a epistemologia do JP visa reconfigurar as narrativas jornalísticas e tensionar as violências marcadamente presentes nos discursos sociais (Cabral; Feltrin, 2023).

Para fins conceituais, Galtung (2006) apresenta as principais distinções entre o Jornalismo para a Paz e o jornalismo de guerra, que passaremos a denominar de jornalismo de

violência, visto que se aplica para a análise de coberturas em contextos de violências de diversas naturezas, e não somente em cenários de guerras tradicionais. É importante frisar que marcar as diferenças entre as abordagens não possui a intenção de incorrer em maniqueísmo ou de impor binarismos. A finalidade é estritamente didática e propõe ampliar possibilidades de investigação e leitura crítica de narrativas jornalísticas em diferentes níveis (Cabral; Feltrin, 2023). O itinerário de Galtung pode servir como roteiro para guiar profissionais do jornalismo na elaboração de reportagens no cotidiano profissional, além de ampliar possibilidades de investigações científicas, podendo ser utilizada como parâmetro para a realização de análises de conteúdo e análises de discurso (Cabral; Salhani, 2017). Com base nas teorizações de Galtung, Lynch e McGoldrick (2007, p. 251) organizam um quadro com as distinções entre o Jornalismo para a Paz e o Jornalismo de Guerra/Violência, que reproduzimos na sequência.

Quadro 1. Jornalismo para a Paz X Jornalismo de Guerra/Violência

Jornalismo para a Paz	Jornalismo de Guerra/Violência
1. Orientado para a Paz/Conflito - Explora a formação de conflitos; há partes, objetivos e problemas múltiplos - Todas as partes ganham - Espaço e tempo abertos: causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura - Apresenta os conflitos com transparência - Prioriza a voz de todas as partes, com empatia e entendimento - Vê conflito e guerra como problemas e foca na criatividade - Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos - É proativo: busca a prevenção antes que a violência e guerra ocorram - Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura.	1. Orientado para a guerra/violência - Foca na arena de conflito; há duas partes e um objetivo (vencer) - Uma parte ganha, a outra perde - Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra - Apresenta a guerra de forma obscura/secreta - “Nós <i>versus</i> eles”; voz somente para “nós” - Vê “eles” como o problema e foca em quem prevalece na guerra - Desumaniza “eles”, especialmente quando há armamentos - É reativo: espera atos violentos para reportar - Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais.
2. Orientado para a verdade -Expõe as inverdades de todos os lados.	2. Orientado para a propaganda -Expõe inverdades apenas de um dos lados (“eles”), ao passo que acoberta “nossas” inverdades.
3. Orientado para as pessoas - Concentre-se no sofrimento total; sobre as mulheres, os idosos, crianças, dando voz aos que são silenciados.	3. Orientado para as elites - Foco no sofrimento de grupos legitimados, como “homens de elite”.

-Concentre-se no ‘nosso’ sofrimento; em homens de elite fisicamente aptos, sendo seu porta-voz. - Nomeia os malfeitores - Concentra-se nos agentes pacificadores.	
4. Orientado para soluções - Paz = não-violência + criatividade - Destaca iniciativas voltadas para a paz, a fim de, também, prevenir outras guerras - Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica - Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação.	4. Orientado para a vitória - Paz = vitória + cessar-fogo - Oculta as iniciativas de paz até que a vitória já tenha sido conquistada - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada - Parte para outras guerras e retorna à mesma caso haja questões pendentes.

Fonte: Lynch; McGoldrick (2007, p. 251, tradução nossa)

A tradução literal do quadro comparativo de Galtung requer cautela, especialmente em relação a alguns conceitos centrais. Quando, por exemplo, o autor afirma que, no Jornalismo para a Paz, “todas as partes ganham”, é preciso problematizar o próprio significado de “ganhar”. Essa reflexão se torna ainda mais relevante diante da complexa diversidade social, cultural e econômica que caracteriza diferentes sociedades. Cabe destacar que Galtung elabora sua proposta a partir da realidade do Norte Global e em meio a um contexto de guerras; por isso, recorre com frequência a uma linguagem marcada por metáforas bélicas, como ganhar, perder, vitória, cessar-fogo, malfeitores, homens de elite, entre outras. Assim, ao aplicar o quadro analítico às coberturas jornalísticas produzidas em contextos como o brasileiro, se faz necessário adaptar essas traduções e ressignificar tais termos à luz das especificidades locais.

Lynch e McGoldrick criticam a tendência maniqueísta da prática jornalística, cujas coberturas se concentram no antagonismo entre grupos em situação de conflito. O jornalismo orientado para a violência influencia diretamente o comportamento do público ao induzi-lo a apoiar as práticas violentas. Isso ocorre porque as iniciativas não-violentas são silenciadas, o que reforça a percepção de que a violência é a única resposta viável em contextos de dissenso (Lynch; McGoldrick, 2007; Cabral; Salhani, 2017).

Segundo a propositiva de Galtung (2006), o JP se caracteriza por amplificar a voz de todos os atores envolvidos no conflito. Não se trata de “conceder voz”, pois entendemos que todos os grupos, ainda que silenciados, possuem voz, mas de proporcionar espaços para que essas vozes, distantes dos campos dominantes, sejam visibilizadas. O JP prioriza o diálogo a partir das contradições (Cabral; Feltrin, 2023). O jornalismo de violência, por outro lado, impõe

divisões entre “nós” (grupos legitimados) e “eles” (grupos dissidentes), reproduzindo uma lógica estritamente colonial. Segundo Galtung (2006), o JP visa a solução pacífica dos conflitos, de modo que a construção jornalística assume um papel pedagógico na problematização de lógicas de violência e garante ao público uma visão crítica acerca de suas próprias condições (Cabral; Feltrin, 2023).

O jornalismo atual passa por uma série de crises, sendo a principal delas referente à credibilidade e à confiança, especialmente em tempos marcados por polarização político-ideológica e desinformação. Ao observar cenário semelhante na Espanha, Arévalo Salinas e Farné (2016) discorrem sobre alguns direcionamentos para que o jornalismo possa dar respostas às crises que o perpassa. De acordo com os autores, um dos caminhos possíveis é a promoção de uma reforma midiática capaz de tornar os meios de comunicação mais plurais e comprometidos, priorizando a responsabilidade social em detrimento da lucratividade. Isso também se aplica ao caso brasileiro, no qual os principais veículos de imprensa, situados no sistema hegemônico e capitalista, são de propriedade de grandes grupos empresariais.

Nesse sentido, como ficam as abordagens acerca dos direitos humanos? E o que dizer do direcionamento voltado a valorizar as maiorias sociais minorizadas e silenciadas? Os autores espanhóis discorrem sobre iniciativas jornalísticas que vão na contramão dos sistemas dominantes, em práticas denominadas por eles como um “jornalismo de mudança social”. Não abordam especificamente o JP, que é um dos caminhos possíveis para ressignificar o fazer jornalístico, assim como desempenhado por outras práticas como jornalismo cidadão, jornalismo social, jornalismo público, entre outros. Segundo os autores:

Dentre as diferentes linhas de pesquisa do jornalismo para a mudança social, ou de suas diferentes denominações, destaca-se o estudo daqueles meios de comunicação que em suas bases ou princípios se definem como jornalismo independente, em relação à influência de grupos, e que também expressam o compromisso de melhorar as suas sociedades. Nesta linha de pesquisa, os trabalhos podem investigar aspectos como os esquemas utilizados para preparar as notícias, seus mecanismos organizacionais ou seus métodos de financiamento (Arévalo Salinas; Farné, 2016, p. 14, tradução nossa).

O princípio basilar do JP é precisamente melhorar a sociedade, especialmente por partir do entendimento de que o público que consome conteúdos jornalísticos é potencialmente crítico e agente de transformação. Consideramos, todavia, que esta abordagem, com sua epistemologia e metodologia, é preterida por grande parte dos veículos e profissionais do jornalismo, principalmente por desconhecimento. Observamos algumas construções jornalísticas que se aproximam da proposta do JP, especialmente quando há a multiplicidade de vozes, denúncia de

violências de ordem estrutural e cultural, ênfase em iniciativas transformadoras, entre outros princípios. Esse jornalismo muitas vezes assumido como o “ideal” ou o “bom jornalismo” é aplicável principalmente em veículos de comunicação situados fora das lógicas dominantes, que precisam ser competitivos e atender às exigências do mercado. Em muitos casos, as chamadas mídias alternativas ou independentes possuem mais liberdade editorial, como discutiremos posteriormente. Nesse sentido, o JP pode ser aplicado com o objetivo de descolonizar o modo como a prática jornalística é conhecida, ainda com o predomínio de uma lógica opressiva.

Através de meios de comunicação voltados para a paz, fontes alternativas de informação são oferecidas à população, anulando ou mitigando discursos de ódio (Ali; Macharia, 2011). Estes meios têm potencial para conscientizar as pessoas, promover a transformação de conflitos e construir uma cultura de paz (Cabral; Salhani, 2017, p. 8).

Como escrevem Arévalo Salinas e Farné (2016, p. 5, tradução nossa), um novo modelo de jornalismo que se proponha condizente com a justiça social deve se posicionar com firmeza contra os abusos cometidos pelas instâncias de poder, em diferentes âmbitos. Além disso, “o comprometimento para com a denúncia de situações que violem os direitos humanos deve ser transversal à linha ideológica do veículo de comunicação”. Ainda conforme os espanhóis, para que o jornalismo promova a paz e a transformação social é fundamental repensar elementos que influenciam significativamente as práticas profissionais.

Os autores destacam a necessidade de mecanismos regulatórios, como conselhos audiovisuais, e autorregulatórios, incluindo guias de estilo e princípios éticos, que incentivem e orientem essas iniciativas. Ademais, argumentam que as ações defendidas pelo JP devem fortalecer o exercício da cidadania e estimular a participação ativa da sociedade civil em instâncias como observatórios de mídia. Nesse contexto, torna-se crucial discutir o papel do sistema educacional na promoção da literacia midiática, capacitando os cidadãos com habilidades e conhecimentos para analisar criticamente a intencionalidade dos meios de comunicação e das narrativas jornalísticas. “Isso envolve compreender estratégias discursivas de controle social e desenvolver competências para criar novas narrativas e representações” (Arévalo Salinas; Farné, 2016, p. 17, tradução nossa).

3.2.1 Decolonialidade para um jornalismo orientado para a paz

A partir das reflexões em torno do jornalismo e da comunicação orientados para a paz, é possível estabelecer algumas conexões com a perspectiva decolonial. Como discorremos anteriormente, ambas as práticas estão impelidas para o enfrentamento de contextos de opressão. A descolonização da comunicação e do jornalismo pressupõe justamente garantir visibilidade e valorizar as vozes historicamente silenciadas pela dominação colonialista. Embora situadas em contextos históricos e geográficos distintos, tanto o Jornalismo para a Paz quanto a decolonialidade inovam ao trazer para o debate uma nova forma de conduzir narrativas, afastada de direcionamentos que reproduzem violências colonialistas, que, como abordamos anteriormente, tomam como referencial lógicas masculinas, brancas, heterossexuais, cristãs, dentre outras condizentes com as estruturas de poder (Moraes; Veiga da Silva, 2019).

Resgatamos os pensamentos de Moraes e Veiga da Silva (2019), para quem o jornalismo é perpassado por relações de poder e de saber oriundos da racionalidade moderna, que define as operações epistemológicas e que são frutos da colonialidade. Esse modo de pensar afeta inclusive a noção de objetividade, marcada por ideologias dominantes, que exclui qualquer resquício de subjetivismo. As autoras argumentam que a exclusão do sujeito e da subjetividade nos métodos e técnicas utilizados para compreender a realidade tem, ao longo da história, reforçado a reprodução automática de valores dominantes nas produções simbólicas do jornalismo.

O ideário da neutralidade, ainda prevalente na imprensa, também vem limitando a condição de agência e de reflexividade dos jornalistas acerca de suas práticas. Isso se dá pelo fato de tais práticas serem observadas a partir do uso “correto” de uma deontologia cujos pressupostos prescindem dos sujeitos e das subjetividades nas atividades desempenhadas (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 18).

As autoras propõem então um “jornalismo de subjetividade”, que significa subverter os cânones tradicionais da objetivação jornalística. Trata-se de estabelecer uma ruptura epistemológica com as estruturas de poder e conhecimento que moldam as condições sociais do pensamento e as práticas jornalísticas, as quais, historicamente, desumanizam os indivíduos representados como "Outros" em oposição ao sujeito universal. Embora elas não citem a perspectiva, entendemos que essa proposta de virada epistemológica no jornalismo possui

relação com o Jornalismo para a Paz e as iniciativas de descolonização da prática, pois visam romper com os paradigmas definidores do campo.

A ênfase na objetividade, por exemplo, se aproxima da prática do jornalismo de guerra/violência, que se limita a narrar o conflito, apresentando vencedores e perdedores, de modo a ignorar os aspectos humanos e ambientais complexos envolvidos no contexto. Para Moraes (2022), é necessário desconstruir o jornalismo que historicamente “coisificou” pessoas e grupos por meio de violências naturalizadas revestidas pelos véus da objetividade, isenção e democracia; a autora argumenta que esse modo de fazer jornalismo se perpetuou ao longo da história e raramente foi tensionado, pois segue à risca a reprodução dos modos de pensar dominantes em uma sociedade excludente e perpassada por violências. A objetividade criticada é aquela que permeia a prática jornalística, sustentada em uma “racionalidade binária que dispensa a complexidade cotidiana e silencia milhões” (Moraes, 2022, p. 97).

Moraes e Veiga da Silva (2019) apresentam um exercício de resgatar e valorizar a subjetividade, muitas vezes preterida pelas narrativas jornalísticas. Como elas apontam, os elementos subjetivos podem contribuir para uma leitura mais rica e profunda da realidade e, por consequência, fomentar um diálogo mais efetivo com as alteridades, em sua diversidade. Entendemos que isso incide na valorização e visibilização das vozes historicamente negligenciadas nas práticas dominantes. Essa outra forma de pensar o jornalismo também demanda reconhecer que as perspectivas do/a jornalista, incluindo suas bagagens culturais e valores, moldam sua interpretação da realidade, o que é fundamental para entender como as narrativas simbólicas são construídas, colocando o/a jornalista como peça central nos processos cognitivos. Segundo as pesquisadoras, enxergar o “Eu” como parte da construção do “Outro” representa um avanço significativo para enfrentar os desafios das relações de alteridade no jornalismo. Essa perspectiva traria novas luzes diante das crises do jornalismo, pois “muito mais do que uma fratura no modelo de negócio, ela é primeiro uma fratura nas formas de representação calcadas pelo mesmo e historicamente atrelada ao processo colonizador da epistemologia moderno-positivista-masculinista-racista da qual é parte” (Moraes; Veiga da Silva, 2019, p. 19).

Em “A pauta é uma arma de combate”, Fabiana Moraes (2022) tensiona aspectos como objetividade, imparcialidade e neutralidade, considerados condições intrinsecamente relacionadas ao jornalismo. Esses atributos, afirma a autora, são originados a partir de lógicas hegemônicas que guiam os campos sociais e científicos, que interpretamos como frutos da colonialidade do poder e do saber, discutida anteriormente. Ela considera que a binaridade colonialista distingue os sujeitos e grupos sociais visíveis e invisíveis, criando hierarquizações

que são colocadas em prática pelo jornalismo, desde a elaboração das pautas. “No jornalismo, essa operação se materializa também na própria organização e no desenvolvimento da pauta, nas formas de narrar e nas formas de ignorar, é frequentemente originada em uma racionalidade que promove o apagamento” (Moraes, 2022, p. 49).

Ainda conforme os argumentos sinalizados por Moraes (2022, p. 102)), não se trata de imputar binarismos entre a objetividade e a subjetividade, pois isso reduziria o debate à discussão entre o que “bom” e o que é “ruim” à prática jornalística. A questão, segundo a autora, é mais complexa e demanda um olhar crítico diante do papel da subjetividade no jornalismo. Para ela, “tirar a subjetividade do armário” nos auxilia a compreender as violências presentes nos discursos e narrativas, com atenção aos marcadores que atravessam a sociedade e os próprios profissionais jornalistas. Assim, afirma Moraes (2022, p. 104), “o jornalismo de subjetividade se situa a partir dessa perspectiva interseccional e crítica a um modo de produção de notícia”. Interpretamos, assim, que regatar a subjetividade no jornalismo é um caminho possível para torná-lo mais humanizado, o que vai ao encontro das propostas de um exercício jornalístico decolonial e orientado para a paz. Nesse sentido, Moraes (2022, p. 104-105) complementa que o jornalismo de subjetividade “também repousa na prática das pessoas que o realizam e que são afetadas historicamente e socialmente pelos discursos hegemônicos que operam em determinados momentos, sendo eles interiorizados e naturalizados, e, por isso, mais difíceis de serem vistos como tais”.

Sobre o conceito de humanização, Ijuim (2012) explica se tratar de uma abordagem que coloca o ser humano no centro das preocupações. Para o autor, as relações de poder devem ser repensadas, pois promovem segregações e reforçam projetos de desumanização que, naturalizados, ainda não foram superados coletivamente, como: “crença nas verdades absolutas; sede de poder; intolerância; recusa e ignorância pela cultura do outro; desrespeito ao diferente e às diferenças” (Ijuim, 2012, p. 123).

O autor olha para a desumanização presente na prática jornalística, oriunda do pensamento cartesiano, disciplinar e fragmentado, imposto pela racionalidade moderna e argumenta que o pensamento moderno conduziu a imprensa ao pensamento abissal (conceito apresentado por Boaventura de Sousa Santos), que marginaliza e segrega; isso se apresenta na medida em que o jornalismo contribui para o aumento das distâncias entre os universos considerados legítimos e ilegítimos (Ijuim, 2012). O foco na dor, no sofrimento e na desumanização não leva a sociedade a agir coletivamente para a erradicação dessas realidades: “manter uma superexposição da dor é, também, estratégico. Mostra supostas debilidades, fraquezas e a falta de condições de pensar por si” (Moraes, 2022, p. 35).

Ijuim (2012) considera urgente ao jornalismo superar a desumanização e tudo o que causa sofrimento. O autor questiona: o que desumaniza o jornalismo? Ao analisar algumas reportagens publicadas por grandes veículos, como o jornal *Correio Braziliense* e a revista *IstoÉ*, infere que elas reproduzem discursos e pensamentos carregados de preconceitos e visões estereotipadas pelo fato de que parte expressiva da sociedade também pensa dessa forma em relação a alguns grupos sociais. Segundo o autor, as matérias “representam um microcosmo do pensamento da sociedade brasileira” (Ijuim, 2012, p. 127), isto é, uma herança colonial presente na estrutura social e na prática jornalística.

Para cessar a superexposição da dor e do sofrimento, Ijuim (2012) aponta algumas ações, tais como: o respeito à diversidade cultural; o desenvolvimento de outros conhecimentos além dos que são aceitos como verdade; a valorização da liberdade de ideias e crenças; o repúdio a toda e qualquer forma de violência. São caminhos que nos ajudam a pensar uma prática jornalística humanizada, orientada por princípios condizentes ao Jornalismo para a Paz e a perspectiva decolonial, que ajudam a tensionar o modo como as coberturas jornalísticas são conduzidas na contemporaneidade, com predominância de aspectos violentos e excludentes. É urgente evidenciar essas teorias e práticas no âmbito da formação acadêmica jornalística, que ainda é orientada por valores hegemônicos, que enfatizam o pragmatismo técnico. O jornalismo humanizado proposto pelo autor contempla aspectos considerados pelo JP:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas (Ijuim, 2012, p. 133).

A partir das propostas apresentadas por Ijuim (2012) acerca da humanização do jornalismo, Moraes (2022) afirma que elas trazem ações que vão ao encontro de uma prática jornalística reflexiva, capaz de ajudar a desnaturalizar as violências que o jornalismo retroalimenta ao longo da história. Defendemos o Jornalismo para a Paz e a proposta de decolonização do jornalismo como caminhos possíveis para fomentar essa ruptura com a naturalização de violências. Para Fabiana Moraes (2022), existe uma perspectiva que guarda uma relação com a racionalidade moderna, na qual o jornalismo e outras ciências se

estruturaram, de raiz estritamente racializada, excludente e universalista. Assim, escreve a autora:

Não vejo como possível, por exemplo, um movimento de “esvaziar-se” de preconceitos, de estereótipos, sem que uma reflexão contínua sobre si e sobre o campo (afinal, a dinâmica e a complexidade cotidianas podem criar ou atualizar novos estigmas) seja realizada simultaneamente. Uma ruptura dessa natureza necessita de um exercício que não é pertinente apenas sobre si mesmo, e é por isso que profissionais, mercado e universidades são chamados à ordem (Moraes, 2022, p. 51).

Entendemos, desse modo, que para que se promova o enfrentamento às lógicas hegemônicas que perpassam o campo, é necessário colocar em perspectiva as instâncias que o fundamenta, ou seja, a prática, a formação e o posicionamento dos próprios profissionais. A base teórica do JP, alinhada à orientação decolonial, caminha ao encontro das argumentações de Moraes (2022), para quem é necessário ao jornalismo confrontar os mecanismos que sustentam e promovem a “outrofobia”, isto é, a aversão aos considerados “os/as outros/as” da sociedade. Como escreve a autora, é impossível isentar-se ou esvaziar-se de preconceitos, sobretudo quando prevalece, no âmbito da formação acadêmica, o ensino de valores-notícias que determinam quais os lugares, povos e vozes são mais importantes.

Discussão semelhante é apresentada por Salhani, Santos e Cabral (2020) ao empregarem uma leitura feminista ao Jornalismo para a Paz. Compreendemos que as iniciativas impelidas em ressignificar os cânones tradicionais da prática são caminhos para a sua descolonização, pois propõem outra forma de construção narrativa. Desse modo, concordamos com os autores, que dizem que o jornalismo é marcado pela hegemonia patriarcal e tudo o que advém dela. Essa característica define quem será ou não representado nas coberturas. Conforme os autores, é necessário mudar os preceitos da comunicação, pautados pelo ponto de vista masculino. Assim, discutem o jornalismo a partir de uma ética feminista orientada ao enfrentamento da opressão. Para além de um jornalismo feminista e que valorize a perspectiva de gênero, os autores discorrem sobre uma abordagem jornalística articulada com os movimentos sociais, “buscando justiça social a partir do reconhecimento de suas questões e culturas, redistribuição de recursos e poderes e representação política e social” (Salhani; Santos; Cabral, 2020, p. 1).

O “jornalismo feminista”, discutido pelos autores, parte da premissa de que a prática é historicamente orientada por valores masculinos, inclusive no *ethos* profissional. Essa outra forma de pensar o jornalismo tensiona as ideias de objetividade e imparcialidade, que

privilegiam o ponto de vista patriarcal⁴². O entrelaçamento com o JP se dá a partir de especificidades próximas à perspectiva feminista, como a pluralidade de vozes, a contextualização bem fundamentada, a abordagem interseccional para a compreensão dos conflitos e, principalmente, um posicionamento crítico em relação às violências de ordem estrutural e cultural, voltando-se para a cultura de paz (Salhani; Santos; Cabral, 2020).

Ainda segundo o texto de Salhani, Santos e Cabral (2020), o ocultamento de vozes de mulheres ao longo da história também remete ao silenciamento de outras vozes, motivado pelas dinâmicas do colonialismo e seus jogos de poder. Assim, apontam que o JP, articulado ao feminismo, se compromete a denunciar os silenciamentos históricos, bem como conceder espaço e visibilidade para que essas vozes sejam expressadas, em um caminho muito próximo à comunicação e ao jornalismo decolonial. Em síntese:

O jornalismo, dessa maneira, se posiciona como ferramenta de mudança social, o que faz com que seja, muitas vezes, tido como uma forma de ativismo. Por outra parte, também pode ser compreendido como meio para reescrever a história humana por meio da visibilidade que se busca dar às micronarrativas das vozes que foram silenciadas historicamente. Isso significa que, por meio da perspectiva feminista, outros grupos sociais também podem conquistar espaço de fala e visibilidade, já que a luta das mulheres também é a luta da natureza, dos excluídos e dos mais pobres (Salhani; Santos; Cabral, 2020, p. 9).

Tanto o Jornalismo para a Paz quanto o feminista podem ser aplicados como perspectiva, apontando outras possibilidades de enquadramento, de modo a propor uma mudança de paradigmas profissionais e deontológicos (Salhani; Santos; Cabral, 2020). Isso corresponde à descolonização da prática, especialmente por indicar novos olhares aos critérios de noticiabilidade. Trata-se de fazer valer os embasamentos da prática, pois, como assinalam os autores, o jornalismo “deve servir aos interesses do público e primar pela pluralidade de abordagens e opiniões e pela diversidade” (Salhani; Santos; Cabral, 2020, p. 6). Essas práticas, inclusive, vêm ao encontro do que sinaliza o artigo 6º do Código de Ética dos jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2024): “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Blotta e Felix (2025) afirmam que a colonialidade do poder se evidencia em coberturas, especialmente da grande mídia, das periferias das cidades, principalmente no que tange à

⁴² Os autores fazem referência à Sandra Harding (2004), para quem a produção de conhecimento está inserida em uma lógica masculina que não contempla a complexidade do mundo, sobretudo porque os cientistas e seus “objetos” são influenciados constantemente pelo contexto social, político e cultural no qual estão inseridos (Salhani; Santos; Cabral, 2020).

representação de pessoas pobres e negras, com o reforço de estereótipos construídos a partir de uma história de violência de ordem cultural, reforçada pelo colonialismo. O mesmo ocorre com o jornalismo de guerra/violência especificado por Galtung, que promove o silenciamento de determinadas parcelas da sociedade, ao passo que privilegia vozes hegemônicas (elites). “Se as teorias decoloniais revelam que as populações não brancas e masculinas são marginalizadas, não reconhecidas em suas capacidades políticas, intelectuais e morais, princípios do jornalismo como objetividade, a neutralidade e a imparcialidade passam a ser problematizados” (Blotta; Felix, 2025, p. 456-457). Esses princípios não dão conta das complexidades sociais, de modo que não conseguem pautar questões de raça e gênero, por exemplo, ou, quando o faz, predominam os estereótipos e exotização (Lago; Gonçalves; Kazan, 2023).

Encerrando as discussões deste capítulo, reforçamos que a articulação entre os Estudos para a Paz e o pensamento decolonial são incipientes. No que concerne à comunicação e ao jornalismo, tal debate é praticamente inexistente. O que existem são aproximações intencionadas a pensar outras maneiras de comunicar e de narrar, de modo a valorizar as vozes dissidentes e a denunciar realidades opressivas, fomentando a visão crítica do público quanto ao enfrentamento desses contextos. Esta tese, portanto, tenta iniciar essa articulação, com a ciência de que as abordagens precisam ser ampliadas não apenas no campo teórico, mas principalmente na dimensão prática. É urgente fomentar iniciativas que atuem em prol de um jornalismo mais plural e democrático, o que demanda esforços principalmente na formação desses profissionais. Em suma, como base no debate apresentado até aqui, o Jornalismo para a Paz e a proposta do pensamento decolonial se cruzam nos seguintes aspectos:

- 1) As abordagens denunciam contextos de violência, sobretudo estrutural e cultural, provenientes de uma lógica colonialista que ainda está presente na ciência, nos discursos e nas práticas sociais;
- 2) Buscam dar visibilidade às vozes de grupos historicamente silenciados pelas dinâmicas de poder;
- 3) Valorizam iniciativas que partem das bases, fomentando o engajamento popular em prol de efetivas transformações;
- 4) Têm em comum a busca por uma realidade de paz positiva, focando na transição de uma cultura de violência para uma cultura de paz.

Com base nas articulações teóricas desenvolvidas nos primeiros capítulos desta tese, damos sequência à dimensão empírica da pesquisa. Nos próximos capítulos, apresentamos o percurso metodológico e também algumas discussões em torno das graduações em jornalismo, tendo em vista nosso objetivo de trazer reflexões sobre a formação acadêmica na área. A partir

das discussões já desenvolvidas, intencionamos refletir se os currículos do curso de jornalismo das universidades reproduzem ou não lógicas de violência colonial. Em seguida, procedemos com a análise dos PPPs de jornalismo de universidades públicas brasileiras, bem como a percepção de estudantes, egressos de jornalismo e especialistas na área.

PARTE II – ANÁLISE FORMAL-DISCURSIVA

4. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante (Maria Cecília de Souza Minayo).

Este capítulo é concentrado na explanação das metodologias aplicadas na pesquisa. Ressaltamos que as bases epistemológicas que conduzem o estudo - a perspectiva decolonial e os Estudos para a Paz articulados no jornalismo (Jornalismo para a Paz) -, demandam construções metodológicas coerentes, que não sejam estritamente condicionadas aos modelos dominantes e pragmáticos. Compreendemos, no entanto, que não podemos desconsiderar ou negligenciar metodologias legitimadas no campo científico, de modo que se faz necessário privilegiar a interpretação e os tensionamentos com as teorias abordadas.

Amparamo-nos em uma combinação de métodos qualitativos, que acreditamos que podem auxiliar na compreensão acerca do cenário em que nossa pesquisa está localizada: uma realidade demarcada por aspectos da colonialidade do poder e com fortes manifestações de violência cultural, expressos, sobretudo, nos discursos e nas ciências, como amplamente discutido em capítulos anteriores. Como parte indissociável desse contexto, o jornalismo, tanto em sua aplicação prática como no âmbito da formação, se sustenta a partir dessas lógicas de colonialidade, especialmente se considerarmos que o advento do jornalismo, enquanto prática social, está alinhado à emergência da sociedade moderna (Marcondes Filho, 2002).

Justificamos a opção pela pesquisa qualitativa tendo em vista sua aplicabilidade à uma realidade que somente a quantificação não é suficiente para ser compreendida (Minayo, 2009). Nas ciências sociais, os métodos qualitativos auxiliam a interpretar o universo dos significados, com seus valores, crenças e aspirações, aspectos considerados “pouco científicos” para a ciência dominante, como discorrido anteriormente, na lógica da colonialidade do saber. Nas metodologias qualitativas, os fenômenos humanos são compreendidos como parte da realidade social, sendo que “o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (Minayo, 2009, p. 21). Isso vai ao encontro dos argumentos de Beltrán, como discorremos anteriormente, que traz críticas às abordagens metodológicas focadas na quantificação, como a pesquisa amostral, que tendem a negligenciar aspectos da subjetividade.

Por envolver o contato com pessoas, por meio da prática de entrevistas em profundidade e também da realização de um grupo de discussão, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Estadual Paulista, recebendo aprovação por meio do parecer consubstanciado nº 7.786.245, que reproduzimos no anexo 3.

É válido resgatar a questão central desta tese: **Como a formação acadêmica e profissional em jornalismo contribui para a reprodução de práticas de violência colonial e quais são suas implicações no campo comunicacional e na sociedade?** Bem como a nossa hipótese, de que a formação acadêmica e profissional em jornalismo na atualidade está essencialmente focada em aspectos mercadológicos e pragmáticos, de modo que pode reproduzir violências colonialistas.

A pesquisa está organizada em dois blocos: o primeiro, corresponde à articulação teórica, desenvolvida nos capítulos iniciais, que versam sobre as marcas de colonialidade perpetradas ao longo da história, bem como suas influências na sociedade, na comunicação e no jornalismo. Também é abordado o pensamento decolonial como forma de enfrentamento aos traços de colonialismo manifestados nas esferas do poder, do saber e do ser; tal perspectiva também é aplicada na comunicação e no jornalismo, com vistas para a ressignificação de narrativas que reproduzem essas lógicas. Ainda integram este primeiro bloco os capítulos que embasam os Estudos para a Paz e suas aplicações na comunicação e no jornalismo.

O segundo bloco, desenvolvido nos capítulos seguintes, corresponde à dimensão empírica da pesquisa. Nessa parte, são apresentadas análises dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cursos de jornalismo de 52 universidades estaduais e federais, as entrevistas em profundidade com estudantes que em 2025 cursavam o quarto ano de jornalismo e com egressos deste curso; e o grupo de discussão com especialistas em comunicação e jornalismo. Os resultados, articulados às teorias percorridas no primeiro bloco, embasam nossa proposição de diretrizes e boas práticas voltadas tanto à formação quanto ao exercício profissional. Como aplicabilidade, essas propostas pretendem contribuir para as articulações do ODS 19, indicado no *Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade* (Cabral; Gehre, 2020), iniciativa da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Universidade de Brasília (UnB). Esse novo ODS propõe incluir, na Agenda 2030 da ONU, a dimensão da arte, da cultura e da comunicação. A partir da perspectiva jornalística, buscamos fortalecer e ampliar esse debate.

Como metodologia, nos embasamos na hermenêutica de profundidade (HP) (Thompson, 2011), com o amparo das seguintes técnicas de análise e de coleta de dados: 1) análise de conteúdo, 2) entrevistas em profundidade e 3) grupo de discussão.

O quadro 2 sintetiza a seleção da metodologia e das técnicas bem como suas relações com os objetivos específicos do estudo. Na sequência, discorreremos sobre alguns aspectos teóricos de cada uma.

Quadro 2. Síntese das metodologias e técnicas articuladas aos objetivos específicos

Metodologia / Técnica	Objetivo específico	Justificativa
Hermenêutica de profundidade – etapa da análise sócio-histórica.	a) aplicar os fundamentos do Jornalismo para a Paz e relacioná-los com a perspectiva decolonial, como possibilidade de ressignificação das abordagens jornalísticas.	A fase da análise sócio-histórica contribui para a compreensão do contexto permeado por lógicas de colonialidade e pela naturalização da violência em sua dimensão cultural. Essas lógicas se manifestam e são reiteradas por meio das narrativas jornalísticas. A etapa viabiliza a explanação sobre o contexto no qual estão inseridos os Estudos para a Paz. Capítulos 2 e 3.
Análise de conteúdo	b) analisar as diretrizes curriculares que compõem a formação de jornalistas em universidades públicas brasileiras.	A metodologia de Bardin (2011) auxiliou na leitura e análise de PPPs de cursos de jornalismo de 52 universidades estaduais e federais, por meio de categorias que vêm ao encontro das articulações teóricas desenvolvidas ao longo da pesquisa. Capítulo 5.
• Grupos de discussão • Entrevistas em profundidade • Hermenêutica de profundidade – etapas da análise formal/discursiva e interpretação/reinterpretação	c) contribuir, a partir do jornalismo, com as discussões em torno da proposta do ODS 19 (Cultura, Arte e comunicação).	Entrevistas em profundidade realizadas junto a estudantes do 4º ano e egressos de graduação em jornalismo; grupo de discussão realizado junto a especialistas em comunicação e jornalismo. Objetivo de buscar percepções em torno da formação acadêmica da área.

		Articulados com a análise dos PPPs e também com as teorias estudadas, as percepções auxiliarão a olhar criticamente para a formação e a prática jornalística, o que possibilita contribuir com diretrizes à proposta do ODS 19, lançando um olhar sobre o jornalismo.
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1 Hermenêutica de profundidade

As especificidades de um determinado contexto histórico estão diretamente relacionadas à forma como se constroem as narrativas, os comportamentos sociais e os produtos culturais. Para analisar as tendências predominantes na formação em jornalismo, é fundamental considerar o contexto sociocultural no qual essa prática está inserida. Como discutido anteriormente, compreendemos que as marcas da colonialidade, perpetuadas ao longo da história, se fazem presentes e influenciam a elaboração das narrativas jornalísticas, além de condicionarem a formação profissional a métodos e teorias previamente legitimados, muitas vezes afastados das realidades locais.

Diante dessa complexidade, adotamos a hermenêutica de profundidade (HP) como uma de nossas abordagens metodológicas, uma vez que essa perspectiva permite ir além da superfície dos discursos e evidenciar os sentidos latentes que atravessam os textos, práticas e estruturas formativas. Proposta por John B. Thompson, a metodologia articula três momentos: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva, e interpretação/reinterpretação. Isso possibilita compreender como os elementos ideológicos operam na produção e na reprodução das narrativas e dos saberes no campo do jornalismo. Thompson (2011) assinala a influência sócio-histórica nas produções humanas:

[...] ela nos recorda que *os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas*. Os seres humanos são *parte da história*, e não apenas observadores ou espectadores dela; tradições históricas, e a gama complexa de significado e valores que são passados de geração a geração, são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são (Thompson, 2011, p. 360, com destaques do original).

De acordo com Veronese e Guareschi (2006), o referencial metodológico da HP possibilita a ampla análise em torno do contexto sócio-histórico e espaço-temporal que perpassa o fenômeno pesquisado; assim, o/a pesquisador/a pode empreender em análises de conteúdo, discursivas, semióticas, entre outras, o que corrobora a possibilidade de a HP ser agregada a outros métodos. Conforme os autores, a metodologia confere caráter crítico às pesquisas, pois é possível analisar a ideologia como importante vertente social. Amparado em Paul Ricouer, Thompson (2011) afirma que a hermenêutica possibilita tanto uma reflexão de cunho filosófico como uma ferramenta metodológica para a compreensão de fenômenos sociais. “Se o processo de interpretação é combinado com métodos explanatórios, ou objetivantes, os resultados podem ser ainda mais proveitosos, uma vez que compreensão e explanação não são por ele tomadas como antitéticas, mas como complementares” (Veronese; Guareschi, 2006, p. 87).

Os estudos no campo da comunicação, conforme argumentam Nazário, Reino e Manfredini (2016), podem abranger diferentes etapas do processo comunicativo, como a produção, a circulação, a recepção e os impactos das mensagens no tecido social. Assim, a HP se configura como uma abordagem metodológica relevante, especialmente quando a proposta de pesquisa está ancorada na análise dos contextos sócio-históricos. Esta abordagem, segundo os autores, favorece uma organização sistemática do percurso investigativo, contribuindo para que o/a pesquisador/a estabeleça articulações entre o contexto social e os sentidos construídos, difundidos e apropriados pelos diferentes públicos. Justifica-se, portanto, a contribuição da HP no contexto desta tese, pois partimos do entendimento de que a colonialidade está presente nos discursos e nas práticas sociais, legitimando diversas formas de violência, sobretudo as de caráter cultural, e influenciando as dinâmicas comunicacionais e jornalísticas. Tais processos reverberam na formação acadêmica em jornalismo, que reproduzir lógicas dominantes.

A HP parte do princípio de que os significados simbólicos estão intimamente vinculados aos contextos sócio-históricos nos quais são produzidos. Explica Thompson (2011) que esses significados não surgem de forma neutra, mas estão inseridos em um complexo universo previamente interpretado. Isso significa que os indivíduos compreendem as formas simbólicas⁴³ a partir de ideologias e visões de mundo que fazem sentido em seus contextos históricos e sociais específicos, como a influência colonialista, por exemplo. Destarte, ao aplicar o método da HP, o pesquisador realiza uma nova interpretação sobre algo que já possui sentidos atribuídos anteriormente pelos sujeitos envolvidos. Isso implica atribuir outros significados,

⁴³ Compreende-se como forma simbólica todas as manifestações que produzem sentidos e que podem manter ou contestar relações de poder em um determinado contexto sócio-histórico (Thompson, 2011). Como exemplo: imagens, narrativas, filmes, rituais, músicas, entre outros.

que podem contrastar com os sentidos originais construídos no contexto social analisado (Thompson, 2011). No âmbito desta pesquisa, nos embasamos nos efeitos da colonialidade e suas violências naturalizadas ao longo da história, especialmente nos territórios do Sul Global. Compreendemos a influência colonialista em diversos campos, sobretudo no jornalismo, com possibilidades de ressignificação a partir da perspectiva teórica dos Estudos para a Paz, aplicada à comunicação e ao jornalismo.

Nessa perspectiva, a HP destaca o valor do processo interpretativo como ferramenta para *problematizar* e *desnaturalizar* formas de dominação que se apresentam como evidentes no cotidiano, como é o caso da violência cultural. Thompson (2011) nomeia esse tipo de análise como interpretação da doxa ou hermenêutica da vida cotidiana, pois busca revelar os modos como os sentidos são produzidos, naturalizados e mantidos na experiência social diária. A abordagem tem como foco entender como opiniões, crenças e interpretações da realidade se constituem a partir das mensagens e narrativas que circulam constantemente (Veronese; Guareschi, 2006, p. 88). A proposta da HP vai além da descrição das vivências cotidianas. O propósito é explorar em profundidade as interações e os contextos que moldam as experiências dos sujeitos. Segundo Veronese e Guareschi (2006, p. 88), essa abordagem permite um mergulho nas condições que sustentam determinado fenômeno e viabiliza uma análise mais abrangente e crítica.

Ao possibilitar novas interpretações da realidade, a HP contribui para evidenciar como as estruturas de dominação foram forjadas, além de oferecer subsídios para que elas possam ser questionadas e ressignificadas. É nesse ponto que reside o potencial crítico da metodologia. Embora concebida e consolidada em contextos do Norte Global, defendemos que a HP se revela útil como ferramenta analítica para a compreensão crítica dos fenômenos sociais em diversas localidades. No âmbito desta pesquisa, sua aplicação contribui para evidenciar as marcas da colonialidade historicamente construídas e reproduzidas nas narrativas jornalísticas, com impactos significativos na formação acadêmica em jornalismo. As fases da metodologia são: a) análise sócio-histórica; b) análise formal ou discursiva; c) Interpretação/Re-interpretação.

Por meio da análise sócio-histórica, elaborada nos capítulos iniciais dessa tese, apresentamos os efeitos da colonialidade nas normas e comportamentos sociais, estabelecendo vínculos com o conceito de violência cultural. Desse modo, podemos analisar criticamente os impactos da colonialidade no jornalismo, especialmente no âmbito da formação, que está inserida em uma lógica de conhecimento que ainda prioriza saberes legitimados provenientes do Norte Global.

Na etapa de análise formal, considera-se que as expressões e os objetos que circulam nos diferentes campos sociais, mediando as relações, se configuram como formas simbólicas, ou seja, construções complexas dotadas de uma estrutura articulada, ou seja, textos, imagens, ações, entre outras (Veronese; Guareschi, 2006). Assim, busca analisar como o contexto sócio-histórico interfere na estrutura das formas simbólicas. Nessa etapa, são observados os elementos capazes de influenciar o direcionamento dos conteúdos das formas simbólicas, sobretudo no que tange às ideologias e às condutas diante de situações que confrontam normas profundamente estabelecidas. O objetivo é reconstruir as condições e os contextos envolvidos na produção, circulação e recepção dessas formas simbólicas. Como aponta Gomes (2015), a análise sócio-histórica também abrange a investigação dos recursos técnicos empregados para criar e transmitir mensagens, entendendo-os como meios os aparatos institucionais que atribuem características singulares a essas formas (Gomes, 2015).

As formas simbólicas são produzidas (faladas, narradas, inscritas) e recebidas (vistas, ouvidas, lidas) por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais, e a reconstrução desses ambientes é uma parte importante da análise sócio-histórica (Thompson, 2011, p. 366).

A fase corresponde à análise da estrutura interna das formas e simbólicas e daí provém a contribuições de técnicas como análise de conteúdo, de discurso, semiótica, entre outras, que possibilitam ao/a investigador/a esmiuçar ao máximo as tendências presentes, por exemplo, em uma narrativa. “Estaremos relacionando-a, sempre, com as condições de sua produção ou do seu contexto sócio-histórico, mas é importante um momento de desconstrução dos elementos internos constitutivos da forma simbólica” (Veronese; Guareschi, 2006, p. 89). No âmbito desta tese, a análise formal será constituída por intermédio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), por meio de categorias de análise que nos auxiliarão a entender as tendências prevalentes nos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de jornalismo, bem como nas entrevistas em profundidade e grupo de discussão.

A partir das análises sócio-histórica e formal/discursiva, chega-se à terceira e última fase do método da HP: a interpretação ou reinterpretação. Segundo Thompson (2011), essa etapa se apoia na anterior, pois a análise discursiva oferece subsídios para a interpretação, ainda que ambas mantenham funções distintas. Enquanto a análise formal/discursiva privilegia a investigação da estrutura e dos padrões que compõem as formas simbólicas, a fase interpretativa busca articular esses achados com as considerações levantadas no exame sócio-histórico, produzindo uma síntese crítica e criativa dos resultados (Thompson, 2011).

Entendemos que, nesse momento, o/a pesquisador/a pode formular inferências sobre os sentidos das formas simbólicas, sempre em relação direta com os contextos sociais e históricos em que foram produzidas. Nesta pesquisa, consideramos a influência da colonialidade presente nas estruturas de formação jornalística. A interpretação demanda um aporte teórico consistente, capaz de sustentar uma explicação interpretativa, crítica e bem fundamentada (Veronese; Guareschi, 2006). Essa etapa, portanto, amplia a análise ao evidenciar os processos de poder e os mecanismos de opressão implicados na construção das mensagens. Como sintetiza Thompson (2011, p. 380):

Engajar-se na interpretação da ideologia é uma atividade arriscada e cheia de conflitos. É arriscada porque o significado de uma forma simbólica não é dado de antemão, fixo, determinado; oferecer uma interpretação é projetar um significado possível, um dentre muitos significados possíveis que podem divergir, ou conflitar com outro. Esse conflito potencial toma uma forma diferente no caso da interpretação da ideologia. Pois a interpretação da ideologia envolve não apenas a projeção de um significado possível, mas também a afirmativa de que tal significado serve, em certas circunstâncias, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Entendemos que a fase interpretativa da HP nos auxilia a problematizar as permanências da colonialidade inscritas nas narrativas e nos processos de formação em jornalismo. Como sugere Thompson (2011), interpretar é sempre um ato arriscado, pois implica projetar sentidos possíveis que podem entrar em tensão com leituras e perspectivas consolidadas. Assim, inferimos que a interpretação crítica permite desvelar não apenas as estruturas simbólicas que organizam os discursos jornalísticos, mas também os modos pelos quais tais discursos têm servido, historicamente, à manutenção de relações de colonialidade.

Reconhecemos que a prática jornalística, amparada em paradigmas eurocêtricos, carrega a marca de uma racionalidade colonial que naturaliza as formas de ver, dizer e ensinar. A HP, por promover a relação entre texto, contexto e ideologia, evidencia tais mecanismos, tensionando as bases coloniais que sustentam a produção e legitimação do conhecimento jornalístico. Nesse sentido, a interpretação nos leva a questionar estruturas de poder e a reivindicar a inserção de perspectivas decoloniais e voltadas para a paz no campo do jornalismo.

4.2 Análise de Conteúdo

Adotamos a análise de conteúdo (AC) como técnica de tratamento e interpretação dos dados (Ferreira, 2023), a fim de subsidiar a leitura analítica dos PPPs dos cursos de jornalismo

das instituições. Reconhecemos, contudo, que se trata de uma metodologia marcada por uma herança positivista, pautada no rigor e na linearidade metódica sobre uma base de dados verificáveis (Fonseca Júnior, 2011). Entretanto, conforme já discutido, a perspectiva decolonial assumida nesta tese não implica a rejeição de teorias e metodologias consolidadas, mas sim a possibilidade de articulá-las a outros referenciais, de modo a ampliar e fortalecer a construção analítica proposta. Buscamos, por meio da análise de conteúdo, realizar a leitura dos PPPs a partir de categorias que dialogam com as perspectivas assumidas neste estudo.

A AC, como explica Fonseca Júnior (2011), tem na inferência um de seus principais potenciais, o que auxilia na leitura textual crítica para a extração de conhecimentos. Consideramos, desse modo, a contribuição da técnica para a análise qualitativa. Bardin (2011) fundamenta a metodologia como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa a obtenção de indicadores quantitativos ou qualitativos que possibilitem a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção dessas mensagens. Por meio da AC é possível refletir de forma aprofundada a respeito das variáveis que compõem determinado documento.

Conforme Ferreira (2023), o desenvolvimento da AC remonta às primeiras décadas de século XX, quando começaram a surgir estudos voltados à investigação sistemática de materiais comunicacionais. Para contextualização do método, Bardin (2011) cita uma pesquisa conduzida na Suécia em 1940, que tinha como objetivo analisar os efeitos de determinados hinos religiosos sobre fiéis luteranos. A autora também menciona a atuação da Escola de Jornalismo de Columbia, que realizou diversos estudos quantitativos direcionados às análises de textos jornalísticos, consolidando as bases empíricas do método. Com o início da Primeira Guerra Mundial, o interesse estava voltado ao estado da propaganda, de modo que a AC entra em uma nova fase, cujo enfoque é fortalecido com a Segunda Guerra Mundial, quando o governo norte-americano financiou investigações destinadas a identificar conteúdos considerados propagandísticos ou subversivo (Ferreira, 2023).

Nesse contexto, o trabalho de E. Berelson, em colaboração com Lazarsfeld, representou um avanço metodológico significativo ao propor regras e critérios de sistematização que conferiram maior rigor à análise (Bardin, 2011; Ferreira, 2023). Segundo Ferreira (2023), entre as décadas de 1940 e 1950 a busca pela objetividade se tornou uma preocupação predominante, o que levou a AC a adotar majoritariamente abordagens quantitativas. Posteriormente, contudo, o método ampliou seu escopo, incorporando abordagens de natureza qualitativa, que possibilitaram interpretações e inferências mais complexas, sensíveis ao contexto e às dimensões simbólicas dos discursos. Bardin (2011)

explica que AC é composta por três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados (inferência/interpretação).

Silva e Fossá (2015) descrevem a pré-análise como o momento de organização e sistematização das ideias, orientado pelos referenciais teóricos adotados. É nessa fase que o pesquisador define indicadores que servirão de base para a interpretação dos dados obtidos. O rigor metodológico se manifesta na leitura integral e atenta do material selecionado, processo que Bardin (2011) denomina “leitura flutuante”, caracterizado pela imersão inicial que permite ao analista a familiarização com o conteúdo. Essa etapa envolve a seleção e o ordenamento dos documentos a serem examinados, bem como a formulação de hipóteses e a definição de indicadores ou categorias analíticas, que servirão de guia para a etapa interpretativa da pesquisa. Em síntese, essa fase compreende: a) seleção dos documentos a serem analisados; b) elaboração dos objetivos e hipóteses; c) construção de indicadores para fundamentar as interpretações finais (Bardin, 2011; Ferreira, 2023). Nessa pesquisa, a pré-análise se deu a partir da seleção e leitura dos PPPs dos cursos de jornalismo, como será explicado no tópico a seguir.

A exploração do material corresponde à etapa de recorte (seleção) das unidades de registro e unidades de contexto⁴⁴, bem como a classificação das categorias de análise (Ferreira, 2023). Trata-se da fase de sistematização de dados brutos conforme regras de enumeração, agregação e classificação, de modo a estabelecer nexos entre o material analisado e a teoria que fundamenta a pesquisa (Fonseca Júnior, 2011). As categorias são como “gavetas” ou “rubricas” que agrupam e classificam os elementos de significação presentes nas mensagens analisadas (Bardin, 2011). Em linhas gerais, essa etapa possibilita a estruturação do *corpus* e favorece a compreensão sistemática das unidades de sentido. No próximo tópico, explicitamos cada uma das categorias consideradas pela a leitura crítica dos PPPs, formuladas com base em nosso referencial teórico.

Por fim, a fase do tratamento dos resultados compreende a interpretação dos dados, no sentido de refletir sobre o que eles revelam e o que é possível inferir a partir deles. “O conhecimento teórico do analista, e o seu domínio a respeito do tema tratado na pesquisa em curso são cruciais para que possa interpretar os dados com fundamentação e realizar inferências significativas, ou seja, que apresentem contribuições relevantes” (Ferreira, 2023, p. 206). É nessa fase que compreendemos o potencial qualitativo da AC, que possibilita ao pesquisador a

⁴⁴ Unidades de registro correspondem às partes de uma unidade de amostragem. Como exemplifica Fonseca Júnior), se a unidade de amostragem for a edição de um jornal, as unidades de registro podem ser as notícias de interesse para a pesquisa publicada na referida edição. Já as unidades de contexto se referem ao contexto (político, econômico, social, etc) no qual as unidades de registro estão inseridas (Fonseca Júnior, 2011)

leitura crítica do material analisado e o estabelecimento de relações com as fundamentações teóricas que embasam a pesquisa. O quadro 3 sintetiza a aplicação das fases nesta pesquisa.

Quadro 3. Fases da análise de conteúdo aplicadas à pesquisa

Fase	Características	Ações desenvolvidas
Pré-análise	Fase de organização e leitura flutuante dos documentos analisados.	- Definição dos objetivos e hipótese da pesquisa; - Seleção das IES e seus respectivos PPPs de curso de jornalismo; - Elaboração de categorias de análise com base no referencial teórico (Estudos para a Paz; Jornalismo para a Paz; Pensamento decolonial; Agenda 2030).
Exploração do Material	É a fase que coloca em prática as decisões tomadas na fase anterior. Sistematização das categorias.	- Leitura dos PPPs e codificação; - Elaboração de categorias de análise; - Elaboração de gráficos para quantificar as categorias mais ou menos recorrentes nos PPPs de cada região.
Tratamento dos resultados	É a fase em que se dá significado aos resultados interpretando-os e propondo inferências.	- Discussão dos resultados e vínculo com o referencial teórico; - Elaboração das inferências.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Ferreira (2023, p. 210)

A seleção das instituições para a análise dos PPPs foi realizada por meio do portal do Ministério da Educação (MEC), o e-MEC⁴⁵, que disponibiliza um mecanismo de busca no qual é possível filtrar diferentes informações, conforme ilustrado na figura 2. Para delimitar o recorte, selecionamos os seguintes filtros de busca: curso de graduação; área geral de Ciências Sociais; área específica de Comunicação e Informação; área detalhada de Comunicação e Reportagem; e Jornalismo como o rótulo do curso. Em seguida, procedemos com a busca por Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da filtragem por Estado, considerando exclusivamente os seguintes requisitos: cursos de bacharelado, gratuitos, presenciais e em funcionamento regular. O levantamento resultou em 52 universidades públicas (estaduais e

⁴⁵ <https://emec.mec.gov.br>

federais) com curso de jornalismo, cujas análises dos PPPs são apresentadas na sequência, organizadas por Estado⁴⁶.

Os documentos foram consultados nos portais das respectivas IES e, quando não estavam disponíveis, foram solicitados às instituições via e-mail disponibilizados nos portais. Importante destacar que esses documentos são de interesse público e, portanto, deveriam estar acessíveis de forma simples e transparente. A seleção dessas IES possibilita observar, a partir de um recorte delimitado, como a formação em jornalismo vem sendo conduzida no Brasil. Entretanto, reconhecemos que se trata de um recorte específico, considerando o número expressivo de cursos existentes no país, distribuídos entre instituições públicas e privadas, presencias e a distância, o que torna inviável abarcar sua totalidade neste estudo.

Figura 3. Captura de tela extraída do portal e-MEC

Consulta Avançada | Consulta Textual | IES Extintas

Buscar por: ☐ Instituição de Ensino Superior ☒ Curso de Graduação ☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso: ☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

- 03 - Ciências sociais, comunicação e informação
- 032 - Comunicação e informação
- 0321 - Comunicação e reportagem
- Jornalismo

UF: Acre

Município: Selecione...

Gratuidade do Curso: Sim

Modalidade: ☐ A Distância ☐ Presencial ☐ Semipresencial

Grau: ☐ Bacharelado ☐ Licenciatura ☐ Tecnológico ☐ Sequencial ☐ Programa de Formação ☐ Segunda Licenciatura

Índice: Selecione... ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ SC

Situação: Em Atividade

Pesquisar

Fonte: extraída pelo autor no portal <https://emec.mec.gov.br> em 15 abr. 2025

Para a realização da análise dos PPPs, utilizamos como suporte técnico o software *Atlas.TI*⁴⁷. A ferramenta conta com possibilidades técnicas que auxiliam pesquisas qualitativas

⁴⁶ Os Projetos Político-Pedagógicos de cada uma das universidades analisadas encontram-se disponíveis para consulta no seguinte link: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1eO-x04ZonKFo97NSS2IESoVnN1hFDTk4>

⁴⁷ <https://atlasti.com/>

em situações em que é preciso lidar com grande volume de documentos textuais. Por meio do software é possível realizar a leitura dos textos e organizar os dados de forma sistemática, permitindo a codificação, categorização e interpretação de trechos de maneira precisa. A partir do cruzamento de códigos (ou categorias de análise), o *Atlas.TI* possibilita a visualização de redes de significados, favorecendo uma leitura mais crítica e aprofundada dos documentos textuais. Contudo, é importante salientar que o software não substitui a interpretação humana, especialmente quanto à compreensão dos conteúdos abordados. Sua principal contribuição está na sistematização e organização dos códigos (categorias) encontrados nos textos, o que proporciona ao pesquisador uma visão geral dos elementos que se destacam com maior ou menor frequência nos documentos analisados.

No caso desta pesquisa, que envolve a análise de PPPs com base nas perspectivas da decolonialidade e do Jornalismo para a Paz, o software se mostra eficaz por permitir identificar recorrências, divergências e silêncios nos documentos a partir de categorias que possuem relação com essas abordagens; isso favorece a interpretação dos documentos e a construção de uma análise mais consistente. As categorias não foram entendidas apenas como recortes técnicos para organizar a leitura do material, mas como possíveis marcos conceituais que permitiram tensionar o discurso institucional das IES em relação ao curso de jornalismo, evidenciando tanto as aproximações quanto os silenciamentos relacionados a uma formação crítica, ética e comprometida socialmente. Realizamos as análises com base nos questionamentos: em que medida a formação contempla elementos que se aproximam das lógicas do Jornalismo para a Paz e da decolonialidade? A formação se alinha aos direcionamentos da agenda global no que tange ao compromisso social e enfrentamento às mudanças climáticas?

A leitura dos documentos foi orientada por categorias pensadas a partir dos interesses específicos da pesquisa, alinhadas às perspectivas teóricas vinculadas à decolonialidade e ao Jornalismo para a Paz. Além disso, por defendermos um projeto de formação jornalística fundamentado em princípios humanistas e comprometido com causas sociais e ambientais, algumas das categorias adotadas dialogam diretamente com esses valores e com a Agenda 2030 da ONU. Realizamos a leitura analítica dos PPPs com base nas categorias (códigos) apresentadas no quadro 4.

Quadro 4. Categorias para a leitura dos Projetos Político-Pedagógicos

Categoria(código)	Descrição/Justificativa
-------------------	-------------------------

Agenda 2030	Identificar se os PPPs promovem debates e abordagens disciplinares que, direta ou indiretamente, versem sobre elementos condizentes com a agenda global de desenvolvimento, haja vista nosso objetivo de contribuir com a formatação da proposta do ODS 19.
Antirracismo	Identificar se os PPPs trazem em seu escopo reflexões e componentes curriculares que promovam o enfrentamento ao racismo.
Combate à desinformação	Identificar se o projeto de curso aborda o compromisso do curso de jornalismo para com o enfrentamento à desinformação, que deve ser um dos pilares do jornalismo profissional.
Comunicação decolonial	Identificar se os PPPs trazem, em sua justificativa ou disciplinas, abordagens que venham ao encontro das teorias que articulem o campo da comunicação e a perspectiva decolonial, especialmente no que se refere ao desprendimento de teorias advindas de lógicas hegemônicas.
Comunicação e violência	Identificar se os PPPs estabelecem discussões em torno da relação entre comunicação, jornalismo e enfrentamento às estruturas e narrativas de violência.
- Crise climática - Meio ambiente	Identificar se os projetos de curso abordam a função do jornalismo diante da urgência climática.
Cultura de paz	Identificar se os PPPs estabelecem como compromisso da prática jornalística a a transição da cultura de violência para a cultura de paz, sobretudo quanto ao

	enfrentamento às violências de ordem estrutural e cultural (Galtung, 1969).
Decolonialidade	Identificar se os PPPs discorrem, direta ou indiretamente, sobre teorias decoloniais.
Democracia	Há, nos PPPs, abordagens em torno da intrínseca relação entre o jornalismo e a defesa da democracia?
- Desenvolvimento sustentável - Sustentabilidade ⁴⁸	Ainda na perspectiva da Agenda 2030, identificar se os PPPs estabelecem relações entre o jornalismo e a temática do desenvolvimento sustentável e seus pilares (ambiental, social e econômico).
- Direito à informação - Interesse público	O curso aborda a indissociabilidade entre o jornalismo e o direito humano à informação? Aborda a formação jornalística em torno das informações de interesse público?
Direitos humanos	O PPP contempla discussões em torno do compromisso do jornalismo quanto à garantia e preservação dos direitos humanos?
- Diversidade - Pluralidade	Identificar se o PPP contempla a diversidade e pluralidade étnica, cultural e de gênero.
Ética	Identificar se e como o PPP aborda a questão da ética jornalística.
Formação crítica	Identificar em que ponto o PPP do curso privilegia a formação crítica dos graduandos, por meio do estímulo à autonomia e a reflexão diante das demandas sociais.
Jornalismo de soluções	O projeto de curso aborda o jornalismo como possibilidade de soluções diante de problemas sociais, políticos e econômicos?

⁴⁸ Embora apresentem proximidade semântica, optamos por distinguir os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” na categorização, a fim de verificar de que maneira cada um deles pode aparecer nos documentos analisados.

Jornalismo para a paz	Há, nos PPPs, discussões e/ou conteúdos que se aproximem da perspectiva do JP?
Justiça social	Identificar se e como os cursos se empenham em garantir uma formação compromissada com a justiça social.
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	Identificar se existem, direta ou indiretamente, debates condizentes com os ODS.
Regionalismo	Identificar se e como os PPPs privilegiam aspectos regionais na formação.

Fonte: elaborado pelo autor

4.3 Grupo de discussão

O grupo de discussão (GD), conforme apontam Canales e Peinado (2015), se constitui como uma técnica qualitativa cujo objetivo não se limita a extrair opiniões individuais, mas que promove a emergência de um discurso social coletivo. Conforme os autores, a centralidade das interações em grupo, entendida como espaço de reorganização de sentidos, ideologias e contradições, evidencia que o conhecimento é sempre situado, relacional e atravessado por disputas de poder. Nesse sentido, a metodologia dialoga com os pressupostos da decolonialidade, pois recusa a pretensão de neutralidade do/a pesquisador/a, que ocupa uma posição ativa na mediação da ação discursiva e na interpretação dos resultados⁴⁹. Os grupos de discussão configuram-se como espaços privilegiados para tensionar a colonialidade do saber, visto que permitem evidenciar como os sentidos sociais são produzidos, disputados e legitimados coletivamente. Em síntese,

[...] é uma técnica de pesquisa social que (assim como entrevistas abertas ou em profundidade e histórias de vida) trabalha com a fala. Nela, o que é dito - o que alguém diz sob certas condições de enunciação - é assumido como um ponto crítico no qual o social é reproduzido e transformado, o objeto, em suma, das ciências sociais. A ordem social e a subjetividade são articuladas em toda fala (Canales; Peinado, 2015, p. 289, tradução nossa).

⁴⁹ Explicam os autores que a formulação teórica e metodológica do grupo de discussão parte de uma tradição marcadamente espanhola e latino-americana, cujas bases vêm dos ensinamentos de Jesús Ibáñez, Angel de Lucas, Alfonso Ortí e Francisco Pereña, bem como nos trabalhos recentes de pesquisadores por eles formados (Canales; Peinado, 2015, p. 289).

Ao discorrerem sobre grupos focais (GF) e grupos de discussão (GD), Cal e Maia (2022) afirmam que, ao contrário das entrevistas individuais, essas técnicas de coleta de dados possibilitam uma maior interação e diálogo entre os/as participantes, de modo que não somente as respostas podem ser analisadas, mas também o próprio processo de interação. Tratam-se de contextos interativos em que há produção discursiva, explicam as autoras, o que permite a articulação de diferentes experiências e visões em torno de determinado tema, resultando em uma construção coletiva de perspectivas (Cal; Maia, 2022). As autoras assinalam que grupos focais e grupos de discussão aparecem como sinônimos de forma recorrente na literatura da área de comunicação e política no Brasil, embora existam trabalhos que acentuam as diferenças entre as técnicas com base na ênfase no processo interacional e discursivo.

Como explicam Cal e Maia (2022), os GF têm sido amplamente utilizados em pesquisas voltadas à análise da propaganda política e do comportamento eleitoral, mas que, a partir dos anos 2000, passaram a contemplar também estudos sobre processos de conversação cotidiana, produção de sentidos em grupos sociais e debates relacionados à opinião pública. De maneira semelhante, os GD ganharam destaque como técnica qualitativa essencial em investigações sobre deliberação e esfera pública, sendo frequentemente aplicados em conjunto com outras metodologias, como entrevistas em profundidade, análise de conteúdos midiáticos e observação participante. Para Gutiérrez (2011), o grupo de discussão não pode ser visto como extensão ou variação do grupo focal, mas sim como uma técnica qualitativa detentora de dinâmicas próprias, que exigem aprofundamento da interação grupal; como argumenta o autor, embora os métodos tenham em comum fomentar o discurso coletivo, a diferença mais substancial entre eles está na dinâmica interna, isto é, no modo como os sentidos são construídos e como se manifestam no debate.

O grupo de discussão reúne diversos tipos de grupos, algo sem paralelo na vida social cotidiana. Nele, desenvolve-se uma conversa na qual, para o pesquisador, os interlocutores desaparecem por trás das (inter)locuções, diferentemente do que acontece em grupos naturais, tantas vezes marcados por batalhas imaginárias, e nos quais os diferentes enunciados sempre têm nome e sobrenome. Existe, portanto, uma forma de grupo e uma forma de discussão (ou conversa) (Canales; Peinado, 2015, p. 292, tradução nossa).

Gutiérrez (2011) afirma que o GF tem origem anglo-saxã vinculada à pesquisa de mercado, de modo que opera como um instrumento voltado à obtenção de dados de forma mais estruturada, funcionando como estímulo para a produção de respostas grupais. O GD, por sua vez, provém de tradição hispano-latino-americana e se orienta por uma perspectiva crítica e

hermenêutica, priorizando a interpretação e a emancipação do discurso coletivo. Destarte, enquanto o GF enfatiza a visibilidade do moderador e a coleta de produtos discursivos previamente orientados, o GD propõe a invisibilidade do preceptor e busca enaltecer os processos de sentido que emergem da interação, abrindo espaços de fala, em vez de induzi-los. Desse modo, se trata de um método que privilegia a construção crítica de significados sociais (Gutiérrez, 2011). Ainda segundo o autor, a metodologia do GD não se organiza a partir de um esquema rígido. Mais do que prescrever “como fazer”, se busca analisar as consequências do que ocorre durante a dinâmica. O método é marcado pela constante interpretação, caracterizada como artesanal, flexível e reflexiva. O moderador deve se colocar em segundo plano, permitindo que seja o próprio grupo a conduzir a emergência do discurso (Gutiérrez, 2011).

Canales e Peinado (2015), para efeito didático, organizam as etapas do grupo de discussão em três momentos principais: 1) a **preparação**, que se relaciona à definição dos objetivos da pesquisa, a seleção dos participantes e a elaboração do guia temático de orientará o diálogo; 2) a **realização**, na qual o grupo se reúne, conduzido por um moderador que estimula a interação a partir dos temas a serem abordados; 3) a **análise**, que corresponde à interpretação e tratamento do material produzido no GD, contemplando as falas e a interação entre os/as participantes.

Em relação à quantidade de participantes, Canales e Peinado (2015, p. 300) afirmam que não deve ultrapassar 10 pessoas, para assegurar o bom funcionamento do grupo de discussão. Extrapolar este número, segundo os autores, pode desencadear múltiplos canais de comunicação e a desintegração do grupo em grupos menores, o que torna inviável ao moderador. Em relação à duração: “O facilitador inicia o tempo do grupo apresentando o tópico que deseja discutir. O grupo expira (seu tempo expira) quando o facilitador decide que os tópicos que foram criados para discutir foram suficientemente abordados” (Canales; Peinado, 2015, p. 305, tradução nossa).

É importante destacar o lugar da interpretação no processo de análise dos resultados dos GD. Conforme argumentam Canales e Peinado (2015), o método não deve ser confundido com outros que descrevem ou contabilizam falas, como a análise de conteúdo. Desse modo, a análise não é um simples procedimento de codificação de conteúdos, mas um processo de interpretação que busca reconstruir o sentido social a partir da produção discursiva, o que justifica o cruzamento com a fase de interpretação, proposta pela hermenêutica de profundidade. Para os autores, a especificidade da técnica está no fato de situar-se no campo da análise do discurso, voltada a compreender a constituição de sentidos sociais a partir da interação grupal. Ao contrário de uma leitura estritamente categorial e descritiva, a proposta

metodológica busca interpretar as estruturas de sentido e evidenciar os processos ideológicos que atravessam a fala coletiva. Nesse sentido, entendemos que se trata de uma metodologia coerente com as perspectivas que assumimos nesta pesquisa, pois valoriza a construção de conhecimento e a reflexão de forma conjunta, desprendida de hierarquizações.

Se o discurso social estiver disperso dentro da própria sociedade, o grupo de discussão será equivalente a uma situação discursiva, em cujo processo esse discurso disperso é reorganizado para o grupo. Uma situação de grupo, portanto, equivale a uma situação discursiva. O grupo atua, portanto, como uma grade que estabelece e organiza, de acordo com critérios de relevância, o significado social correspondente ao campo semântico específico em que a proposta do prescritor está inscrita (Canales; Peinado, 2015, p. 290, tradução nossa).

No âmbito desta tese, realizamos um grupo de discussão com pesquisadores/as do campo do jornalismo cujas trajetórias e atuações dialogam com os pressupostos aqui assumidos: o jornalismo orientado para a paz e a perspectiva decolonial articulada à comunicação e ao jornalismo. Desse modo, o convite para a participação no grupo não ocorreu de forma aleatória, mas resultou do contato direto com pesquisadoras e pesquisadores cujas produções o próprio pesquisador já havia lido ou sobre os quais já tinha referências, partindo do entendimento de que se tratavam de sujeitos familiarizados com os conceitos.

Nesse sentido, convidamos três pesquisadores/as, encaminhando e-mail no qual apresentamos os objetivos da pesquisa e a metodologia prevista para a realização do grupo de discussão. Com vistas a viabilizar a participação, propusemos que o encontro ocorresse de forma remota, via Google Meet, sugerindo a data de 13 de janeiro de 2026, às 16h. Os/as convidados/as aceitaram o convite, de modo que o grupo de discussão foi realizado conforme a data proposta. Com a autorização dos/as participantes, a reunião foi gravada, de modo a facilitar a posterior transcrição do material⁵⁰. Após a realização do grupo de discussão, encaminhamos a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁵¹, no qual solicitamos a autorização para o uso, para fins de pesquisa, das informações produzidas ao longo da atividade. A seguir, são apresentados os currículos dos/as participantes, conforme informações extraídas de seus respectivos currículos e apresentadas na introdução do grupo de discussão.

⁵⁰ A transcrição completa do grupo de discussão realizado em 13 de janeiro de 2026 encontra-se em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1fH3uClvv9lly9Lx6uvxBifxlgMuUQEV>

⁵¹ Anexo 2

1) Professor Dr. José Cristián Góes: jornalista, doutor em comunicação e sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em comunicação social pela Federal de Sergipe, com experiência como professor e pesquisador na área da comunicação. Atua como editor-chefe e um dos principais articuladores da Mangue Jornalismo, que é um veículo independente focado em jornalismo crítico e direitos humanos. E tem vasta trajetória profissional em redações e na gestão de comunicação pública, além de atuação em ensino em organizações jornalísticas.

2) Professora Dr.^a Daniela Osvald Ramos: doutora e mestra em ciências da comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisas em comunicação digital, violência online e mediações tecnológicas. Integra o núcleo de estudos de violência e os grupos de pesquisa COM+ e semiótica da comunicação, com vasta experiência no ensino e orientação acadêmica. Professora de novas tecnologias da comunicação na sociedade contemporânea e de teorias da comunicação no curso de Educomunicação da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP.

3) Professora Dr.^a Verônica Maria Alves Lima: jornalista e doutora pelo programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense. Sua pesquisa enfoca jornalismo e narrativas jornalísticas sob o viés da decolonialidade, explorando conceitos como encruzilhada a partir de epistemes afrodiaspóricas e indígenas. É vinculada ao grupo de pesquisa Trama Comunicação e ao grupo Comunicação Decolonialidade da Associação Latino-Americana de Investigadores de Comunicação, ALAIC, além de ter experiência docente internacional e atuação em comunicação institucional e jornalística.

O encontro ocorreu da seguinte forma: inicialmente, o pesquisador/mediador agradeceu aos/às participantes pelo aceite e apresentou, de maneira breve, o currículo de cada um/a. Em seguida, durante aproximadamente 15 minutos, foram expostos os objetivos da pesquisa, bem como os resultados preliminares obtidos a partir das entrevistas com estudantes e egressos/as do curso de jornalismo, além das observações decorrentes da análise dos Projetos Político-Pedagógicos. Após essa exposição, demos início ao grupo de discussão, orientando o diálogo a partir de três questões centrais, organizadas em torno de três eixos temáticos: 1) Jornalismo para a Paz; 2) Jornalismo e decolonialidade; e 3) Jornalismo e Agenda 2030. O roteiro utilizado na condução do grupo de discussão encontra-se no Apêndice C.

4.4 Entrevistas em profundidade

De acordo com Jorge Duarte (2011), a aplicação de entrevistas possibilita identificar diversas percepções em torno de determinado fenômeno. Segundo o autor, a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses ou dar tratamento estatístico às informações, mas tem como objetivo averiguar como determinado fenômeno é percebido por um conjunto de entrevistados. Em suma:

Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Desse modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas (Duarte, 2011, p. 63).

O autor considera a entrevista em profundidade como um recurso eficaz, com base em teorias e pressupostos definidos pelo/a pesquisador/a, a obtenção de respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte. Assim, os dados não são somente coletados, mas resultam de um processo de interpretação e reconstrução realizado por quem pesquisa, em diálogo crítico com a realidade pesquisada (Duarte, 2011; Moura; Rocha, 2017). Martino, Lopes e Souza (2020, p. 68) definem a metodologia como “um momento privilegiado de encontro entre subjetividades, no qual a escuta se apresenta como peça fundamental, e do qual emergem sentidos além dos esperados em qualquer roteiro ou projeto”. Isso indica o potencial da aplicação da entrevista em profundidade como metodologia qualitativa, cujas argumentações dos/as entrevistados podem expandir as questões previamente estruturadas no roteiro.

A entrevista em profundidade é caracterizada pelo dinamismo e flexibilidade, podendo ser aplicada tanto para a interpretação de uma determinada realidade quanto para a descrição de processos dos quais o/a entrevistado/a participa ou participou (Duarte, 2011). Nesse sentido, para refletirmos sobre a formação em jornalismo, especialmente quanto aos aspectos que a aproximam das perspectivas do Jornalismo para a Paz e da decolonialidade, recorreremos a esse método com o objetivo de compreender as percepções de estudantes do quarto ano e de egressos do curso em relação às suas próprias experiências na graduação.

4.4.1 Elaboração do roteiro

Diante das diversas possibilidades de aplicação das entrevistas, optamos pelo modelo semiaberto, que “tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guias que dão cobertura

ao interesse de pesquisa” (Duarte, 2011, p. 66). Essa modalidade privilegia o diálogo com o/a entrevistado/a, partindo de questões centrais que orientam a investigação, mas que permite ajustes e aprofundamentos ao longo da conversa (Moura; Rocha, 2017). Nesse sentido, realizamos as entrevistas com egressos e graduandos de jornalismo a partir de um roteiro semiestruturado, cujas perguntas foram elaboradas considerando os conceitos teóricos, a questão-problema e os objetivos da pesquisa. A adoção desse formato possibilita ao pesquisador, sempre que necessário, ampliar a discussão acerca de determinado tema, de modo a explorar aspectos emergentes e complementares dentro de uma mesma questão (Duarte, 2011). Assim, por exemplo, ao perguntarmos se o(a) entrevistado(a) já ouviu falar sobre a perspectiva do Jornalismo para a Paz, é possível expandir o questionamento solicitando que a pessoa explique, com suas próprias palavras, o que compreende quando ouve esse conceito.

Em relação ao roteiro semiestruturado, Duarte (2011) afirma que as entrevistas semiabertas geralmente possuem entre quatro e sete questões, que são tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador realiza a primeira questão, buscando explorá-la ao máximo, até esgotá-la, para que, então, possa partir para a próxima pergunta. Desse modo, o método permite “criar uma estrutura para comparação de respostas e articulações dos resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes” (Duarte, 2011, p. 67). Os roteiros que serviram de base para a realização das entrevistas com estudantes e egressos se encontram respectivamente nos Apêndices A e B⁵².

4.4.2 Seleção dos/as participantes e condução das entrevistas

Para a seleção dos(as) entrevistados(as), entendemos que a forma mais eficaz de acessar os estudantes do quarto ano dos cursos de jornalismo, bem como os(as) egressos(as), seria por meio das coordenações de curso das universidades. Assim, o pesquisador reuniu contatos de coordenadores(as) de instituições das cinco regiões do país, obtidos por intermédio de sua rede de docentes conhecidos. Por meio de mensagens enviadas por e-mail e, quando possível, também por WhatsApp, apresentamos os objetivos da pesquisa e solicitamos a indicação de, pelo menos, cinco estudantes do quarto ano e cinco egressos(as) de jornalismo. A definição desse número de contatos teve como propósito considerar a possibilidade de eventuais desistências ou impossibilidades de participação.

⁵² As transcrições das entrevistas encontram-se disponíveis em:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1MLmLkSaiaU0t4feFeHwsVMvisFbClNo>

Algumas coordenações responderam com as indicações solicitadas e, em seguida, enviamos mensagens aos(as) estudantes e egressos(as), convidando-os(as) para participar da entrevista e detalhando os propósitos da pesquisa. Após o aceite, encaminhamos a cada entrevistado/a o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵³. Definimos os agendamentos conforme a disponibilidade dos/as entrevistados/as, considerando nossa informação de que a entrevista levaria em torno de 30 minutos, no máximo. Realizamos as entrevistas entre os meses de outubro e dezembro de 2025. Antes de iniciar a gravação, optamos por apresentar uma breve contextualização sobre a pesquisa e reforçar aos/as participantes que não havia respostas certas ou erradas, uma vez que o objetivo seria compreender percepções sobre a formação em jornalismo. Enfatizamos que poderiam discorrer livremente sobre cada uma das questões propostas. Também elaboramos um formulário, para coletar alguns dados dos participantes, como idade, identidade de gênero, orientação sexual, ocupação profissional, entre outros.

Foram realizadas entrevistas com 42 participantes, sendo 19 estudantes e 23 egressos(as). Consideramos essa quantidade suficiente para atender aos objetivos da pesquisa, especialmente em função da recorrência e da relativa homogeneidade dos discursos observadas a partir desse conjunto de entrevistas. Consideramos fundamental incluir representantes de universidades das cinco regiões do país, de modo que as perspectivas apresentadas fossem as mais diversas possível. Trata-se, portanto, de um recorte específico, sem a pretensão de generalizar os resultados ou de afirmar que as percepções dos(as) entrevistados(as) representam a visão unificada sobre a formação em jornalismo no Brasil, algo que demandaria uma investigação de maior escopo. Entendemos que a metodologia da entrevista em profundidade dialoga com a perspectiva decolonial, na medida em que valoriza as vozes situadas nas bases, a partir de suas subjetividades, e não apenas as vozes institucionalizadas.

Conduzimos as entrevistas remotamente, por meio do Google Meet, opção que consideramos mais eficaz para a finalidade deste estudo, sobretudo porque possibilita estreitar distâncias e, com isso, contemplar entrevistados(as) de diversas localidades. Optamos pela ferramenta pelo fato de a utilização ser intuitiva, sem custos e por não demandar a instalação de aplicativos, além do fato de ser possível gravar as videochamadas para a posterior transcrição. Para a condução das entrevistas, utilizamos nossa conta institucional da Unesp no Google. As transcrições foram feitas com o auxílio da plataforma TurboScribe⁵⁴, que possui pacotes gratuitos e pagos. No quadro 5 relacionamos todas as 42 sessões realizadas.

⁵³ Anexo 1

⁵⁴ <https://turboscribe.ai/pt/>

Quadro 5. Relação das entrevistas realizadas com estudantes do 4º ano de jornalismo

Identificação	Idade	IES	Data	Duração
E1	33	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	28/10/2025	17'50''
E2	24	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	28/10/2025	14'
E3	21	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	29/10/2025	10'52''
E4	23	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	30/10/2025	10'26''
E5	22	Universidade de São Paulo (USP)	31/10/2025	16'12''
E6	21	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	03/11/2025	10'33''
E7	22	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	04/11/2025	09'15''
E8	23	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	10/11/2025	12'59''
E9	22	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	10/11/2025	19'42''
E10		Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	11/11/2025	16'39''
E11	22	Universidade Federal de Goiás (UFG)	11/11/2025	20'35''
E12	24	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	11/11/2025	09'20''
E13	20	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	12/11/2025	11'33''
E14	22	Universidade Federal de Goiás (UFG)	12/11/2025	13'01''

E15	21	Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	17/11/2025	18'23''
E16	27	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	18/11/2025	12'22''
E17	23	Universidade Federal de Goiás (UFG)	19/11/2025	14'
E18	23	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	19/11/2025	11'43''
E19	21	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	25/11/2025	06'33''

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 6. Relação das entrevistas realizadas com egressos de jornalismo

Identificação	Idade	IES	Ano de conclusão	Data	Duração
EG1	27	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	2024	03/11/2025	22'21''
EG2	30	Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	2025	04/11/2025	12'10''
EG3	24	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	2023	05/11/2025	10'04''
EG4	32	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2015	10/11/2025	16'
EG5	23	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2025	17/11/2025	06'48''
EG6	24	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	2023	17/11/2025	09'29''
EG7		Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	2018	18/11/2025	11'39''

EG8	30	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	2017	18/11/2025	16'17''
EG9	27	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2023	19/11/2025	15'38''
EG10	26	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	2024	25/11/2025	10'19''
EG11	22	Universidade Federal da Paraíba (UEPB)	2025	26/11/2025	12'32''
EG12	27	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	2022	27/11/2025	16'09''
EG13	22	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2025	27/11/2025	15'33''
EG14	26	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	2022	27/11/2025	28'25''
EG15	28	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) ⁵⁵	2019	27/11/2025	10'18''
EG16	35	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	2021	28/11/2025	11'33''
EG17	26	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	2023	15/12/2025	17'29''
EG18	34	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	2019	15/12/2025	18'14''
EG19		Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)		15/12/2025	09'51''
EG20	27	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	2021	16/12/2025	10'03''
EG21	27	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	2024	16/12/2025	14'43''
EG22	22	Universidade Federal de Goiás (UFG)	2024	17/12/2025	12'26''

⁵⁵ Universidade privada. Embora todas as outras fontes sejam de instituições públicas, a consideramos pelo fato de ter sido indicada por uma das coordenações.

EG23		Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2012	01/12/2025	11'10''
------	--	--	------	------------	---------

Fonte: Elaborado pelo autor

Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas, organizamos as falas dos participantes em três eixos temáticos que abrangem as questões aplicadas: 1) Jornalismo para a Paz; 2) Decolonialidade e jornalismo; e 3) Jornalismo, Agenda 2030 e os desafios do presente e do futuro. Consideramos que essa estrutura permite contemplar de forma mais sistemática os argumentos apresentados pelos estudantes e egressos, favorecendo a compreensão das potencialidades e fragilidades das experiências vivenciadas durante suas formações acadêmicas. Além disso, essa organização possibilita o cruzamento das percepções dos/as entrevistados/as com os conceitos teóricos que fundamentam este estudo, sempre orientada pela busca de respostas à questão central da pesquisa: a formação acadêmica e profissional em Jornalismo nas instituições de ensino superior brasileiras tem contribuído para uma prática jornalística voltada para o enfrentamento de violência colonial? O capítulo 6 contempla a análise das entrevistas.

No próximo capítulo, desenvolvemos a análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de jornalismo de XX IES públicas brasileiras. Antes, resgatamos algumas reflexões quanto à constituição das diretrizes curriculares nacionais e a formação em jornalismo.

5. ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Uma pedagogia e um jornalismo emancipatórios podem ser instrumentos de semeadura de consciências críticas e militantes, indispensáveis para construir uma sociedade solidária, plural, democrática, inclusiva e livre de todas as formas de opressão. Consciências que neste momento não podem se acomodar diante da crise e da brutalidade que ameaça a todas e todos, e até a vida no planeta (Eduardo Meditsch, 2025).

Este capítulo apresenta a análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Jornalismo de 52 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A opção por universidades públicas (estaduais e federais) não se deu apenas como critério de recorte da pesquisa, mas especialmente pelo reconhecimento da pluralidade e diversidade que caracterizam essas instituições. As análises foram organizadas por regiões (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul), uma vez que entendemos que as especificidades regionais podem influenciar o modo como os cursos são estruturados e conduzidos.

Antes de adentrarmos nas análises, se faz necessário retomar alguns elementos centrais em torno da graduação em Jornalismo no Brasil, especialmente aqueles relacionados às dimensões humanísticas, éticas e de responsabilidade social, que dialogam com as perspectivas da decolonialidade e dos Estudos para a Paz. Faz-se pertinente resgatar alguns aspectos em torno da elaboração dos PPPs, que se dá em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), formuladas pelo Ministério da Educação (MEC).

5.1 Reflexões sobre as diretrizes curriculares e a formação em jornalismo no Brasil

Em seu estudo em torno das questões que envolvem cursos de graduação em jornalismo no contexto da sociedade da informação, Leonel Aguiar (2013) examina a formação específica na área no Brasil a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao MEC. Para tanto, adota como eixo a historicidade das disputas em torno da profissionalização da área, articulando os debates epistemológicos, políticos e institucionais que marcaram a constituição da identidade do jornalismo. O autor compreende que os valores e normas deontológicas da prática operam como dispositivo de produção de subjetividade àqueles que atuam nesse campo profissional. Desse modo, infere que “a formação de nível universitário específica em jornalismo para o exercício

da profissão pode ser estabelecida como um modo de inserção nos valores da comunidade profissional dos jornalistas” (Aguiar, 2013, p. 162).

Conforme Aguiar (2013), o jornalismo, ao longo do século XX, se consolidou como prática social essencial à democracia, sustentado em valores como serviço público e responsabilidade ética. Destarte, a defesa de diretrizes próprias para a graduação no campo não representa uma fragmentação da área da Comunicação, mas uma condição necessária para a qualificação da esfera pública, pois o jornalismo é um importante mediador para fomentar a percepção crítica da sociedade diante de suas demandas. O autor relaciona a formação acadêmica à economia política da comunicação, apontando-a como dispositivo estratégico de produção de subjetividades e de recursos humanos que visam responder às demandas sociais, políticas e culturais do país.

No cenário das práticas de democracia contemporânea, o jornalismo deve ser entendido, principalmente, como um lugar de produção de conhecimentos singulares sobre a dinâmica imediata da realidade social e um campo de mediação discursiva dos interesses, conflitos e opiniões que disputam o acesso à esfera pública nas sociedades democráticas. Para que tal cenário se consolide e continue avançando, a formação desses profissionais deve atentar para o envolvimento nas questões que permeiam as políticas públicas de comunicação (Aguiar, 2013, p. 172)

O autor salienta que o processo de elaboração de narrativas jornalísticas se constitui como um espaço público de disputas, em que instâncias sociais, políticas e econômicas lutam para produzir sentido sobre a realidade social. Essa formulação reforça o entendimento de que a formação acadêmica não deve ser reduzida à transmissão de competências técnicas, visto que constitui um processo político-pedagógico atravessado por relações de poder, no qual se disputam narrativas sobre a função exercida pelo jornalismo na sociedade. O autor considera necessária uma política pública de comunicação que viabilize a qualidade da formação acadêmica em jornalismo. “Os setores organizados da sociedade brasileira, representados na Comissão de Especialistas do MEC, avançaram ao recomendar uma formação profissional centrada na ética, na capacidade crítica e na competência técnica” (Aguiar, 2013, p. 172).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Jornalismo foram instituídas por meio da Resolução 01/CES/CNE de 27 de setembro de 2013⁵⁶, com metas organizadas em 18 artigos. As normas resultam dos debates propostos pela comissão

⁵⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192

de especialistas em jornalismo⁵⁷, nomeada pelo MEC, por meio da Portaria nº 203, de 12 de fevereiro de 2009⁵⁸. Após três audiências públicas realizadas no Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, compostas por agentes de comunicação e sociedade civil, foi elaborado um relatório com análise de conjuntura do mercado de jornalismo, que apontou a urgência de um processo formativo capaz de contemplar aspectos humanistas, críticos e reflexivos (Moraes, 2017). A dimensão social da formação é expressa no relatório, como demonstra o trecho a seguir, que pressupõe alinhamento entre a formação técnica e humanística:

O egresso do Curso de Jornalismo é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados. Dessa forma terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação (Brasil, 2009, p. 16-17).

Antes da Resolução nº1/2013, o curso de Jornalismo era acoplado à Comunicação Social, como uma habilitação. Todavia, como fora discutido pela comissão de especialistas (Brasil, 2009), o jornalismo é uma profissão reconhecida, regulamentada e integrante do Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho; ao contrário da Comunicação Social, que não é considerada profissão, mas uma área acadêmica e um campo que contempla diversas profissões. Por meio da resolução, o Brasil se aproxima da orientação da Unesco para o ensino de jornalismo, desvinculado dos cursos de Comunicação Social (Meditich, 2018). “[...] É inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde” (Brasil, 2009, p. 9).

Como argumenta Eduardo Meditsch (2018), enquanto o curso de jornalismo esteve acoplado à Comunicação Social, houve perdas significativas na formação universitária da profissão, especialmente pela diluição de disciplinas fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo em conteúdos mais gerais da Comunicação, que não contemplavam as especificidades da prática profissional jornalística. A mudança, afirma o autor, acentuou a ruptura entre teoria e prática, uma vez que os currículos mínimos, voltados

⁵⁷ Integraram a comissão os/as professores/as José Marques de Melo, Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lúcia Araújo, Sérgio Mattos, e Sônia Virgínia Moreira (Teixeira; Marinho, 2016).

⁵⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf.

inicialmente a outro perfil profissional, deixaram de fornecer fundamentos indispensáveis ao exercício do jornalismo, chegando até a se contrapor a eles.

Meditich (2018) explica que a superação desse quadro, contudo, não resultou apenas de influências internacionais, como as da Unesco, mas também de movimentos internos das áreas acadêmica e profissional. Desde o início do século XXI, era defendido o desmembramento das diretrizes comuns da Comunicação Social e a retomada de um curso específico como alternativa para solucionar tais problemas. Em consonância com esse posicionamento, o 9º Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, realizado em 2006, aprovou uma resolução recomendando ao MEC que o jornalismo fosse constituído como uma graduação independente, dada sua maturidade teórica e importância social. Meses depois, o 32º Congresso Nacional dos Jornalistas, em Ouro Preto (MG), reforçou essa demanda ao aprovar resolução no mesmo sentido (Meditich, 2018).

Ao resgatar alguns aspectos em torno da constituição do ensino superior em jornalismo, Moraes (2017) destaca que as primeiras experiências ocorreram na Europa, com registros na Universidade de Breslau, em 1806, e, posteriormente, nos Estados Unidos, no Washington College, em 1869. No Brasil, a criação regular de um curso só foi viabilizada no século XX, mais precisamente em 1947, em São Paulo, a partir do legado de Cásper Líbero. Inspirada em modelos europeus e norte-americanos, como mencionado anteriormente, a proposta brasileira refletiu tensões entre a vertente acadêmica e humanista de matriz europeia e a orientação pragmática estadunidense, até que ambas passaram a ser reconfiguradas na década de 1960 com a influência do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal) (Moraes, 2017).

Neste contexto, marcado pela Guerra Fria, Aguiar (2013, p. 164) afirma que a Unesco revelara preocupação com a formação e o treinamento profissional de jornalistas, pois compreendia que “o jornalismo, enquanto uma instância da esfera pública, tem a capacidade de agravar ou atenuar os conflitos sociais, partidários e internacionais”, argumento que se aproxima da orientação jornalística voltada para a paz. A contradição do jornalista como “agente de transformação social” ou “agente de equilíbrio dos conflitos e tensões sociais” segundo o autor, é considerada nas propostas curriculares para a área no Brasil. Na perspectiva do Jornalismo para a Paz, há centralidade nesse aspecto transformador da figura do jornalista que, para além da mediação, aponta caminhos para a ressignificação de narrativas de violência.

As justificativas apresentadas pela comissão de especialistas apontam para uma realidade caracterizada pela autonomia discursiva das organizações e dos cidadãos (Brasil, 2009). A comissão destaca tanto o domínio da técnica e da narração quanto o da lógica e das teorias de

argumentação. O compromisso social é ressaltado no sentido de que, cabe ao jornalismo a habilidade pedagógica na prestação de serviço público, de modo que os cidadãos sejam motivados a tomar decisões conscientes e responsáveis. “[...] Persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir” (Brasil, 2009, p. 7).

Diante do exposto em relação à formulação das DCNs do curso de jornalismo, fica evidente o compromisso ético e social que procura perpassar o âmbito da formação acadêmica na área, pois a prática jornalística não deve ser reduzida a um exercício meramente técnico ou à aplicação de valores morais genéricos. Como argumenta Karam (2004), o jornalismo deve estar ancorado em um *ethos* que reafirme a relevância pública da profissão. Conforme o autor, tanto a formação como a prática jornalística precisam estar alicerçadas em fundamentos epistemológicos e deontológicos que articulem dimensões éticas, técnicas e estéticas.

Para o autor, os princípios morais que orientam o jornalismo configuram um *dever-ser* de caráter deontológico, direcionado tanto para a realização profissional quanto para a resolução de problemas socialmente reconhecidos, como desastres, corrupção, dentre outros conflitos. Nessa direção, “a escolha técnica é também moral e vice-versa. Por isso, é na especificidade da temática ética que se dá a ponte para a universalidade das questões sociais” (Karam, 2004, p. 129). O autor compreende que a atividade jornalística se aproxima da própria ação política, na medida em que suas decisões cotidianas repercutem no espaço público e na dinâmica democrática.

Esses argumentos nos levam a compreender que a dimensão social da formação em jornalismo, assim como os princípios considerados nas DCNs, de certo modo, dialogam com a perspectiva decolonial, pois o argumento de que as escolhas técnicas no jornalismo são também escolhas morais permite problematizar como essas decisões estão historicamente atravessadas por estruturas de poder e por narrativas hegemônicas que naturalizam desigualdades. Se, como afirma Karam (2004), a prática requer fundamentos voltados ao interesse social, é premente ampliar essa compreensão para incluir a crítica às epistemologias dominantes que orientaram a constituição do campo, como abordamos anteriormente. Nesse ponto, defendemos que a perspectiva do Jornalismo para a Paz se apresenta como um caminho possível ao propor que a atividade jornalística não apenas informe sobre os conflitos, mas que possa agir em prol da construção de alternativas discursivas capazes de visibilizar vozes historicamente silenciadas, reduzir violências e favorecer o diálogo plural, de modo que, se agregada aos currículos das graduações, atenderia a diversos aspectos contemplados pelas DCNs. Outrossim, essa

compreensão da prática e da formação em jornalismo possibilita refletir sobre a dimensão global do campo e sua importância com o fortalecimento crítico e o engajamento social, o que subsidia nossas discussões em torno das contribuições à proposta do ODS 19, como veremos adiante.

Nas DCNs publicadas em 2013, que embasam os cursos de jornalismo das IES brasileiras, observamos ênfase nas dimensões éticas e sociais na formação acadêmica. O documento orienta que a graduação esteja focada não apenas no domínio técnico e teórico, mas, sobretudo, no exercício de sua função social, com responsabilidade cidadã, compromisso ético e consciência crítica. Logo no Art. 4º, determina que o curso deve “formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável”. Ou seja, a ética não aparece como um complemento, mas como eixo constitutivo da identidade profissional.

Em relação ao perfil do egresso, as DCNs apontam:

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da Comunicação Social (Brasil, 2013, p. 2).

Ao interpretar este fragmento das DCNs, Meditsch (2018) ressalta que a adoção das diretrizes para os cursos de jornalismo não deve ser interpretada como abandono da teoria ou da pesquisa científica, mas sim como sua valorização dentro de uma formação mais coerente e significativa para o exercício da profissão. Para o autor, a proposta não se confunde com tecnicismo, pois estabelece que os conteúdos teóricos ocupem, no mínimo, metade da carga horária das disciplinas, garantindo uma formação intelectual que seja ampla, generalista e humanista, mas também especializada. O jornalismo, enquanto forma de produção de conhecimento, possui especificidades próprias em relação à ciência e à arte, o que exige essa reorientação. Nesse sentido, afirma Meditsch (2018), ainda que o objetivo central da graduação não seja a formação acadêmica – função que no Brasil cabe à pós-graduação – o conhecimento científico é indispensável à prática profissional. O problema, afirma o autor, reside no fato de que, muitas vezes, os conteúdos acadêmicos oferecidos se afastam das demandas reais do

campo jornalístico, distorção associada à estrutura departamental das universidades e já apontada por especialistas como um entrave especialmente grave para áreas de caráter aplicado, como a Comunicação (Meditsch, 2018), uma estrutura de expressa herança colonialista.

O Art. 5º também destaca que o jornalista deve ter uma formação generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, que o capacite atuar como “agente da cidadania, capaz de responder à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas” (Brasil, 2013, p. 2). Isso evidencia que a formação deve estar articulada a um compromisso social, vinculando o jornalismo ao fortalecimento democrático e ao interesse público. Ademais, como evidenciado nas competências gerais, o profissional deve:

Compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2013, p. 3).

Conforme as especificações das DCNs, as IES devem organizar o currículo do curso de jornalismo contemplando, no projeto pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação: 1) fundamentação humanística; 2) fundamentação específica; 3) fundamentação contextual; 4) formação profissional; 5) aplicação processual; 6) prática laboratorial.

No eixo de fundamentação humanística (Art. 6º, I), as DCNs consolidam a exigência de uma formação que articule o jornalismo à compreensão da realidade brasileira, da diversidade cultural e das desigualdades sociais, o que contemplaria as perspectivas aqui assumidas – Decolonialidade e Jornalismo para a Paz – para além de uma formação tecnicista.

Capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a *cidadania*, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o *fortalecimento da democracia*, entre eles as relações internacionais, a *diversidade cultural*, os *direitos individuais e coletivos*; as políticas públicas, o *desenvolvimento sustentável*, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana (Brasil, 2013, p. 4-5, destaques do autor).

O documento normativo contribui para consolidar um entendimento do jornalismo não somente como campo profissional, mas como prática social transformadora, tensionador de

estruturas coloniais e promotor de alternativas éticas e emancipatórias. Quando aborda a valorização da democracia, o respeito aos direitos humanos, a valorização da cultura de paz e o compromisso com o desenvolvimento sustentável, as DCNs corroboram a função social da profissão, que deve (ou deveria) ser priorizada no âmbito da graduação. A Resolução orienta que as IES assumam essas diretrizes na formulação de seus Projetos Político-Pedagógicos de curso, o que significa incorporar esses princípios éticos e sociais às práticas pedagógicas, de modo a assegurar uma formação alicerçada no exercício responsável da profissão.

O eixo da fundamentação específica agrega conteúdos relacionados às particularidades da profissão, como os fundamentos históricos, éticos, epistemológicos, deontológicos, jurídicos, entre outros. O da fundamentação contextual amplia conhecimentos em torno das teorias da comunicação, informação e cibercultura, incluindo rotinas de produção e processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos. No eixo da formação profissional, são trabalhados os conteúdos que visam preparar os estudantes para a prática profissional, como processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística. O eixo da aplicação processual, por sua vez, se concentra na formação profissional em multimeios, para coberturas em diferentes plataformas e suportes como jornalismo impresso, digital, telejornalismo, assessorias de imprensa, entre outros. Por fim, o eixo da prática laboratorial aborda conteúdos práticos, que buscam desenvolver habilidades inerentes à profissão, com base em projetos como revista, jornal mural, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros (Brasil, 2013).

Como assevera Meditsch (2018), embora tenham enfrentado resistências e ainda sejam alvo de críticas, sobretudo oriundas da subárea de Teoria da Comunicação, as diretrizes curriculares para Cinema e Audiovisual, Jornalismo e Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Rádio, TV e Internet representam uma nova etapa no ensino de graduação da área no Brasil. Seu principal avanço está no reequilíbrio entre diferentes conteúdos já previstos nos currículos, de modo a ampliar o espaço destinado às ciências aplicadas, sem excluir a contribuição das ciências humanas. Segundo o autor,

Frutos de uma postura crítica em relação à maneira como vinha sendo desenvolvido, sua motivação inicial foi concorrer para a melhoria do ensino das profissões ligadas à área, e por esta via fortalecer a legitimidade social e acadêmica da Comunicação Social (Meditsch, 2018, p. 110).

Considerando os argumentos em torno das DCNs, nos concentramos, na sequência, na análise dos PPPs, a fim de identificar de que maneira as IES incorporam as dimensões éticas e sociais preconizadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Com base no objetivo geral da

pesquisa, buscamos compreender aspectos da formação acadêmica e profissional em jornalismo e verificar em que medida as perspectivas da decolonialidade e do Jornalismo para a Paz são incorporadas, ainda que indiretamente, aos processos formativos. A intenção é verificar se há ou não evidência de contribuições para uma educação mais humanista, crítica e comprometida tanto com a ressignificação de narrativas de violência de matriz colonial quanto com as múltiplas demandas sociais e ambientais.

As análises estão organizadas por região do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), o que possibilita também pensar sobre como as especificidades regionais influenciam a configuração e a condução dos cursos de Jornalismo.

5.2 Análises dos PPPs

Neste tópico, apresentamos as análises dos PPPs. É importante salientar que se tratam de documentos que reproduzem o discurso organizacional das IES, como extensão das narrativas institucionais que orientam sua identidade e forma de atuação. A elaboração desses projetos é embasada nas DCNs para os cursos de jornalismo, que servem como parâmetro obrigatório para a estruturação da graduação nesta área no Brasil. Dessa forma, além de refletirem os princípios, valores e estratégias institucionais, os documentos frequentemente reiteram o que já está normatizado pelas DCNs, podendo resultar em certa homogeneidade nos argumentos dos cursos e limitar a incorporação de propostas inovadoras ou perspectivas críticas. Todavia, a partir dessas diretrizes, as instituições possuem margem para estruturar seus cursos e selecionar quais elementos prevalecem ou não nas graduações em jornalismo.

As análises foram organizadas por região do país, pois partimos do pressuposto de que os contextos locais exercem influência sobre os direcionamentos assumidos pelos cursos, ainda que haja significativa diversidade dentro de um mesmo Estado. Apresentamos a frequência com que os códigos aparecem nos documentos de cada região e, tendo em vista o volume expressivo de material examinado, optamos por incluir exemplos e excertos de alguns dos PPPs analisados, para ilustrar e sustentar os argumentos desenvolvidos. Reforçamos que as análises apresentadas correspondem a um recorte específico sobre a graduação em jornalismo no Brasil, tomando como base a realidade de algumas universidades públicas, de modo que não se pretende generalizar os resultados ou afirmar que representam o panorama nacional do curso, que também inclui instituições privadas e cursos da modalidade a distância. Na sequência, reproduzimos o quadro 7 com as categorias consideradas para a leitura e análise dos PPPs, todas baseadas no referencial teórico, conforme apresentado no procedimento metodológico.

Em cada região, inserimos um gráfico com a incidência das categorias identificadas na leitura dos PPPs, contabilizadas por meio do software *Atlas.TI*. As categorias foram posteriormente organizadas em tabelas no Excel, a partir das quais os gráficos foram gerados. Os quadros que relacionam os componentes curriculares em diálogo com as perspectivas assumidas nesta tese foram elaborados a partir da leitura das ementas presentes em cada um dos 52 documentos.

Quadro 7. Categorias para a leitura dos Projetos Político-Pedagógicos

Categoria(código)	Descrição/Justificativa
Agenda 2030	Identificar se os PPPs promovem debates e abordagens disciplinares que, direta ou indiretamente, versem sobre elementos condizentes com a agenda global de desenvolvimento, haja vista nosso objetivo de contribuir com a formatação da proposta do ODS 19.
Antirracismo	Identificar se os PPPs trazem em seu escopo reflexões e componentes curriculares que promovam o enfrentamento ao racismo.
Combate à desinformação	Identificar se o projeto de curso aborda o compromisso do curso de jornalismo para com o enfrentamento à desinformação, que deve ser um dos pilares do jornalismo profissional.
Comunicação decolonial	Identificar se os PPPs trazem, em sua justificativa ou disciplinas, abordagens que venham ao encontro das teorias que articulem o campo da comunicação e a perspectiva decolonial, especialmente no que se refere ao desprendimento de teorias advindas de lógicas hegemônicas.
Comunicação e violência	Identificar se os PPPs estabelecem discussões em torno da relação entre

	comunicação, jornalismo e enfrentamento às estruturas e narrativas de violência.
- Crise climática - Meio ambiente	Identificar se os projetos de curso abordam a função do jornalismo diante da urgência climática.
Cultura de paz	Identificar se os PPPs estabelecem como compromisso da prática jornalística a transição da cultura de violência para a cultura de paz, sobretudo quanto ao enfrentamento às violências de ordem estrutural e cultural (Galtung, 1969).
Decolonialidade	Identificar se os PPPs discorrem, direta ou indiretamente, sobre teorias decoloniais.
Democracia	Há, nos PPPs, abordagens em torno da intrínseca relação entre o jornalismo e a defesa da democracia?
- Desenvolvimento sustentável - Sustentabilidade ⁵⁹	Ainda na perspectiva da Agenda 2030, identificar se os PPPs estabelecem relações entre o jornalismo e a temática do desenvolvimento sustentável e seus pilares (ambiental, social e econômico).
- Direito à informação - Interesse público	O curso aborda a indissociabilidade entre o jornalismo e o direito humano à informação? Aborda a formação jornalística em torno das informações de interesse público?
Direitos humanos	O PPP contempla discussões em torno do compromisso do jornalismo quanto à garantia e preservação dos direitos humanos?
- Diversidade - Pluralidade	Identificar se o PPP contempla a diversidade e pluralidade étnica, cultural e de gênero.

⁵⁹ Embora apresentem proximidade semântica, optamos por distinguir os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável” na categorização, a fim de verificar de que maneira cada um deles pode aparecer nos documentos analisados.

Ética	Identificar se e como o PPP aborda a questão da ética jornalística.
Formação crítica	Identificar em que ponto o PPP do curso privilegia a formação crítica dos graduandos, por meio do estímulo à autonomia e a reflexão diante das demandas sociais.
Jornalismo de soluções	O projeto de curso aborda o jornalismo como possibilidade de soluções diante de problemas sociais, políticos e econômicos?
Jornalismo para a paz	Há, nos PPPs, discussões e/ou conteúdos que se aproximem da perspectiva do JP?
Justiça social	Identificar se e como os cursos se empenham em garantir uma formação compromissada com a justiça social.
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	Identificar se existem, direta ou indiretamente, debates condizentes com os ODS.
Regionalismo	Identificar se e como os PPPs privilegiam aspectos regionais na formação.

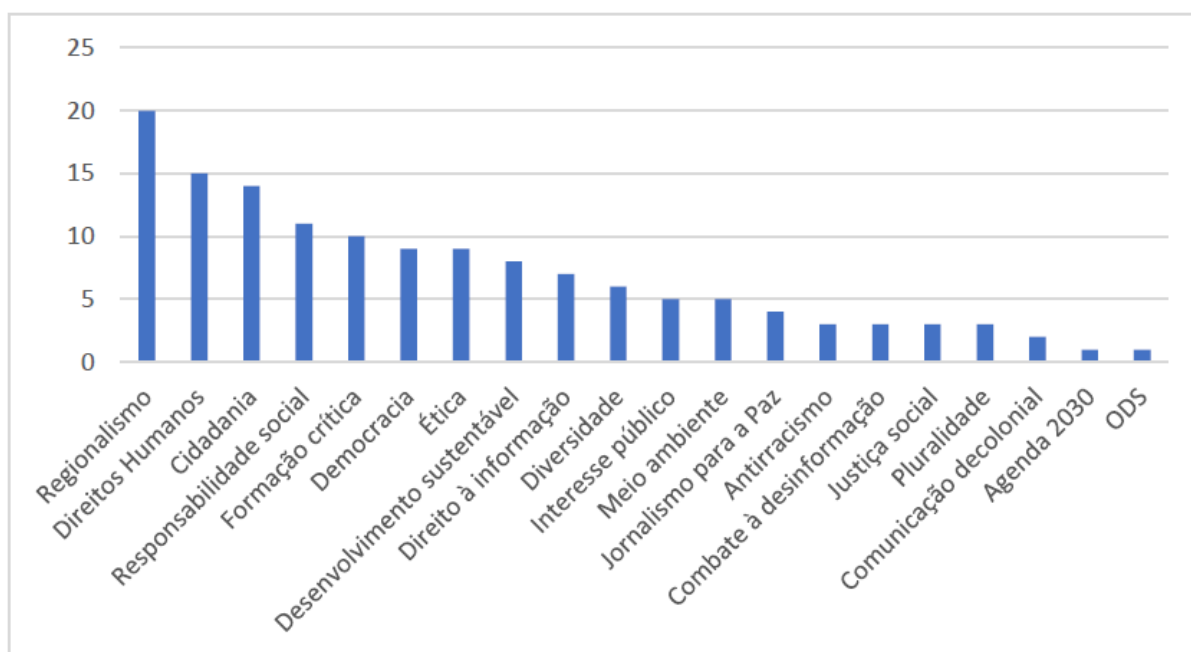
Fonte: elaborado pelo autor

5.2.1 Região Norte

Na região Norte, identificamos 8 IES públicas com curso de jornalismo, conforme as especificações inseridas na plataforma e-MEC. Na leitura dos documentos, observamos que o código Regionalismo é o que possui maior incidência nas universidades desta região, com 20 menções; isso denota interesse das instituições em estabelecer pontes entre o conteúdo estudado e as demandas locais. No gráfico 1, relacionamos as categorias observadas nos projetos das universidades do Norte. Vale destacar que a menção à cultura de paz, nos PPPs analisados, em geral se limita à reprodução do artigo 5º das DCNs, que trata das competências gerais dos/as profissionais. Não há uma discussão detalhada sobre como esse conceito é efetivamente incorporado ao curso. Para as análises, foram considerados somente os casos em que o conceito aparece de forma ampliada e aplicado concretamente em disciplinas, projetos ou outras atividades acadêmicas. No que se refere à falta de menções à Agenda 2030 e aos ODS, tanto

nos PPPs dos cursos da região Norte quanto nos das demais regiões, trata-se de um resultado já esperado, tendo em vista o caráter relativamente recente do tema, sobretudo quando se considera que a formulação das DCNs do curso de jornalismo é anterior à consolidação do debate em torno da Agenda.

Gráfico 1. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Norte



Fonte: elaborado pelo autor

Como exemplificação de como a categoria Regionalismo aparece nos documentos, o projeto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) frisa que “O Bacharel em Jornalismo deve estar habilitado a entender e interpretar os fatos e processos econômicos, políticos, sociais e culturais à luz da realidade amazônica, podendo atuar de forma crítica em favor dos interesses regionais em todos os âmbitos” (Unifesspa, 2019, p. 16). A questão do Regionalismo também se faz presente no PPP da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), ao destacar a relação entre o curso e algumas estratégias de fomento ao desenvolvimento sustentável e ao cooperativismo, de modo a propor contínuos debates em torno de estratégias que possam ser planejadas pelo colegiado do curso, docentes e discentes. Nesse sentido, o documento incentiva a elaboração de iniciativas que integrem a comunidade acadêmica e as comunidades locais:

Serão analisados e incentivados projetos de participação em cooperativas, projetos comunitários locais, da microrregião e macrorregião do Estado do Amazonas, notadamente aqueles cuja abordagem apresente temáticas de relevância para as questões amazônicas quanto à utilização de recursos

naturais pelas populações tradicionais, formas de manejo, práticas produtivas e modo de vida, orientados por configurações socioculturais do cotidiano dessas sociedades (Ufam, 2022, p. 131).

Os debates em torno da Amazônia estão presentes na maior parte dos PPPs de Jornalismo das IES da região Norte, que tendem a incorporar discussões sobre o bioma em disciplinas específicas ou em atividades de extensão. Essa era uma inferência já prevista ao iniciarmos a análise dos projetos dessa região, uma vez que entendemos ser inconcebível dissociar a formação acadêmica em jornalismo da defesa e proteção da Amazônia, especialmente diante do compromisso social que orienta a atuação do profissional da área. Considerando que a influência do contexto local é marcadamente presente nas abordagens dos cursos na região, de modo que os conhecimentos sobre a história e as demandas da Amazônia se tornam fundamentais para que os futuros profissionais estabeleçam vínculos consistentes entre a prática jornalística e as necessidades locais. No quadro 8, relacionamos a presença de disciplinas com foco no tema Amazônia observadas nos PPPs das universidades analisadas.

Quadro 8. Disciplinas com foco na Amazônia nas IES da região Norte

IES	Disciplina	Obrigatória/Optativa	Semestre/período
Universidade Federal do Acre (UFAC)	Formação Social da Amazônia	Obrigatória	7º período
Universidade Federal do Acre (UFAC)	Jornalismo e Ambiente na Amazônia	Optativa	N/C
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Formação Social da Amazônia	Obrigatória	4º período
Universidade Federal do Amazonas (Ufam)	Jornalismo e questões amazônicas	Obrigatória	5º período
Universidade Federal do Amapá (Unifap)	Formação Sociocultural da Amazônia	Obrigatória	7º semestre
Universidade Federal de Rondônia (Unir)	Realidades Regionais em Comunicação na Amazônia	Obrigatória	4º semestre
Universidade Federal do	Cultura e Meio Ambiente na	Obrigatória	7º período

Tocantins (UFT)	Amazônia Legal		
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	História da Amazônia	Obrigatória	3º semestre

Fonte: elaborado pelo autor

O documento da Ufam traz que um dos objetivos específicos do curso é “propiciar uma formação que transcenda as especialidades da profissão de jornalista e permita uma visão acurada da Amazônia e dos seus problemas específicos” (Ufam, 2022, p. 46). Atendendo a este argumento, o 4º período do curso da Ufam conta com a disciplina Formação Social da Amazônia, de caráter obrigatório, cuja ementa contempla o processo de ocupação da região e suas implicações na constituição social e cultural da sociedade amazônica.

O programa da disciplina enfatiza os impactos da colonização sobre a organização socioeconômica local e evidencia a preocupação institucional em fornecer aos estudantes de jornalismo ferramentas para compreender as demandas regionais a partir de uma perspectiva histórica. Inferimos que, ao valorizar a especificidade do território amazônico, a proposta contribui para tensionar narrativas hegemônicas e estimular a formação de profissionais mais atentos às contradições sociais, políticas e ambientais que caracterizam o território. Observamos que a inclusão dessas temáticas no currículo de graduação favorece o desenvolvimento de um olhar crítico e socialmente responsável por parte dos futuros jornalistas, sobretudo no que diz respeito à elaboração de narrativas sobre a Amazônia. Ao se reconhecerem como parte integrante do território, esses profissionais tendem a produzir relatos com maior densidade analítica e sensibilidade social.

No caso específico desta disciplina, a bibliografia básica indicada na ementa reúne três obras de autores homens: Djalma Batista, Samuel Benchimol e Márcio Souza. Embora abordem a história e a formação social e cultural da Amazônia, e apesar de serem autores de origem amazônica, nenhum deles é indígena. Em relação à bibliografia complementar, aparecem os seguintes autores/as: Antonio Carlos Sant’Ana Diegues (sociólogo), Neide Gondin, Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues e Marilene Corrêa da Silva. Tratam-se de importantes estudiosos sobre questões relacionadas à Amazônia, todos/as brasileiros/as, o que demonstra a valorizações de saberes locais em uma disciplina que valoriza o aspecto local.

Essa constatação evidencia a fragilidade na inserção e valorização de outros saberes na formação acadêmica, especialmente em um território marcado pela forte presença e contribuição dos povos indígenas. A mesma característica se repete na lista de referências

complementares. Essa constatação não tem como propósito desmerecer a produção de autores locais, mas ressaltar que, especialmente em uma disciplina voltada à Amazônia, seria fundamental incluir referenciais de autores e autoras indígenas, para valorizar a pluralidade de saberes e promover o diálogo com epistemologias não dominantes, como aponta a perspectiva decolonial.

Quanto à disciplina Jornalismo e questões amazônicas, obrigatório para o 5º período de curso da Ufam, a ementa ressalta o objetivo de preparar os futuros profissionais para atuação crítica diante das questões contemporâneas relacionadas às sociedades estabelecidas na região, com foco no meio ambiente e na busca pelo desenvolvimento econômico e social. A crítica, de acordo com a descrição, é relacionada ao modo como esses temas são abordados ou não pelo jornalismo praticado sobre a Amazônia. Tratada nesse sentido, compreendemos que a disciplina tangencia os fundamentos do Jornalismo para a Paz, que tem como um de seus objetivos a amplificação das vozes silenciadas pelas estruturas de violência. Há também aderência à decolonialidade, observada em um dos objetivos específicos: “Discutir como os conhecimentos científicos e saberes tradicionais podem viabilizar uma cobertura jornalística que ajude nas tomadas de decisões esclarecidas sobre o desenvolvimento da região” (Ufam, 2022, p. 85).

A menção à valorização dos saberes tradicionais, quando contemplada pela prática jornalística, aponta para possibilidades de transformação na maneira como as narrativas são tradicionalmente conduzidas nos sistemas hegemônicos. Observamos, contudo, que as bibliografias básica e complementar da disciplina também carecem de representatividade de autores e autoras indígenas, o que evidencia a permanência de um distanciamento em relação aos saberes não institucionalizados, mesmo diante dos debates que ressaltam a importância de se reconhecer e integrar outras epistemologias ao currículo.

No tocante à presença recorrente da categoria Regionalismo nos PPPs da região Norte, entendemos que acentua a tentativa das universidades de articular a graduação em jornalismo e as especificidades locais. Especialmente no que tange à universidade pública, é necessário demarcar as devolutivas que as instituições garantirão à sociedade, seja por meio de práticas extensionistas ou relacionadas à formação de profissionais que atenderão às necessidades da região. Contudo, é necessário refletir se a ênfase no aspecto regionalista aparece mais como enunciado formal do que como prática pedagógica efetivamente enraizada nos currículos e metodologias. A presença de debates regionais observada nos componentes curriculares, obrigatórios e optativos, bem como nas práticas de extensão, evidencia a preocupação das IES em articular suas práticas pedagógicas às demandas locais e aos contextos socioterritoriais amazônicos. Essa articulação possibilita problematizar as estruturas históricas e coloniais de

violência que atravessam o território, contribuindo para a formação de jornalistas capazes de compreender e narrar tais realidades a partir de um olhar crítico, situado e comprometido com a pluralidade de saberes.

A categoria Direitos Humanos aparece como a segunda com maior incidência, com 15 registros entre os PPPs analisados na região Norte. A matriz curricular da Ufam apresenta a disciplina Mídia e Direitos Humanos, o que envolve, inclusive, a relação entre a mídia e as questões étnico-raciais, o que indica a preocupação de se discutir a diversidade. A Unir (Universidade Federal de Rondônia) documenta em seu PPP a motivação do curso em oferecer conteúdos relacionados aos Direitos Humanos, debatidos em disciplinas como Sociedade e Cultura em Comunicação, Ética e Legislação em Jornalismo, Realidades Regionais em Comunicação na Amazônia, Comunicação e Diferenças, Políticas da Comunicação e Comunicação Comunitária. De acordo com o PPP, a ementa dessas disciplinas “abordam temáticas voltadas aos direitos humanos, ao combate às formas de discriminação e a visibilidade de temas, pautas e representações que contribuam para a crítica e a transformação da sociedade para uma perspectiva equânime” (Unir, 2023, p. 48).

Entendemos que esses debates são fundamentais para fomentar uma visão crítica dos futuros jornalistas em torno de importantes demandas sociais observadas na contemporaneidade, acentuando que a graduação na área deve extrapolar as dimensões técnicas. Vale ressaltar, porém, que determinados componentes curriculares, que trazem debates sobre pautas de diversidade, relações étnico-raciais ou questões ambientais, por exemplo, muitas vezes surgem para atender a determinações legais. As IES afirmam se embasar em requisitos legais, determinados pelo MEC, tais como: a resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004⁶⁰, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena; o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002⁶¹, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; a resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012⁶², que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

No tocante à questão ambiental, a Unir apresenta Jornalismo ambiental como disciplina obrigatória no 6º semestre de curso. A ementa acentua o foco na relevância da temática diante das transformações socioambientais que impactam a vida no planeta, de modo

⁶⁰ Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

⁶¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm

⁶² Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192

que “as proposições práticas se dão em torno do reconhecimento do jornalismo ambiental como prática imprescindível para informar a sociedade, independente do meio de comunicação que abordará o tema, envolvendo contextos históricos” (Unir, 2023, p. 115). Não existe, porém, menção específica à Agenda 2030 e aos ODS, embora a abordagem dialogue com as diretrizes da agenda global; em nosso entendimento, ainda que não estejam formalizadas na ementa da disciplina, as discussões em torno da agenda podem ser estimuladas em sala de aula, dada a forte relação com a temática.

Também observamos ênfase no tema dos Direitos Humanos no PPP da Universidade Federal de Roraima (UFRR), tangenciado pelas demandas locais, tendo em vista se tratar do Estado com o menor Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, realidade expressa pela própria instituição na justificativa do projeto de curso. Segundo o PPP, o Estado é palco de conflitos entre políticos, garimpeiros e povos originários, além das invasões em áreas demarcadas, se tratando de um cenário que não pode ser negligenciado pelo curso. Existe o entendimento de que a formação jornalística é considerada um meio de enfrentamento a tal realidade marcada por violências. Segundo a UFRR (2024, p. 30), “O Curso de Jornalismo considera a profissão como um meio de promoção dos Direitos Humanos, principalmente em relação às populações vulneráveis, como indígenas, imigrantes, ribeirinhos e pessoas com menor poder aquisitivo”.

Entendemos que reconhecer o jornalista como agente social capaz de intervir em contextos de violência, sobretudo estrutural, é uma das características do Jornalismo para a Paz, como debatemos amplamente em capítulos anteriores. Ao propor a formação engajada na defesa das populações vulneráveis, como indígenas, imigrantes, ribeirinhos e grupos em situação de pobreza, o curso da UFRR, pelo menos em seu discurso institucional, busca romper com a lógica tradicional de uma cobertura centrada apenas no conflito, apresentando possibilidades de um jornalismo comprometido com a dignidade humana.

Ainda em relação à UFRR, no 4º semestre do curso há um componente curricular obrigatório que aborda a temática da sustentabilidade. A disciplina Jornalismo e Sustentabilidade contempla, nesse sentido, discussões vinculadas à Agenda 2030; conforme a ementa, trata da relação entre o jornalismo e as agendas globais, bem como do papel da prática jornalística diante de temas como pobreza, desenvolvimento, mudanças climáticas, recursos hídricos, energia, biodiversidade, consumismo e gestão de resíduos. Assim, ainda que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não sejam mencionados de forma explícita, as problemáticas apresentadas dialogam diretamente com seus eixos centrais. Uma disciplina que, mesmo que indiretamente, faz referência às agendas globais e a relação com o jornalismo, representa uma constatação significativa ao indicar a tentativa de integrar a formação acadêmica

e profissional aos debates contemporâneos, o que aproxima a graduação em jornalismo das demandas globais.

A aproximação com a categoria decolonialidade é observada no PPP da Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), que coloca como um dos objetivos do curso de jornalismo:

Conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística (Unifesspa, 2019, p. 17).

O exemplo da Unifesspa, ao destacar a necessidade de atuação crítica à luz da realidade amazônica, revela um compromisso simbólico com a valorização da região. Mas, permanece a questão sobre como esse compromisso se materializa diante de um cenário marcado por tensões históricas: a reprodução de epistemologias eurocêntricas, a pressão por padrões de jornalismo hegemônico e o desafio de integrar saberes locais e comunitários. Consideramos que a valorização do regionalismo pode ser lida tanto como movimento de resistência às narrativas centrais quanto como risco de se tornar um argumento pouco transformador, caso não dialogue, de forma prática, com perspectivas decoloniais que questionem os modos dominantes de produção e legitimação do conhecimento.

O conceito de Jornalismo para a Paz não aparece mencionado em nenhum dos PPPs da região. Entretanto, existem alguns argumentos que se aproximam dos vieses da perspectiva de Galtung, sobretudo quando acentuam a relação entre a formação jornalística, o enfrentamento de violências e a promoção da justiça social. Como exemplo, o perfil do curso da Universidade Federal do Amapá (Unifap) destaca que o curso valoriza o protagonismo dos jornalistas diante das transformações de realidade, como mostra o trecho a seguir:

Institucionalmente, o curso tem como princípio estruturador a formação de jornalistas aptos a atuarem como protagonistas nos processos de transformação e mudança da realidade em que estão inseridos, com respeito e compromisso com a democratização das práticas, espaços, instituições e relações, na perspectiva de que a atuação coletiva e comprometimento ético com a pluralidade de ideias e conhecimentos orientem sua inserção e atuação na sociedade (Unifap, 2015, p. 12).

Ao enfatizar a formação de jornalistas comprometidos com a transformação social, o respeito à pluralidade e a democratização das práticas comunicacionais, a diretriz institucional do curso da Unifap sustenta que o jornalismo deve ir além da mera descrição dos conflitos.

Nesse sentido, propõe compreendê-los em sua complexidade e contribuir para a construção de soluções orientadas pela justiça social, pelo diálogo e pela cooperação. Trata-se de um posicionamento coerente com a necessidade e a urgência de refletir sobre as possibilidades de superação de conflitos na sociedade latino-americana. Todavia, a matriz curricular do curso, apresentada em seu projeto político, não contempla disciplinas que efetivamente abordem ou estabeleçam diálogos com a perspectiva do Jornalismo para a Paz.

Argumento semelhante é apresentado na fundamentação do curso da Unifesspa, embora não haja disciplinas obrigatórias que atendam a tal argumento:

É necessário que a atitude do jornalista seja de protagonista de processos de comunicação que produzam relacionamentos e trocas, sempre com uma atitude crítica, frente à realidade socioeconômica, política e cultural. A comunicação social deve ser um instrumento que contribua na libertação dos menos favorecidos socialmente (Unifesspa, 2019, p. 14).

Apesar de identificarmos, ainda de forma isolada, alguns avanços nos PPPs da região Norte que se aproximam das perspectivas jornalísticas defendidas nesta tese, é possível notar que a centralidade na formação técnica ainda limita a consolidação de uma formação comprometida com dimensões mais humanizadas. Isso revela a persistência de uma lógica instrumental, que tende a restringir o papel social do jornalismo e a enfraquecer iniciativas voltadas à construção de narrativas capazes de tensionar a colonialidade e promover práticas jornalísticas orientadas pela paz e pela justiça social. Todavia, entendemos que a valorização dos aspectos regionais na formação é um diferencial, pois estreita as dinâmicas do curso às especificidades e demandas socioculturais, políticas e ambientais relacionadas ao contexto em que o curso está inserido. Destacam-se, nesse sentido, a obrigatoriedade, presente em vários PPPs da região, de disciplinas que relacionem jornalismo e a compreensão em torno da Amazônia e questões ambientais.

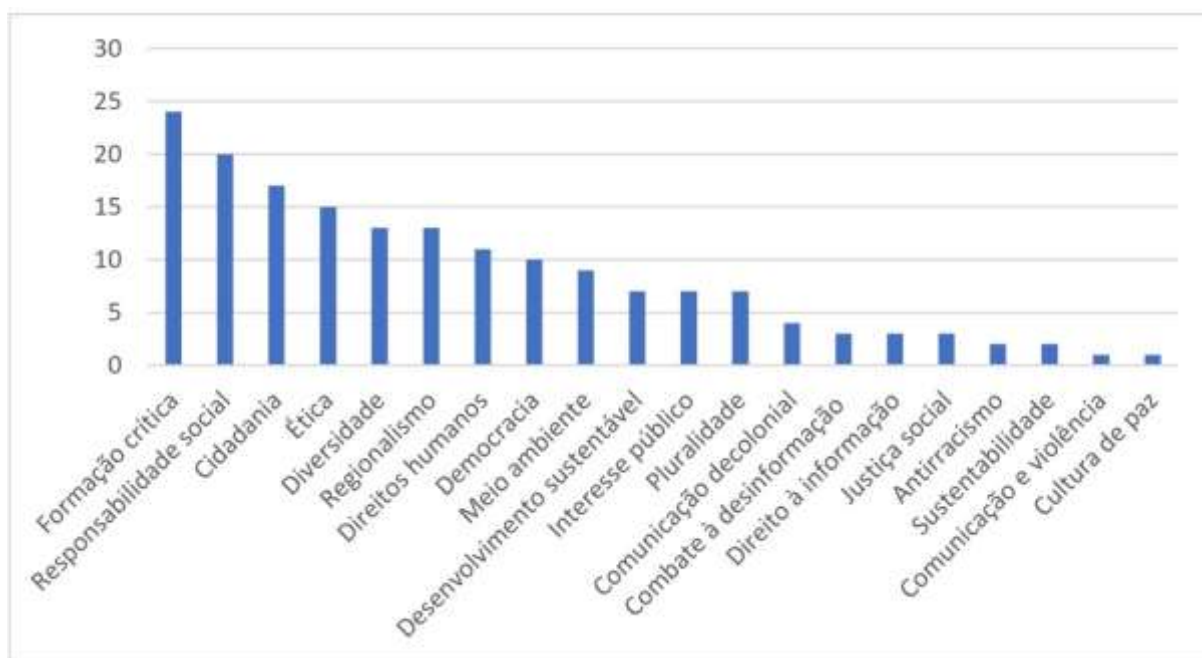
De modo geral, os documentos analisados abordam o tema do desenvolvimento sustentável como um conceito geral no contexto da formação humanística e das competências de egressos, embora sem mencionar diretamente a Agenda 2030. Entre as universidades analisadas, somente a Universidade Federal do Tocantins (UFT) faz referência direta à Agenda 2030 e aos ODS. O tema é abordado nas ações curriculares de extensão, por meio da produção de conteúdo jornalístico referente à implementação da Agenda de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Legal. O documento detalha que essas atividades de extensão devem ter ênfase ODS específicos, como: erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero (ODS 2), igualdade de

gênero (ODS 5), ação contra a mudança global do clima e queimadas (ODS 13) e combate à desertificação, degradação e perda da biodiversidade do bioma do Cerrado (ODS 15).

5.2.2 Região Nordeste

O Nordeste concentra o maior número de IES públicas com curso de Jornalismo, com 17 universidades identificadas a partir das especificações inseridas no mecanismo de busca da plataforma e-MEC. Identificamos maior ênfase na categoria Formação crítica, com 24 registros nos PPPs, seguida por Responsabilidade social, com 20 ocorrências. Cidadania aparece como a terceira categoria mais recorrente, com 17 registros, seguido de Ética, com 15. Já Comunicação e violência e Cultura de Paz aparecem de forma bastante pontual, com apenas um registro cada, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Nordeste



Fonte: elaborado pelo autor

Consideramos como Formação crítica os argumentos presentes nos PPPs que privilegiam a autonomia dos estudantes e a possibilidade de tensionamento dos aspectos pragmáticos inerentes à própria graduação, por meio de abordagens que entrelacem formação técnica e humanística. Argumento presente no projeto da Universidade Federal da Bahia (UFBA) reforça o compromisso do profissional da área e reitera que não cabe ao jornalista a

função de apenas mediar e produzir informações, de modo que deve atuar também “como cidadão ativo e crítico nas questões públicas de seu país e, principalmente, de sua região” (UFBA, 2021, p. 24). Ainda em relação à ênfase na formação crítica assumida no projeto do curso de jornalismo da UFBA, consta também que a avaliação de ensino e aprendizagem dos discentes considera os seguintes aspectos: habilidades de compreensão e articulação de conceitos e teorias relacionadas ao campo; formação ético-política enquanto cidadão e futuro jornalista; compreensão de seu papel relevante na contemporaneidade; bem como em suas competências de experimentação e domínio das linguagens jornalísticas. O PPP da instituição indica dosagem entre teoria e prática, levando a entender que existem abordagens tecnicistas, mas também humanísticas.

Neste sentido, as disciplinas que se destacam por focar na formação crítica e por abordar diretamente questões de responsabilidade social estão concentradas principalmente no Eixo de Formação Humanística e Contextual e nos conteúdos transversais obrigatórios e optativos. Temas referentes às relações étnico-raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos são abordados em diversos componentes curriculares de caráter obrigatório. Um exemplo é a disciplina História do Jornalismo, vinculada ao 1º semestre do curso, cuja ementa inclui perspectivas étnico-raciais, sociais e de gênero na construção da história da imprensa. Trazer essas perspectivas para debate é um importante caminho para ir além das narrativas institucionalizadas referentes à história da imprensa. A ementa da disciplina Jornalismo especializado também integra debates relacionados às perspectivas étnico-raciais, sociais, de inclusão, de diversidade e de gênero, além de frisar o jornalismo ambiental.

Quanto à Formação crítica, o projeto de curso da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de 2025, ressalta o viés pragmático da graduação na área, com o domínio de suportes técnicos por parte dos profissionais. No entanto, “é com a reflexão crítica que a aluna e o aluno de jornalismo serão capazes de resolver os dilemas éticos, políticos e estratégicos presentes na escolha dos momentos e dos lugares de uso” (UFMA, 2025, p. 22). O argumento converge com o que discutimos anteriormente sobre a necessidade de superar a centralidade técnica na formação jornalística, não no sentido de ignorá-la, mas de integrá-la a uma perspectiva pautada pela responsabilidade social. A fundamentação do curso reforça essa dimensão:

O Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFMA reconhece a aluna e o aluno como seres éticos que refletem de forma contínua sobre o uso e construções de novos processos de racionalidade para tomada de decisões a respeito de regras e condutas na vida social. Esse aluno, essa aluna questiona a formação de sentido e de práticas sociais de tudo e, portanto, a razão de ser de suas ações (UFMA, 2025, p. 17).

Nas justificativas em torno de um curso desprendido das barreiras técnicas e centrado em aspectos humanísticos e socialmente responsáveis, a UFMA traz em seu PPP o escopo de disciplinas obrigatórias, distribuídas para contemplar os 6 eixos das DCNs. No entanto, a análise dos componentes curriculares obrigatórios revela predominância de conteúdos voltados a aspectos pragmáticos da formação. Para além das disciplinas de caráter técnico e laboratorial, observamos, a partir do ementário, que os debates em torno da dimensão ética, social e humanística do jornalismo aparecem de forma diluída em disciplinas como: Crítica da Mídia; Análise e Opinião no Jornalismo; Direito e Deontologia da Comunicação; Ética e Jornalismo, não havendo componentes curriculares obrigatórios que evidentemente estejam centrados nessas temáticas. Os debates que mais diretamente estão voltados a esses tópicos se concentram em disciplinas optativas, como Comunicação e Direitos Humanos e Comunicação e Políticas Públicas. Lançando mão dessas disciplinas como justificativa, o PPP da UFMA afirma estar em consonância com as resoluções do Conselho Nacional de Educação que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação Ambiental, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essa ressalva também é observada em outros PPPs da região, sugerindo que esses debates são abarcados pelos cursos de graduação para que atendam às demandas legais.

Um notório ponto em comum nos 17 PPPs da região Nordeste, mas também nas demais regiões, é o fato de defenderem a formação crítica e humanística, mas contemplarem essas discussões em disciplinas optativas. Ainda que haja o argumento da necessidade de se desprender do viés positivista e pragmático que perpassa o campo, a aplicação prática nos cursos ainda se mostra desafiadora, especialmente diante do fato de que as disciplinas obrigatórias ainda são embasadas nesses direcionamentos. Porém, entendemos que, embora os conteúdos registrados nos PPPs, expressos nos ementários, cumpram a função de orientar e fundamentar o desenvolvimento das disciplinas, é na prática cotidiana, mediada pela interação entre docentes e discentes, que os conteúdos podem ser atualizados e reinterpretados, por meio do diálogo e da troca de experiências concretas vivenciadas no processo formativo. Assim, compreendemos que os PPPs e as ementas das disciplinas visam conduzir as abordagens, mas é na prática da sala de aula que os debates podem ser ampliados.

No que concerne à Responsabilidade social, a segunda categoria mais recorrente na leitura dos PPPs das universidades do Nordeste, observamos que a maior parte dos documentos expressa a relação entre este conceito e a própria prática jornalística, reforçando o argumento de que se trata de um princípio inerente à profissão. Há a ciência das instituições em relação ao

compromisso do jornalista com a sociedade, tal como expresso, por exemplo, em trecho da justificativa de curso apresentada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB): “O principal compromisso do jornalista deve ser com a sociedade e com a comunidade em que atua. No caso dos egressos do curso de Jornalismo da UESB, espera-se que os profissionais sejam capazes de atuar tanto globalmente quanto regionalmente para cumprir com a função social do jornalismo” (UESB, 2017, p. 16).

Também nessa direção, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) justifica que a proposta pedagógica curricular de seu curso de jornalismo privilegia a formação do profissional em multiplataformas e destaca que a ênfase está na crítica e na reflexão em torno da ética, responsabilidade social, direitos humanos e cidadania. A instituição afirma que o curso visa conectar jornalismo e sociedade, de modo a superar a centralidade nos aspectos tecnológicos. Ao buscarmos as disciplinas da UFPB, que possam corresponder a este argumento, também as encontramos no rol dos componentes curriculares optativos, em duas disciplinas: Mídia, gênero e sexualidade; Cidadania e Direitos Humanos em meios de Comunicação de massa. No ementário da UFPB, no entanto, destacamos duas disciplinas do Eixo da Formação Humanística que vêm ao encontro das perspectivas formativas defendidas neste estudo: Jornalismo, Cidadania e Direitos Humanos; Relações Étnico-raciais.

A ementa da disciplina Jornalismo, Cidadania e Direitos Humanos explicita como objetivo promover “o exercício profissional voltado para a manutenção e ampliação desses direitos na sociedade da informação”, contemplando ainda abordagens relacionadas aos “discursos jornalísticos e respeito à diversidade étnica, cultural, geracional, religiosa, econômica, de gênero, orientação sexual, entre outros”. Ao incorporar essas temáticas, propõe refletir sobre o papel do discurso jornalístico na reprodução ou enfrentamento de estruturas de violência, o que, ainda que implicitamente, evidencia aproximação com as premissas do Jornalismo para a Paz. A perspectiva, porém, não é explicitada no texto da ementa e tampouco nas referências bibliográficas que a sustentam, revelando um potencial formativo que permanece apenas de modo indireto.

A relação entre comunicação e violência é abordada indiretamente como um dos objetivos específicos do curso da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que assume proporcionar uma formação calcada na responsabilidade social e ambiental, além de combater intolerâncias étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Não observamos nos componentes curriculares obrigatórios da instituição disciplinas que dialoguem com essa dimensão. Entre as optativas, se destaca a disciplina Diferença e Enfrentamento Profissional

nas Desigualdades Sociais, que discute sobre as desigualdades sociais no Brasil, os direitos humanos, sustentabilidade, cultura africana, diversidade e identidade de gênero.

Quanto ao jornalismo e a defesa dos direitos humanos, a relação aparece constantemente nos objetivos dos cursos, como é o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB):

Os profissionais formados, além de desenvolverem as capacidades necessárias para atuar na apuração e disseminação de informações de interesse público, fundamentais no fortalecimento da democracia, na vigilância dos atores de poder e na defesa dos direitos humanos, deverão cultivar uma visão ética, crítica e analítica, podendo responder às exigências de um mercado competitivo e de uma sociedade em transformação, num contexto em que a democratização da informação possui papel fundamental (UFSB, 2023, p. 24).

No quadro a seguir, relacionamos os componentes curriculares cujas ementas dialogam, em certa medida, com as perspectivas assumidas nesta pesquisa, tendo em vista a busca por um jornalismo focado na defesa dos direitos humanos, que tensione estruturas de violência e que seja social, ética e ambientalmente responsável.

Quadro 9. Disciplinas em destaque na região Nordeste

IES	Disciplina	Obrigatória/ Optativa	Semestre/ período	Descrição
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Mídia e Direitos Humanos	Obrigatória	5º Semestre	Aborda a história, conceitos e fundamentos dos Direitos Humanos; Direitos individuais e coletivos; Direitos civis e políticos. Relações entre mídia e as questões étnico-raciais e de gênero.
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Comunicação e Desenvolvimento Social	Obrigatória	9º semestre	O papel da comunicação no desenvolvimento social. Educomunicação. Comunicação e cidadania. Índices de desenvolvimento humano e comunicação social. Desenvolvimento sustentável e mídia. Projetos e programas de desenvolvimento social e mídia. Políticas de comunicação do Estado e desenvolvimento social

Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Ética na Comunicação	Obrigatória	6º semestre	Levanta discussões sobre o tema, permitindo ao aluno uma revisão de pressupostos filosóficos, bem como de problemas aplicados à atividade profissional. Outra questão abordada são as políticas de educação ambiental.
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Comunicação e cidadania	Obrigatória	7º semestre	Inclui temas como comunicação comunitária, movimentos sociais e comunicação para o Terceiro Setor.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Ética Jornalística	Obrigatória	4º período (tarde) 6º período (noite)	Reflete sobre a dignidade da pessoa, ética no jornalismo, liberdade de imprensa, princípios constitucionais: liberdade de expressão, direito à privacidade, interesse público e direito à informação.
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Ética e deontologia em Jornalismo	Obrigatória	N/C	Aborda a responsabilidade de informar e o dever da verdade, e códigos deontológicos.
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Jornalismo, Cidadania e Direitos Humanos	Obrigatória	N/C	Inclui a relação entre jornalismo, Estado e sociedade na formulação de políticas públicas que visem a conquista, manutenção e ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, e o respeito à diversidade étnica, cultural, geracional, religiosa, econômica, de gênero, orientação sexual.
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Comunicação, Cidadania e Direitos Humanos	Obrigatória	N/C	Aborda Direitos humanos: história, definições e problemáticas.
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Deontologia do Jornalismo	Obrigatória	N/C	Trata de Deontologia e aspectos legais do Jornalismo, focando nos conflitos entre interesse público e interesse privado.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Comunicação, Ética e Legislação	Obrigatória	3º semestre	Discute e direitos e deveres do jornalista, sua responsabilidade social e seu papel histórico no Brasil.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Comunicação, Cidadania e Direitos Humanos	Obrigatória	4º período	Estuda o Estado Democrático de Direito; a proteção dos direitos humanos na ordem brasileira; o direito à informação e o direito de comunicar; Comunicação e cidadania; e o sistema protetivo de Direitos Humanos (global e regional).
Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Seabra)	Comunicação, movimentos sociais e direitos humanos	Obrigatória		Promove o conhecimento sobre a evolução dos Direitos Humanos (DH) previstos em leis nacionais, internacionais e na Constituição Federal.
Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Seabra)	Realidade latino-americana em comunicação	Obrigatória	6º semestre	Reflete sobre a comunicação na perspectiva sócio-cultural e territorial latino-americana, partindo da ideia da comunicação como aparelho ideológico e como poder constituído nos diversos espaços em questão.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Jornalismo e Direitos Humanos	Optativa		Aborda Sociedade civil, cidadania, políticas públicas e jornalismo. Inclui direitos humanos e direitos sociais, com foco em temas como acessibilidade, gênero, relações étnico-raciais, inclusão social, populações vulneráveis e sustentabilidade e meio ambiente.
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Comunicação e Direitos Humanos	Optativa		Discute direitos humanos e cidadania, o direito à comunicação e os movimentos sociais. Aborda educação e os direitos humanos, a questão ambiental, os direitos das mulheres, a diversidade sexual, as relações étnico-raciais e os direitos da pessoa com deficiência.
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Ética no Jornalismo	Obrigatória	5º período	Aborda princípios éticos como liberdade de expressão, liberdade de imprensa, direito à informação e respeito à dignidade da pessoa humana.
Universidade Estadual do	Direitos humanos	Optativa		Trata de noções, pressupostos, classificação

Sudoeste da Bahia (UESB)				(histórica e dimensional) e desafio dos direitos humanos.
--------------------------	--	--	--	---

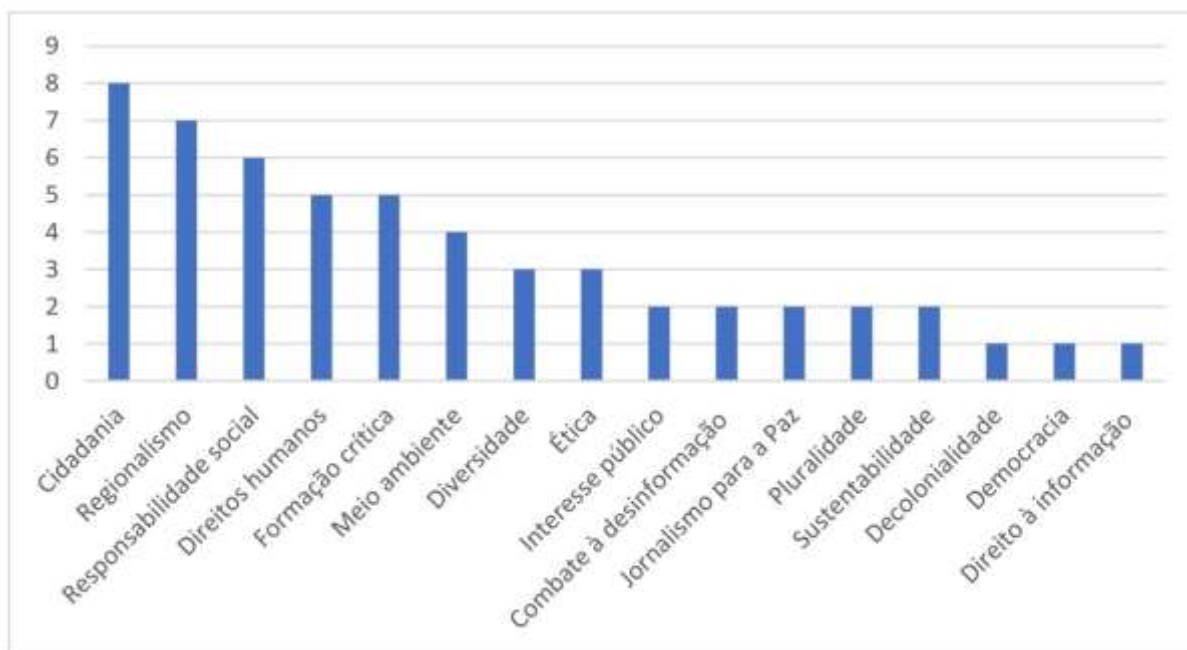
Fonte: elaborado pelo autor

É possível observar que boa parte das instituições analisadas na região Nordeste demonstra comprometimento para com a integração de conteúdos que valorizam temáticas ambientais, éticas e sociais, ainda que tais conteúdos visem atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais, sobretudo no eixo da formação humanística. A inclusão dessas temáticas pressupõe que o campo jornalístico deve privilegiar não somente a formação técnica, mas, principalmente, aspectos vinculados à formação crítica e cidadã.

Nenhum dos PPPs da região nordeste faz referência direta à Agenda 2030 e os ODS, embora, em disciplinas ou nos objetivos do curso, existam menções a temas transversais à agenda global, como "desenvolvimento sustentável", "políticas públicas" e "responsabilidade socioambiental".

5.2.2 Região Centro-oeste

Na região centro-oeste, consideramos para análise os PPPs de 5 instituições. A categoria Cidadania contou com o maior número de registros entre os documentos analisados, com 8 menções, seguida de Regionalismo, com 7. Responsabilidade Social aparece na sequência, com 6 menções. Posteriormente, Direitos Humanos e Formação crítica, com 5; Meio ambiente, com 4; Diversidade e Ética, com 3; e Decolonialidade, Democracia e Direito à Informação, com 1 menção cada, conforme ilustrado no gráfico 3.

Gráfico 3. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Centro-oeste

Fonte: elaborado pelo autor

Quando tratamos do conceito de cidadania, compreendemos que ele se constitui como compromisso central para a atividade jornalística. Adotamos a noção proposta por Brandão (2012), que a define como participação e o livre exercício de direitos e deveres. No campo da comunicação e do jornalismo, isso implica promover as condições necessárias para a efetiva participação social na vida pública, tendo em vista a garantia e efetivação de direitos.

O PPP da Universidade Federal de Goiás (UFG) aborda a dimensão cidadã da formação jornalística logo na apresentação e justificativa do curso, quando afirma: “Para reforçar a dignidade do jornalista e da profissão, é indispensável uma noção de ética vinculada às razões da vida e da cidadania” (UFG, 2019, p. 7). Desse modo, um dos objetivos do curso é “estimular o compromisso profissional com os princípios democráticos, da cidadania, dos direitos humanos e da sustentabilidade”. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) também salienta o compromisso com a cidadania na justificativa do curso, ressaltando sua orientação humanista e o “compromisso permanente com a afirmação dos direitos e deveres da cidadania, conforme as concepções de caráter universal e no contexto das particularidades regionais” (UFMS, 2014, p. 2).

O aspecto regionalista também é constante nos documentos analisados nas instituições do centro-oeste. A região conta com forte presença do agronegócio, de modo que tal realidade não deve ser preterida pela formação universitária. A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) expressa o compromisso do curso com o contexto regional:

A relação do curso com o espaço geográfico tem implicações nos sentidos de territorialidade e de identidades, conceitos relevantes para se compreender a realidade regional. Entre os temas interessantes a serem discutidos, podemos alinhar: relações entre meios de comunicação, jornalista e público; meio ambiente; mundo do trabalho (UFMT, 2022, p. 34).

O regionalismo também se evidencia no projeto da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), que traz duas disciplinas obrigatórias no eixo da fundamentação específica intituladas Comunicação Rural e Comunitária e Jornalismo Local e Regional. A disciplina Comunicação Rural, conforme a ementa, tem o objetivo de refletir sobre a comunicação voltada para o desenvolvimento das pequenas comunidades rurais. Reflete também sobre “comunicação comunitária, alternativa e contra-hegemônica com base na organização de segmentos sociais e com fator de fortalecimento e divulgação de reivindicações comuns com vistas à transformação social”. (Unemat, 2021, p. 28). O componente Jornalismo Local e Regional, por sua vez, trata do desenvolvimento da comunicação regional, com ênfase “nas características da mídia regional e local e suas interfaces”.

A categoria Responsabilidade Social também é recorrente nos documentos analisados. A Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, expressa que o curso tem por objetivo formar cidadãos a partir de uma formação humanística que reforce a atenção dos futuros jornalistas quanto às responsabilidades éticas, sociais e tecnológicas. Argumento semelhante é apresentado pela Unemat, cujo objetivo do curso é promover o aprimoramento técnico e teórico a partir da responsabilidade social do jornalismo em torno de altas de interesse público que, segundo o PPP, é primordial para a consolidação de uma sociedade democrática. A UFG reforça a responsabilidade social em seus projetos de extensão, argumentando que todos eles são direcionados a atender a população de Goiânia e Goiás em suas necessidades de comunicação.

No seguinte quadro, elencamos as disciplinas observadas nos PPPs das universidades do centro-oeste que abordam temáticas relacionadas às perspectivas assumidas nesta tese, com debates em torno da responsabilidade social, meio ambiente e enfrentamento às violências.

Quadro 10. Disciplinas em destaque na região centro-oeste

IES	Disciplina	Obrigatória/ Optativa	Semestre/ período	Descrição
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Comunicação para a Sustentabilidade	Obrigatória	8º período	Aborda o conceito, história e objetivos da "Comunicação para a Sustentabilidade"; as questões ambientais sob a

				ótica da Comunicação; e o papel da Comunicação no tratamento das questões socioambientais de nosso tempo.
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Cidadania e Direitos Humanos	Obrigatória	Períodos variados	Trata de conceitos de Cidadania, Direitos Humanos, Sustentabilidade, Relações de Gênero, e a Responsabilidade social do Jornalismo como elemento fundamental para garantir equidade.
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Jornalismo especializado	Optativa		Disciplina de tema variável que visa a verticalização e especialização, e tem como o Jornalismo ambiental como um dos temas.
Universidade e Brasília (UNB)	Ética e Jornalismo	Obrigatória	2º período	Foca em ética, sociedade e jornalismo, abordando Jornalismo, responsabilidade social e cidadania.
Universidade e Brasília (UNB)	Comunicação Comunitária	Obrigatória	3º período	Aborda comunicação e comunidade, mobilização social, e temas como direitos humanos e direito à comunicação.
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Ciências do Ambiente	Optativa		Trata de conceitos relacionados ao meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade, e responsabilidade socioambiental das empresas. Inclui legislação ambiental.
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)	Jornalismo Ambiental	Optativa		Foca em jornalismo especializado, com ênfase no Jornalismo ambiental.
Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat)	Comunicação, Educação e Cidadania	Obrigatória	N/C	Aborda concepções teóricas sobre cidadania e direitos humanos, relação da comunicação com os direitos humanos, e mídia, movimentos sociais e empoderamento.
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Jornalismo Ambiental	Obrigatória	3º semestre	Apresenta uma visão holística sobre a complexidade do meio ambiente na sociedade contemporânea, com reflexões sobre a produção do

				jornalismo ambiental em diferentes mídias. Dimensões da sustentabilidade, padrões de consumo e educação ambiental.
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Desenvolvimento e Movimentos Sociais	Optativa		Estuda as correlações entre o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do Brasil e o surgimento dos movimentos sociais e o papel da mídia, focando em inclusão e exclusão social.
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Comunicação, Jornalismo e Direitos Humanos	Optativa		A ementa aborda a comunicação e o jornalismo como direito humano e suas implicações na cidadania e na democracia.

Fonte: elaborado pelo autor

Os projetos pedagógicos do curso de jornalismo analisados nessa região demonstram que as IES alinham o perfil do egresso às competências gerais estabelecidas pelas DCNs, sobretudo no que tange à compreensão e valorização da democracia, à garantia dos direitos humanos, à promoção da justiça social e ao compromisso com o desenvolvimento sustentável. A inclusão de disciplinas como Comunicação para a Sustentabilidade (UFG) e Jornalismo Ambiental (UFMS/UFMT) indica uma especialização relevante para a cobertura de questões socioambientais. Entretanto, observamos que a bibliografia proposta nessas disciplinas, em ambas as instituições, tende a preterir saberes produzidos por povos indígenas, reproduzindo assim lacunas epistemológicas que limitam uma abordagem plural.

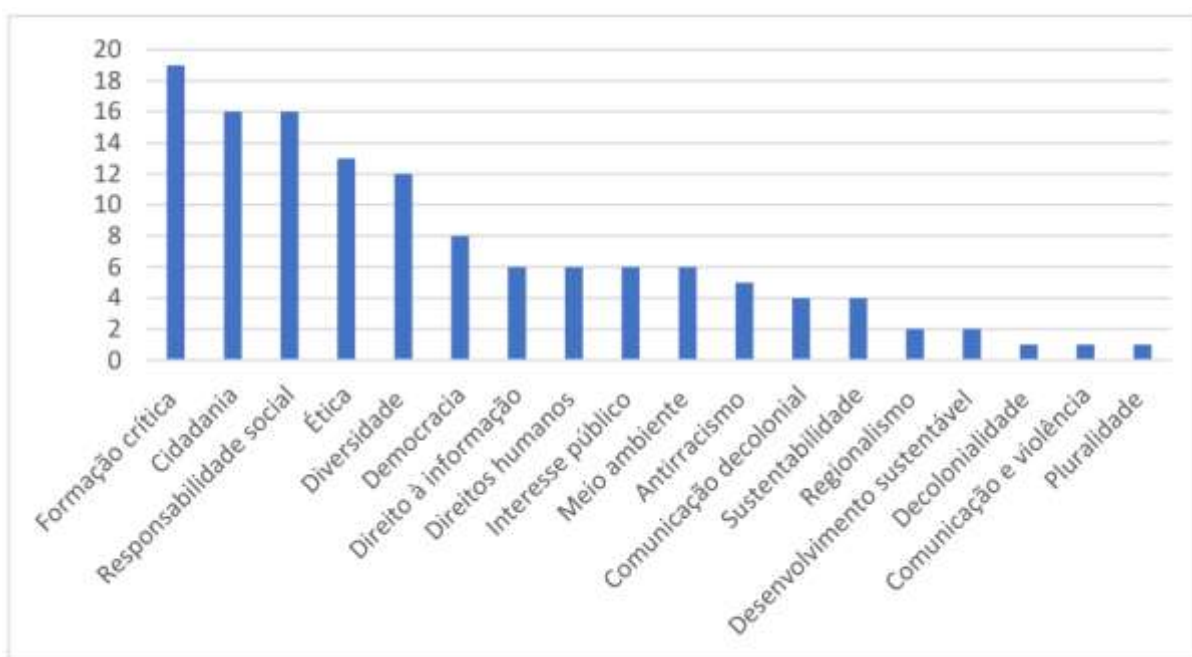
Identificamos que a formação em jornalismo, conforme os documentos analisados nessa região, não se restringe à abordagem técnica ou instrumental, mas procura incorporar ao processo formativo debates sobre cidadania e o compromisso social do jornalista, especialmente quanto às demandas regionais. Em linhas gerais, os documentos articulam a formação profissional ao compromisso com as especificidades regionais, tratando a realidade local não apenas como cenário de atuação, mas como eixo estruturante para o desenvolvimento da identidade do egresso e para a aplicação do conhecimento acadêmico.

Os PPPs analisados na região centro-oeste não fazem referência explícita à Agenda 2030 e aos ODS, todavia, grande parte contempla disciplinas que abordam conceitos transversais à agenda global, como questões socioambientais, sustentabilidade e debates relacionados aos direitos humanos.

5.2.3 Região Sudeste

Na região Sudeste, consideramos 13 instituições, conforme as buscas realizadas na plataforma e-MEC. Formação crítica aparece como a categoria mais recorrente, com 19 menções entre os documentos analisados. Em seguida, Cidadania e Responsabilidade Social aparecem com 16 menções cada. Ética e Diversidade também são categorias que surgem em discussões pontuais nos documentos, com 13 e 12 menções, respectivamente. O gráfico 4 apresenta a frequência em que as categorias se apresentam nos PPPs da região.

Gráfico 4. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Sudeste



Fonte: elaborado pelo autor

Assim como nas demais, os projetos de curso dessa região são organizados em consonância com as DCNs. A prevalência da categoria Formação crítica leva em conta os direcionamentos assumidos por boa parte das instituições, cujos argumentos focalizam a autonomia e participação ativa dos discentes durante o processo formativo. É o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que, ao traçar o perfil do egresso, afirma que este deve ser capaz não somente de produzir informação, mas questionar os fatos e suas versões. A universidade afirma preparar profissionais com habilidades e conhecimentos necessários ao mercado, mas também que sejam capazes de “refletir sobre este mesmo mercado e suas formas de produção, contribuindo para transformá-lo” (UFRJ, 2018, p. 35). O argumento reafirma o

compromisso da instituição em torno da formação crítica e potencial transformador dos egressos de jornalismo, que podem contribuir com um mercado mais plural.

Outro exemplo de como a categoria Formação crítica se apresenta nos PPPs do Sudeste é observado no documento da Universidade de São Paulo (USP), que, na justificativa do curso, afirma que a intenção da instituição não é formar um técnico em jornalismo, mas preparar profissionais que produzam conhecimentos pioneiros na área, sobretudo que possam estimular mudanças que beneficiem a coletividade.

O compromisso para com a cidadania é ressaltado em boa parte dos PPPs, tendo em vista se tratar de um dos princípios da própria prática jornalística. As instituições se comprometem em elaborar seus projetos pedagógicos a partir de conteúdos e vivências que possam fortalecer os vínculos entre a prática jornalística e o exercício pleno da cidadania. A Universidade Federal de Viçosa (UFV), por exemplo, reitera que o curso é dedicado à formação cidadã dos estudantes, por meio da promoção e reflexão acerca de diversas demandas, como:

questões étnicas, de direitos humanos, de inclusão social, inclusão digital e sustentabilidade, tanto no aspecto da sala de aula, em que tais temas perpassam os conteúdos das disciplinas, quanto na busca de desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa nos quais os/as estudantes tenham a experiência de vivenciar as demandas comunitárias e sociais e agir em busca da conscientização acerca das mesmas, objetivando tanto o desenvolvimento de alternativas quanto sua eventual superação. Estimula-se a produção e participação em eventos em que tais temáticas sejam tangenciadas (UFV, 2022, p. 15).

Nos PPPs da região Sudeste, se destacam os argumentos que evidenciam o esforço das universidades em se distanciar de modelos formativos estritamente técnicos e pragmáticos. Reconhecemos que a dimensão técnica e laboratorial desempenha papel fundamental na preparação dos profissionais para as exigências do mercado de trabalho, contudo, defendemos uma formação jornalística que extrapole esse eixo, orientada por perspectivas mais humanizadoras e comprometidas social e ambientalmente, ressaltando o potencial do jornalista como agente de transformação. Compreendemos que persiste o desafio de romper com os cânones colonialistas que historicamente moldaram a ciência jornalística, o que torna imprescindível a incorporação de outras epistemologias e perspectivas na formação.

Ao analisarmos as disciplinas que compõem os cursos das IES dessa região, notamos a predominância de uma abordagem pragmática, apoiada majoritariamente em bibliografias do Norte Global, salvo exceções. Identificamos, porém, algumas iniciativas curriculares que convergem com as perspectivas assumidas nesta tese, cujas ementas propõem diálogos atentos

às urgências sociais. Aqui, compreendemos urgências sociais como demandas que atravessam amplamente a sociedade, com tensionamentos diante das estruturas de violência, compromisso ambiental, garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade, ainda que esses direcionamentos visem atender a determinações legais de resoluções do MEC. Ademais, também existem componentes curriculares concentrados nos estudos de jornalismo produzidos a partir do Sul Global.

Embora não haja referências explícitas ao Jornalismo para a Paz ou à decolonialidade aplicada ao jornalismo, identificamos aproximações com essas perspectivas, ainda que elas não sejam nomeadas nas ementas. Esse cenário sugere que debates que escapam do modelo formativo tradicional muitas vezes são incorporados apenas para cumprir determinações legais, atendendo às diretrizes curriculares nacionais, e não como parte estruturante da formação. Há exceções, como é o caso da disciplina Comunicação e poder, obrigatória para o 7º período do curso da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Conforme a ementa, a disciplina apresenta relações entre mídia e poder, bem como formas de resistência aos poderes dominantes. Não há explanação sobre o conteúdo da disciplina e, tampouco, os referenciais bibliográficos que a compõem; porém, entendemos que a proposta de tensionar dinâmicas de poder sob a lente comunicacional é um importante caminho crítico.

Outro exemplo é a disciplina Pensamento jornalístico na América Latina, de caráter obrigatório, oferecida ao 4º período de jornalismo da Unesp. O conteúdo aborda a produção de autores/as, centros de estudos e universidades latino-americanas sobre o jornalismo, possibilitando a ampliação de perspectivas teóricas em torno da área, para além dos referenciais que normalmente prevalecem nos currículos, concentrados em teóricas europeias e norte-americanas.

É válido ressaltar que alguns componentes curriculares tangenciam debates em torno das relações étnico-raciais, o que, na maior parte dos PPPs, é justificado como o atendimento à Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, referente à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O PPP da UFV, por exemplo, afirma que esses debates são contemplados em todas as disciplinas, sejam elas do eixo conceitual ou laboratorial, mas não apresenta disciplinas que abordam especificamente essa temática e sua relação com o jornalismo.

No Quadro 11, apresentamos as disciplinas que, em alguma medida, contemplam conteúdos alinhados às perspectivas do Jornalismo para a Paz e da decolonialidade aplicada ao jornalismo, abarcando discussões sobre relações de poder, compromisso ambiental, gênero, diversidade, direitos humanos e outros temas que contribuem para uma formação mais

humanística e menos tecnicista. Observa-se, contudo, que em muitos casos esses conteúdos permanecem restritos ao conjunto de disciplinas optativas.

Quadro 11. Disciplinas em destaque na região Sudeste

IES	Disciplina	Obrigatória/ Optativa	Semestre/ período	Descrição
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Geografia dos blocos mundiais de poder	Obrigatória	N/C	Busca identificar as relações de poder numa escala global, analisar as contradições e tensões e suas causas e efeitos no mundo globalizado. Aborda movimentos de resistência e epistemologias do sul frente a centros e sub-centros de poder.
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Comunicação e Gênero	Optativa	N/C	Aborda as subjetividades contemporâneas e as questões de gênero narradas pelos meios de comunicação, discutindo diversidade de gênero e criando condições críticas sobre as narrativas midiáticas.
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mídia e movimentos sociais	Optativa	N/C	Analisa a ação coletiva e a cidadania, focando em movimentos sociais e mídia alternativa, popular e comunitária como expressões de lutas sociais em um cenário de crise da indústria jornalística.
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Política Internacional Pós-Guerra Fria	Optativa	N/C	Debate os principais temas da agenda política internacional, incluindo o ambientalismo e o desenvolvimento sustentável.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Estudos para diversidade	Obrigatória	2º período	Trata da educação, diversidade e cultura, focando na dignidade humana, Direitos Humanos, relações étnico-raciais e questões ambientais e sustentabilidade.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Contexto nacional e internacional	Obrigatória	2º período	Introduz questões sociais contemporâneas como gênero, diversidade cultural, relações étnico-raciais e desigualdades sociais.

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Comunicação e cidadania	Obrigatória	6º período	Conceitua jornalismo cidadão, explorando práticas de mídia comunitária, popular e alternativa, e o papel do jornalismo nos Movimentos populares.
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Jornalismo popular e comunitário	Optativa	N/C	Discute movimentos sociais, a relação entre hegemonia e contra-hegemonia na mídia e o desenvolvimento de experiências e ativismos midiáticos.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Jornalismo Socioambiental	Optativa	N/C	Aborda princípios e conceitos de jornalismo ambiental, focando em ecologia, meio ambiente e sustentabilidade, responsabilidade social e consumo consciente.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Mídia e Realidade Brasileira	Obrigatória	1º período	Analisa a sociedade brasileira, focando nos desafios da sustentabilidade e da inclusão social, étnica e de gênero no contexto midiático.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Comunicação comunitária	Obrigatória	4º período	Trata da Comunicação Alternativa e Comunitária, e a comunicação de movimentos sociais populares e minorias sociais como o movimento feminista, movimento negro e movimento LGBT+.
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Teorias latino-americanas em comunicação social	Optativa	N/C	Examina os paradigmas em comunicação na América Latina, incluindo a crítica ao referencial estrutural-funcionalismo e a Teoria Crítica do Desvio.
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Gênero e jornalismo	Optativa	N/C	Aborda perspectiva de gênero e a relação com o jornalismo.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Antropologia cultural e mídia	Obrigatória	8º período	Estuda a diversidade cultural e multiculturalismo e a problemática sociocultural e a prática do jornalismo.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Pensamento social e político da América Latina	Optativa	N/C	Aprofunda o debate sobre o pensamento político e social na Ibero-América, incluindo a Teoria da Dependência.
Universidade Federal Rural do	Educação e relações étnico-raciais na escola	Optativa	N/C	Trata de educação e relações étnico-raciais, abordando movimentos negros e

Rio de Janeiro (UFRRJ)				índigenas e políticas públicas de promoção da igualdade étnico-racial.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Direitos humanos e cidadania	Optativa	N/C	Estuda os fundamentos históricos dos direitos humanos, princípios, garantias fundamentais, direito e cidadania, e os valores de igualdade e liberdade.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sociedade e meio ambiente	Optativa	N/C	Trata da relação entre as Ciências Sociais e a questão ambiental, focando no desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos no Brasil.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Jornalismo ambiental	Optativa	N/C	Discute os critérios de noticiabilidade em jornalismo ambiental, sustentabilidade e a cobertura de temas ambientais pela mídia.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Democracia e ambiente na contemporaneidade	Optativa	N/C	Analisa o uso e apropriação de recursos em democracias contemporâneas, focando em problemas de coordenação política ligados a questões ambientais e ambientalismo.
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Comunicação comunitária	Obrigatória	6º período	Aborda a Comunicação Comunitária e a cidadania, incluindo o planejamento de projetos de extensão e atividades com movimentos sociais e coletivos.
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Comunicação e poder	Obrigatória	7º período	Estuda as perspectivas teóricas sobre mídia e poder, explorando o poder como relação (verdade, sujeito) e as formas de resistência.
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Jornalismo ambiental	Optativa	N/C	Discute sustentabilidade, modelos de civilização e as especificidades do jornalismo ambiental, com produção de produtos concretos sobre o tema.
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Pensamento jornalístico na América Latina	Obrigatória	4º período	Examina a produção de editores, autores, organizações, centros de estudos e universidades dos países latino-americanos na área do Jornalismo,

				comprometidos com o fortalecimento da cidadania, e o novo território alcançado pelas produções em mídia digital.
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Estado e sociedade no Brasil contemporâneo	Obrigatória	6º período	Estuda o Estado e a sociedade brasileira na contemporaneidade. Inclui o Sistema político brasileiro, sociedade civil, esfera pública e cidadania, além de Mídia, Estado e sociedade civil.
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Cidade, território e conflitos sociais	Obrigatória	7º período	Analisa a formação da metrópole moderna, a urbanização no Brasil, população, habitação e trabalho, e a segregação socioespacial. Inclui Cidade, Política e Cultura e Cidades e globalização.
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Antropologia cultural e mídia	Obrigatória	8º período	Apresenta os fundamentos teórico-metodológicos da Antropologia, os níveis de cultura e a comunicação, os estudos da diversidade cultural e multiculturalismo, e a problemática sociocultural e a prática do jornalismo.
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Comunicação comunitária	Obrigatória	6º período	Trata da Comunicação Comunitária e a cidadania no contexto social. Inclui planejamento e execução de projetos de extensão e desenvolvimento de atividades extensionistas com comunidades, movimentos sociais, coletivos, ONGs e outras configurações populares.
Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Jornalismo ambiental	Optativa	N/C	Aborda História e Desenvolvimento Social e Conceitos e funções gerais no jornalismo. Inclui teorias, comunicação e meio ambiente urbano e rural.
Universidade de São Paulo (USP)	Jornalismo popular e comunitário	Optativa	1º período	Discute sobre os movimentos sociais contemporâneos, organicidade e expressões comunicativas. Hegemonia e contra-hegemonia na esfera

				pública midiática. Experiências e ativismos midiáticos.
Universidade de São Paulo (USP)	Jornalismo, Agronegócio e Meio Ambiente	Optativa	5º período	Aborda a cobertura do agronegócio no Brasil, bem como a experiência brasileira de jornalismo agrícola. A cobertura do agronegócio e suas relações com as questões sociais e ambientais;
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Comunicação, Cultura e Memória	Optativa	N/C	Tem como foco compreender a importância da cultura brasileira no processo de comunicação e educação, com ênfase no potencial dos meios de comunicação.
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Imprensa, gênero e comunicação	Optativa	N/C	Estabelece vínculos entre a história da imprensa e seu papel diante das questões de gênero.

Fonte: elaborado pelo autor

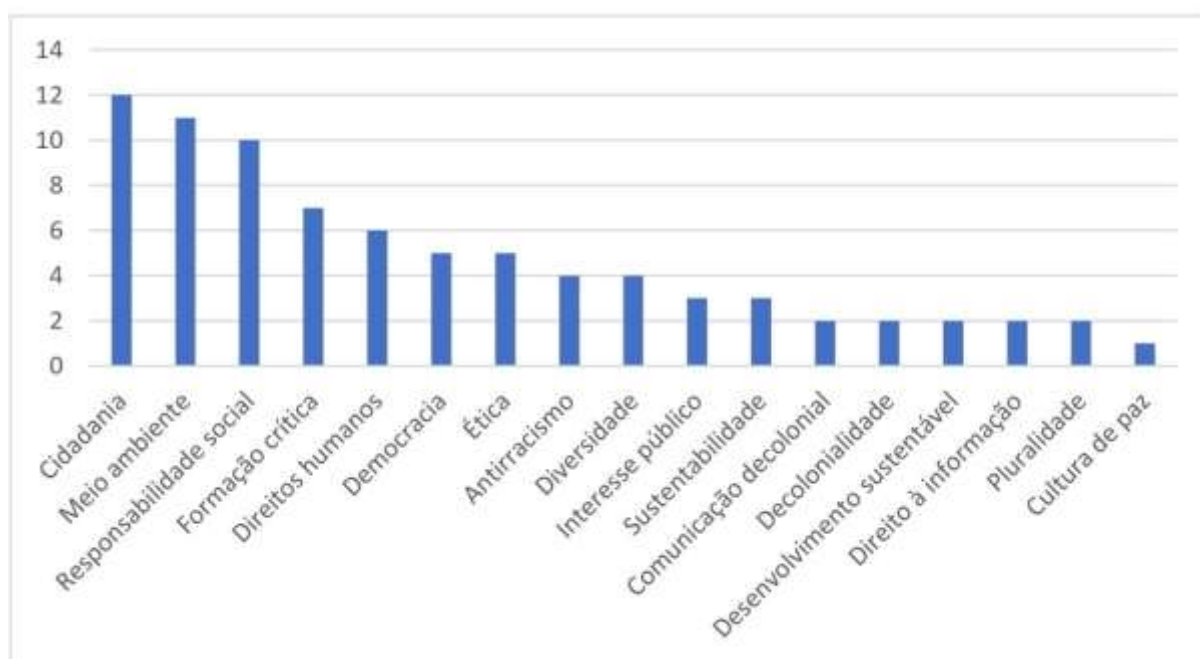
Embora outros documentos mencionem conceitos que dialogam diretamente com os propósitos da Agenda 2030, como desenvolvimento sustentável, direitos humanos e redução das desigualdades, apenas o projeto de curso da Universidade Federal Fluminense (UFF) faz referência explícita à Agenda e aos ODS, demonstrando uma vinculação mais direta e intencional às metas estabelecidas pela ONU. A universidade menciona a agenda global no projeto de extensão Universidade no Ar.

Ao incentivar que os estudantes de jornalismo produzam programas radiofônicos voltados a temáticas como redução das desigualdades, promoção da qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e fortalecimento da cidadania, o projeto não apenas incorpora os princípios dos ODS à prática formativa, mas também estimula a elaboração de pautas jornalísticas comprometidas com transformações sociais alinhadas às metas globais estabelecidas pela ONU. A veiculação mensal dos programas na Rádio CBN, com audiência significativa, amplia o alcance dessas mensagens e reforça a função social da universidade ao difundir conteúdos que dialogam com desafios contemporâneos de desenvolvimento sustentável. Assim, o projeto fortalece tanto a formação crítica dos estudantes quanto o papel do jornalismo como possibilidade de promoção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis (UFF, 2019).

5.2.3 Região Sul

Na região Sul, consideramos os PPPs de 9 instituições, conforme as especificações do mecanismo de busca disponibilizado no portal e-MEC. A categoria mais recorrente foi Cidadania, com 12 menções, seguida de Meio Ambiente, com 11, e Responsabilidade Social, com 10. Decolonialidade e de Comunicação Decolonial também aparecem nos documentos, com 2 menções relacionadas à presença de disciplinas específicas sobre o tema. O gráfico 5 mostra as categorias observadas nos PPPs desta região.

Gráfico 5. Categorias observadas nos PPPs das IES da Região Sul



Fonte: elaborado pelo autor

Como exemplificação de como a abordagem em torno do conceito de Cidadania é realizada, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) traz, na justificativa de curso, o argumento de que um dos compromissos é a formação de cidadãos responsáveis, de modo que a centralidade do curso é “educar para a cidadania, a participação na comunidade, a visão holística, o desenvolvimento sustentável, a consolidação dos direitos humanos, a democracia e a paz” (UFPEL, 2015, p. 18). Argumento semelhante está presente no projeto de curso da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que considera a cidadania um dos pilares do processo formativo, tendo em vista que o profissional do jornalismo deve possuir competências

que o auxiliem a atuar de forma crítica na sociedade, de modo a “combater preconceitos e a exclusão de grupos sociais historicamente subalternizado” (UEL, 2023, p. 11).

Nos projetos analisados nessa região, observamos a frequente defesa do compromisso dos cursos com a responsabilidade social. Ademais, diversos PPPs incluem discussões que relacionam a formação em jornalismo às questões ambientais, evidenciando a preocupação em integrar esses temas ao processo formativo. É o caso, por exemplo, da UFPEL, que afirma tratar questões sobre meio ambiente e relações étnico-raciais em uma disciplina denominada Temas Latino-americanos, cuja ementa propõe uma análise frente à realidade social, econômica, política e cultural dos povos e das culturas ibero-ameríndias. De acordo com o documento, as questões ambientais são tratadas no âmbito da prática jornalística, e não somente do ponto de vista histórico. Debates em torno do meio ambiente também são tratados pelo curso da UFPEL na disciplina Jornalismo Ambiental.

O PPP do curso da Universidade Federal do Paraná (UFPR) afirma tratar as temáticas ambientais em atendimento à lei nº 9.795/1999 e ao decreto 4.281/2002, que tratam de Políticas de Educação Ambiental. Por meio de três estratégias, o curso de jornalismo se propõe a refletir acerca dos desafios socioambientais que marcam o cenário global, as especificidades da problemática no contexto brasileiro e sobre as questões ambientais próprias das realidades regionais e locais. O documento da instituição também destaca a necessidade de compreender as políticas públicas relacionadas ao tema e reconhece o papel que jornalistas podem desempenhar para fomentar debates qualificados e para a produção de conteúdos contextualizados, com caráter formativo e de interesse público sobre as questões ambientais (UFPR, 2015). Nesse sentido, observamos que diversas disciplinas do curso, conforme registrado em suas ementas, incluem a temática ambiental. Contudo, permanece a necessidade de refletir até que ponto esses debates se concretizam nas práticas pedagógicas ou se estão documentados na descrição das ementas apenas para cumprir exigências legais.

Em relação à aproximação dos cursos de jornalismo com a perspectiva decolonial, a UEL é a única entre as IES analisadas que contempla esse debate em disciplinas específicas. De acordo com a justificativa do curso, as disciplinas que versam sobre decolonialidade buscam estabelecer uma relação mais orgânica entre a graduação de jornalismo e o programa de mestrado em Comunicação da universidade. As disciplinas Decolonialidade na Comunicação e Decolonialidade no Jornalismo abordam questões políticas e culturais estabelecidas a partir o poderio do Norte Global e do legado colonial. Há relação entre as disciplinas e a realidade local, explícita no projeto de curso:

O intenso fluxo de migrações que se estabeleceu entre Sul e Norte a partir da miséria e dos problemas económicos e de subsistência assim como dos conflitos na África e nos países do Oriente Médio é uma realidade por demais tangível até mesmo no contexto de Londrina e região. É uma dinâmica social fundante do mundo contemporâneo e a formação de profissionais de imprensa exige a sensibilização para essa dimensão da vida: o estrangeiro, o outro o ser de fronteira, o híbrido, o desterritorializado (UEL, 2023, p. 13).

O quadro 12 apresenta as disciplinas observadas nos PPPs da região Sul que dialogam com as perspectivas assumidas nesta tese: Jornalismo para a Paz, decolonialidade, debates sobre relações de poder, compromisso ambiental, gênero, diversidade, direitos humanos, entre outros temas que contribuem para uma formação mais humanística e menos tecnicista

Quadro 12. Disciplinas em destaque na região Sul

IES	Disciplina	Obrigatória/ Optativa	Semestre/ período	Descrição
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Comunicação e cidadania	Obrigatória	5º semestre	Aborda diferentes concepções de cidadania e suas práticas, contextualizando os Direitos Humanos em uma sociedade midiaticizada e globalizada.
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Temas Latino-americanos	Obrigatória	1º semestre	Introdução à análise da realidade social, econômica, política e cultural dos povos e das culturas ibero-ameríndias. Discute temas contemporâneos, como meio ambiente.
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Comunicação e Cidadania	Obrigatória	6º semestre	Trata da conceituação e caracterização da Cidadania e da Ética, e do Direito Humano à Comunicação.
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Jornalismo ambiental	Optativa	4º semestre	Aborda ambiente e sustentabilidade, ecologia e ética ambiental, e o papel do Jornalismo Ambiental.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Estado e Políticas Públicas	Obrigatória	1ª fase	Estuda as instituições e políticas públicas brasileiras e inclui conteúdos relativos a relações interétnicas.
Universidade Federal de Santa	Jornalismo, cidade e ambiente	Optativa	5ª fase	Concentra-se na cobertura de cidades e meio

Catarina (UFSC)				ambiente, incluindo temas como ecologia, natureza e sustentabilidade.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Formação Histórica da Atualidade Internacional	Obrigatória	6ª fase	Discute a formação histórica da atualidade internacional, incluindo as relações Sul-Sul (que abrange a América Latina).
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Inclusão, Acessibilidade e Comunicação	Optativa	N/C	Abordagem interdisciplinar de questões teóricas relacionadas à inclusão social de pessoas com deficiência.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Comunicação e Cidadania	Obrigatória	5º semestre	Aborda cidadania, Direitos Humanos, e o papel de comunicação em movimentos sociais e comunicação popular.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Comunicação Popular e Alternativa	Optativa	N/C	Foca em Comunicação e cidadania, Comunicação e atores sociais e Experiências de comunicação popular, alternativa e comunitária.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Tópicos Especiais em Teoria do Conhecimento - Meios de Comunicação e Continente Africano: Esquecimento e Negação	Optativa	N/C	Analisa o papel dos meios de comunicação brasileiros na construção da imagem do continente africano (relacionado à decolonialidade e questões étnico-raciais).
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)	Comunicação e Cidadania: Práticas Extensionistas	Obrigatória	1º termo	Estudo de cidadania, direitos humanos, relações étnico-raciais e educação ambiental.
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)	Jornalismo e Políticas Públicas	Obrigatória	1º termo	Aborda Direitos Humanos, justiça, inclusão social e diversidade étnico-racial.
Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)	Sociedade e Cultura: Contextos Comunicativos	Obrigatória	1º termo	Inclui a análise da dinâmica cultural no panorama latino-americano.
Universidade Estadual do	Comunicação e Meio Ambiente	Optativa	N/C	Estuda o comunicador e as sociedades sustentáveis, abordando o jornalismo

Centro-Oeste (Unicentro)				ambiental, sustentabilidade e economia verde.
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania	Obrigatória	2º Semestre	Aborda direitos humanos, diversidade, relações étnico-raciais, educação ambiental e políticas públicas sociais.
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Comunicação e Conjuntura Contemporânea	Obrigatória	1º Semestre	Aborda a conjuntura política, social, cultural e econômica do Brasil, incluindo direitos individuais e coletivos, políticas públicas e desenvolvimento sustentável.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Decolonialidades na Comunicação	Obrigatória	2º semestre	Foca no rompimento com os paradigmas eurocêtricos e patriarcais, abordando sexualidades, gêneros, raças, etnias (violência/diversidade), e epistemologias do sul global.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Decolonialidades no Jornalismo	Obrigatória	2º semestre	Foca na visão e prática decolonial do jornalismo, incluindo Direitos Humanos e Relações Étnico-Raciais.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Observatório de Jornalismo e Cidadania	Obrigatória	Todos os semestres	Promove a curricularização da extensão focada em temas como Meio Ambiente e Sustentabilidade, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Diversidades, Relações Étnico-Raciais.

Fonte: elaborado pelo autor

Os PPPs das IES da região Sul não mencionam explicitamente a Agenda 2030 ou os ODS. No entanto, os princípios e temáticas centrais que estruturam a agenda e os objetivos são amplamente abordados nos cursos, tanto em disciplinas obrigatórias quanto optativas.

A partir da análise dos Projetos Político-Pedagógicos das Instituições de Ensino Superior consideradas neste estudo, foi possível identificar indicativos relevantes acerca dos direcionamentos assumidos pelas graduações em jornalismo. Procuramos compreender em que

medida esses cursos incorporam abordagens que, ainda que parcialmente, promovem tensionamentos frente às lógicas colonialistas. Reconhecendo a centralidade da formação técnica e instrumental para a área, ressaltamos, contudo, a necessidade de que os currículos incorporem conteúdos capazes de estimular nos(as) estudantes uma leitura crítica quanto às demandas sociais. Nessa perspectiva, orientações formativas e componentes curriculares que problematizam estruturas de violência e ampliam o debate para além dos cânones hegemônicos do campo se mostram fundamentais para uma formação mais abrangente, plural e socialmente comprometida. Além disso, buscamos compreender de que modo os cursos contemplam saberes não circunscritos ao Norte Global, a partir de referenciais epistemológicos alinhados à perspectiva decolonial.

Uma das chaves de leitura adotadas na análise desses documentos se concentrou na identificação de argumentações e componentes curriculares que, ainda que de forma indireta, apresentassem aproximações com os pressupostos do Jornalismo para a Paz. Desde o início, tínhamos ciência de que esse conceito não se encontraria explicitado nos PPPs, o que nos levou a buscar convergências, isto é, abordagens que discutissem a não violência ou que incentivassem uma postura crítica diante das múltiplas formas de exclusão presentes na sociedade. Como demonstrado nas análises, diversas instituições trazem disciplinas que caminham nessa direção, todavia, muitas delas ainda permanecem como opcionais.

Foi possível observar que, apesar da prevalência de uma formação técnica, concentrada em perspectivas teóricas europeias e estadunidenses, existe um esforço crescente de integrar ao currículo temas como direitos humanos, responsabilidade social, relações étnico-raciais, entre outros, com vista para uma formação mais crítica e humanística. Muitos debates críticos ainda são restritos às disciplinas optativas ou são incluídos apenas para cumprir exigências legais. Contudo, há uma tentativa de formar profissionais capazes de atuar como agentes de transformação social em seus contextos locais. A menção direta a agendas globais, como a Agenda 2030, ainda é rara, ocorrendo indiretamente, em temas transversais.

Embora os documentos analisados reiterem o compromisso com uma formação crítica e humanística, em consonância com DCNs, observamos que a lógica tecnicista e pragmática tende a prevalecer na organização dos currículos obrigatórios. No contexto da região Norte, por exemplo, observamos ênfase na formação técnica, o que restringe a consolidação de perspectivas mais humanizadoras e voltadas à compreensão do jornalismo como prática social. Já nas regiões Nordeste e Sudeste, ainda que o discurso institucional manifeste a intenção de se afastar de modelos estritamente técnicos, sua efetivação encontra limites na estrutura curricular, pois boa parte dos componentes obrigatórios permanecem orientados por conteúdos

pragmáticos e laboratoriais, enquanto debates relacionados à ética, à diversidade e aos direitos humanos tendem a ser deslocados para o âmbito das disciplinas optativas.

Os cursos analisados se estruturam a partir das DCNs, o que contribui para certa homogeneização dos discursos institucionais, ainda que com especificidades regionais. Nesse contexto, observamos, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste, a valorização de um regionalismo que busca articular os conteúdos formativos às demandas e realidades locais, como a questão amazônica ou do agronegócio, o que indica a promoção de uma atuação profissional situada. Paralelamente, é recorrente a afirmação do compromisso social do jornalista, concebido como agente de transformação, defensor da democracia, da cidadania e dos direitos humanos.

No entanto, a presença de temas relacionados à diversidade, às relações étnico-raciais e à educação ambiental, em muitos casos, está vinculada ao cumprimento de exigências normativas do MEC. Essa ambiguidade também se manifesta no que se refere ao enfrentamento da violência colonial, cuja incorporação permanece incipiente e marcada por contradições: embora algumas iniciativas se aproximem de perspectivas decoloniais e do Jornalismo para a Paz, tensionando narrativas dominantes e valorizando saberes tradicionais, há predominância de bibliografias compostas majoritariamente por autores homens e brancos, inclusive em disciplinas voltadas a contextos regionais. Assim, a ênfase no regionalismo corre o risco de se limitar a um enunciado formal, caso não seja acompanhada de um questionamento crítico dos modos coloniais de produção e legitimação do conhecimento.

O diálogo estabelecido com a Agenda 2030 e com os ODS aparece de forma indireta. A maior parte das instituições analisadas não faz menção explícita a esses referenciais em seus projetos de curso, ainda que contemple, em suas propostas formativas, temas transversais como desenvolvimento sustentável, direitos humanos e problemáticas socioambientais. As exceções a esse padrão são pontuais: a Universidade Federal do Tocantins (UFT), que incorpora a Agenda 2030 em ações extensionistas voltadas à Amazônia Legal; e a Universidade Federal Fluminense (UFF), que estabelece vínculos diretos entre projetos de extensão radiofônica e as metas das Nações Unidas relacionadas à redução das desigualdades e à promoção da sustentabilidade. Entendemos que os debates em torno da Agenda 2030 são posteriores às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo, o que pode explicar a pouca menção ao tema nos PPPs. No entanto, considerando o caráter dinâmico da formação em Jornalismo e sua necessária sintonia com a atualidade, temas como esse não deveriam ser preteridos. Nesse sentido, caberia aos docentes estabelecer articulações com a Agenda 2030 em suas disciplinas.

A partir da análise dos PPPs dos cursos de jornalismo de universidades públicas brasileiras de todas as regiões do país, passamos agora a apresentar os resultados das entrevistas em profundidade realizadas com egressos dos cursos de jornalismo e com estudantes que, em 2025, encontravam-se no 4º ano da graduação. As percepções obtidas, articuladas à análise dos PPPs, oferecem indicativos relevantes em torno das dinâmicas e orientações que prevalecem na formação jornalística. Reiteramos que se trata de um recorte específico, que não pretende assumir caráter totalizante ou representativo da realidade dos cursos de jornalismo no Brasil, mas contribuir para a reflexão sobre tendências formativas recorrentes na área. Ademais, os resultados das entrevistas, em diálogo com a análise dos PPPs, foram posteriormente debatidos em um grupo de discussão com especialistas em comunicação e jornalismo, o que permitirá aprofundar as análises e oferecer subsídios para a construção de contribuições ao ODS 19 (Cultura, Arte e Comunicação), a partir de um olhar centrado no campo do jornalismo.

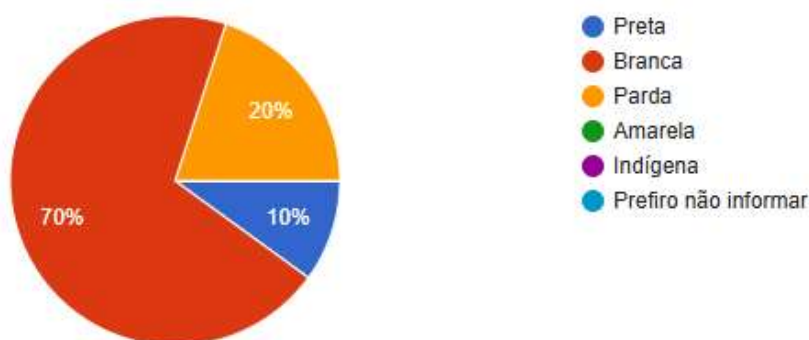
6. A GRADUAÇÃO EM JORNALISMO NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES E EGRESSOS

Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal (Djamila Ribeiro).

Este capítulo se concentra na apresentação e análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas em profundidade realizadas com estudantes e egressos/as do curso de Jornalismo de diferentes Instituições de Ensino Superior brasileiras. Entrevistamos 42 pessoas, sendo 19 estudantes e 23 egressos/as, provenientes das cinco regiões do país. Após a realização de cada entrevista, solicitamos aos/às participantes o preenchimento de um formulário contendo informações complementares, com o objetivo de traçar o perfil do grupo entrevistado. Embora tenha sido reforçada a importância desse procedimento para a pesquisa, dois participantes não realizaram o preenchimento do formulário até a finalização da pesquisa.

As informações coletadas por meio do formulário permitem traçar um perfil geral dos/as entrevistados/as. No que se refere à identidade de gênero, a maioria das pessoas participantes se identifica como mulher cis, totalizando 23 respondentes (57,5%), enquanto 17 se identificam como homem cis (42,5%). Não houve registros de participantes que se identificassem em outras categorias de gênero. Em relação à raça/etnia, observa-se a predominância da autodeclaração como pessoa branca, correspondente a 70% dos/as entrevistados/as. A identificação como parda aparece em segundo lugar, com 20%, seguida pela autodeclaração como preta, com 10%; um dos participantes se classificou como quilombola. Não foram registrados participantes que se identificassem como indígenas, de raça amarela ou em outras classificações, como ilustra o gráfico 6.

Gráfico 6. Raça/etnia dos/as entrevistados/as



Fonte: gerado pelo Google Forms

No que diz respeito à orientação sexual, a maior parcela dos/as respondentes se identifica como heterossexual (45%). Em seguida, 25% se declaram homossexuais e 25% bissexuais. As identificações como assexual e pansexual aparecem de forma pontual, com 2,5% cada, correspondendo a um registro em cada categoria.

A identificação de marcadores sociais como raça/etnia, gênero e orientação sexual se mostra relevante para esta pesquisa, pois dialoga com o compromisso de privilegiar a pluralidade e a diversidade, em coerência com as perspectivas adotadas. Buscamos, na medida do possível, equilibrar a representatividade dos/as participantes, cuja seleção ocorreu de forma totalmente aleatória, por meio de indicações realizadas por coordenações de curso das instituições com as quais realizamos contato, conforme detalhado anteriormente.

É importante ressaltar o papel da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), atualizada pela Lei nº 14.723/2023, que determina a reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com subcotas para pretos, pardos e indígenas (PPI), proporcionais à composição populacional de cada estado. Essa legislação contribuiu para reconfigurar o espaço universitário, ampliando sua diversidade social e racial.

Para contemplar as questões que embasaram as entrevistas, organizamos as análises em três eixos temáticos: 1) Jornalismo para a Paz; 2) Decolonialidade e jornalismo; 3) Jornalismo, Agenda 2030 e os desafios do presente e do futuro. Primeiramente, discutiremos os resultados das entrevistas com os estudantes que, no decorrer de 2025, cursaram o 4º ano de graduação. Na sequência, focamos nas percepções dos/as egressos/as. Como mencionado anteriormente, as entrevistas com estudantes e egressos/as de jornalismo foram realizadas entre outubro e dezembro de 2025 por meio do Google Meet, de modo que todas foram gravadas e transcritas⁶³. No decorrer das análises, trazemos fragmentos dessas conversas, de modo que as citações não contam com paginação e data. Nas citações diretas, realizamos adaptações da linguagem coloquial para a formal, com o objetivo de assegurar maior fluidez textual, sem afetar o sentido original dos depoimentos. Já nas transcrições integrais das entrevistas, optamos pela manutenção da linguagem coloquial.

⁶³ As transcrições das entrevistas, tanto com estudantes quando egressos, encontram-se disponibilizadas no link a seguir: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1MLmLkSaiaU0t4feFeHwsVMvisFbCINo>. Salientamos que asseguramos o sigilo dos/as respondentes, suprimindo seus nomes, conforme explicitado no Termo de consentimento livre e esclarecido.

6.1 Percepções de estudantes do 4º ano de graduação em Jornalismo

As entrevistas com os(as) estudantes foram realizadas entre outubro e novembro de 2025, por meio de videoconferências na plataforma Google Meet, sendo todas devidamente gravadas e transcritas. O contato com os(as) participantes ocorreu a partir de interlocução com coordenações de cursos de IES das cinco regiões do país, acionadas com o apoio da rede de contatos do pesquisador, para os quais solicitamos indicações de pessoas que estivessem cursando o último ano de graduação em jornalismo. Realizamos contato com os/as estudantes indicados/as pelas coordenações por meio de mensagem, via e-mail ou WhatsApp, na qual destacamos os objetivos da pesquisa. Como resultado desse processo, obtivemos o retorno de 19 estudantes, que concordaram em participar das entrevistas.

1. Jornalismo para a Paz

Ao iniciarmos as entrevistas, partimos da suposição de que o conceito de Jornalismo para a Paz não seria conhecido pela maior parte dos(as) entrevistados(as), uma vez que os PPPs das instituições analisadas não contemplavam essa abordagem. Por se tratar de uma perspectiva relativamente recente, debatida principalmente no campo das Relações Internacionais e em alguns programas de pós-graduação em Comunicação, observamos que aqueles(as) que já haviam tido algum contato com o tema o fizeram, em geral, por iniciativa própria, por meio de cursos específicos, formações complementares ou palestras que abordaram o conceito. Entre os(as) 19 estudantes entrevistados(as), apenas três (15,7%) tiveram contato com o conceito durante a graduação, não porque a perspectiva integrasse formalmente a matriz curricular do curso, mas por iniciativa própria, com experiências formativas individuais.

A despeito da ausência de debates em torno do JP nas graduações, questionamos os(as) estudantes sobre suas percepções sobre o tema, solicitando que o definissem com suas próprias palavras. Houve significativa coerência entre as definições apresentadas e as formulações teóricas em torno do JP. Ainda que a maioria reconheça não ter tido contato formal com o conceito ao longo da graduação, os(as) estudantes o descrevem com base em perspectivas intuitivas, que o relacionam à resolução de conflitos, humanização das narrativas e crítica ao jornalismo sensacionalista ou orientado pela lógica da guerra. Inferimos que essas percepções são guiadas pelo entendimento que boa parte das pessoas tem sobre o conceito de paz, muitas vezes considerado como ausência de conflitos (paz negativa) (Galtung, 1969).

É o que afirma o entrevistado 8 (E 8), que entende o JP como “um jornalismo não focado em conflitos, semelhante àquilo que denominamos como jornalismo de soluções, que busca promover iniciativas de resolução dos conflitos”. Observamos uma percepção recorrente entre os(as) estudantes de que o JP dialoga com o jornalismo de soluções, principalmente por entenderem que o jornalismo deve ultrapassar a mera descrição dos conflitos e propor ações práticas diante de contextos de dissenso. Essa aproximação, como relatado por alguns(as) entrevistados(as), aparece na ênfase dada à visibilização de iniciativas e experiências voltadas ao enfrentamento de crises e à promoção de possibilidades de paz.

Como boa parte vincula o JP ao jornalismo de soluções, vale discorrer sobre o conceito, considerando que, segundo Farias (2025), ainda não existe uma definição acadêmica consolidada. A autora se baseia na concepção da *Solutions Journalism Network*, organização que visa fortalecer a prática jornalística orientada para a resolução de problemas sociais. Segundo a autora, se trata de uma prática jornalística que se diferencia da tradicional pelo fato de não somente expor ou denunciar problemas, mas colocar a resposta e a solução no centro da narrativa.

Por meio da entrevista com jornalistas recrutados pelo *Solutions Journalism Network*, McIntyre e Lough (2019) tentaram identificar quais são as características consideradas nesta abordagem. Os autores apontaram que a reportagem deve explicar *as causas de um problema social*; descrever uma *resposta a esse problema*, tornar o processo de *resolução de problemas central à narrativa*, explicar como a solução está sendo implementada, apresentar *evidências de resultados* vinculados à resposta, assim como apresentar as limitações. Os autores apontam que existe a possibilidade de transmitir também uma lição ensinável (Farias, 2025, p. 77, com destaques nossos).

Nesse sentido, existem aproximações entre o jornalismo de soluções e o JP, sobretudo se levarmos em conta que ambos propõem estratégias narrativas perante contextos conflituosos, privilegiam direcionamentos que contextualizam a realidade e apresentam suas diversas facetas. A principal diferença, em nosso entendimento, reside nos contextos em que essas perspectivas foram formuladas, sendo o JP uma extensão dos Estudos para a Paz, voltado para a ressignificação de narrativas em situações de guerra, enquanto o jornalismo de soluções se concentra nas problemáticas sociais.

As falas também indicam uma compreensão intuitiva do JP como uma prática ética e política comprometida com a contextualização dos conflitos, a humanização das narrativas e a crítica às estruturas que os produzem, em total coerência com as definições teóricas em torno da perspectiva. Dessa forma, é ressaltado o potencial do jornalismo como promotor de uma

intervenção capaz de favorecer a compreensão crítica das demandas sociais e estimular o engajamento das pessoas na busca por soluções, como afirma o E 12, da UFRGS, que compreende o JP como “um jornalismo envolvido em pautas sociais, talvez ligado a grandes organizações mundiais, como a ONU, que trate de geopolítica, acordos internacionais de segurança entre países, pensando na paz mundial”. E 17, estudante da UFG, entende o JP como uma tentativa de “mostrar o outro lado de um conflito ou de uma situação que é problemática, para tentar mitigar os conflitos que existem ali”.

Com o intuito de refletir sobre os direcionamentos da formação que, de alguma forma, se aproximam da perspectiva do JP, indagamos se, ao longo da graduação, os/as estudantes cursaram disciplinas que contribuíssem para a identificação de diferentes formas de violência ou que abordassem temas como diversidade e garantia dos direitos humanos, elementos centrais para uma prática jornalística voltada para a paz. Conforme os relatos, debates como estes ocorrem de forma fragmentada, isto é, ainda que existam componentes curriculares que especificamente trazem tais abordagens; elas não aparecem de forma evidente, no sentido de orientar os estudantes quanto à identificação de violências ou quanto ao papel do jornalista no enfrentamento a essas estruturas. E 10 afirma que esses temas foram abordados na disciplina “Comunicação e Cidadania”, de seu curso na UFRGS, com foco em questões sobre diversidade. De acordo com o entrevistado, algumas discussões eram realizadas por conta de demandas apresentadas pelos próprios alunos, conscientes da necessidade de o jornalismo não estar alheio aos temas importantes da sociedade contemporânea.

Minha turma trazia essas questões extracurriculares para dentro das disciplinas. Então, não ficávamos dependentes apenas do que o currículo apresentava. Contribuíamos com nossas próprias perspectivas. Como parte da minha turma é ligada a temas relacionados à diversidade, a gente sempre trouxe isso para debate (E 10).

Importante destacar o protagonismo dos/as estudantes no curso de jornalismo, tendo em vista se tratar de uma formação que acontece de forma dialógica, construída em conjunto, o que é de grande valia no campo das ciências sociais. O protagonismo dos/as discentes amplia o escopo dos debates em sala de aula e contribui para uma formação sensível diante das estruturas de desigualdade, com a valorização da diversidade de vozes que atravessam a sociedade. Isso ressalta a necessidade de dinamismo dos cursos, não limitados às diretrizes dos Projetos Político-Pedagógicos.

Entre as disciplinas apresentadas pelos/as estudantes, que contemplam essas temáticas, “Sociologia”, “Filosofia”, “Psicologia” e “Ética” são citadas como a base que proporciona o

diferencial crítico para lidar com questões sociais. Alguns/as mencionam disciplinas como “Mídia, Cidadania e Direitos Humanos”, “Jornalismo e Direitos Humanos” e “Comunicação e Cidadania”. Existe também a constatação de que o tema da diversidade costuma aparecer em disciplinas eletivas ou de forma transversal, como em “Comunicação Comunitária e Popular”, que foca em trazer os grupos marginalizados para o centro das discussões. Muitas vezes, esses temas não são uma política estrutural do currículo, mas dependem do perfil dos docentes. O debate sobre diversidade e direitos humanos é frequentemente impulsionado por professores engajados em causas sociais ou grupos de pesquisa específicos.

De modo geral, as pessoas entrevistadas consideram relevante que a formação em jornalismo ultrapasse a dimensão estritamente técnica e incorpore questões relacionadas à não violência, à diversidade e aos direitos humanos. Observa-se uma crítica recorrente de que a graduação ainda enaltece os aspectos técnicos; os/as estudantes não desconsideram a importância da técnica, mas apontam a necessidade de uma melhor distribuição desses conteúdos na matriz curricular do curso. Os/as estudantes também percebem que, muitas vezes, as discussões em torno dos direitos humanos, por exemplo, assumem caráter excessivamente formulaico, limitado à apresentação de regras sobre o que pode ou não ser feito nas coberturas, carecendo de maior aprofundamento no contato com a subjetividade e na humanização das fontes. É o caso de E 13, da UFMT, que considera fundamental que o curso traga discussões sobre não violência articuladas ao jornalismo.

Considero isso extremamente importante, sobretudo porque, no curso, há disciplinas como Ética. No entanto, essa abordagem costuma ser bastante formulaica, centrada em prescrições do tipo “não faça isso” ou “não faça aquilo”, sem contemplar perspectivas que dialoguem com as subjetividades. Nesse sentido, entendo que seria fundamental proporcionar aos estudantes um contato maior com uma dimensão mais humanizada da formação. No jornalismo, o ensino tende a se concentrar em fórmulas, deixando em segundo plano esse contato mais humano, especialmente diante de situações que exigem sensibilidade e humanidade (E 13).

Percepção semelhante é apontada por E5, da USP. O entrevistado afirma que o curso da instituição é fortemente orientado para a prática jornalística para além daquela exercida pela grande mídia, possibilitando aos/as estudantes o contato com direcionamentos plurais para pensar a construção da pauta. “Uma coisa que a gente observa na USP é que, nos dois primeiros anos, há ênfase na base teórica do jornalismo. A partir do terceiro, começamos a refletir sobre essa ação jornalística para pensar em novos formatos” (E 5). Apontamento semelhante é apresentado por E 1, da Unesp, que afirma que sua formação foi amparada em uma abordagem

humanística sólida, de modo que debates sobre não-violência, diversidade e direitos humanos, que se aproximam da perspectiva do JP, são trazidas em um conjunto de disciplinas, ainda que não exista nada formal, neste sentido, no currículo do curso. Segundo E1, isso faz com que os alunos saiam do curso com um pensamento crítico bem elaborado sobre questões que perpassam a sociedade.

Ao avaliar o diferencial da matriz curricular do curso de jornalismo da UFRGS para além da formação técnica, E 8 destaca a forte ênfase teórica da graduação, associada a uma prática reflexiva. De acordo com o entrevistado, existem disciplinas eletivas e iniciativas institucionais voltadas diretamente às temáticas da diversidade e dos direitos humanos, como a eletiva de “Jornalismo e acessibilidade” e o grupo de pesquisa Corporalidades, ligado à semiótica e com atuação voltada à diversidade de gênero.

A estudante E 19, da UESB, relata que o contato mais significativo com temas relacionados à diversidade, à não-violência e aos direitos humanos ocorreu nos primeiros semestres do curso, em disciplinas de caráter teórico voltadas às narrativas jornalísticas. Nesse período, ela destaca a realização de reportagens em profundidade com pessoas em situação de intensa vulnerabilidade, experiência que, segundo a entrevistada, a marcaram “completamente como pessoa e como jornalista”. Porém, E 19 avalia que esses momentos foram pontuais ao longo da graduação, uma vez que grande parte das produções jornalísticas desenvolvidas no curso se concentrava em pautas consideradas mais rotineiras, como a cobertura de eventos. Ela aponta que foram poucos os momentos de contato com aquilo que define, de forma crítica, como “o ‘verdadeiro jornalismo’”, indicando uma limitação na integração contínua dessas temáticas à matriz curricular.

A partir das percepções dos/as estudantes em torno do JP, observamos que, embora o tema seja preterido pelas graduações, suas compreensões são coerentes com os fundamentos dessa perspectiva, na medida em que a ideia de paz é assimilada como uma possibilidade de enfrentamento às estruturas de violência. Nota-se, também, que existem debates que se aproximam dessa abordagem, sobretudo quando mobilizam discussões em torno da diversidade do papel do jornalismo na proteção e garantia dos direitos humanos, pautas essenciais para o enfrentamento das violências de ordem estrutural e cultural. Entre os/as entrevistados/as, há ainda a consciência de que os cursos carecem de abordagens consistentes nesse sentido, bem como o reconhecimento de que a matriz curricular não deve ser composta unicamente por conteúdos de caráter técnico.

2. Decolonialidade e jornalismo

Em relação às percepções dos/as estudantes sobre a decolonialidade aplicada ao jornalismo, buscamos compreender se e de que forma as graduações incorporam esse conceito, não apenas no âmbito teórico, mas também na prática, a partir dos referenciais bibliográficos adotados e dos direcionamentos assumidos. Todos/as os/as entrevistados afirmam que em algum momento tiveram contato com o conceito de decolonialidade, ainda que não diretamente aplicado ao jornalismo, sendo que a profundidade desse conhecimento e a forma como ele é inserido no currículo variam significativamente. Em geral, o conceito aparece em disciplinas como “Antropologia”, “Antropologia cultural e mídia”, “Sociologia”, “Filosofia” e também em componentes curriculares que abordam a comunicação e o jornalismo na América Latina. Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), existem disciplinas obrigatórias sobre o conceito: “Decolonialidades na Comunicação” (1º ano) e “Decolonialidade no Jornalismo” (2º ano).

Quanto às percepções dos/as entrevistados/as em torno da decolonialidade, observamos coerência entre a visão dos/as estudantes e o que de fato a perspectiva significa. Boa parte associa o conceito como resistência aos modelos teóricos importados dos Estados Unidos e da Europa, ressaltando a importância de reconhecer direcionamentos teóricos elaborados no Brasil e em outras regiões do Sul Global. E 11, por exemplo, define o conceito como “uma prática para sair do eurocentrismo e abordar o mundo, com suas questões sociais e culturais, de maneira globalizada. Não focar apenas no Norte Global, mas considerar o Sul, contemplando todos os povos”. E 17, da UFG, afirma que o tema apareceu de forma transversal em sua formação, no entanto, entende colonialidade como o processo de dominação europeia, com a imposição de seus costumes e crenças; a estudante entende decolonialidade como a resistência diante dessa dominação. Assim, relaciona a colonialidade ao racismo estrutural: “Desde o processo de colonização, temos o racismo estrutural e as violências praticadas contra certos povos marginalizados. A tentativa de decolonialidade, acredito, é justamente mitigar esses aspectos perpetuados até hoje”, afirma E 17.

Alguns(as) relacionam o pensamento decolonial como tentativa de cessar os efeitos históricos da colonização, como o enfrentamento ao racismo estrutural, por exemplo. Assim como as abordagens em torno de direitos humanos, diversidade e enfrentamento às violências, o viés decolonial, segundo a maioria dos/as entrevistados/as, não aparece especificado como uma diretriz do curso, mas em iniciativas isoladas, principalmente quando algum(a) docente atua nesta perspectiva, como apontam estudantes de instituições como UEL, UFRGS, Unesp e USP. Estudantes da UEL e da UFRGS também destacam que, embora suas matrizes antigas

tratassem o tema de forma superficial ou fragmentada, os novos currículos incluem disciplinas obrigatórias específicas em torno do conceito, como mencionamos anteriormente.

De acordo com um dos entrevistados (E 10), em alguns momentos a graduação em jornalismo na UFRGS abarcou discussões alinhadas à perspectiva decolonial. Todavia, sempre por iniciativas isoladas de docentes ou por demandas apresentadas pela turma. Segundo E 10, ter contato com essa teoria ultrapassa o viés tecnicista da formação e “aquilo que já está estabelecido dentro da academia ou no próprio campo do jornalismo” (E 10). Ademais, o estudante considera essencial o engajamento dos(as) professores(as), mas ressalta: “Nossos professores são renomados e contribuem para o jornalismo, mas não necessariamente vão abordar este tema gratuitamente, porque não diz necessariamente respeito a eles, porque, em sua maioria, são professores brancos” (E 10). O estudante tem a percepção de que a perspectiva decolonial está alinhada às iniciativas teóricas empreendidas por autores e autoras negros, como sinônimo de resistência. A percepção se alinha ao conceito de colonialidade do poder, visto que, nessa lógica, a raça é vista como um dos principais critérios de segregação.

E 13, da UFMT, argumenta que o tema decolonialidade foi abordado em disciplinas específicas, como “Jornalismo Político” e “Cultura Brasileira”. Segundo ela, nessas matérias a decolonialidade apareceu de forma predominantemente conceitual. Ela observa que, apesar da relevância do debate, houve uma lacuna na articulação entre o conceito e a prática jornalística, uma vez que o tema foi tratado sem uma vinculação direta com o jornalismo e com o cotidiano profissional. “Por se tratar de um curso de jornalismo, acredito que as questões sobre decolonialidade deveriam ser articuladas à área e ao dia a dia profissional”, afirma a estudante.

Em algumas das entrevistas, a decolonialidade é relacionada aos conteúdos que abordam questões regionais ou locais, como afirma o entrevistado E 7, da Unifesspa. O estudante entende decolonialidade como todas as iniciativas que valorizam vivências locais em detrimento de articulações desenvolvidas em outros eixos. O estudante aponta que, por cursar a graduação em uma universidade situada na Amazônia, é imprescindível o contato com autores e autoras que conhecem e problematizam as demandas locais: “quando se trata de Amazônia é importante trazer autores locais, inclusive as perspectivas de povos originários”.

E15, do curso de Jornalismo da Ufam, apresenta percepção semelhante. Afirma não ter tido contato com a decolonialidade ao longo do curso, mas demonstra compreensão coerente com o que a perspectiva efetivamente propõe. Como exemplo, menciona a disciplina “Jornalismo na Amazônia”, na qual, para além dos referenciais bibliográficos previstos na ementa, o/a docente responsável indicava obras de pensadores/as brasileiros/as e amazonenses,

incluindo produções de ex-alunos/as que publicaram textos relacionados ao bioma, às suas demandas e às aproximações com o jornalismo.

Os/as entrevistados/as da Unesp (E 1 e E 3) afirmam que tiveram contato com o pensamento decolonial aplicado ao jornalismo, visto que o curso conta com uma disciplina concentrada nas teorias do jornalismo desenvolvidas na América Latina (“Pensamento jornalístico na América Latina”, no 4º termo da graduação). Ademais, a perspectiva é trabalhada na disciplina de “Antropologia Cultural e Mídia”, com articulações que estabelecem pontes entre a teoria decolonial e o jornalismo. Conforme E 1, as disciplinas de formação humanística tendem a trazer a decolonialidade para o debate, mas o estudante destaca uma incoerência: a exigência da disciplina de inglês acadêmico e profissional para jornalistas:

Na minha percepção, o inglês acadêmico é importante, mas não se trata da única linguagem que nós, jornalistas, deveríamos ter contato durante a graduação. Por que não temos Libras, que é uma língua oficial aqui do Brasil, por exemplo? Penso que a decolonialidade aparece no curso em vários momentos, mas tem esses contrassensos, que eu não sei se são determinações que vêm de cima para baixo (E 1).

Nessa mesma linha de raciocínio, E 3 comenta que a graduação em jornalismo da Unesp vem tentando não focar exclusivamente em perspectivas do Norte Global, incorporando teorias desenvolvidas por pensadores/as do Sul Global, especialmente autoras mulheres. Ela cita a disciplina de “Pensamento jornalístico na América Latina” e também de “Sociologia”, das quais recorda ter tido contato com essa abordagem.

Se você for para os clássicos do jornalismo, perceberá que grande parte são de autores homens. Isso se deve ao fato de que os homens tinham mais espaço para escrever, se comparados às mulheres. Mas temos alguns professores que vêm tentando valorizar perspectivas de autoras mulheres, ou então autores e autoras que não são americanas ou europeias (E 3).

O PPP da UEL, de 2023, contempla as disciplinas “Decolonialidades na Comunicação” e “Decolonialidades no Jornalismo”, conforme mencionado anteriormente, em uma rara constatação do tema decolonialidade alinhado ao campo comunicacional. Os/as estudantes entrevistados/as da instituição (E 4 e E 18), concluintes do curso, realizaram sua formação com base no projeto pedagógico anterior. Afirmam que, naquele período, ainda não havia uma disciplina específica voltada à decolonialidade, mas que o tema era abordado em componentes curriculares que discutiam as mídias contra-hegemônicas, bem como a comunicação popular e comunitária.

Em linhas gerais, notamos que as percepções apresentadas pelos/as estudantes evidenciam que, mesmo na ausência explícita do conceito de decolonialidade nos projetos pedagógicos ou em disciplinas específicas, há práticas formativas que tensionam a hierarquia epistêmica predominante no ensino do jornalismo. Nesse sentido, ao valorizar referenciais produzidos por pensadores/as historicamente situados/as fora do eixo hegemônico do conhecimento, como relatado pelos/as entrevistados/as, essas experiências dialogam com a crítica de Grosfoguel (2012) à hierarquia epistêmica global, segundo a qual os saberes produzidos no ocidente são considerados superiores.

Ainda com o objetivo de averiguar aproximações ou distanciamentos em relação ao pensamento decolonial e partindo da compreensão de que o jornalismo enfatiza teorias do Norte Global (Moraes; Veiga da Silva, 2019), questionamos se, ao longo do curso, os/as estudantes tiveram contato com autores e autoras que não fossem europeus ou norte-americanos, solicitando que citassem os/as que mais os/as marcaram. Em comparação com os referenciais bibliográficos que integram oficialmente os PPPs, observamos, a partir das entrevistas, a existência de certo equilíbrio na seleção dessas referências, na medida em que se identifica uma mescla entre teorias clássicas, desenvolvidas majoritariamente no Norte Global, e perspectivas que as atualizam, produzidas no Brasil ou em outras localidades da América Latina.

É unânime entre os/as entrevistados/as o relato de que, durante a graduação, tiveram algum contato com autores/as que não fossem norte-americanos ou europeus. Porém, é importante ressaltar que, embora valorizem esses autores/as, muitos relatam que a base teórica clássica dos cursos ainda é fortemente marcada pela predominância de referenciais do Norte Global, como a Escola de Frankfurt e autores do *New Journalism*, a exemplo de Gay Talese.

Dentre os/as pensadores/as brasileiros/as mais citados/as nas entrevistas estão: Fabiana Moraes, Marcia Benetti, Cremilda de Araújo Medina, José Marques de Melo, Nilson Lage, Luiz Artur Ferraretto, Adelmo Genro Filho, Cicilia Krohling Peruzzo, Cláudia Lago, Eni Orlandi, Milton Santos. Entre os/as pensadores/as de outras localidades, os/as estudantes citaram: Jesús Martín-Barbero, Achille Mbembe, Frantz Fanon e Stuart Hall.

3. Jornalismo, Agenda 2030 e os desafios do presente e do futuro

O terceiro eixo das entrevistas gira em torno das percepções dos/as estudantes acerca da relação entre a Agenda 2030 e a formação em jornalismo. Por se tratar de uma temática atual, que traz para o centro do debate questões sociais, econômicas e ambientais, que não deveriam ser preteridas pela prática jornalística, consideramos de suma importância que as graduações

na área estabeleçam diálogos consistentes com esse tema, de modo a formar estudantes críticos e sensíveis diante das demandas globais, especialmente no que se refere à urgência climática e a outras questões que afetam a sociedade.

Nesse sentido, defendemos as perspectivas do JP e da decolonialidade como possibilidades de repensar os cânones do jornalismo, dialogando com uma visão crítica e plural acerca dessas demandas e permitindo, de certo modo, pensar o jornalismo sob a ótica dos ODS. Destarte, buscamos também compreender como os/as entrevistados/as percebem a graduação em jornalismo como possibilidade de enfrentamento aos desafios do presente e do futuro. Ao tratar desses desafios, nos referimos a um contexto marcado por resquícios de violências coloniais geradoras de exclusões, bem como pelas crises que afetam o meio ambiente e a casa comum. Assim, buscamos apreender as percepções dos/as estudantes sobre quais conhecimentos e competências o/a profissional do jornalismo deve possuir diante desses desafios.

Conforme os relatos apresentados pelos/as estudantes, os diálogos entre os cursos de jornalismo e a Agenda 2030 são raros, ocorrendo de forma periférica e fragmentada na estrutura curricular. Enquanto em algumas instituições o tema é trabalhado em disciplinas como “Jornalismo Ambiental” e “Jornalismo e Sustentabilidade”, por exemplo, em outras ele é completamente inexistente ou abordado por meio de iniciativas externas, como palestras específicas. Em algumas instituições, como relatado nas entrevistas, embora careçam as menções sobre a agenda global, existem disciplinas cujos direcionamentos têm proximidade com os ODS. É o caso, por exemplo, de “Comunicação e Sustentabilidade”, na UFG, que, de acordo com E 11, trabalha conceitos condizentes com a Agenda. E 17, também de UFG, relata que essa disciplina, ao tratar de sustentabilidade, trouxe a temática dos ODS e o papel da comunicação nesse processo. “Poderia ter mais ações voltadas para essa temática, mas a disciplina trouxe abordagens bem importantes sobre a Agenda 2030”, afirma E 17.

“Jornalismo Ambiental”, disciplina citada por estudantes da Ufam e da UFMT, também estabelece relações com a agenda global e os ODS, sobretudo pelo fato de contemplar debates acerca da urgência climática. E 15, da Ufam, comenta que o tópico foi de grande importância, sobretudo por tê-lo cursado no contexto da COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas), realizada em 2025, em Belém do Pará. Conforme o estudante, a agenda e os ODS foram discutidos de forma genérica e pontual, sendo que o docente responsável escolhia algumas temáticas e os/as discentes debatiam entre si, refletindo sobre o papel do jornalismo diante de determinadas demandas.

E 15 considera que há, sim, uma relação direta entre a Agenda 2030 da ONU e a formação em jornalismo, especialmente no contexto da região Norte e da Amazônia. Para ele, essa articulação se justifica tanto pela centralidade ambiental e geopolítica da região quanto pela responsabilidade local na produção de conhecimento jornalístico sobre essas temáticas. Nesse sentido, ele enfatiza a especificidade regional como elemento importante da formação: “se a gente que mora aqui, na Amazônia, não estudar sobre isso, ninguém mais vai estudar” (E 15). Segundo o entrevistado, é somente em disciplinas específicas, voltadas à realidade amazônica e às questões sociais, que temas alinhados à Agenda 2030 ganham maior centralidade. E 15 destaca três componentes curriculares como fundamentais para o debate de questões sociais, ambientais e de direitos humano, alinhados à Agenda 2030: “Mídia e Direitos Humanos”, “Formação Social da Amazônia” e “Jornalismo e Questões Amazônicas”. Ele explica que foram essas disciplinas que possibilitaram uma abordagem mais consistente dos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e às problemáticas regionais, aproximando a formação jornalística das demandas e desafios concretos da Amazônia.

Opinião semelhante é compartilhada por E 13, da Federal do Mato Grosso (UFMT). A estudante, que também cursou a disciplina de “Jornalismo Ambiental”, afirma que a questão sobre a Agenda e os ODS foi tratada superficialmente, porém, com debates que relacionam jornalismo, meio ambiente e questões sociais. E 18, da UEL, diz não ter tido contato com o tema no decorrer da graduação: “Tivemos maior contato com as demandas do mercado de trabalho. Mas, acredito que todas as discussões que envolvam perspectivas mundiais deveriam ser trazidas nas disciplinas ou então em palestras específicas” (E 18).

No que tange a questões vinculadas à cidadania, e que também se relacionam com os ODS, estudantes da Unifesspa e Unesp falam, respectivamente, de discussões empreendidas em disciplinas como “Mídia, Cidadania e Direitos Humanos” e “Cidade, território e conflitos sociais”. E 1, da Unesp, considera o debate primordial na contemporaneidade, de modo que possui total aderência com a formação jornalística:

Acho super necessário para a gente pensar o futuro do planeta, pois quem trabalha com comunicação precisa ter embasamento, controle e cuidado com os discursos que estão circulando também nos espaços de poder. Então, eu acho super válido e necessário (E 1).

Um dado relevante, observado nas entrevistas, é o fato de alguns/as graduandos/as conhecerem a Agenda 2030 para além da graduação, em experiências no mercado de trabalho e em estágios (E 3; E 10; E 16). Além disso, há discussões empreendidas em projetos de

extensão, grupos de pesquisa e eventos específicos, realizados pelas universidades. A proximidade da COP30 no Brasil impulsionou discussões sobre sustentabilidade de forma imersiva, mesmo que o tema não esteja no centro do debate acadêmico cotidiano, relacionado à prática jornalística. E 9, da UFMT, avalia que existe uma relação direta entre a Agenda 2030 e a formação em jornalismo, uma vez que a implementação da agenda nos países demanda mediação e acompanhamento por parte do campo jornalístico. Segundo a entrevistada, ao se tratar de compromissos internacionais voltados à melhoria das condições de vida da população, cabe ao jornalista “traduzir isso para as pessoas, tornando compreensíveis as políticas e ações adotadas pelos governos” (E 9). Nesse sentido, ela afirma que, “a partir do momento que tem uma promessa, o jornalista tem que ir atrás do resultado dessa promessa” (E 9).

Alguns/as estudantes afirmaram que a Agenda 2030 passou “despercebida” ou que nunca ouviram falar dela durante a graduação (E 2; E 4; E 8; E 12; E 16; E 18; E 19). Porém, é unânime o reconhecimento de que a pauta é essencial para a formação. Em linhas gerais, entendem que o jornalista do futuro deve atuar como mediador e vigilante, traduzindo as metas da ONU para a população e cobrando o cumprimento de promessas governamentais. Além disso, acreditam que o embasamento nos ODS ajuda a controlar e qualificar os discursos que circulam nos espaços de poder.

Em consonância com a temática da Agenda 2030, finalizamos as entrevistas questionando os/as estudantes acerca de suas percepções em torno da graduação, para verificarmos quais seriam, na visão deles/as, os conhecimentos e as competências necessárias aos profissionais de jornalismo diante dos desafios do presente e do futuro. Na maior parte dos casos, as pessoas entrevistadas apontam para competências que ultrapassam o domínio técnico e enfatizam que os/as jornalistas devem possuir senso crítico, humanidade e capacidade de contextualização. As percepções vão ao encontro do JP, que visa, entre outros atributos, a contextualização dos acontecimentos, com enfoque mais humanizado e crítico diante de contextos de violência, com vistas para sua ressignificação.

Para E 1, da Unesp, a inconformidade deve ser o elemento central da prática profissional. Ele afirma que o/a jornalista não deve aceitar “respostas prontas” nem naturalizar o estado vigente das coisas, defendendo a necessidade de questionar os processos históricos e os interesses que sustentam determinadas narrativas e normalizações. Associada a essa inconformidade, E 1 ressalta a importância do pensamento crítico como base para lidar com as complexidades dos modos de vida, de informação e de formação no século XXI, especialmente diante dos múltiplos atravessamentos que marcam o campo. Para o estudante, “o normal não é suficiente”, sendo necessário questionar quem define o que é normal, a partir de quais critérios

e a serviço de quais interesses. Raciocínio semelhante é apresentado por E 2, da UFMT, que destaca os silenciamentos praticados pelo que ela denomina como jornalismo hegemônico; conforme a estudante, os profissionais do jornalismo precisam recuperar a capacidade de indignação: “para fazer um jornalismo que eu considero essencial, o profissional precisa olhar para a realidade e se indignar diante de algumas situações, na busca por entender porque a realidade está dessa forma”. (E 2).

E 9, também da UFMT, ressalta a ética como pilar da atividade jornalística; a estudante chama a atenção para os desafios relacionados ao universo digital, que intensifica narrativas de ódio e facilita a propagação de desinformação. Segundo a entrevistada, é necessário que as graduações preparem os futuros profissionais para que saibam lidar com a complexidade dos temas que perpassam a sociedade. Ela afirma que, na ânsia do consumo rápido de informações, existe uma tendência às simplificações, que esvaziam os conteúdos.

A preocupação com o avanço da inteligência artificial (IA) é recorrente entre os/as entrevistados/as. Há o entendimento compartilhado de que os cursos de jornalismo não devem preterir essa temática, considerando o surgimento contínuo de ferramentas que auxiliam na produção de conteúdo. A partir das entrevistas, observamos que, embora essa realidade já impacte o campo do jornalismo, o tema ainda aparece timidamente no âmbito das graduações. Reconhece-se que essas tecnologias são importantes e inevitáveis, ao mesmo tempo em que os/as estudantes demonstram consciência sobre os impactos que elas podem gerar no jornalismo profissional, especialmente no que diz respeito à facilidade na criação de conteúdos, seja por profissionais da área ou não. De acordo com E 5, graduando da USP, o avanço da inteligência artificial deve ser uma pauta considerada na graduação, por trazer uma série de desafios. O entrevistado diz que a sociedade já está buscando se informar por meio das IA, cabendo ao jornalismo profissional a necessidade de conhecer essas ferramentas.

Querendo ou não, a IA pode facilitar ou atrapalhar o trabalho do jornalista. Tudo depende da forma como você usa, e também de como as pessoas vão utilizar essas ferramentas. Então, o jornalista precisa considerar as formas de atrair esse público, que vai preferir perguntar, por exemplo, ao Gemini, o que está acontecendo no conflito X (E 5).

Alguns/as estudantes expressam visões que dialogam com as perspectivas do JP e da decolonialidade, ao enfatizarem a importância de articular os conhecimentos e as competências do/a jornalista a dimensões de caráter mais humanista. Há menções relacionadas à concessão de visibilidade às vozes historicamente silenciadas pelas dinâmicas de poder, bem como à

garantia da pluralidade de fontes nas coberturas jornalísticas. Existe o entendimento, entre os/as discentes, de que se tratam de temas que precisam ser abordados no âmbito da graduação. E 17 reforça a urgência de os cursos de jornalismo passarem a considerar referenciais teóricos de outros contextos, e não somente os que já são legitimados. Ela afirma que é fundamental preparar os estudantes quanto à pluralidade de vozes nas coberturas jornalísticas:

Ir ao encontro das fontes e estabelecer diálogo com as pessoas proporciona uma compreensão bastante ampla. Para pautas dessa natureza, especialmente as de caráter social e relacionadas a perspectivas decoloniais, a proposição dessas temáticas por parte dos/as docentes é fundamental, pois possibilita que os/as estudantes entrem em contato direto com as fontes, conversem e desenvolvam o trabalho a partir dessa aproximação. Quando o/a estudante conhece a realidade, realiza entrevistas e passa a compreender, ainda que parcialmente, as vivências das pessoas envolvidas, constrói uma visão mais ampla e sensível do que aquela obtida exclusivamente por meio das teorias (E 17).

Nesse sentido, a visão da estudante dialoga com os princípios que orientam a decolonialidade no jornalismo, especialmente no que tange à valorização de vozes dissidentes, historicamente silenciadas pelas estruturas dominantes. A partir das entrevistas com estudantes, observamos que, a despeito das lacunas nos currículos quanto às perspectivas teóricas e práticas que se afastem dos cânones pragmáticos, há um interesse latente por parte dos/as estudantes em apresentar demandas aos cursos. Estas demandas contemplam questões contemporâneas, como a valorização da diversidade, a pluralidade de vozes, a urgência climática, entre outros aspectos. Isso evidencia que os currículos, ainda que formalmente documentados e construídos a partir de múltiplos fatores, em diálogo com o corpo discente, o colegiado do curso e outras instâncias, precisam incorporar esses temas. Com efeito, reforça a compreensão de que a graduação em jornalismo não é estanque, mas marcada por um caráter dinâmico, sensível aos movimentos e às demandas da contemporaneidade.

A entrevistada E16, estudante da UESB, aponta que o enfrentamento dos desafios do presente e do futuro no jornalismo passa, necessariamente, pela inserção de temas contemporâneos no debate em sala de aula. Em sua percepção, assuntos de grande relevância histórica e social, como a COP30, ainda são pouco explorados no contexto da formação, apesar de se tratarem de marcos que impactam diretamente o exercício profissional. A graduanda defende a necessidade de incorporar uma perspectiva de futuro na formação, destacando discussões sobre sustentabilidade, consideradas por ela como urgentes e ainda insuficientemente trabalhadas no ambiente acadêmico. E16 destaca que a formação em jornalismo não pode se restringir a uma visão limitada à realidade local, alertando para o risco

de permanecer “na nossa bolha”, sem considerar as dinâmicas globais que atravessam o campo e demandam respostas urgentes por parte do jornalismo.

No tópico a seguir, discutimos os resultados das entrevistas realizadas com 23 egressos/as do curso de jornalismo. Os/as entrevistados/as possuem trajetórias formativas distintas, abrangendo desde aqueles/as que concluíram a graduação há mais tempo até os/as que se formaram recentemente: o egresso com maior tempo de formação concluiu o curso em 2012, enquanto o mais recente finalizou a graduação em 2025. Notamos que alguns dos pontos de vista indicados pelos/as egressos/as convergem com aqueles apresentados pelos/as estudantes, especialmente em relação aos desafios identificados no campo do jornalismo.

6.2 Percepções de egressos/as sobre a graduação em Jornalismo

As entrevistas com os(as) egressos foram realizadas entre novembro e dezembro de 2025, por meio de videoconferências na plataforma Google Meet, sendo todas devidamente gravadas e posteriormente transcritas. O contato com os(as) participantes ocorreu a partir de interlocução com coordenações de cursos de Instituições de Ensino Superior (IES) das cinco regiões do país, acionadas por meio da rede de contatos do pesquisador, para os quais solicitamos indicações de pessoas que tivessem concluído o curso de jornalismo. Realizamos contato com os/as egressos indicados/as pelas coordenações por meio de mensagem, via e-mail ou WhatsApp, na qual destacamos os objetivos da pesquisa. Como resultado desse processo, obtivemos retorno de 23 egressos/as, que concordaram em participar das entrevistas.

1. Jornalismo para a Paz

Assim como observado nas entrevistas com estudantes, a maioria dos/as egressos/as do curso de jornalismo entrevistados/as afirma desconhecer o conceito de Jornalismo para a Paz, dado que já prevíamos antes da realização das entrevistas. Do total de 23 pessoas entrevistadas, somente 5 (21,7%) relataram já ter lido ou ouvido algo a respeito do conceito, sendo esse contato ocorrido fora do contexto da graduação, em cursos livres ou em outros espaços formativos. Para muitos, o primeiro contato com a terminologia ocorreu apenas no momento da entrevista ou do convite para a pesquisa. Solicitamos aos/as entrevistados para que definissem livremente o que entendem quando ouvem o conceito de JP. Como a maioria não teve contato com a perspectiva durante a graduação, as definições apresentadas são intuitivas,

geralmente vistas como uma oposição ao modelo de jornalismo tradicional, que, de acordo com algumas percepções apresentadas, é focado no conflito e no sensacionalismo. Duas pessoas relacionam o JP ao jornalismo de soluções (EG 10 e EG 17).

Algumas definições propostas afirmam se tratar de uma orientação jornalística oposta ao sensacionalismo, como afirma EG 1. A egressa da Unifesspa associa a perspectiva a um compromisso com a veracidade das informações, princípio que, segundo ela, deve orientar o exercício jornalístico. Para a entrevistada, informar com precisão e atualizar a sociedade são funções centrais do jornalismo profissional; no entanto, no âmbito do JP, esse compromisso com a verdade deve vir acompanhado de uma abordagem que não enalteça a violência. Em sua percepção, práticas sensacionalistas intensificam sentimentos de medo e pânico, gerando reações negativas diante dos acontecimentos noticiados, em uma linha de raciocínio próxima à de Arévalo Salinas (2014), quando afirma que a comunicação centrada na violência promove esse sentimento de insegurança, desesperança e conformismo.

Nessa perspectiva, a egressa entende que o JP se configura como alternativa a esse modelo, ao propor a mediação dos fatos de forma mais responsável, priorizando a contextualização e a redução de alarmismo. Mesmo diante de informações consideradas dolorosas ou preocupantes, a entrevistada defende que elas sejam apresentadas de maneira a funcionar como alerta, e não como gatilho para o medo coletivo: “o jornalismo para a paz visa trazer essa veracidade de uma forma menos impactante para as pessoas, [...] para que o fato narrado sirva como alerta, e não gere desespero” (EG 1).

Percepção semelhante é apresentada por EG 13, da UFOP. A jornalista compreende o JP como uma prática que se distancia do sensacionalismo e da promoção da violência, da crueldade ou do crime, sem deixar de noticiar os acontecimentos. Para ela, se trata de um jornalismo voltado à promoção efetiva da paz, o que envolve a valorização de pautas que contribuam para o enfrentamento de problemas estruturais, como a fome e as questões ambientais, indo além de abordagens concentradas em conflitos ou disputas. Nessa perspectiva, a relevância das pautas está associada à capacidade de produzir impactos sociais positivos (paz positiva). Essa percepção caminha em direção ao vínculo entre o JP e a defesa dos direitos humanos, como diz EG 4, jornalista formado pela UFRGS: “Quando ouço o conceito de Jornalismo para a Paz, imagino que seja uma teoria que vincule o jornalismo à manutenção de um estado de paz, por meio de uma perspectiva de defesa dos direitos humanos. É isso que eu consigo pensar como primeira associação” (EG 4).

Ao refletir sobre sua trajetória formativa, EG 13 (UFOP) contextualiza essa compreensão com base na realidade regional em que se deu sua graduação, no interior de Minas

Gerais, marcada pela centralidade da mineração. Ela afirma que, no decorrer do curso, houve ênfase em debates sobre o rompimento da barragem de Mariana (MG), o que contribuiu para que ela entendesse o jornalismo como possibilidade para promover a denúncia da situação e também o acolhimento das populações vitimadas. Embora reconheça a importância desse papel, a jornalista expressa certa hesitação em enquadrar essas práticas como Jornalismo para a Paz, uma vez que, em sua avaliação, elas não estariam plenamente direcionadas à construção de alternativas (EG 13). Ainda assim, ela reconhece que a denúncia e a promoção do debate público podem gerar resultados concretos em determinadas circunstâncias, mesmo que, para ela, essas iniciativas não se alinhem integralmente à perspectiva do JP.

EG 8, graduado em 2017 pela Unesp, associa o JP a uma compreensão ampla do conceito de paz, vinculada aos direitos humanitários e à cobertura de conflitos geopolíticos internacionais. Para ele, essa associação inicial remete à busca por entendimento e pacificação em cenários de guerra, evocando referências históricas como o contexto de criação da ONU, no pós-guerra. No entendimento do entrevistado, o JP tem como “primeiro intuito, pensar em algo que traga um entendimento, uma pacificação em relação a todos esses conflitos globais” (EG 8). O egresso reconhece que o JP não se limita à escala global, podendo ser aplicado também ao que ele chama de “microcosmos” das diferentes editorias jornalísticas, o que significa a aplicação da perspectiva em contextos de conflitos diversos. Segundo EG 8, áreas como o jornalismo político, social, econômico ou voltado às populações minoritárias apresentam possibilidades concretas de abordagem da pacificação em contextos específicos. Assim, ele compreende o JP como um conceito transversal, quando se trata de situações de conflito, ainda que seja predominantemente associado à cobertura de conflitos humanitários internacionais.

Entre os egressos entrevistados, percebemos uma linha de raciocínio mais consistente em torno do conceito de JP, com formulações que estabelecem relações com esferas como direitos humanos, fomento da cultura de paz, contextos geopolíticos, entre outras. Em nosso entendimento, a experiência profissional e o fato de alguns/as dos/as entrevistados/as estarem inseridos em programas de Pós-Graduação, fomenta uma percepção mais crítica e sólida acerca do conceito. Existem contundentes críticas ao sensacionalismo e à ênfase da violência no contexto das coberturas jornalísticas, de modo a ressaltarem a urgência de ressignificar o modo com o jornalismo é praticado.

Há diversas percepções que associam o JP às coberturas voltadas à efetivação dos direitos humanos. Nesse sentido, questionamos os/as entrevistados/as se, ao longo da graduação, tiveram contato com disciplinas que abordassem a diversidade e os direitos humanos ou que promovessem reflexões sobre o enfrentamento à violência e o reconhecimento de suas

múltiplas manifestações. Em geral, assim como constatado nas entrevistas com estudantes, essas temáticas não foram abordadas em disciplinas obrigatórias, mas apareceram de forma transversal, em matérias eletivas ou por iniciativa individual de docentes. Boa parte dos/as entrevistados afirma que questões em torno dos direitos humanos, diversidade e não-violência apareceram em componentes curriculares que envolviam relações entre ética e jornalismo.

EG 12, egressa da UEMG, assinala que discussões vinculadas a esses temas estiveram presentes em disciplinas sobre ética e ontologia do jornalismo. Segundo ela, esses debates ocorreram a partir da análise crítica de coberturas midiáticas nas quais o jornalismo foi mobilizado de forma violenta ou discriminatória, evidenciando como a prática pode ser utilizada “como uma maneira de ferir as outras pessoas” (EG 12). Entre os exemplos citados por ela, destaca-se o estudo da cobertura da ascensão de Dilma Rousseff à Presidência da República, marcada, conforme a entrevistada, por um “sexismo ridículo”, que reforçava estereótipos de gênero ao enfatizar a figura da presidenta mulher.

A jornalista firma que seu curso problematizou a possibilidade de o jornalismo contribuir para aquilo que ela denomina como “morte simbólica” de determinados grupos sociais, seja em função de raça, classe, etnia ou religião. Como exemplo, ela cita a construção midiática de estereótipos sobre pessoas muçulmanas no contexto pós-11 de setembro, apontando a responsabilidade dos meios de comunicação no “apagamento histórico” e na associação generalizada dessas populações ao terrorismo. Para EG 12, o exercício do jornalismo não pode reforçar esse tipo de narrativa, uma vez que cabe à profissão “não colaborar com discursos que criem ou reforcem esses estereótipos” (EG 12). A visão apresentada vai ao encontro da perspectiva decolonial aplicada ao jornalismo, cujo principal fundamento é a valorização e a concessão de visibilidade aos grupos preteridos pelas dinâmicas de poder.

Egresso da UFMT, EG 19, avalia que as discussões sobre violência estiveram presentes na maioria das disciplinas cursadas, especialmente em função do contexto regional e político no qual se deu sua formação. Segundo ele, o estado de Mato Grosso “não é um dos Estados mais gentis com jornalistas”, circunstância que, associada ao período de ascensão da extrema direita, contribuiu para que os/as professores/as alertassem, com frequência, para situações de violência dirigidas ao jornalismo profissional. Ele explica que essas reflexões eram aprofundadas nas disciplinas de ética e em outros componentes curriculares voltados à dimensão profissional da atuação jornalística, nos quais se discutiam não apenas questões normativas, mas também os direitos profissionais dos/as jornalistas.

Embasados nessa linha de raciocínio e inferindo que a comunicação e o jornalismo constituem espaços de poder, entendemos que esses campos são historicamente atravessados

por traços de violência colonial, sobretudo quando se considera a predominância de perspectivas e orientações teóricas oriundas do Norte Global, conforme discutido anteriormente. Nesse sentido, na busca de percepções sobre o JP, perguntamos aos egressos se consideram que a violência, muitas vezes assumida como critério de noticiabilidade (ainda que de forma indireta), visa atender interesses específicos ou atuar na manutenção de estruturas de poder. A maior parte dos entrevistados/as compreende que a seleção de enquadramentos jornalísticos que amplificam a violência jamais é neutra e visa responder a interesses políticos e econômicos, de modo a assegurar o poder de determinados grupos.

Como exemplo, a egressa da UEMG, EG 14, avalia que a centralidade da violência nas coberturas jornalísticas atende sobretudo a interesses mercadológicos e simbólicos dos próprios veículos, que recorrem ao sensacionalismo para atrair atenção, vender exemplares e obter “status midiático”. Partilhando sua experiência em um jornal local, ela afirma que temas ligados à morte, crimes e acidentes tendem a ocupar as manchetes, ao passo que pautas culturais e comunitárias são relegadas a um plano secundário, como é o caso do caderno cultural, visto como “menos importante”, apesar de também tratar de informações de interesse público. Na visão da egressa, a violência é explorada porque “as pessoas comprem a desgraça alheia”, seja por curiosidade, seja por uma construção cultural que ensina o que deve chamar atenção. O argumento segue linha de raciocínio semelhante ao proposto por Ferreira (2022), para quem a ênfase na violência legitima discursos pessimistas e influenciam a opinião pública; isso chama a atenção para a urgência de ações comunicacionais e políticas públicas empenhadas em equilibrar o domínio de grupos empresariais que exploram a violência no jornalismo e na mídia em geral como estratégia para atrair audiência (Ferreira, 2022; Cabral; Feltrin, 2023).

EG 4, graduado pela UFRGS, apresenta ponto de vista um pouco diferente. Para ele, a ênfase na violência não decorre de um interesse deliberado de poder ou de um “complô” da grande imprensa, mas está relacionada às transformações do jornalismo contemporâneo, especialmente no contexto pós-industrial, marcado pela busca por audiência, cliques e retenção de leitores. Para o jornalista, formado em 2015, a violência se consolida como valor-notícia por representar uma alteração no cotidiano, o que a torna atraente do ponto de vista da lógica jornalística.

É claro que a gente sabe que existem violências que são mais toleradas se comparada a outras. Quando existe algum tipo de violência em uma área periférica, por exemplo, isso atrai menos atenção do que uma violência em uma área nobre de uma cidade (EG 4).

O entrevistado rejeita a ideia de que essa assimetria seja fruto de uma intenção consciente das editorias de normalizar a violência na periferia, enfatizando que jornalistas, em geral, possuem um “senso ético e de justiça muito aguçado” e buscam “reduzir a desigualdade social e promover maior equidade” (EG 4). O egresso concorda que a violência é fato naturalizado na dinâmica social, e afirma: “O jornalista é parte dessa sociedade, de modo que tende a reproduzir os discursos que estão normalizados”.

EG 23, também da UFRGS, é o entrevistado que concluiu a graduação há mais tempo, em 2012. Ele tem a percepção de que a ênfase na violência pode, sim, contribuir para a manutenção de interesses e perspectivas de poder, ainda que isso nem sempre ocorra explicitamente. Para ele, a cobertura jornalística é atravessada pelas objetividades dos próprios jornalistas e também pelas mediações institucionais envolvidas na publicação das notícias, uma vez que os veículos são, antes de tudo, empresas que operam a partir de interesses específicos, que variam conforme o suporte, o modelo organizacional e o tipo de jornalismo praticado.

Percebemos, em todas as entrevistas, a compreensão de que é urgente ressignificar as estruturas que organizam o cotidiano profissional do jornalista. As falas dos/as egressos/as com maior tempo de atuação no mercado indicam que a rotina produtiva e as exigências do trabalho frequentemente limitam reflexões mais críticas sobre os direcionamentos editoriais que promovem violências e reiteram exclusões; nesse contexto, a perspectiva do Jornalismo para a Paz tende a permanecer associada mais a um conceito do que a uma prática efetiva. Ainda assim, esses/as profissionais reconhecem a necessidade de repensar as práticas jornalísticas, especialmente no âmbito da grande mídia, ainda centrada na ênfase às violências.

2. Decolonialidade e jornalismo

Com base nos relatos dos/as egressos/as, a compreensão e o contato com o conceito de decolonialidade são variados, o que revela uma divisão entre aqueles que tiveram contato direto na graduação e aqueles que só conheceram o termo em estudos posteriores ou que ainda o desconhecem. Uma das perguntas realizadas foi se a graduação em jornalismo abordou, em algum momento, o tema decolonialidade; as respostas foram bem divididas, sendo que 11 entrevistados/as disseram que sim (47,8%), enquanto 12 disseram não ter tido contato com a perspectiva no decorrer da graduação (52,1%). Boa parte dos/as entrevistados/as afirma que o tema foi abordado, mas de forma pontual, por iniciativa de professores específicos ou de disciplinas eletivas, sendo que a temática nem sempre foi contemplada nos currículos do curso ou nas ementas de disciplinas.

Segundo EG 6, egressa da Unifesspa, sua graduação em jornalismo possibilitou, desde o início, o contato com epistemologias variadas, ainda que ela não recorde de o curso ter trabalhado especificamente o conceito decolonial em alguma disciplina. A jornalista comenta que essa perspectiva se materializou na medida em que os/as professores traziam abordagens teóricas de autores/as latino-americanos e africanos, bem como de mulheres, aspecto que ela considera fundamental para a formação dos/as estudantes. A egressa destaca que a comunicação foi apresentada no curso como uma prática e um campo de saber politicamente situado, compreensão que, segundo ela, atravessava não apenas os conteúdos trabalhados, mas também a postura adotada no espaço formativo. “Tivemos o reconhecimento da comunicação como um campo plural, intercultural, e multidisciplinar, com disciplinas que dialogam entre si”, afirma EG 6. Nesse sentido, entendemos que, em alguns casos, a graduação assume uma postura decolonial, mesmo que não aborde diretamente ou desconheça o conceito.

Algumas pessoas entrevistadas afirmaram ter tido contato com amplas discussões sobre decolonialidade ao longo do curso. É o caso de EG 17, egresso da UFMT. O jornalista, formado em 2023, cita o exemplo de uma disciplina laboratorial, focada em reportagens para revista, na qual a docente responsável estimulava os/as estudantes a pensar em pautas decoloniais e a retratar a realidade do Estado do Mato Grosso a partir de referências locais, evitando “aquele olhar viciado do europeu ou do norte-americano”, direcionando a atenção para Cuiabá-MT, o interior do Estado e suas periferias. De acordo com o entrevistado, esse exercício se materializava na produção da revista universitária *Fuzue*⁶⁴, voltada à cultura e ao esporte, mas marcada pela valorização da raiz cuiabana, tanto nas temáticas quanto nos enquadramentos. Ele reconhece que a proposição desse olhar crítico gerava, em alguns momentos, tensões em sala de aula, uma vez que muitos/as estudantes chegavam ao curso influenciados por referências midiáticas e culturais hegemônicas, como filmes e livros de origem estadunidense ou europeia, cabendo ao curso desempenhar um papel de desconstrução.

Assim como observado nas entrevistas junto aos/as estudantes, entre os/as egressos é comum o fato de a perspectiva decolonial ter sido abordada sem o estabelecimento de conexões com o campo do jornalismo. EG 22, também egressa da UFMT, relata experiência diferente da apresentada por EG 17. A jornalista menciona que o contato com a perspectiva se deu na disciplina de “Antropologia”, que trouxe o tema de forma ampla, sem relações diretas com o jornalismo.

Se esse conteúdo tivesse sido diretamente vinculado ao jornalismo, a disciplina poderia ter sido mais proveitosa. Trata-se, portanto, de um “sim e

⁶⁴ Disponível em: <https://anyflip.com/homepage/uvzlu/>

não”: tivemos contato com o tema, mas não de maneira especificamente orientada ao campo jornalístico, cabendo aos próprios estudantes estabelecer essa articulação (EG 22).

Mesmo entre os que tiveram pouco contato, há um entendimento intuitivo do que o conceito propõe. EG 5 e EG 11, graduados pela UFPB, entendem que a decolonialidade se refere à busca por outras referências, pouco valorizadas no campo, sobretudo autores/as do Brasil. EG 19 (UFMT), relaciona decolonialidade como “oposição à perspectiva branca, heterossexual e eurocêntrica que costumamos ter como base”. É possível perceber, tanto entre os/as estudantes quanto entre os/as egressos/as que, embora ainda não esteja presente de forma significativa nos cursos, o tema decolonialidade é uma demanda apresentada tanto pelos/as estudantes como por alguns docentes, que buscam diversificar os referenciais para além de autores homens, brancos, europeus e estadunidenses.

Dentro do eixo jornalismo e decolonialidade, perguntamos aos/as egressos se, no decorrer da formação em jornalismo, o curso trouxe perspectivas teóricas de autores/as que não fossem do Norte Global (europeus ou norte-americanos), que normalmente dominam as bibliografias dos cursos, como já observamos na análise dos PPPs. EG 4 relata que, durante a graduação teve contato consistente com autores/as e debates que escapavam ao eixo europeu e norte-americano. O jornalista explica que a presença de perspectivas críticas latino-americanas foi consistente em sua formação, especialmente por meio de disciplinas que trabalhavam perspectivas que realizavam uma crítica regional aos referenciais europeus, a partir de uma reflexão situada na América do Sul e na América Latina. Ele destaca que os/as docentes enfatizavam a importância de leituras próprias da região onde a universidade se localiza (Sul), incluindo autores latino-americanos e brasileiros que discutiam fenômenos culturais locais, como o “bairrismo gaúcho”. “Entendo que se tratou de um esforço individual dos professores que tiveram uma formação alinhada aos estudos decoloniais. Então, trazendo isso, eu tive contato com os estudos decoloniais no decorrer da formação”, afirma EG 4.

EG 2, egressa da Ufam, comenta que houve a presença de alguns autores brasileiros, sobretudo vinculados à teoria da comunicação, citando nomes que já ocupam lugar consolidado nos currículos dos cursos da área. Entretanto, segundo a entrevistada, essas referências permaneceram circunscritas a um conjunto restrito de autores/as consagrados/as, sem a ampliação para outras perspectivas teóricas ou epistemológicas. EG 7, também egressa da Ufam, afirma que, durante sua graduação, concluída em 2018, os/as docentes, em geral, costumavam mobilizar perspectivas de autores/as locais, especialmente nas disciplinas que articulavam jornalismo, Amazônia e questões ambientais. Mas, ao ser questionada sobre a

presença de pensadores/as indígenas ao longo da graduação, ela relata que esse contato foi bastante limitado, ocorrendo de forma mais significativa no Mestrado.

Solicitamos que os/as egressos citassem nomes de autores/as que não fossem europeus ou norte-americanos com os quais tiveram contato no decorrer da graduação. Entre os/as brasileiros/as citados/as estão alguns nomes ligados à grandes reportagens, como: Caco Barcellos, Eliane Brum, Daniela Arbex e Herodoto Barbeiro. Em relação a teorias da comunicação e do jornalismo, os/as entrevistados trouxeram nomes como: Fabiana Moraes, Jesús Martín-Barbero, Muniz Sodré, Nilson Lage, José Marques de Melo, Armand Mattelart, Otton Garcia, Felipe Pena e Marcia Veiga. Também foram citados alguns pensadores/as que dialogam com a perspectiva decolonial, como: Ailton Krenak, Grada Kilomba e Achille Mbembe.

3. Jornalismo, Agenda 2030 e os desafios do presente e do futuro

O terceiro eixo das entrevistas foca no posicionamento dos/as jornalistas quanto à relação entre a Agenda 2030 e o jornalismo, bem como suas percepções sobre os conhecimentos necessários para que os profissionais possam enfrentar os desafios do presente e do futuro, especialmente no que tange à urgência climática e às violências que perpassam a sociedade. Com base nas entrevistas, o diálogo entre os cursos de jornalismo e a Agenda 2030 é descrito como frágil, superficial ou inexistente na estrutura curricular obrigatória. Embora temas vinculados à sustentabilidade e ao meio ambiente apareçam, a menção direta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU costuma ocorrer sem aprofundamento, muitas vezes em diálogos entre docentes e estudantes em sala de aula. Na percepção de algumas pessoas, os cursos de jornalismo ainda seguem modelos que não dialogam com as demandas contemporâneas e acreditam que deveria haver integração de temas como Agenda 2030 e urgência climática nas matrizes curriculares, até mesmo como forma de ampliar a percepção crítica diante das estruturas geradoras de violência e desigualdade.

EG 7, egressa da Ufam, comenta que seu curso trouxe debates relacionados ao desenvolvimento sustentável e a temas que dialogam com os ODS, especialmente a partir da atuação de um docente específico. Segundo ela, esse debate era muito estimulado por um professor cuja área de atuação envolve jornalismo e meio ambiente, o que fazia com que essas discussões fossem levadas com frequência para a sala de aula. No entanto, a jornalista pondera que tais abordagens não estavam institucionalizadas no currículo do curso, sendo muito encabeçado pelo professor e vinculadas à sua área de conhecimento, e não a uma diretriz mais

ampla da formação. Ainda assim, destaca iniciativas como projetos desenvolvidos pelo professor, a exemplo do “Portal da Ciência”, que buscavam “estimular justamente o debate e a participação dos alunos nesses temas mais voltados para a parte ambiental” (EG 7).

EG 8, formado pela Unesp, recorda que sua graduação contemplou discussões em torno de pautas ecológicas e sociais, que dialogam com a Agenda da ONU e com aquilo que, segundo ele, se convencionou chamar de ESG. O jornalista afirma que “se lembra, sim, dessas discussões da linha ecológica” e menciona explicitamente o termo ESG, destacando que, atualmente, já inserido na comunicação institucional, utiliza esse conceito “muito dentro da captação de patrocínios”, especialmente no âmbito esportivo, sua área de atuação profissional. Segundo o entrevistado, tais debates apareciam associados à forma como os setores público e privado incorporavam essas pautas, seja por questão de credibilidade ou pela importância do tema. EG 8 observa, contudo, que naquele momento da graduação, concluída em 2017, a Agenda ainda era percebida como algo relativamente distante. Ainda assim, ele reconhece que houve, sobretudo nos anos finais do curso, discussões sobre a construção de agendas sociais e ecológicas.

Jornalista graduada pela UFPB, EG 9 relata que teve contato com debates relacionados ao desenvolvimento sustentável e às agendas internacionais a partir de uma disciplina obrigatória do curso, denominada “Desenvolvimento Regional”. Segundo ela, nesse componente curricular o professor promovia discussões sobre desenvolvimento regional e nacional, contextualizando o Nordeste, em especial o Estado da Paraíba, bem como a importância desses referenciais para a compreensão do jornalismo e das pautas a serem noticiadas. “O professor falava muito desses processos da ONU e de como eram importantes para compreendermos o papel do jornalismo diante dessas agendas. Elas são fundamentais para a continuidade da vida no planeta” (EG 9). Ela também relaciona essas agendas a acontecimentos concretos, como eventos climáticos extremos e decisões políticas globais, lembrando, por exemplo, que “em 2019 foi quando os Estados Unidos saíram do Acordo de Paris”, o que, em sua avaliação, marcou um período de enfraquecimento de acordos internacionais ligados à redução de emissões e à agenda ambiental.

A egressa EG 10, da UFMT, destaca como aspecto central a compreensão profunda da realidade em que o/a profissional está inserido/a. Para ela, o/a jornalista precisa entender o universo que o circunda, para poder narrar os acontecimentos de forma responsável, ressaltando que a prática jornalística exige um equilíbrio entre distanciamento analítico e a proximidade experiencial. A egressa enfatiza que é fundamental garantir que o/a jornalista esteja

suficientemente imerso na realidade para poder falar sobre ela, ainda que mantendo a necessária distância crítica do fato:

Por exemplo, não adianta colocarmos um profissional em São Paulo para falar sobre uma realidade ambiental da Amazônia. Ele não terá as vivências de uma pessoa que convive com as pressões do garimpo ou do agronegócio, como as comunidades que são afetadas naquele local. Ele não vai ser atravessado por aquelas vivências (EG 10).

Na percepção de EG 18, egressa de jornalismo da UFV, há uma relação direta entre o jornalismo e os ODS. Ela entende que a prática jornalística poderia contribuir muito mais com o entendimento da sociedade sobre os objetivos e metas da ONU. Apesar disso, EG 18 avalia criticamente a formação em jornalismo, apontando que as graduações ainda dialogam pouco com essas demandas contemporâneas. Para ela, mesmo no jornalismo ambiental, há limitações na forma como o tema é tratado, já que a narrativa do jornalismo *mainstream* permanece “desconectada dos temas ligados ao meio ambiente”, exemplificando que notícias sobre calor costumam se restringir a abordagens superficiais, como “praia” ou “como está quente”, sem relacionar o fenômeno à “qualidade de vida das pessoas” ou às “mudanças climáticas”. “Fiz um curso sobre a Agenda 2030 no Mestrado. Infelizmente as graduações ainda não dialogam com as demandas contemporâneas. Inclusive, junto a um amigo, elaborei uma proposta para a PUC-BH, para inserir uma disciplina optativa de jornalismo ambiental e político”, afirma EG 18. A egressa considera que, embora os cursos tenham incorporado conteúdos mais recentes, como redes sociais, as agendas ambientais e os ODS ainda são preteridos na formação jornalística.

Alguns egressos relatam que a Agenda 2030 e os ODS não foram citados em nenhum momento da graduação. É o caso de EG 23, por exemplo, que concluiu o curso em 2012, anos antes da institucionalização da Agenda, pela ONU. Todavia, as agendas globais anteriores à Agenda 2030 não foram mencionadas durante o curso. EG 22, formada pela UFG, também afirma não ter tido contato com essas discussões ao longo da graduação. Segundo ela, “tudo que eu sei sobre a Agenda 2030 foi algo que eu estudei depois de formada”, ressaltando que esse conhecimento foi construído apenas no período posterior à conclusão do curso, em 2024. Ela explica que seu interesse surgiu devido a acontecimentos atuais e necessidades profissionais, como a realização da COP30, o que a levou a pesquisar sobre o tema.

Tal como empreendido junto nas entrevistas com estudantes do 4º ano de graduação em jornalismo, perguntamos aos/as egressos/as acerca de suas percepções quanto aos conhecimentos e competências necessárias aos profissionais de jornalismo diante dos desafios do presente e do futuro, de modo a compreender como as graduações poderiam caminhar no

sentido de atender a determinadas demandas. Em linhas gerais, os/as entrevistados/as apontam um conjunto diversificado de competências, enfatizando a necessidade de uma formação que articule interdisciplinaridade, ética e conhecimento tecnológico como mecanismos para lidar com um mundo saturado de informações e perpassado por conflitos.

No decorrer das entrevistas, identificamos uma preocupação latente com a desinformação, impulsionada, em grande medida, pelo avanço das tecnologias. Nesse sentido, boa parte dos/as egressos/as aponta que os cursos de jornalismo devem preparar os/as futuros/as profissionais para a identificação de conteúdos falsos, por meio do domínio de técnicas de verificação e checagem. Ademais, alguns/as entrevistados/as ressaltam que nada substitui o contato pessoal com as fontes no processo de apuração, defendendo sua retomada diante dos distanciamentos impostos pelas novas tecnologias.

Ao refletir sobre os conhecimentos e competências necessários ao exercício do jornalismo no presente e no futuro, EG 3 destaca, a partir de sua própria trajetória formativa na Unifesspa, que o curso a preparou de maneira significativa para lidar com conflitos, violência e com a realidade amazônica. Ela afirma que a graduação foi marcada por um constante estímulo ao reconhecimento da identidade amazônica e à compreensão de que o jornalista faz parte desse ambiente. A egressa avalia sentir-se preparada para atuar jornalisticamente a partir das questões de sua própria realidade e de sua comunidade, compreendendo esse posicionamento como uma forma de enfrentamento simbólico dos conflitos. A partir da percepção de EG 3, inferimos que é importante que os cursos de jornalismo fortaleçam os vínculos com as realidades nas quais estão inseridos, preparando os/as profissionais para conhecerem as demandas locais e, assim, realizarem um jornalismo que ofereça respostas e possibilidades de mudanças diante dessas demandas.

O egresso EG 4, da UFRGS, afirma que, após a graduação, precisou buscar uma formação mais aprofundada em áreas como direitos humanos, geopolítica e relações internacionais, por considerá-las fundamentais para enfrentar os desafios atuais da profissão. Ele explica que esse aprendizado ocorreu principalmente no percurso da Pós-Graduação e na prática profissional, seja em cursos de especialização, no mestrado ou no exercício do jornalismo. O jornalista destaca que, embora a graduação em jornalismo tenha contribuído para a construção de um senso crítico em relação aos direitos humanos, ela não ofereceu uma base teórica sólida sobre o tema. “Estamos tentando falar de um jornalismo que busca a paz, que está fazendo uma manutenção dos Direitos Humanos. Por isso, considero importante trabalhar uma perspectiva que explique aos jornalistas o que são esses direitos e por que sua negociação é tão importante” (EG 4).

EG 23 defende a necessidade de uma formação cada vez mais interdisciplinar, que articule teoria e prática, evitando tanto um ensino totalmente teórico quanto exclusivamente técnico. Para o entrevistado, o campo da comunicação atravessa diversas áreas do conhecimento, o que, ao mesmo tempo em que amplia suas possibilidades, torna a formação mais complexa. O jornalista argumenta que os cursos devem dialogar de forma mais direta com temas estruturantes que afetam o mundo contemporâneo, como as mudanças climáticas, de modo que devem debater temas como a Agenda 2030, os direitos humanos e a decolonialidade. Ele também destaca a urgência de repensar as metodologias de ensino, questionando modelos de avaliação centrados exclusivamente no desempenho individual e defendendo outras formas de avaliação e de condução do processo pedagógico, especialmente diante da crescente digitalização do ensino. Para EG 23, a formação em jornalismo deve provocar os/as estudantes a olhar o mundo de forma mais crítica e a refletir continuamente sobre os efeitos de suas práticas, atentando para “o que a prática jornalística pode causar no mundo”.

A partir das entrevistas em profundidade realizadas com estudantes e egressos/as de jornalismo, buscamos refletir sobre aspectos relacionados à graduação na área, com o objetivo de compreender os direcionamentos que prevalecem na formação desses/as profissionais. Nesse sentido, as questões propostas visaram apreender as percepções dos/as entrevistados/as acerca de três eixos que perpassam as reflexões deste estudo: Jornalismo para a Paz, decolonialidade e Agenda 2030.

Nas entrevistas, tanto com estudantes quanto com egressos, notamos certa fragilidade no que tange à argumentação crítica. Em diversos momentos, como é próprio da entrevista semiestruturada, foi necessário retomar e ampliar as questões, na tentativa de obter respostas mais consistentes. Partimos do entendimento de que, embora a universidade pública esteja orientada para a formação crítica, nem sempre estudantes e egressos dispõem de condições para realizar uma avaliação analítica e aprofundada de seu próprio processo formativo. Esse processo, muitas vezes, se encontra imerso em dinâmicas que priorizam o cumprimento de demandas curriculares, com pouco espaço para a autoavaliação. Nesse sentido, é possível que, ao serem convidados a refletir sobre sua formação, alguns participantes tenham se deparado, talvez pela primeira vez, com a necessidade de elaborar esse tipo de reflexão.

Em consonância com o que foi observado nas análises dos Projetos político-Pedagógicos de cursos de jornalismo, as percepções dos/as entrevistados/as indicam que as discussões sobre esses temas ainda são raras na graduação. Quando acontecem, não decorrem de diretrizes explicitadas nos projetos de curso, mas provêm de iniciativas individuais de

docentes ou de demandas apresentadas pelos/as próprios/as estudantes. Defendemos que a formação técnica na área deve ser acompanhada por uma formação humanística consistente, de modo a evitar a reprodução de direcionamentos alinhados às lógicas coloniais, que historicamente delinearão diversos campos do saber, especialmente nas ciências sociais.

Além disso, entendemos que os cursos de jornalismo precisam preparar os/as profissionais para o enfrentamento das realidades de violência, sobretudo de ordem cultural, que atravessam não apenas as sociedades, mas também os próprios campos do conhecimento. No âmbito comunicacional e jornalístico, essas violências se manifestam, por exemplo, por meio da naturalização de discursos que reforçam práticas violentas e tendem a legitimá-las, especialmente em sua dimensão direta.

No que se refere aos debates em torno da Agenda 2030, observamos que, embora se trate de uma temática contemporânea e que abarca múltiplas demandas, ainda há um gargalo no estabelecimento de vínculos consistentes entre esse tema e a prática jornalística. Ainda assim, é unânime entre os/as entrevistados/as o argumento de que existem profundas relações entre a Agenda 2030, os ODS e a comunicação, especialmente no que diz respeito ao papel do jornalismo na tradução das demandas da Agenda para a sociedade. Tal percepção reforça nosso argumento de que é possível pensar um ODS voltado especificamente à comunicação, a partir de reflexões sobre o próprio jornalismo, alinhadas a orientação para a paz e desvinculadas de lógicas coloniais geradoras de violência.

No próximo tópico, apresentamos as reflexões de especialistas em jornalismo para a paz e decolonialidade, partilhadas em grupo de discussão. Com base nos resultados das entrevistas em profundidade e nas análises dos PPPs, compartilham pontos de vista que contribuem para a reflexão sobre as possibilidades de atuação do jornalismo em relação à proposta do ODS 19 (Arte, Cultura e Comunicação).

PARTE III – INTERPRETAÇÃO

7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES À PROPOSTA DO ODS 19

É hora de criarmos novos modelos de interação que nos levem além do contato entre serva e senhora, modos de ser que promovam o respeito e a reconciliação (bell hooks).

Embasados no que fora apresentado nas análises de conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de jornalismo de 52 instituições públicas brasileiras, bem como nas percepções de estudantes e egressos/as obtidas por meio das entrevistas em profundidade, passamos à etapa da interpretação dos dados. Essa etapa se dá com o auxílio das percepções apresentadas por pesquisadores/as em jornalismo que integram o grupo de discussão, como parte da metodologia deste estudo.

Conforme mencionado no capítulo sobre a construção metodológica, realizamos um grupo de discussão com três pesquisadores/as cujas trajetórias apresentam relações com as perspectivas aqui assumidas: Dr. José Cristian Góes, Dr.^a Daniela Osvald Ramos e Dr.^a Verônica Maria Alves Lima. O contato com os(as) pesquisadores(as) ocorreu por meio de indicações e interlocuções pessoais, considerando a convergência de suas investigações com as temáticas centrais desta tese, isto é, o Jornalismo para a Paz e a perspectiva decolonial aplicada à comunicação e ao jornalismo. Foram encaminhados e-mails individuais aos(as) três convidados(as), nos quais se apresentaram os objetivos da pesquisa e o convite para participação em um grupo de discussão, sugerindo-se a data de 13 de janeiro de 2026, às 16h. Todos(as) aceitaram o convite, e o encontro foi realizado na data proposta, com duração de 1h40. Na condição de mediador, coube a este pesquisador apresentar os resultados obtidos nas análises dos PPPs e das entrevistas com estudantes e egressos(as), com o objetivo de apreender as percepções dos(as) participantes e aprofundar as reflexões acerca da realidade observada na graduação em jornalismo, a partir do recorte proposto. Mediante autorização prévia dos(as) participantes, a reunião foi gravada, a fim de possibilitar a posterior transcrição e análise do material.⁶⁵

Em coerência com o argumento de Beltrán (1985) acerca da pesquisa em comunicação na América Latina, defendemos o grupo de discussão como uma possibilidade de

⁶⁵ Transcrição disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1fH3uCIvv9l1y9Lx6uvxBifxlgMuUQEV>

fortalecimento da produção do conhecimento baseada no diálogo, sem o esvaziamento das subjetividades que atravessam pesquisas situadas em contextos sociais, em contraposição às abordagens exclusivamente quantitativas e instrumentalistas. Por fim, os resultados das análises e as percepções compartilhadas no grupo de discussão contribuirão para a formulação de proposições voltadas ao ODS 19. Conduzimos o grupo de discussão a partir de três questões relacionadas aos seguintes eixos: 1) Jornalismo para a Paz; 2) Jornalismo e decolonialidade; e 3) Jornalismo e Agenda 2030. Dessa maneira, foi possível contemplar os resultados identificados tanto na análise de conteúdo dos PPPs quanto nas entrevistas, ao mesmo tempo em que buscamos identificar as percepções dos/as pesquisadores/as.

1. Jornalismo para a Paz

Solicitamos aos/as pesquisadores/as participantes que refletissem sobre os indícios identificados na análise dos PPPs e nas entrevistas com estudantes e egressos/as, que apontam para a ausência de uma abordagem explícita do conceito de Jornalismo para a Paz na graduação em jornalismo. Ao mesmo tempo, destacamos que há aproximações com essa perspectiva em disciplinas que tratam de temas como direitos humanos e responsabilidade social, muitas delas ofertadas como optativas. Buscamos compreender como esses elementos são interpretados à luz da formação jornalística, destacando que existem demandas apresentadas pelos/as próprios/as estudantes. Para a professora Daniela Osvald Ramos, a falta de discussões em torno dessa perspectiva está relacionada ao fato de não servir aos interesses mercadológicos. Segundo a pesquisadora, é um tipo de visão que “não gera cliques”. Como mencionado anteriormente, a ênfase na violência encontra-se naturalizada no conjunto de normas e comportamentos sociais, como expressão de violência cultural, passando muitas vezes despercebida e sem espaço para questionamentos.

Conforme o professor José Cristian Góes, a ausência do debate em torno do JP na graduação remete a um problema mais profundo: a própria dificuldade de definição do que seja o jornalismo. Para ele, antes de se pensar em jornalismo orientado para a paz, seria necessário refletir sobre a questão “de que jornalismo estamos falando?”. Segundo o pesquisador, há diferentes práticas e concepções em disputa, desde modelos mais independentes até o jornalismo tradicional, o que torna a discussão conceitual complexa e sem soluções simples. Em sua avaliação, uma das principais barreiras para a incorporação do JP na formação se vincula ao predomínio de uma concepção tradicional e centralmente colonial de jornalismo, o que dialoga com os argumentos em torno da colonialidade do saber, que definiu padrões sobre

a legitimidade dos conhecimentos. “Caso tomássemos como única referência o modelo hegemônico, haveria seríssimos problemas, pois ele reduz a noção de paz à dicotomia paz *versus* guerra, limitada a contextos de conflitos armados”, afirma Góes.

O professor também enfatiza que a dificuldade em discutir o JP decorre da própria perda do vínculo entre o jornalismo e a comunicação. Ele argumenta que, anteriormente, os cursos de jornalismo eram abarcados pela área da Comunicação Social, o que reforçava a centralidade dos processos comunicacionais. Góes considera que o desmembramento acentuou um enfoque predominantemente técnico e informacional na formação em jornalismo. Ele afirma ser “radicalmente contra pensar o jornalismo como uma atividade informacional”, defendendo que a prática é “uma atividade de relação comunicacional”. Para Góes, o jornalismo é “um lugar de conhecimento que nasce na relação”, podendo abrir caminhos para a construção de alternativas diante de contextos marcados por injustiças. Na visão de Góes, a ênfase na técnica não é neutra, mas carrega uma forte dimensão ideológica. “Os estudantes não percebiam o quanto de ideológico essa técnica está carregada para, propositadamente, limitar discussões sobre o Jornalismo para a Paz ou sobre o jornalismo para a emancipação, como dizia o velho Paulo Freire”, afirma.

Verônica Maria Alves Lima concorda com as colocações anteriores, afirmando que subscreve totalmente os argumentos apresentados por Daniela Osvald e Cristian Góes. A pesquisadora acredita que a ausência do debate em torno do JP na graduação está relacionada a uma instrumentalização da própria ideia de paz. Ela afirma que o conceito é evocado em uma lógica dicotômica, como oposição ao conflito (paz negativa). Esta concepção predomina no senso comum, que limita a compreensão da paz como ausência de violência e conflito.

Nesse sentido, argumenta que a paz é construída como uma dimensão da linguagem, o que exige problematizar as apropriações do termo: “o que entendemos sobre o conceito paz? (...) Em que momentos ele aparece? Para que ele aparece?” Ao ser reiteradamente posicionada como simples ausência de conflito, a noção de paz reforçaria uma dicotomia que, em sua avaliação, reproduz “puramente a estratégia colonial da construção do nós e eles”. Assim, a instrumentalização da paz reproduz uma lógica colonial de oposição entre polos fixos: conflito X paz, nós X outros, o que esvazia a complexidade dos fenômenos sociais.

Retomando a problematização de Góes, Verônica Lima observa que a pergunta “o que é jornalismo?” atravessa permanentemente o debate acadêmico e costuma ser respondida a partir de maniqueísmos, delimitando o que é e o que não é jornalismo. Ela concorda que essa definição deveria ser orientada pela ideia de relação, visto que é fundamental que a universidade se coloque como espaço de postulação de novas possibilidades para a prática jornalística e,

consequentemente, para a própria definição do que seja o jornalismo. A pesquisadora afirma compreender que o jornalismo está em “constante perfazer”, assim como a própria ideia de paz, que também se encontra em permanente construção. Segundo Verônica:

Precisamos problematizar as hegemonias que definem o que é a paz, bem como quem tem autoridade para nomear o conceito. É necessário trazer o debate para nosso campo, deslocando a noção de paz das narrativas geopolíticas centradas na dicotomia paz/guerra e inserindo-a na construção relacional do jornalismo (Lima, 2026).

2. Jornalismo e decolonialidade

Para introduzir o segundo eixo do grupo de discussão, sobre a perspectiva decolonial alinhada ao jornalismo, apresentamos as tendências observadas nas análises dos PPPs e nas entrevistas com estudantes e egressos. Embora existam esforços pontuais dos cursos ao incorporar referenciais bibliográficos do Sul Global, ainda prevalecem os conceitos teóricos desenvolvidos no Norte. Salientamos que a inclusão de autores/as do Sul resulta, muitas vezes, de iniciativas individuais de docentes, mas não integram as diretrizes formais dos cursos. Além disso, o conceito de decolonialidade ainda é pouco debatido na graduação. Diante disso, perguntamos aos/as pesquisadores/as participantes do grupo de discussão, como avaliam o cenário da decolonialidade no campo do jornalismo.

Verônica Maria Alves Lima inicia destacando que a questão dialoga diretamente com sua trajetória de pesquisa e que, para compreendê-la, é fundamental adotar uma perspectiva histórica. Segundo a pesquisadora, a predominância de referenciais do Norte Global está relacionada à própria origem moderna da universidade e às bases institucionais que estruturam o campo acadêmico, como discutimos amplamente no capítulo 2. Para ela, é preciso considerar qual é o entendimento prevalecente sobre a universidade e a forma como essa instituição emerge no contexto da modernidade, profundamente vinculada às matrizes eurocentradas de conhecimento. A pesquisadora ressalta que a história colonial brasileira também exerce influência decisiva nesse processo, visto que as estruturas institucionais do país teriam sido formadas sob essa lógica, o que repercute diretamente na constituição dos currículos e na definição dos referenciais teóricos considerados legítimos ou ilegítimos. Nesse sentido, a predominância de autores do Norte Global não seria casual, mas resultante de uma formação histórica e institucional que naturalizou essa centralidade.

Ao recorrer a sua própria formação, a pesquisadora apresenta um exemplo concreto: durante seu percurso acadêmico, não teve contato com debates sobre decolonialidade, nem

mesmo com discussões relacionadas à constituição racial do Brasil, ainda que tais disputas já se manifestassem na sociedade. Para ela, o fato de esses temas terem sido preteridos em sua formação evidencia como os currículos reproduzem estruturas coloniais arraigadas. Entretanto, Verônica pondera que esse processo não se deu sem resistências, e destaca iniciativas individuais de docentes que buscaram tensionar o currículo e introduzir outras perspectivas teóricas, mencionando professores que promoviam debates sobre raça e estimulavam experimentações teóricas e práticas. “Esses movimentos demonstram que há disputas em curso no interior das instituições. Ainda assim, no plano estrutural e histórico, as mudanças são lentas e enfrentam forças de manutenção do *status quo*”, afirma.

Se a predominância de referenciais hegemônicos decorre de um processo histórico, Verônica Lima acredita que as transformações também podem ocorrer com o tempo. Contudo, adverte que, assim como houve resistências ao discurso dominante, também haverá “uma contra-resistência”, pois a colonialidade se atualiza constantemente com a finalidade de “manter as estruturas tal como elas são”. Dessa forma, segundo a pesquisadora, o cenário da decolonialidade no jornalismo se revela como campo de permanentes disputas, tensionado entre iniciativas de transformação e forças de reprodução estrutural.

Para Daniela Osvald Ramos, múltiplos fatores explicam a presença ainda incipiente da decolonialidade na graduação, entre eles as transformações recentes no perfil discente, considerando universidades públicas. Ela menciona, por exemplo, os efeitos das políticas de cotas e das demandas interseccionais que emergem a partir dessas mudanças e observa que parte das alterações curriculares ocorre como reação às pressões dos estudantes.

A docente da ECA-USP também destaca a resistência de parte do corpo docente à incorporação de novas perspectivas teóricas. Segundo ela, a introdução de referenciais decoloniais demanda revisões profundas de formação e repertório intelectual. Essa dificuldade estaria ligada, inclusive, à centralidade da técnica no campo do jornalismo. Para Daniela, e em alinhamento às discussões teóricas que desenvolvemos anteriormente, se o jornalismo se desenvolve no interior da modernidade, ele também se constitui como produto da colonialidade; portanto “para descolonizar o jornalismo são necessários alguns séculos”, afirma.

A possível resistência de parte do corpo docente à inserção de novas perspectivas teóricas constitui um elemento relevante a ser considerado, especialmente porque os projetos pedagógicos de curso são construções coletivas, que envolvem estudantes, professores, corpo técnico e coordenação. Nesse contexto, a resistência a outras formas de pensar remete à persistência da colonialidade no próprio processo de ensino, uma vez que muitos docentes tiveram formações que não enfatizaram a importância dessas abordagens. Como evidenciado

na análise dos PPPs e nas entrevistas, docentes que trabalham com a decolonialidade na graduação, em geral, desenvolvem pesquisas nessa temática. Isso indica que o processo de ensinar e aprender não se restringe a conhecimentos técnicos, mas envolve valores e visões de mundo; assim, a maneira como a técnica é mobilizada tende a reproduzir as perspectivas de quem conduz a formação. Desse modo, reforçamos a importância de um documento político-pedagógico alinhado a essas diretrizes. O PPP, ao orientar o curso, funciona como um marco normativo que não deve ser negligenciado.

Daniela Osvald retoma a provocação acerca de “quais jornalismos estamos falando”, sublinhando que, embora existam experiências alternativas, elas geralmente são segmentadas e não correspondem ao consumo majoritário da população. Assim, o processo de descolonização não envolve apenas a produção jornalística, mas também o consumo, o que reforça a lentidão e a complexidade das mudanças. Daniela também problematiza a lógica dicotômica como traço da racionalidade colonial. Para ela, a dicotomia impede a “encruzilhada”, isto é, a abertura a múltiplos caminhos e tensionamentos. Ao refletir sobre a técnica, menciona a possibilidade de pensá-la a partir de outras “cosmotécnicas”, argumentando que a técnica dominante parte de uma visão colonial e, por isso, é orientada de maneira igualmente colonial. A bibliografia adotada nos cursos, nesse sentido, reforça uma visão instrumental, inclusive da própria paz, muitas vezes concebida como algo passivo.

Daniela exemplifica os argumentos trazendo uma reflexão histórica sobre o jornalismo policial brasileiro, apontando que determinadas problematizações sequer aparecem nos currículos. Ao mencionar estudos sobre a relação histórica entre imprensa e violência, ela ressalta como o jornalismo participou da construção de narrativas que associaram pobreza à criminalidade e à violência, em forte articulação com a questão racial. Esta herança contribuiu para consolidação de crenças dominantes que ainda estruturam o debate público. Segundo ela, mesmo pequenas inflexões no discurso jornalístico em direção aos direitos humanos já provocam reações intensas, o que evidencia o peso dessas estruturas históricas. Assim, para Daniela, “antes mesmo de discutir como decolonizar o jornalismo, seria necessário enfrentar criticamente qual visão de jornalismo foi construída hegemonicamente e quais raízes coloniais e interesses históricos a sustentam”. A ausência dessas problematizações nos currículos revela o quanto o campo ainda opera sob bases coloniais profundamente naturalizadas.

Para José Cristian Góes, falar sobre a decolonialidade aplicada ao jornalismo demanda apresentar uma perspectiva histórica, com a finalidade de garantir consistência aos argumentos. Nesse sentido, considera que a articulação entre Jornalismo para a Paz e colonialidade/decolonialidade fortalece a compreensão do tema, pois evidencia que essas

discussões não são recentes nem isoladas, mas atravessadas por processos históricos longos. Ao tratar especificamente da presença (ou ausência) de discussões sobre decolonialidade nos cursos de jornalismo, Góes observa que, historicamente, elas foram praticamente inexistentes. Trazendo como exemplo sua própria graduação, o professor menciona que teve apenas uma disciplina intitulada “Problemas da Sociedade Brasileira”, na qual temas como racismo e colonialidade apareciam de forma fragmentada, sem aprofundamento.

Para o pesquisador, um elemento decisivo para possíveis mudanças nos currículos de curso é a pressão exercida pelos estudantes, que têm chegado às universidades trazendo problematizações quanto à ausência de debates sobre raça, gênero e outras questões estruturais, o que ele considera um “movimento alentador”. Em suas palavras, é “impossível passar quatro anos em um curso de jornalismo e não discutir com aprofundamento as questões raciais, de gênero, entre outras pautas fundamentais”.

Góes também retoma a formação histórica do jornalismo brasileiro, especialmente a partir da influência estadunidense nas décadas de 1950 a 1980. Ele argumenta que a importação do modelo do *lead*, da separação rígida entre opinião e notícia e da noção de jornalismo profissional consolidou um padrão que reforça lógicas de colonialidade. Antes dessa importação, afirma, havia um jornalismo militante e com menos padronização. A adoção do modelo norte-americano teria implicado não apenas uma mudança técnica, mas uma reconfiguração ideológica do campo, o que serviu para reforçar hierarquias globais e deslegitimar outras formas de fazer jornalismo. Essa colonialidade se manifesta também nas relações internacionais construídas pela mídia brasileira. Com base em sua pesquisa de doutorado, o autor destaca como grandes jornais trataram os países africanos de língua portuguesa, evidenciando uma aversão a reconhecer vínculos identitários com o Sul Global. Portugal aparecia como “porta para o mundo civilizado”, expressão que, para ele, sintetiza uma relação profundamente colonial. Ainda assim, entende que tais padrões vêm sendo tensionados por novas gerações e por iniciativas alternativas.

Após as explicações de Cristian Góes e Daniela Osvald, Verônica Lima trouxe mais algumas reflexões em torno da decolonialidade aplicada ao jornalismo no âmbito das graduações. Ela destaca a importância de reconhecer uma dimensão interna da crítica decolonial no próprio campo do jornalismo. Para a pesquisadora, é significativo observar quem são os sujeitos que têm protagonizado essas reflexões e de quais territórios falam. Segundo sua análise, a mesma lógica colonial que organizou hierarquias globais também se reproduz internamente, estruturando desigualdades regionais e simbólicas. Ela sugere que essa dinâmica pode ser compreendida à luz do que alguns autores têm denominado como “colonialismos internos”. O

ponto central, contudo, é que os lugares de enunciação importam: determinadas críticas emergem com mais força a partir de “espaços historicamente marginalizados pelas centralidades do Sudeste brasileiro”.

No que se refere ao termo “decolonial”, Verônica reconhece que se trata de um conceito em disputa. Há, segundo ela, tanto resistências ao uso da palavra quanto apropriações superficiais do termo, revelando um caráter tensionado no campo acadêmico. Embora tenha adotado explicitamente o referencial decolonial em sua tese, ela afirma valorizar as dissonâncias e compreender que a nomenclatura pode se transformar ao longo do tempo. O fundamental, em sua perspectiva, não é o rótulo em si, mas o processo histórico contínuo de problematização das estruturas herdadas do colonialismo.

Nesse sentido, retoma a ideia de que “nenhum processo termina, senão não é processo”, enfatizando que a crítica às heranças coloniais constitui um movimento permanente, sobretudo no campo do jornalismo. A pesquisadora também articula essa discussão às transformações no perfil discente e às demandas contemporâneas. Recordando sua própria entrada na universidade, ela observa que as gerações subsequentes passaram a questionar os currículos e as próprias instituições de forma mais incisiva. A indagação “que currículo é esse, que eu não estou nele?” sintetiza, para ela, a emergência de sujeitos/as que não se reconhecem nas narrativas oficiais e passam a reivindicar espaço. Verônica aponta a interdisciplinaridade como uma necessidade decorrente desse cenário. Para ela, não é mais possível isolar os fenômenos ou tratar os campos de conhecimento de maneira compartimentalizada.

3. Jornalismo e Agenda 2030

Finalizamos o grupo de discussão focando no terceiro eixo, relacionado à articulação entre o jornalismo, a Agenda 2030 e os desafios do presente e do futuro. Questionamos se, na visão dos/as pesquisadores/as, seria relevante situar a comunicação e o jornalismo no âmbito de uma agenda global, como a Agenda 2030, a partir de um objetivo específico voltado ao campo e se acreditam na efetividade dessa proposta em médio e longo prazo.

Conforme as reflexões compartilhadas por Daniela Osvald Ramos, a inserção do jornalismo no âmbito de uma agenda global, como a Agenda 2030, é considerada não apenas pertinente, mas necessária diante do contexto contemporâneo. Para ela, a atual crise de credibilidade do jornalismo assume caráter global e transnacional, o que justifica a construção de respostas igualmente transnacionais. Daniela destaca que o ecossistema digital brasileiro e latino-americano, marcado por experiências de enfrentamento, resistência e até de jornalismo

militante, pode contribuir inclusive com o Norte global, especialmente na busca por “equidade” e “reconhecimento da alteridade”. “Nesse sentido, o jornalismo poderia atuar de forma articulada a um objetivo voltado à promoção do que denominamos como Jornalismo para a Paz”, afirma.

Daniela ressalta entraves históricos específicos do contexto brasileiro e menciona a existência de um “viés da barbárie”, que estaria carimbado na prática jornalística nacional, associado a uma tradição sensacionalista e a processos de autocensura herdados do período pós-ditadura. Essa “mácula”, segundo ela, precisa ser enfrentada para que o Brasil possa contribuir de forma consistente com uma agenda transnacional voltada ao fortalecimento de práticas alinhadas ao Jornalismo para a Paz. Assim, sua posição indica que a proposta é relevante e promissora em médio e longo prazo, mas sua efetividade depende do enfrentamento de heranças estruturais do jornalismo brasileiro, bem como do desenvolvimento de linguagem, bibliografia e práticas alinhadas a uma perspectiva ética, crítica e globalmente articulada.

Para Verônica Maria Alves Lima, a inclusão da comunicação e do jornalismo no âmbito da Agenda 2030 é uma posição estratégica e politicamente necessária. Dialogando com os argumentos compartilhados por Daniela, ela recupera a persistência de estereótipos associados ao jornalismo para ilustrar como determinados imaginários e disputas simbólicas atravessam historicamente o campo. Ao mencionar sua própria trajetória, evidencia que “os processos de fato são muito longos”, reforçando a ideia de que transformações estruturais no campo da comunicação exigem enfrentamentos contínuos. Nesse sentido, considera fundamental que a Agenda 2030 contemple explicitamente a comunicação, sugerindo inclusive a criação de um objetivo específico sobre o tema. “Acho sintomático que a comunicação ainda não esteja oficialmente contemplada em um dos ODS”, afirma Verônica.

Ao evocar a crítica de Milton Santos à globalização, ela argumenta que a comunicação é central para que possamos enfrentar os desafios contemporâneos, “sobretudo diante do poder exercido por grandes conglomerados globais que hoje estão ditando as regras, por exemplo, no campo da inteligência artificial”. Assim, ela sustenta que a comunicação, entendida como relação e construção de relacionamentos, estrutura as formas de sociabilidade, cada vez mais mediadas por tecnologias concebidas e reguladas em escala internacional. Para além da dimensão técnica, a pesquisadora enfatiza o caráter político da proposta: “Inserir a comunicação na Agenda 2030 significaria também disputar estruturas de poder em nível global”, argumenta. Embora reconheça que as agendas da ONU sejam frequentemente mobilizadas mais discursivamente do que na prática, ela avalia que a disputa discursiva é relevante.

José Cristian Góes também considera importante agregar os debates em torno da Agenda 2030 à formação em jornalismo, bem como pensar o campo na perspectiva dos ODS. Porém, afirma que esta visão precisa ser acompanhada de importantes ressalvas quanto aos seus limites e às condições de efetividade. Inicialmente, Cristian retoma a discussão sobre colonialidade ao afirmar que “mostre a sua bibliografia, que eu direi como você foi levado a pensar”, indicando que as posições teóricas e políticas se revelam nas trajetórias e nas bibliografias mobilizadas. Essa observação reforça a dimensão situada das disputas em torno de agendas globais e dos projetos civilizatórios. No que se refere à Agenda 2030, ele considera que sua incorporação faz sentido porque expressa “uma preocupação com a humanidade, com a civilização e com a casa comum”. Os ODS, na visão de Góes, seriam pactos que dizem respeito à vida coletiva, mais do que às instituições isoladas. “Inserir a comunicação nesse conjunto significaria reafirmar compromissos civilizatórios frente à barbárie”, afirma.

Outro ponto destacado pelo pesquisador é que a Agenda 2030 pode funcionar como contraponto ao que ele denomina como “derretimento da coletividade”, ou seja, em um contexto marcado por lógicas individualizantes, convocar a Agenda seria um gesto político de reafirmação do comum e da vida coletiva. “Nessa perspectiva, a agenda opera como resistência ao esvaziamento das relações comunitárias e ao enfraquecimento do sentido de pertencimento”, argumenta Góes. O pesquisador também situa a discussão no atual contexto de questionamentos e descredibilização da ONU, ressaltando sua fragilidade diante de conflitos internacionais recentes. Ainda assim, entende que convocar a Agenda 2030 é, de certo modo, fazer coro à defesa da democracia, mesmo reconhecendo os limites e as contradições da institucionalidade internacional. Trata-se, segundo ele, de uma democracia “não acabada”, situada em “encruzilhadas”, o que dialoga com uma perspectiva decolonial.

Góes adverte que a Agenda 2030 não pode se reduzir a um farol meramente formal ou discursivo. Ela precisa ter “consequência viva, cotidiana, relacional, permanente”. Para ilustrar, menciona a experiência pedagógica com o Código de Ética do Jornalista: o documento só ganha sentido quando exercitado no cotidiano. Do mesmo modo, uma agenda para a comunicação não se resolve pela sua formulação normativa: “a Agenda 2030 quem faz é a gente”, afirma. O pesquisador chama atenção para a defasagem entre a prática jornalística tradicional e os modos contemporâneos de circulação e apropriação da informação. Ainda que haja crise da mídia tradicional, as pessoas continuam se informando, porém “em outro patamar de comunicação”, que talvez, segundo ele, ainda não seja plenamente compreendido pela universidade e pelo campo profissional. Assim, a efetividade de uma agenda global para o jornalismo dependerá da

capacidade de dialogar com essas transformações e de se constituir como prática relacional aberta às demandas que emergem “de fora”, inclusive dos próprios estudantes.

As reflexões elaboradas a partir do grupo de discussão, das entrevistas em profundidade e das análises de conteúdo dos Projetos Político-Pedagógicos permitem delinear um panorama dos vieses que têm prevalecido na graduação em jornalismo, considerando o recorte investigado. Observamos que os debates em torno do papel do jornalismo no enfrentamento das violências, especialmente de ordem cultural, ainda são escassos e, quando ocorrem, resultam de iniciativas individuais de docentes ou de demandas apresentadas pelos próprios estudantes. Além disso, constatamos que o conceito de Jornalismo para a Paz é praticamente inexistente nos currículos dos cursos de jornalismo, o que reforça a percepção de que essa discussão se encontra mais consolidada no campo das Relações Internacionais e em alguns programas de pós-graduação em Comunicação. O cenário revela uma lacuna significativa, sobretudo porque essas reflexões dizem respeito diretamente à prática jornalística, tornando fundamental sua incorporação na graduação, tanto em sua dimensão teórica quanto prática. Como argumentamos anteriormente, e em diálogo com os/as entrevistados/as, a ênfase da violência no jornalismo pode ser vista como estratégia para assegurar o poder de determinados grupos, em uma lógica colonialista.

No tocante à decolonialidade, observamos a prevalência de conteúdos que dialogam majoritariamente com os cânones tradicionais do jornalismo, historicamente importados do Norte Global. Isso corrobora o argumento de que a raiz do jornalismo permanece fortemente ancorada em uma perspectiva instrumental. Retomando Silva e Aguiar (2023), o exercício do jornalismo contribui efetivamente para a consolidação da colonialidade do poder, ao naturalizar formas de dominação colonial, a depender de como as narrativas são elaboradas. Nesse sentido, é imprescindível promover o giro decolonial no campo, o que implica uma transformação profunda do modelo hegemônico e o enfrentamento da racionalidade instrumental que o atravessa (Silva; Aguiar, 2023). Com base nas análises realizadas, constatamos que esse percurso ainda é longo e envolto em desafios.

A ausência ou fragilidade de debates sobre decolonialidade não se dá ao acaso; ao contrário, reflete e reproduz, ainda que de maneira indireta, os modelos estruturantes da própria universidade, ainda assentada em paradigmas do Norte Global e em uma produção intelectual que tende a reiterar poderes dominantes (Grosfoguel, 2012). Apesar disso, notamos que as demandas apresentadas pelos/as estudantes têm sido fundamental para atualizar debates em

torno da decolonialidade no jornalismo, de modo que há o contato com autores/as do Sul Global, ainda que essas referências não estejam oficialmente contempladas nas ementas.

Apesar de alguns movimentos em direção à mudança, que foram ressaltados pelos nossos entrevistados, as constatações reforçam nossa hipótese inicial: a formação acadêmica e profissional em jornalismo, na atualidade, permanece essencialmente orientada por perspectivas mercadológicas e pragmáticas, o que pode contribuir para a reprodução de lógicas colonialistas. Isso nos conduz à reflexão sobre a urgência e a relevância de incorporar, na formação jornalística, debates que dialoguem diretamente com as demandas que atravessam a sociedade contemporânea. Desse modo, inferimos que o exercício jornalístico pode ser concebido para além de um viés estritamente mercadológico, historicamente alinhado às dinâmicas do capitalismo, passando a se constituir como estratégia de enfrentamento às violências produzidas e reiteradas pela lógica colonialista.

Nesse horizonte, vislumbramos na Agenda 2030 da ONU um itinerário possível para uma leitura ampliada dos desafios atuais, o que permite reconhecer o potencial estratégico da comunicação e do jornalismo no enfrentamento de estruturas produtoras de violência, exclusão e desigualdades, bem como na problematização da relação entre o direito à informação e o enfrentamento às mudanças climáticas. Não é por acaso que debates em torno da Agenda 2030 também são raros no contexto da graduação em jornalismo. Quando ocorrem, são em disciplinas optativas que abarcam temas como meio ambiente e sustentabilidade, sendo que as temáticas que envolvem a agenda global são bem mais amplas.

Com base no percurso traçado ao longo deste estudo, propomos alguns direcionamentos para a formulação de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que contemple as discussões sobre comunicação e jornalismo. Essas contribuições dialogam com a proposta do ODS 19, voltado a Arte, Cultura e Comunicação, integrante do *Guia Agenda 2030*, iniciativa desenvolvida pela Unesp e UnB, que sugere o exercício crítico de reimaginar a Agenda 2030, conforme contextualizado na introdução desta tese. Retomando a argumentação dos organizadores, as dimensões contempladas por essa proposta de ODS contribuem para a promoção de rupturas com lógicas de opressão e dinâmicas de polarização, abrindo espaço para práticas comunicacionais comprometidas com a transformação social. “Ao articular cultura, arte e comunicação, cria-se um instrumento para a reverberação de ideais que podem servir para a transformação social e a superação de desafios em tempos de crise” (Cabral; Gehre Galvão, 2022, p. 57, tradução nossa). Ao direcionarmos nosso olhar especificamente para o campo do jornalismo, apresentamos algumas diretrizes que consideramos ser capazes de contribuir com a fundamentação conceitual e aplicabilidade deste ODS.

7.1 Diretrizes para a consolidação do ODS 19 a partir do jornalismo: contribuições de uma perspectiva decolonial e orientada para a paz

Neste tópico, estruturamos nossa contribuição ao ODS 19 com base nas articulações teóricas e nas análises desenvolvidas ao longo desta tese. Tomamos como fundamento um jornalismo alinhado às perspectivas do Jornalismo para a Paz e da decolonialidade, por compreendermos que estes caminhos se apresentam como possibilidades concretas de superação de orientações que ecoam estruturas de violência e opressão. A partir do olhar lançado sobre a graduação, reforçamos o argumento de que essas diretrizes podem ser incorporadas tanto à formação jornalística quanto à dimensão prática do exercício profissional, como caminhos possíveis para contribuir com transformações estruturais no campo.

7.1.1 Pensar o jornalismo a partir da decolonialidade

Como primeira diretriz, entendemos a necessidade de promover a decolonialidade no jornalismo, cuja formação e prática ainda são embasadas em visões dominantes, que tendem a naturalizar desigualdades e a reforçar o apagamento de determinados grupos sociais. Nesse sentido, o ODS 19 pode incorporar metas voltadas à valorização de saberes historicamente subalternizados pelas lógicas de colonialidade, reconhecendo povos originários, comunidades tradicionais, populações negras, periféricas e demais grupos minorizados como produtores legítimos de conhecimento.

Isso implica a revisão de direcionamentos que reforçam estereótipos territoriais, raciais e de gênero, bem como estimular políticas editoriais comprometidas com a pluralidade de vozes. Promover o giro decolonial no jornalismo corresponde a reconhecer o campo como território de tensionamentos e disputas de poder, considerando seu potencial para a garantia de visibilidade. No âmbito da formação, se torna imprescindível a valorização de saberes construídos no Sul Global, que trazem debates em torno da comunicação e do jornalismo a partir de demandas locais específicas. Essa meta pode ser relacionada com indicadores vinculados a currículos acadêmicos de formação profissional voltados para atender a esses objetivos.

7.1.2 Promoção do Jornalismo orientado para a paz

A segunda diretriz proposta consiste na incorporação dos fundamentos do Jornalismo para a Paz às práticas formativas e profissionais. Entendemos que a superexposição da violência, frequentemente dissociada de suas causas estruturais e culturais, pode contribuir para a naturalização do medo e da desesperança, dificultando a mobilização social por transformações (Arévalo Salinas, 2014). Desse modo, propomos que o ODS 19 contemple metas direcionadas à redução de enquadramentos jornalísticos que se voltem exclusivamente ao sensacionalismo e à ênfase na violência direta. É premente trazer para debate, principalmente no contexto da formação, que a prática jornalística deve valorizar abordagens contextualizadas, capazes de evidenciar as causas profundas dos conflitos, apresentando possíveis vias de transformação.

O Jornalismo para a Paz não implica a negação dos conflitos, mas propõe uma abordagem responsável, com a valorização das múltiplas vozes em contextos de dissenso. É importante que os cursos de graduação em jornalismo contemplem disciplinas obrigatórias que foquem na não-violência, na identificação de narrativas de violência e na valorização da diversidade, como essenciais ao exercício ético e responsável da profissão.

Essa diretriz pressupõe a elaboração de protocolos editoriais para a cobertura de violência e crises diversas, bem como a formação de profissionais aptos a identificar violências culturais e estruturais, conforme a concepção de Galtung (1969). Ao privilegiar análises que transcendam a mera exposição da violência, o jornalismo pode fomentar mobilizações e iniciativas orientadas à justiça e à dignidade humana.

7.1.3 Humanização das narrativas

Ao encontro da perspectiva do JP, a terceira diretriz é fundamentada na noção de jornalismo humanizado, compreendido como a prática que coloca o ser humano no centro da narrativa (Ijuim, 2020). Como observamos, a formação acadêmica em jornalismo ainda privilegia aspectos técnicos em detrimento de reflexões éticas e humanizadoras. Nesse contexto, o ODS 19 pode fomentar metas que incentivem narrativas comprometidas com a dignidade humana, além de trazer para debate temas como a justiça socioambiental e a urgência climática. Compreendemos que isso implica na superação de abordagens que objetificam sujeitos ou tratam territórios apenas como geradores de recursos econômicos, reafirmando o compromisso do jornalismo na promoção de valores democráticos e solidários.

Essas metas podem estar associadas a indicadores vinculados à regulação de mídia, ou seja, países que buscam discutir em profundidade os limites, ausências e excessos da sua rede midiática tendem a se aproximar mais do cumprimento deste objetivo. Isso implica em estabelecer critérios mínimos para funcionamento e produção de conteúdo de canais televisivos, radiofônicos, de comunicação digital, entre outros.

7.1.4 Resignificação da formação em jornalismo

Considerando que formação acadêmica e prática profissional são indissociáveis, a quarta diretriz proposta corresponde à reorientação das matrizes curriculares e dos projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo. Propomos como uma das metas do ODS 19 a incorporação, na graduação em jornalismo, de debates como decolonialidade, Jornalismo para a Paz e enfrentamento às violências. A formação deve ultrapassar o paradigma instrumental e mercadológico, reconhecendo o jornalismo como prática social.

7.1.5 Comunicação como direito

Com a quinta diretriz, afirmamos a comunicação como direito humano fundamental. A perspectiva decolonial e transgressora da comunicação, discutida ao longo desta tese, evidencia que a democratização dos meios e das narrativas constitui condição indispensável para a construção de sociedades mais justas. Torna-se necessário, portanto, romper com a lógica de centralização midiática, que concentra poder simbólico e limita a pluralidade de vozes.

Nesse contexto, compreendemos que o ODS 19 pode fomentar iniciativas voltadas ao fortalecimento das mídias comunitárias e alternativas, reconhecendo sua relevância para a ampliação da diversidade e para a valorização de sujeitos historicamente silenciados. A comunicação, entendida como processo dialógico e convivial (Torrico Villanueva, 2019), ultrapassa a mera difusão de informações, sendo potencial espaço de construção coletiva e de afirmação de direitos. Defendemos, ainda, a importância de incentivar políticas públicas que assegurem a diversidade midiática e promovam o jornalismo independente, especialmente no Sul Global.

Conforme já abordado anteriormente, a proposta de um ODS específico voltado para a Comunicação (ODS 19) foi apresentada no Guia Agenda 2030: integrando ODS, Educação e Sociedade, publicado em 2020 e organizado por duas universidades públicas brasileiras a partir do diálogo com a sociedade civil. Nesta proposta voluntária, as dimensões da Cultura e das

Artes também são acionadas, destacando o âmbito estratégico que ocupam no campo da representação social da realidade, formação de imaginários sociais e influência da opinião pública. Diante disso, esta tese parte de uma profunda reflexão em torno da formação em jornalismo no Brasil visando compreender aspectos formativos que possam contribuir com a dimensão comunicacional do ODS 19. Entendemos que a prática jornalística no Brasil tem potencial para contribuir com uma agenda internacional voltada para a sustentabilidade e a justiça social e climática à medida que atua na mediação entre a opinião pública e a percepção da realidade social. Portanto, olhar para a formação inicial de jornalistas nos permite identificar articulações pedagógicas, teóricas e metodológicas, que ofereçam suporte para formar jornalistas e cidadãos com competência para atuar em contextos cada vez mais desafiadores, como o cenário que vivemos agora, e que exigem uma prática comunicacional responsável e comprometida com as transformações necessárias diante da crise climática, os conflitos armados, e diversas outras formas de violência contra grupos humanos e a própria natureza.

Partindo desse entendimento, compreendemos que a metodologia da Agenda 2030 pressupõe um desenho didático orientado à constituição de uma agenda internacional, potencialmente replicável em distintos países e regiões do mundo. As contribuições deste estudo reforçam esse horizonte, a partir da realidade observada no Brasil no que se refere à formação acadêmica em jornalismo. Defendemos o Jornalismo para a Paz e a decolonialidade como possíveis caminhos para repensar as articulações entre comunicação e jornalismo na promoção da justiça social e no enfrentamento às múltiplas formas de violência. Tal perspectiva vai ao encontro da necessidade de se pensar um ODS que contemple essas dimensões, reconhecendo o papel estruturante da comunicação e do jornalismo na construção de sociedades mais justas e democráticas. O quadro 13 sintetiza as propostas de metas voltadas ao ODS 19, a partir das reflexões apresentadas ao longo do estudo.

Quadro 13. Proposta de metas para a dimensão comunicacional e jornalística do ODS 19

ODS 19: Arte, cultura e comunicação
 Fonte: Guia Agenda 2030 (Cabral; Gehre Galvão, 2020)

Objetivo: propõe assegurar a pluralidade e a liberdade cultural, a democratização da arte e uma comunicação inclusiva para todos e todas, reconhecendo o papel transformador das expressões artísticas e comunicacionais na construção de conhecimento, na mobilização social e na promoção de novas percepções sobre a realidade. Ao atravessar dimensões políticas, econômicas, culturais, raciais, de gênero e de classe, a arte e a comunicação constituem elementos centrais para a consolidação de uma cultura de paz, diversidade e sustentabilidade, dialogando de forma transversal com toda a Agenda 2030. Nesse contexto, o jornalismo assume papel estratégico ao garantir visibilidade, pluralidade de vozes, circulação democrática de narrativas, e também como possibilidade concreta de enfrentamento das múltiplas formas de violência (Adaptação da proposta apresentada no Guia Agenda 2030).

Metas:

19.1: Promover a incorporação da perspectiva decolonial na formação e nas práticas jornalísticas, por meio da revisão de currículos acadêmicos, diretrizes pedagógicas e políticas editoriais, de modo a valorizar saberes historicamente subalternizados;

19.2: Promover políticas públicas voltadas para a diversidade midiática, de modo a incentivar iniciativas comunicacionais independentes;

19.3: Incluir pautas vinculadas à sustentabilidade e ao meio ambiente no âmbito da formação em jornalismo;

19.4: Promover Jornalismo para a Paz como estratégia para o enfrentamento aos discursos de ódio e desinformação, com a valorização de abordagens que valorizem a pluralidade de vozes, a diversidade e a não-violência, que possam contribuir para fomentar uma cultura de paz.

19.5: Promover a incorporação de princípios de jornalismo humanizado na formação acadêmica e nas práticas profissionais, assegurando que currículos, projetos pedagógicos e diretrizes institucionais priorizem a dignidade humana, a justiça socioambiental e a urgência climática como eixos estruturantes das narrativas jornalísticas.

19.6: Incorporar os marcos legais indicados pelo MEC nos currículos formativos em comunicação, tais como: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação Ambiental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Fonte: elaborado pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida desta tese foi a articulação entre as perspectivas teóricas do Jornalismo para a Paz e do pensamento decolonial. Sustentamos que, embora se constituam como horizontes conceituais situados em distintos lugares de enunciação e orientados por interesses específicos, as perspectivas convergem no propósito comum de tensionar e problematizar contextos históricos e sociais atravessados por múltiplas formas de violência. Nesse sentido, o conceito de colonialidade do poder, formulado pelo teórico peruano Aníbal Quijano (2005), estabelece importantes pontos de interlocução com a noção de violência cultural, elaborada pelo norueguês Johan Galtung (1969). Ambos os aportes teóricos fazem alusão às violências naturalizadas no tecido social, produzidas por dinâmicas de opressão e por lógicas excludentes que, ao longo do tempo, se incorporaram às normas, valores e práticas sociais, ao ponto de se tornarem legitimadas e normalizadas.

A partir da articulação teórica desenvolvida na primeira parte desta pesquisa, a análise sócio-histórica, foi possível refletir de maneira mais abrangente sobre como o colonialismo atravessa a história e se projeta na contemporaneidade, ainda que o sistema colonial, entendido como regime formal de apropriação territorial, tenha sido superado. Nesse horizonte, a colonialidade se manifesta como a permanência de uma racionalidade colonial que produz cisões, autoriza pertencimentos e define quem pode ou não ser legitimado, instituindo fronteiras simbólicas entre “nós” (os legitimados) e “eles” (os excluídos) (Góes, 2021).

Compreendemos que a construção do outro é atravessada, entre diversos fatores, pelo critério racial. Ademais, o ponto de vista masculino, branco, cristão e heterossexual não apenas orienta os costumes e práticas sociais considerados normais e legítimos, mas também afeta o âmbito do saber, ao passo que estabelece epistemologias específicas como parâmetros universais para os diferentes campos científicos (Grosfoguel, 2012). Nesse contexto, a Europa opera como metáfora do lugar de referência, isto é, como símbolo dos costumes e saberes legitimados, que se apresentam como modelo normativo para a humanidade e para os distintos campos do conhecimento, o que inclui a comunicação e o jornalismo.

Diante desse cenário, o advento do pensamento decolonial se apresenta como possibilidade de resistência, ao propor o resgate e a valorização de saberes historicamente negligenciados pela colonialidade (Ballestrin, 2013). Trata-se de um movimento que tensiona as hierarquias epistêmicas consolidadas e reivindica a diversificação dos referenciais de conhecimento, para além daqueles estabelecidos no Norte Global. Como todo processo de mudança de paradigma, a decolonialidade é atravessada por resistências, tensões e disputas. Por

essa razão, os debates em torno do pensamento decolonial permanecem em construção, e se revelam inacabados e em constante processo de elaboração e aprofundamento. Nas graduações em jornalismo, como revelam nossas análises de Projetos Político-Pedagógicos de cursos e entrevistas com estudantes e egressos, o conceito ainda é trabalhado de forma tímida, ainda que haja a consciência implícita de que é urgente e necessário reconfigurar o modo como as narrativas jornalísticas são desenvolvidas, pois, muitas vezes, os direcionamentos assumidos tendem a reproduzir lógicas de violência colonial, reforçando aspectos de violência cultural.

Os PPPs são documentos orientadores elaborados à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelecem os parâmetros formativos dos cursos de graduação. No âmbito das universidades públicas, se trata de uma construção coletiva, que envolve diferentes segmentos institucionais, como corpo docente, discente e técnico-administrativo. A elaboração e a atualização desses projetos configuram processos complexos e atravessados por intensos debates, especialmente nas áreas de Ciências Humanas, nas quais se torna necessário conciliar a observância das diretrizes nacionais com a incorporação crítica das demandas contemporâneas. Caso contrário, existe o risco de desatualização e consequente perda de relevância social do curso.

A ausência de debates relacionados à Agenda 2030, bem como a temas como Jornalismo para a Paz e decolonialidade, evidenciada, inclusive, pela sua não incorporação em PPPs mais recentes, sugere que tais perspectivas são frequentemente preteridas ou mesmo desconhecidas pelos grupos que compõem as instâncias responsáveis pela elaboração dos currículos dos cursos de jornalismo. Esse cenário reforça a atuação da colonialidade do saber, na medida em que determinados referenciais são marginalizados enquanto se privilegiam epistemologias dominantes. No caso específico da Agenda 2030, sua formulação posterior às DCNs do curso de jornalismo contribui para a limitada presença do tema nos PPPs. Ainda assim, essa ausência revela uma lacuna no processo de atualização curricular. Considerando seu potencial crítico e sua abrangência no campo da formação humanística, a incorporação das pautas da Agenda 2030 poderia ampliar as reflexões sobre o posicionamento ético, social e político dos egressos frente a questões centrais da contemporaneidade, o que fortaleceria o compromisso do jornalismo com a transformação social.

No tocante ao Jornalismo para a Paz, conforme argumentado ao longo da tese, o fato de a abordagem estar historicamente mais consolidada no campo das Relações Internacionais evidencia seu reduzido reconhecimento no âmbito dos cursos de jornalismo. Isso sugere não apenas um desconhecimento generalizado sobre a temática, mas também um desinteresse por perspectivas que tensionem os enquadramentos hegemônicos e legitimados da prática

jornalística. Observamos a ausência do tema nos currículos de graduação, ainda que alguns componentes curriculares apresentem diretrizes que tangenciam seus princípios, mesmo sem nomeá-los formalmente. Esse movimento indica que, embora haja traços de um compromisso ético e cidadão na formação, eles permanecem pouco sistematizados nos projetos pedagógicos.

No decorrer do estudo, defendemos o jornalismo como potencial via de enfrentamento às lógicas de violência intrincadas na sociedade, ainda atravessada por um pensamento colonialista. Apresentamos iniciativas teóricas empenhadas em ressignificar os cânones jornalísticos, formulando críticas aos modelos teóricos e práticos historicamente importados do Norte Global, reconhecendo que o campo carrega forte herança positivista (Medina, 2008). A perspectiva decolonial aplicada ao jornalismo tensiona o pragmatismo que tradicionalmente delineia o campo, ao problematizar as noções de objetividade e neutralidade ainda assumidas como parâmetros por determinadas correntes conceituais, embora sejam, em grande medida, instâncias inalcançáveis. Em nosso entendimento, esses vieses contribuem para reforçar as fronteiras que delimitam o próprio campo jornalístico, o que estabelece separações entre aqueles que podem e aqueles que não podem mobilizar o jornalismo como possibilidade de enfrentamento às lógicas de dominação.

Consideramos o Jornalismo para a Paz como uma possibilidade concreta de repensar os modos de fazer jornalismo. Ainda que permaneça, em grande medida, no âmbito conceitual, o itinerário proposto por Johan Galtung delineia uma abordagem jornalística mais densa, crítica e plural em contextos de violência. Concebido inicialmente para reorientar coberturas em cenários de guerra (Cabral; Salhani, 2017), o JP amplia seu escopo ao demonstrar pertinência também em outros contextos marcados por violências estruturais e simbólicas, podendo fomentar o engajamento social e visibilizar possibilidades de transformação por meio de um exercício reflexivo e crítico.

É certo que a lógica hegemônica do campo pode suscitar questionamentos acerca da legitimidade dessa perspectiva, por vezes a condicionando a uma dimensão meramente utópica. Todavia, o JP apenas busca aplicar o que o jornalismo deveria ser por essência: uma atividade imbuída de função social e a favor da democracia. A articulação entre o JP e a perspectiva decolonial, atende ao objetivo específico A (aplicar os fundamentos do Jornalismo para a Paz a partir de uma perspectiva Sul Global e relacioná-los com a perspectiva decolonial, como possibilidade de ressignificação das abordagens jornalísticas).

Para entender como a lógica decolonial atravessa o jornalismo, assumimos a necessidade de ampliar o olhar sobre a formação acadêmica na área, tendo como **objetivo geral**, analisar aspectos da formação acadêmica e profissional em jornalismo e suas relações com a

prática jornalística brasileira, identificando lógicas que reproduzem ou tensionam dinâmicas de violência colonial, especialmente em relação a grupos sociais historicamente minorizados e ao meio ambiente. Diante da colonialidade que atravessa a dimensão o saber, tínhamos como **hipótese** inicial o entendimento de que a formação acadêmica e profissional em jornalismo na atualidade está essencialmente focada em aspectos mercadológicos e pragmáticos, de modo que pode reproduzir violências colonialistas. Assim, a pesquisa foi orientada pela seguinte **questão**: como a formação acadêmica e profissional em jornalismo contribui para a reprodução de práticas de violência colonial e quais são suas implicações no campo comunicacional e na sociedade?

Nesse sentido, estabelecemos um recorte específico para as análises, conscientes de que ele não permite generalizações sobre a formação em jornalismo no Brasil. Ainda assim, compreendemos que a delimitação oferece um parâmetro relevante para refletir sobre como esse processo formativo tem se configurado na área, possibilitando a identificação de tendências, limites e potencialidades.

Com as análises e entrevistas, compreendemos que existe a necessidade de reconfigurar as bases formativas do jornalismo, com a incorporação mais consistente de dimensões éticas, críticas e humanizadoras, pois a formação ainda não está comprometida integralmente com o enfrentamento da violência colonial. A articulação entre o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz oferece fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos capazes de tensionar estruturas historicamente consolidadas no campo, ao mesmo tempo em que aponta para diretrizes formativas concretas e socialmente comprometidas. Desse modo, atendemos ao objetivo específico B (analisar as diretrizes curriculares que compõem a formação de jornalistas em universidades públicas brasileiras).

O percurso analítico corrobora nossa **tese**, de que a formação em jornalismo ainda é estruturada por lógicas de colonialidade, o que dificulta a inserção de perspectivas como o jornalismo para a paz e comprometido com a justiça social e a sustentabilidade. Nesse sentido, entendemos que a articulação entre o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz, bem como o diálogo do campo com a Agenda 2030, oferece bases teóricas, epistemológicas e metodológicas capazes de tensionar estruturas de opressão e apresentar possibilidades conceituais e práticas. Após o percurso teórico e as análises, em diálogo com pesquisadores/as do campo, propusemos algumas diretrizes capazes de contribuir concretamente para a construção de um ODS centrado na comunicação (ODS 19), com um olhar empreendido a partir do jornalismo, atendendo ao objetivo específico C (contribuir, a partir do jornalismo, com as

discussões em torno da proposta do ODS 19 da Agenda 2030 da ONU voltado para Cultura, Arte e Comunicação).

O percurso teórico, articulado às análises dos PPPs e às entrevistas em profundidade, evidencia que a formação em jornalismo é atravessada por escolhas historicamente situadas, marcadas por estruturas de poder que reproduzem narrativas de dominação e naturalizam desigualdades. Nesse contexto, o itinerário do JP, em diálogo com a perspectiva decolonial, se apresenta como possibilidade de ressignificação do campo formativo, indicando a importância dessas abordagens serem incorporadas nos currículos da área. Observamos que algumas instituições já desenvolvem iniciativas que se aproximam dessas orientações, especialmente ao contemplarem temáticas como diversidade, relações étnico-raciais, meio ambiente e sustentabilidade. Contudo, essas inserções tendem a ocorrer, predominantemente, em decorrência de determinações legais, a exemplo das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação Ambiental e para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ou a partir de demandas apresentadas pelo corpo discente. Mesmo diante desses marcos legais, há instituições distantes ainda dessas legislações, que necessitam revisar seus programas pedagógicos a fim de incorporar demandas já estabelecidas e recomendadas legalmente.

Nas entrevistas realizadas com estudantes e egressos, observamos a prevalência de argumentações marcadas por frágeis níveis de problematização acerca dos modelos formativos consolidados, ainda que a maioria dos/as participantes reconheça lacunas relacionadas a temas como Agenda 2030, decolonialidade e Jornalismo para a Paz. Tal achado revela uma tensão: embora a universidade pública historicamente se constitua como espaço privilegiado de formação crítica e humanística, responsável, inclusive, por formar sujeitos que se tornam referência no campo do jornalismo no Brasil, essa vocação nem sempre se traduz, de maneira consistente, na capacidade discente de elaborar análises críticas mais aprofundadas sobre o próprio percurso formativo.

A fragilidade identificada nas falas pode ser compreendida com base nas condições concretas da formação. Na condição de estudante, nem sempre há repertório teórico, maturidade acadêmica ou mesmo tempo disponível para o exercício sistemático de reflexão crítica. Nesse sentido, apontar essas limitações não implica desqualificar os/as entrevistados/as, mas evidenciar contradições entre o horizonte formativo esperado e as experiências efetivamente vivenciadas. Compreendemos que as múltiplas demandas que atravessam a dinâmica universitária tendem a restringir espaços de reflexão mais densa, de modo que, para parte das

pessoas entrevistadas, o próprio momento da entrevista pode ter se configurado como uma primeira oportunidade de elaboração crítica sobre sua formação.

Ressaltamos também o aspecto dialógico que caracteriza as graduações em jornalismo, de modo que os conteúdos registrados nos PPPs e nos ementários orientam o desenvolvimento das disciplinas, porém, é na troca de experiências e na interação entre docentes e discentes que os conteúdos são atualizados e reinterpretados. Como observado nas entrevistas e no grupo de discussão, algumas temáticas abordadas em sala de aula provêm de demandas apresentadas pelos próprios discentes. Como apontado por uma das docentes integrantes do grupo de discussão, no tocante à decolonialidade, há, em diversos contextos, resistência de parte do corpo docente à incorporação de referenciais teóricos que escapem aos cânones habituais da área. Essa resistência reforça a compreensão de que o campo do jornalismo permanece atravessado por epistemologias dominantes, que tendem a deslegitimar ou marginalizar outras formas de produção de conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem não se restringe à transmissão de competências técnicas, mas envolve, de maneira indissociável, valores, perspectivas e visões de mundo, sobretudo na própria forma como a técnica é ensinada e operacionalizada.

Essa constatação evidencia a centralidade de um documento político-pedagógico alinhado a diretrizes críticas e inclusivas, como o PPP, que funciona como um marco normativo do curso. Ao estabelecer princípios e orientações formativas, o PPP limita a influência individual e reduz a possibilidade de que determinados temas sejam negligenciados por resistência pessoal. Em diálogo com a perspectiva de Paulo Freire, entendemos que o processo educativo é intrinsecamente político e demanda abertura ao diálogo, à problematização e à pluralidade de saberes. Assim, a ausência de diretrizes institucionais pode resultar no silenciamento de pautas como a decolonialidade, caso não haja predisposição para sua abordagem. Entendemos que a introdução de outros referenciais ou direcionamentos na graduação em jornalismo exige profundas revisões acerca do próprio processo de formação, tendo em vista o fato de o jornalismo ter sido desenvolvido como produto da colonialidade. Nesse sentido, a resistência conceitual e prática deve ser constante.

Como caminho possível para repensar o modo como a formação em jornalismo vem sendo trabalhada no Brasil, de modo a auxiliar os atores envolvidos na atualização curricular, é fundamental explicitar os critérios que possam orientar esse processo, contemplando a incorporação de temas contemporâneos e socialmente relevantes. Recomendamos a organização da comunidade acadêmica do curso em espaços estruturados de debate. Essa mobilização pode ser ampliada por meio da articulação com fóruns regionais e entidades científicas, como os congressos anuais organizados pela SBPJor (Associação Brasileira de

Pesquisadores em Jornalismo), favorecendo a construção coletiva de diretrizes e o intercâmbio de experiências.

A articulação entre o Jornalismo para a Paz e a perspectiva decolonial, aliada à proposição de um ODS centrado na comunicação e no jornalismo, confere ineditismo ao estudo ao promover um diálogo ainda incipiente. Isso abre possibilidades para pesquisas futuras que aprofundem as reflexões, bem como as apliquem a objetos empíricos específicos, explorando seus desdobramentos conceituais, metodológicos e práticos.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- AGUIAR, Leonel. As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo. **ALCEU**, v. 14, n.27, p. 162-175 - jul./dez, 2013.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. **Lumina**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 5–19, 2022. DOI: 10.34019/1981-4070.2022.v16.39278. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/39278>. Acesso em: 8 out. 2024
- AMARAL, Muriel Emídio P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. **Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 471-487, 2021.
- AMARO, Flávia Ribeiro. Epistemologias de resistência: estratégias de enfrentamento da opressão colonial. **Revista Antropolítica**, v. 55, n. 2, Niterói, p. 1-7, 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 119-130, 2015.
- ARÉVALO SALINAS, Alex Iván; FARNÉ, Alessandra. Introducción: Comunicación y cambio social. Un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. **Cultura, Lenguaje y Representación**, [S. l.], v. 15, p. 11–19, 2016. Disponível em: <https://www.e-revistas.uji.es/index.php/clr/article/view/2151>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.
- ÁVILA, Milena Abreu. Colonialidade e decolonialidade: você conhece esses conceitos? Disponível em <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acesso em 25 abr. 2024.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3ª reimpressão da 1ª edição de 2011. Lisboa, Edições 70, 2011.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en América Latina. In: MORAGAS, M. (org.). **Sociología de la comunicación de masas**. Tomo II. Barcelona: Gustavo Gili, 1985. p. 73-107.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 9-27, 2023.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BLOTTA, V. S. L.; FELIX, E. Jornalismo Antirracista e Decolonial no Brasil: elementos teóricos e empíricos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 448–473, 2025. DOI: 10.29146/eco-ps.v28i1.28154. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28154. Acesso em: 25 jun. 2025.

BOULDING, Kenneth. Twelve friendly quarrels with Johan Galtung. *Journal of Peace Research*, v. 14, n. 1, p. 76-86, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-33.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 26, 1 out. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. **Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação**. Portaria n. 203/2009, 12 de fev. de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, Brasília-DF v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017.

CABRAL, Raquel; GEHRE, Thiago (Orgs.). **Guia Agenda 2030**: integrando ODS, Educação e Sociedade. São Paulo: UNESP, 2020.

CABRAL, Raquel; GEHRE GALVÃO, Thiago. Reimagining the UN 2030 Agenda by Connecting the SDG to Culture, Art and Communication. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 44-59, 2022.

CABRAL, Raquel; FELTRIN, Diuan dos Santos. A perspectiva decolonial na Agenda 2030 da ONU: um ODS específico para a comunicação a partir do Sul Global. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 600-622, 2025. DOI: 10.29146/eco-ps.v28i2.28381. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28381.

CABRAL, Raquel; FELTRIN, Diuan dos Santos. Reflexões sobre Comunicação para Paz a partir de uma perspectiva Sul Global e Decolonial. **E-Compós**, [S. l.], v. 26, 2023. DOI: 10.30962/ec.2815. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2815>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CAL, Danila; MAIA, Rousiley C. M. Grupos focais e grupos de discussão. In: MAIA, R. C. M. (ed). **Métodos de pesquisa em comunicação política** [online]. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 17-38. ISBN: 978-65-5630-8883. <https://doi.org/10.7476/9786556308883.0002>.

CANALES, Manuel; PEINADO, Anselmo. Grupos de discusión. In: GARCÍA FERRANDO, Manuel; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco (org.). **El análisis de la realidad social**: métodos y técnicas de investigación. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2015, p. 287-345.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 80-87, 2005a.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005b.

CASTRO LARA, Eloína. La matriz epistémica decolonial en Comunicación: La relación comunicación-conocimiento. In: CASTRO LARA, E.; TORRICO VILLANUEVA, E.; CEBRELLI, A. (Orgs.). **Pensares y haceres para una comunicación decolonial**, Quito, Ecuador, Ediciones Ciespal, p. 69-93, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-183, 2006.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 24-32, 2005.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio M.; ALMEIDA, Carolina Soccio Di M.; LIMA, Marcos Costa. Edward Said e o pós-colonialismo. **Saeculum**, [S. l.], n. 29, 2013.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

FARIAS, Camila. Jornalismo de soluções no Brasil: análise do panorama nos veículos de comunicação. **Lumina - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG**, v. 19, n. 2, p. 73-90, 2025. DOI: 10.34019/1981-4070.2025.v19.47086.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FELTRIN, Diuan dos Santos et al. Agenda 2030 e comunicação para paz: estratégias de visibilidade e territorialização dos ODS na realidade brasileira a partir de uma perspectiva crítica. In: PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel (org.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 67-88

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FERREIRA, Sílvia. A análise de conteúdo: um método para a análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 11, n. 26, p. 202-224, 2023. DOI: 10.33361/RPQ.2023.v.11.n.26.502. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/502>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos Estudos para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta H.; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a Paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, p. 47-83, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V.; KUHLMANN, Paulo R. L.; MASCHIETTO, Roberta H. Introdução: os Estudos para a Paz e o Brasil. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V.; MASCHIETTO, Roberta H.;

KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a Paz: conceitos e debates**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, p. 13-45, 2019.

FERREIRA, Roger. Como a mídia reproduz a violência. **Blog Poder 360**, on-line, 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opinioao/como-a-midia-reproduz-a-violencia>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

FERREIRA, Sílvia. A análise de conteúdo: um método para a análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 11, n. 26, p. 202–224, 2023. DOI: 10.33361/RPQ.2023.v.11.n.26.502. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/502>. Acesso em: 18 set. 2025.

FINNEMORE, Martha; JURKOVICH, Michelle. The Politics of Aspiration. **International Studies Quarterly**, v. 64, 2020, p. 759-769. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article/64/4/759/5881990>.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, p. 280-204, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 6a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 73a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 65a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2020b.

GALTUNG, Johan. Violencia cultural. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization**. Oslo/London: PRIO/Sage, 1996.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal: Mediterranean Edition**, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news. **Journal of Peace Research**, v. 2, n. 1, p. 64-91, 1965.

GIRÓ, Xavier. El periodismo es un actor en el conflicto: Xavier Giró. Entrevista concedida a Luis Daniel Nava. **Amapola: Periodismo Transgresor**, 1 ago. 2022. Disponível em: <<https://amapolaperiodismo.com/2022/08/01/el-periodismo-es-un-actor-en-el-conflicto-xavier-giro/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

GOBBI, Maria Cristina. Cenários comunicativos latino-americanos: uma breve introdução ao tema. In: GOBBI, Maria Cristina; MONTEIRO, Everson Umada. (Orgs.). **Diálogos comunicacionais na América Latina: produção, vivências e afetos**. – Dourados, MS: Editora UEMS, p. 17-39, 2024.

GÓES, José Cristián. O encontro da comunicação em Paulo Freire para tempos de desencontro. In: PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel. (Orgs.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 125-139, 2021.

GÓES, José Cristián. **O jornalismo e a experiência do invisível: identidades, lusofonias e a visível herança colonial brasileira**. Orientador: Elton Antunes. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GOES, Cristian. **A comunicação em Paulo Freire nos vincula como humanos**, [s.d.]. Disponível em: <https://surl.li/xfpdim>. Acesso em: 16 abr. 2026.

GOMES, Denise Cristina Ayres. Hermenêutica e comunicação: contribuições para compreender a teoria da interpretação e sua aplicação na sociedade midiática. **Revista Temática – UFPB**, João Pessoa, v. 11, n. 4, p. 38-52, abr. 2015.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 55-77, 2023.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna decolonial. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

GUTIÉRREZ, Jesús. Grupo de discusión: ¿prolongación, variación o ruptura con el focus group? **Cinta de moebio**, [s. l.], n. 41, p. 105-122, 2011. Disponível em <https://cintademoebio.uchile.cl/index.php/CDM/article/view/18173>. Acesso em 20 ago. 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz T. Silva, Guacira L. Louro. 11a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L.C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 187-240, 2015.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís Schifino. As lutas políticas da Educação Ambiental nas universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da educação para o desenvolvimento sustentável. **Ciência educ.**, Bauru, v. 28, e22028, 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132022000100226&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jul. 2024. Epub 13-Ago-2022. <https://doi.org/10.1590/1516-731320220028>.

HERRERA MILLER, Karina M. Luis Ramiro Beltrán: el pensamiento comunicacional propio y emancipador en Latinoamérica rebelde. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, 3, 125-134, 2015.

IJUIM, Jorge Kanehide. Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 91–108, 2020. DOI: [10.11606/extraprensa2020.159921](https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.159921). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/159921>.. Acesso em: 10 jul. 2024.

IJUIM, Jorge Kanehide. Apontamentos sobre a emergência de decolonizar o Jornalismo. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21874. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21874>. Acesso em: 16 jul. 2024.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 7, n. 2, p. 117–137, 2012. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290>. Acesso em: 22 jul. 2025.

KARAM, Francisco José Castilhos. Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 118-130, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGO, Cláudia; GONÇALVES, Gean; KAZAN, Evelyn. Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 126–143, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21891. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21891>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, p. 8-23, 2005.

LIMA, Venício A. de. **Paulo Freire**: a prática da liberdade para além da alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LIMA, Verônica Maria Alves. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: SARDINHA, A. C. et al. (Orgs.). **Decolonialidade, comunicação e cultura**. Macapá: UNIFAP, p. 70-90, 2022.

LIMA, Verônica Maria Alves. Abrindo caminhos e tempos: encruzilhada como princípio para uma comunicação decolonizante. In: CASTRO LARA, E.; TORRICO VILLANUEVA, E.; CEBRELLI, A. (Orgs.). **Pensares y haceres para una comunicación decolonial**, Quito, Ecuador, Ediciones Ciespal, p. 95-116, 2023a.

LIMA, Verônica Maria Alves. Um Pé dentro, um pé fora: o entrelugar como um espaço fértil para pensar a articulação decolonialidade e comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023b. DOI: 10.55738/alaic.v22i42.1012. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1012>. Acesso em: 3 out. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura - UFJF**, v. 15 n. 2 Julho, 2020.

MAIA, Fernando J. Ferreira; FARIAS, Mayara H. Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. Campo Grande-MS, **Interações**, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul/set 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75-97, Janeiro/Abril, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, in. CASTRO-GÓMEZ, S.; ROSFOGUEL, R. (ed.). **El Giro Decolonial**. Bogotá: Iesco, 2007, p.127-167.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 27-53, 2023.

MALDONADO RIVERA, Claudio. Contribuciones y paradojas del pensamiento decolonial. Apuntes para re-pensar el campo comunicológico regional. In: CABALLERO, Francisco Sierra; RIVERA, Claudio Maldonado (Orgs.). **Comunicación, Decolonialidad y Buen Vivir**. Quito, Ecuador, Ediciones Ciespal, p. 143-169, 2016a.

MALDONADO RIVERA, Claudio. Introducción: Apuntes sobre descolonización epistémica en el pensamiento comunicológico regional. **Chasqui**, n. 131, 2016b.

MARTÍNEZ GUZMÁN, Vicent. Saber Hacer las Paces. Epistemologías de los Estudios para la Paz. **Convergencia Revista de Ciencias Sociales**. Núm. 23, pp. 49-96, 2000.

MARTINO, Luis M. Sa; LOPES, Alessandra G.; SOUZA, Vanessa R. Puerta. A entrevista na pesquisa em comunicação: reflexões metodológicas sobre duas experiências práticas. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 32, n. 3, 2020. DOI: 10.5902/2317175838788. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/38788>. Acesso em: 30 out. 2025.

MASCHIETTO, Roberta H.; NOBRE, Fábio; NOGUEIRA, Silvia G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H.; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

MASCHIETTO, Roberta H.; FERREIRA, Marcos Alan. Os Estudos para a paz no Brasil: avanços do campo, oportunidades e desafios. In: MASCHIETTO, Roberta H.; FERREIRA, Marcos Alan (Orgs.). **Estudos para a paz: perspectivas brasileiras**. São Paulo: Editora Blimunda, p. 27-54, 2024.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDITSCH, Eduardo. No Brasil, o ensino universitário de jornalismo retoma a identidade com a profissão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 14, n. 27, 2018. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/435>. Acesso em: 2 set. 2025.

MELO, Thiago Pessoa; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. O uso de referenciais teóricos pós-coloniais e decoloniais em Trabalhos de Conclusão de Curso da UFPE e da UFRPE. **Revista Mutirão (Recife)**, v.3, n. 2, p. 171-194, 2022.

MIGNOLO, Walter. Introducción. In: CHUKWUDI, Elze; HENRY, Paget; CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MIGNOLO, Walter (Orgs.). **El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial**. 2. ed. Buenos Aires: Del Signo, p. 9-18, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, Walter. **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. Catalog of Museum Exhibit: Modernologies, Barcelona, p. 39-49, 2009.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do 28º Encontro anual da Compós**, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>> Acesso em: 17 Abr. 2024.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 204–219, 2019. DOI: [10.11606/extraprensa2019.153247](https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153247). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247>.. Acesso em: 12 jun. 2024.

MORAES, Fabiana; IUIM, Jorge. Repensar a “humanidade”: limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023. DOI: 10.55738/alaic.v22i42.967. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/967>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MORAES, Lilian Saback de Sá. As novas diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo e o possível fortalecimento da ética profissional. **Revista Estudos universitários**, v. 43, p. 277-294, 2017.

MOURA, Flávia Almeida; ROCHA, Larissa L. Fonseca. Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 12, n. 2, p. 161–176, 2017. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/49>. Acesso em: 15 jan. 2026.

NAZÁRIO, Heleno Rocha; REINO, Luciana da Silva Souza; MANFREDINI, Rodolfo. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. Linguagens. **Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau-SC, v. 10, n. 2, p. 288-305, 2016.

NOS ALDÁS, Eloísa; SEGUÍ-COSME, Salvador; RIVAS MACHOTA, Ana María. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 01, 2021.

OLIVEIRA, Ohana B. Contribuições para descolonização do pensamento na Comunicação. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 16, n. 27, p. 221–241, 2021. DOI: 10.18764/2176-5111v16n27.2021.11.

PATRÍCIO, Edgard. Elementos de decolonialidade no jornalismo de olhar periférico sob a dimensão das territorialidades. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023. DOI: 10.55738/alaic.v22i42.981. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/981>. Acesso em: 8 jul. 2024.

PELÚCIO, Larissa. subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, femininos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PINEDA, Oswaldo Plata. Aproximación a una concepción decolonial de la paz. In: SÁNCHEZ, Jeimy L. G.; PINEDA, Oswaldo P.; CALLEJAS, Mauricio A. G. (Eds.). **Estudios sobre filosofía, política y paz**. Medellín: UPB; Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid, p. 121-144, 2022.

PINHABE, Isadora Sonego; CABRAL, Raquel; GEHRE GALVÃO, Thiago. Comunicação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a articulação entre a graduação na Unesp e a Agenda 2030. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 39, p. 32-47, 2022.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, 2005.

PUREZA, José Manuel. Estudos sobre a paz e cultura de paz. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, CLACSO, P. 107-130, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafio e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 202, p. 1-11. 2018.

RODRIGUES, Alzira César M. Uma metodologia de programas de pesquisa científica, segundo Lakatos. **Veritas**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 161-168, mar. 1998.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber Cardoso; ROSEVICS, Larissa (Org.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, p. 187-192. 2017.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SALHANI, Jorge. **Jornalismo para a paz e os refugiados Sírios**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Estadual Paulista, 2019. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190720>. Acesso em 31 out. 2024.

SALHANI, Jorge; SANTOS, Heloísa; CABRAL, Raquel. Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 3, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n61625. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61625>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan/abr 2010.

SILVA, Dayana K. Melo da; AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21894. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21894>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVA, Luan do Nascimento; BEZERRA, Catarina. Descolonizando a Paz: uma construção a partir da América Latina. In: MASCHIETTO, Roberta H.; FERREIRA, Marcos Alan (Orgs.). **Estudos para a paz: perspectivas brasileiras**. São Paulo: Editora Blimunda, p. 55-86, 2024.

SILVA, Andressa H.; FOSSÁ, Maria. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v.17, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2015.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Bruna Alves; MARINHO, Felipe Harmata. Novas diretrizes do curso de jornalismo: a perspectiva dos professores sobre as mudanças curriculares. **Revista Comunicação – Reflexões, experiências e ensino**, v.11, n. 11, Curitiba-PR, 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. La Comunicación decolonial, perspectiva In/Surgente. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 15, n. 28, 2018. DOI: 10.55738/alaic.v15i28.472. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/472>. Acesso em: 25 mar. 2024.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. Descolonizar la comunicación. In: CABALLERO, Francisco Sierra; RIVERA, Claudio Maldonado (Orgs.). **Comunicación, Decolonialidad y Buen Vivir**. Quito, Ecuador, Ediciones Ciespal, p. 95-111, 2016a.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. **Hacia la comunicación decolonial**. Bolívia: Universidad Andina Simón Bolívar, 2016b.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. La Comunicación en clave latinoamericana. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 132, p. 23-36, 2016c.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89- 107, 2019.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. **Comunicación (re)humanizadora: Ruta decolonial**. Quito: Ediciones Ciespal, 2022.

TRUJILLO, Tamer Al Najjar; MARTÍN, José Ignacio; NOS ALDÁS, Eloísa. Comunicando en tiempos de polarización: Discursos transgresores, relatos alterativos y Espirales de Paz. In: PELÚCIO, Larissa; CABRAL, Raquel. (Orgs.). **Comunicação, contradições narrativas e desinformação em contextos contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 37-54, 2021.

VALDEZ-LÓPEZ, Orlando E.; ROMERO-RODRÍGUEZ, Luis M.; HERNANDO GÓMEZ, Ángel. Matrices decolonizadoras en la comunicación para entablar un diálogo con Occidente. **Sophia, colección de Filosofía de la Educación**, Cuenca, n. 26, p. 281–305, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.17163/soph.n26.2019.08>. Acesso em: 02 mai. 2025.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>. Acesso em: 26 out. 2024.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. A hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, p. 85-93, 2006.

VICENTE, Maximiliano M. Comunicación y Paz Activa: un diálogo posible. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 38, n. 1, 2015. DOI: 10.1590/rbcc.v38i1.2215. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2215>. Acesso em: 1 nov. 2024.

VILELA, Ananda; HOFF, Natali; BLANCO, Ramon. Amefricanizando a paz: elementos para se pensar a paz a partir do Brasil. In: MASCHIETTO, Roberta H.; FERREIRA, Marcos Alan (Orgs.). **Estudos para a paz**: perspectivas brasileiras. São Paulo: Editora Blimunda, p. 87-106, 2024.

VOLPATO, Alana Nogueira; LUVIZOTTO, Caroline Kraus. Dinâmicas de confronto e solidariedade na construção da cultura de paz e a busca por cidadania. In: VICENTE, Maximiliano Martín; VOLPATO, Alana Nogueira; MORAES, Érika de. (Orgs.). **Cultura de paz e construção social**. Rio de Janeiro: Travassos Editora, p. 75-98, 2025.

WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: UASB/Abya-Yala, 2005.

WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 71, p. 21-42, 2005.

ZANETTI, Lucas Arantes. Objetividade na encruzilhada: giro decolonial e epistemologia de Exu no fazer jornalístico. **Revista Alterjor**, v. 29, n. 01, p. 109-136, 2024. DOI: [10.11606/issn.2176-1507.v29i01p109-136](https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v29i01p109-136). Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/alterjor/article/view/219487>. Acesso em: 12 jun. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada com estudantes de jornalismo

Graduandos do 4º ano de jornalismo	
1)	Você conhece a perspectiva do Jornalismo para a Paz? - Se a resposta for “sim”: poderia explicar, com suas palavras, o que entende por Jornalismo para a Paz? - Se a resposta for “não”: poderia explicar, com suas palavras, o que você imagina que seja o Jornalismo para a Paz?
2)	No decorrer do curso de jornalismo, você teve contato com disciplinas que abordaram a não violência ou que ajudaram a identificar violências nos processos de comunicação e jornalismo? - Se a resposta for “sim”: quais disciplinas? - Você acha importante o currículo do curso trazer essa abordagem? Por que?
3)	Para além das disciplinas que visam formação técnica, como a matriz curricular do curso de jornalismo de sua instituição oferece um diferencial na sua formação em relação a temas como diversidade, não-violência e direitos humanos?
4)	Seu curso de jornalismo trabalha/trabalhou com autores ou realizou debates que não eram/são europeus e/ou norte-americanos? Se recorda de algum?
5)	No decorrer de seu curso de jornalismo, você se recorda de alguma discussão sobre decolonialidade? Caso recorde: como você poderia explicar, em poucas palavras, do que se trata a perspectiva decolonial?
6)	Para pensar no jornalismo como possibilidade diante dos desafios do presente e do futuro: A Agenda 2030 da ONU tem sido uma importante narrativa de governança global que tem influenciado diversas áreas do conhecimento, inclusive, a comunicação. - Há disciplinas em seu curso que dialogam com alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 ou com o tema do desenvolvimento sustentável? - Se a resposta for “sim”: quais disciplinas e quais abordagens foram feitas (mais teóricas ou mais práticas)? - Se a resposta for “não”: você acredita que exista uma relação entre a Agenda 2030 da ONU e a formação em jornalismo? Qual seria?
7)	No seu entendimento, quais são os conhecimentos ou competências que o profissional de jornalismo deve ter para enfrentar os desafios do presente e do futuro?

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada com egressos/as de jornalismo

Egressos de Jornalismo	
1)	Você conhece a perspectiva do Jornalismo para a Paz? - Se a resposta for “sim”: poderia explicar, com suas palavras, o que entende por Jornalismo para a Paz? - Se a resposta for “não”: poderia explicar, com suas palavras, o que você imagina que seja o Jornalismo para a Paz?
2)	No decorrer do curso de jornalismo, existiam disciplinas que abordavam a não violência ou que ajudavam a identificar violências nos processos de comunicação e jornalismo? - Se a resposta for sim: quais disciplinas? - Você acha importante o currículo do curso trazer essa abordagem? Por que?
3)	Para além das disciplinas que visam formação técnica, como a matriz curricular do curso de jornalismo ofereceu um diferencial na sua formação em relação a temas como diversidade, não-violência e direitos humanos?
4)	Você considera que a ênfase na violência como critério de noticiabilidade atende a quais interesses? Essa escolha busca manter ou reforçar algum tipo de poder? De quem?
5)	Seu curso de jornalismo trabalhou com autores ou realizou debates que não eram europeus e/ou norte-americanos? Se recorda de algum?
6)	No decorrer de seu curso de jornalismo, você se recorda de alguma discussão sobre decolonialidade? Caso recorde: como você poderia explicar, em poucas palavras, do que se trata a perspectiva decolonial?
7)	Para pensar no jornalismo como possibilidade diante dos desafios do presente e do futuro: A Agenda 2030 da ONU tem sido uma importante narrativa de governança global que tem influenciado diversas áreas do conhecimento, inclusive, a comunicação. Durante seu curso de jornalismo, havia disciplinas que dialogavam com alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 ou com o tema do desenvolvimento sustentável? - Se a resposta for “sim”: quais disciplinas e quais abordagens foram feitas (mais teóricas ou mais práticas)? - Se a resposta for “não”: você acredita que exista uma relação entre a Agenda 2030 da ONU e a formação em jornalismo? Qual seria?
8)	No seu entendimento, quais são os conhecimentos ou competências que o profissional de jornalismo deve ter para enfrentar os desafios do presente e do futuro?

APÊNDICE C – Roteiro para realização do grupo de discussão com pesquisadores/as

Data de realização: 13/01/2026

Início: 16h / Término: XX

Realizado remotamente: Google Meet

*Solicitar a autorização para gravar a sessão.

1ª Parte: Apresentação (5 min)

1. Agradecimentos e apresentação; falar brevemente sobre a pesquisa e os objetivos da realização do grupo de discussão, cujo enfoque é discutir os resultados prévios da pesquisa.

2. Apresentar brevemente os/as participantes:

Professor Dr. José Cristián Góes:

Jornalista, doutor em Comunicação e Sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com experiência como professor e pesquisador na área de comunicação. Atua como editor-chefe e um dos principais articuladores da *Mangue Jornalismo*, veículo independente focado em jornalismo crítico e direitos humanos. Tem larga trajetória profissional em redações e na gestão de comunicação pública, além de atuação em ensino e organizações jornalísticas.

Professora Dr.^a Daniela Osvald Ramos:

Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolve pesquisa em comunicação digital, violência online e mediações tecnológicas. É integrante do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) e dos grupos de pesquisa COM+ e Semiótica da Comunicação, com vasta experiência no ensino e orientação acadêmica. É professora de Novas Tecnologias da Comunicação na Sociedade Contemporânea e de Teorias da Comunicação no curso de Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Professora Dr.^a Verônica Maria Alves Lima:

Jornalista, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua pesquisa enfoca jornalismo e narrativas jornalísticas sob o viés da decolonialidade, explorando conceitos como *encruzilhada* a partir de epistemes afrodiaspóricas e indígenas. É vinculada a grupos de pesquisa como TRAMA Comunicação, Arte e Redes Sociotécnicas - UERJ) e ao Grupo Comunicação-Decolonialidade da ALAIC (Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação), além de ter experiência docente internacional e atuação em comunicação institucional e jornalística.

Roger Ferreira:

É jornalista e mestre em ciências políticas pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atuou em veículos como a Folha de S. Paulo e a Veja, em campanhas eleitorais e foi secretário de Comunicação de São Paulo de 2004 a 2006. Lançou em 2013 a iniciativa Paz na Mídia para estudar e debater a qualidade da mídia e seus impactos na política, na sociedade e também no comportamento e na saúde das pessoas.

2ª Parte: Contextualização da pesquisa (15 min) Apresentação em slides:

1. Repassar os objetivos e os procedimentos metodológicos:

"A comunicação na Agenda 2030 a partir de uma perspectiva Sul Global" (título inicial do projeto).

Objetivo geral: analisar aspectos da formação acadêmica e profissional em jornalismo e suas relações com a prática jornalística brasileira, identificando lógicas que reproduzem ou tensionam dinâmicas de violência colonial, especialmente em relação a grupos sociais historicamente minorizados e ao meio ambiente.

Objetivos específicos:

- a) aplicar os fundamentos do Jornalismo para a Paz e relacioná-los com a perspectiva decolonial, como possibilidade de ressignificação das abordagens jornalísticas;
- b) analisar as diretrizes curriculares que compõem a formação de jornalistas em universidades públicas brasileiras;
- c) contribuir, a partir do jornalismo, com as discussões em torno da proposta do ODS 19 (Cultura, Arte e Comunicação).

Problema de pesquisa: como a formação acadêmica e profissional em jornalismo contribui para a reprodução de práticas de violência colonial e quais são suas implicações no campo comunicacional e na sociedade?

2. Resultados gerais das análises dos PPPs de 52 IES públicas brasileiras
3. Resultados gerais das análises das entrevistas em profundidade com estudantes e egressos (42 pessoas entrevistadas)
4. Guia Agenda 2030 e o ODS 19 (Ressaltar a importância estratégica da Comunicação no enfrentamento à violência, urgência climática, importância de um Jornalismo para a Paz, que deslegitima a violência). Introdução da etapa atual: diálogo com especialistas (grupo de discussão)

3ª Parte: Discussão dos resultados - o ponto de vista dos participantes (1 hora)

Três perguntas contemplando as três dimensões da pesquisa: 1) Jornalismo para a Paz; 2) Jornalismo e Decolonialidade; 3) Jornalismo e Agenda 2030.

Enfatizar que os resultados da pesquisa não visam representar o universo de forma generalizada, mas discutir a realidade a partir de um recorte.

1. Jornalismo para a Paz

Tanto na análise dos Projetos Político-Pedagógicos do curso de jornalismo quanto nas entrevistas com estudantes e egressos, percebemos que o conceito de Jornalismo para a Paz não é debatido na graduação. No entanto, existem algumas aproximações em disciplinas que contemplam discussões como direitos humanos, responsabilidade social, dentre outros temas que estão alinhados com a perspectiva do Jornalismo para a Paz. Várias dessas disciplinas, no entanto, compõem o rol de disciplinas optativas. Na visão de vocês, o que esses indicadores apontam?

2. Jornalismo e Decolonialidade

Embora existam esforços pontuais dos cursos de jornalismo em incorporar referenciais bibliográficos do Sul Global, ainda predomina a centralidade de conceitos teóricos produzidos no Norte Global. A inclusão de autores e autoras do Sul muitas vezes resulta de iniciativas individuais de docentes, e não de diretrizes curriculares formais. Além disso, o conceito de decolonialidade ainda é pouco debatido na graduação, com maior aproximação na pós-graduação. Diante desses dados prévios e reflexões, como vocês avaliam esse cenário?

3. Jornalismo e Agenda 2030

Considerando os desafios atuais e futuros, vocês consideram relevante situar a comunicação e o jornalismo no âmbito de uma agenda global, como a Agenda 2030, a partir de um objetivo específico voltado a este campo? Acreditam na efetividade dessa proposta em médio e longo prazo?

4ª Parte: Encerramento (10 min)

Perguntar se alguém gostaria de acrescentar algo.

Agradecimentos.

Sinalizar que a tese será enviada aos participantes após a conclusão.

Falar do envio do termo de consentimento livre e esclarecido ao e-mail dos/as participantes.

AEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos estudantes e egressos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A comunicação na Agenda 2030 a partir de uma perspectiva Sul Global” (título provisório). O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é investigar como a formação em jornalismo em universidades brasileiras públicas e privadas pode reproduzir ou romper com lógicas colonialistas. Propõe articular o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz como caminhos para uma prática mais ética e inclusiva. Busca valorizar saberes diversos e enfrentar violências, além de contribuir com a proposta de um novo ODS 19, voltado à cultura, arte e comunicação. Nesta pesquisa pretendemos analisar alguns aspectos concernentes à formação acadêmica e profissional em jornalismo e as relações com a prática jornalística brasileira, identificando lógicas que podem reproduzir ou não dinâmicas de violência colonial, sobretudo contra os grupos sociais historicamente minorizados e o próprio meio ambiente.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: “Entrevista em profundidade”, técnica de coleta de dados que busca compreender as subjetividades, as percepções, os valores e as motivações da (o) entrevistada (o). Esta pesquisa tem alguns riscos mínimos, relacionados à possível insegurança dos/as entrevistas/as ao responder determinadas perguntas. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, garantimos a sua confidencialidade e proteção de seus dados; esclarecimento de eventuais dúvidas e disposição em deixá-la (o) o mais confortável possível ao responder as questões. A pesquisa pode ajudar na produção e divulgação de conteúdos sobre o tema, além de contribuir com direcionamentos à formação jornalística.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa.

Este termo de consentimento será disponibilizado exclusivamente em formato digital, sendo que uma cópia assinada será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, 19 de novembro de 2025

Assinatura do participante
Nome do participante
Documento:

Assinatura do Pesquisador
RG:

Pesquisador Responsável: DIUAN DOS SANTOS FELTRIN
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Contato: (18) 99612 4843 / Diuan.feltrin@unesp.br
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Cabral
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Contato: raquel.cabral@unesp.br

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos especialistas em jornalismo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “A comunicação na Agenda 2030 a partir de uma perspectiva Sul Global” (título provisório). O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é investigar como a formação em jornalismo em universidades brasileiras públicas e privadas pode reproduzir ou romper com lógicas colonialistas. Propõe articular o pensamento decolonial e o Jornalismo para a Paz como caminhos para uma prática mais ética e inclusiva. Busca valorizar saberes diversos e enfrentar violências, além de contribuir com a proposta de um novo ODS 19, voltado à cultura, arte e comunicação. Nesta pesquisa pretendemos analisar alguns aspectos concernentes à formação acadêmica e profissional em jornalismo e as relações com a prática jornalística brasileira, identificando lógicas que podem reproduzir ou não dinâmicas de violência colonial, sobretudo contra os grupos sociais historicamente minorizados e o próprio meio ambiente.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: “Participação em grupo de discussão”, técnica de coleta de dados que busca compreender percepções dos (as) participantes em relação ao objeto de pesquisa, por meio de perguntas realizadas pelo pesquisador/mediador. A pesquisa visa contribuir na produção e divulgação de conteúdos sobre o tema, além de contribuir com direcionamentos à formação jornalística.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Este termo de consentimento será disponibilizado exclusivamente em formato digital, sendo que uma cópia assinada será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, ____ de ____ de 2026.

Assinatura do participante
Nome do participante

Assinatura do Pesquisador
RG:

Pesquisador Responsável: DIUAN DOS SANTOS FELTRIN
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Contato: (18) 99612 4843 / Diuan.feltrin@unesp.br
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Raquel Cabral
Instituição: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Contato: raquel.cabral@unesp.br

ANEXO 3 – Parecer consubstanciado do CEP (Comitê de ética em pesquisa)**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A comunicação na Agenda 2030 a partir de uma perspectiva Sul Global

Pesquisador: DIUAN DOS SANTOS FELTRIN

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90614225.0.0000.5663

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SAO PAULO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.786.245

Apresentação do Projeto:

O estudo refere-se a um projeto de doutorado que "propõe discussões sobre o potencial da comunicação no que tange ao fomento da participação social e enfrentamento de estruturas de violência" utilizando-se de conceitos que promovem interseções entre o Jornalismo para a Paz (Peace Studies); os estudos para a paz e as contribuições do pensamento decolonial latino-americano.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo do estudo é "analisar alguns aspectos concernentes à formação acadêmica e profissional em jornalismo e as relações com a prática jornalística brasileira, identificando lógicas que podem reproduzir ou não dinâmicas de violência colonial, sobretudo contra os grupos sociais historicamente minorizados e o próprio meio ambiente". Para isso pretende-se: "a) Aplicar os fundamentos do Jornalismo para a Paz como possibilidade de ressignificação das abordagens jornalísticas; b) Discutir as convergências e distanciamentos entre o Jornalismo para Paz e a comunicação decolonial; c) Analisar as diretrizes curriculares que compõem a formação de jornalistas em universidades públicas e privadas brasileiras; d) Realizar tertúlias dialógicas com egressos e estudantes do curso de jornalismo de universidades brasileiras públicas e privadas, além de especialistas da área, para conhecer aspectos de sua formação acadêmica e profissional; e) Contribuir, a partir do jornalismo, com as discussões sobre um novo ODS em torno da comunicação a partir de uma perspectiva Sul Global."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador declara que a pesquisa envolve "alguns riscos mínimos, relacionados à possível insegurança dos/as entrevistados/as ao responderem as perguntas". Porém aponta que tomará alguns cuidados para diminuir a chance desses riscos acontecerem, tais como: garantir a confidencialidade e proteção dos dados; esclarecimentos de eventuais dúvidas e disposição em deixá-las (os) o mais confortável possível durante a coleta dos dados.

Sobre os benefícios ressalta-se que os resultados da pesquisa podem contribuir na produção e divulgação de conteúdos sobre o tema, além de trazer direcionamentos para a formação de jornalistas, sendo particularmente interessante, para guiar boas práticas profissionais, com base nas perspectivas do Jornalismo para a Paz e da decolonialidade, conforme a ODS 19, proposta no Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta está bem articulada metodologicamente, descrevendo as três fases de análises previstas: sóciohistórica, análise formal/discursiva e interpretação/reinterpretação. Também apresenta conceitos de vários autores que possibilitam a compreensão do estudo de forma crítica e qualitativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está bem redigido e atende às resoluções CNS-MS 466/2012; e CNS-MS 510/2016, além de garantir a plena liberdade do participante e manutenção do sigilo e de sua privacidade, conforme as exigências contidas nos itens IV.3 da Resolução CNS-MS 466/2012.

Recomendações:

nada a declarar

Conclusões ou Pendências e Lista de

Inadequações: nada a declarar

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê acata o parecer e aprova o Projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2587691.pdf	07/07/2025 14:27:50		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Diuanassinado.pdf	24/06/2025 10:09:58	DIUAN DOS SANTOS FELTRIN	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_relatorio_final_atualizadoassinado.pdf	23/06/2025 14:59:07	DIUAN DOS SANTOS FELTRIN	Aceito
Outros	Tertulia_dialogica_graduandos_egressos_Jornalismo.pdf	23/06/2025 14:37:52	DIUAN DOS SANTOS FELTRIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Doutorado.pdf	23/06/2025 14:34:02	DIUAN DOS SANTOS FELTRIN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_2025_Assinado.pdf	23/06/2025 14:28:37	DIUAN DOS SANTOS FELTRIN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 22 de Agosto de 2025

Assinado por:
Luiz Antonio Vasques Hellmeister
(Coordenador(a))